



RELATÓRIO DE
SUSTENTABILIDADE

2019

alive

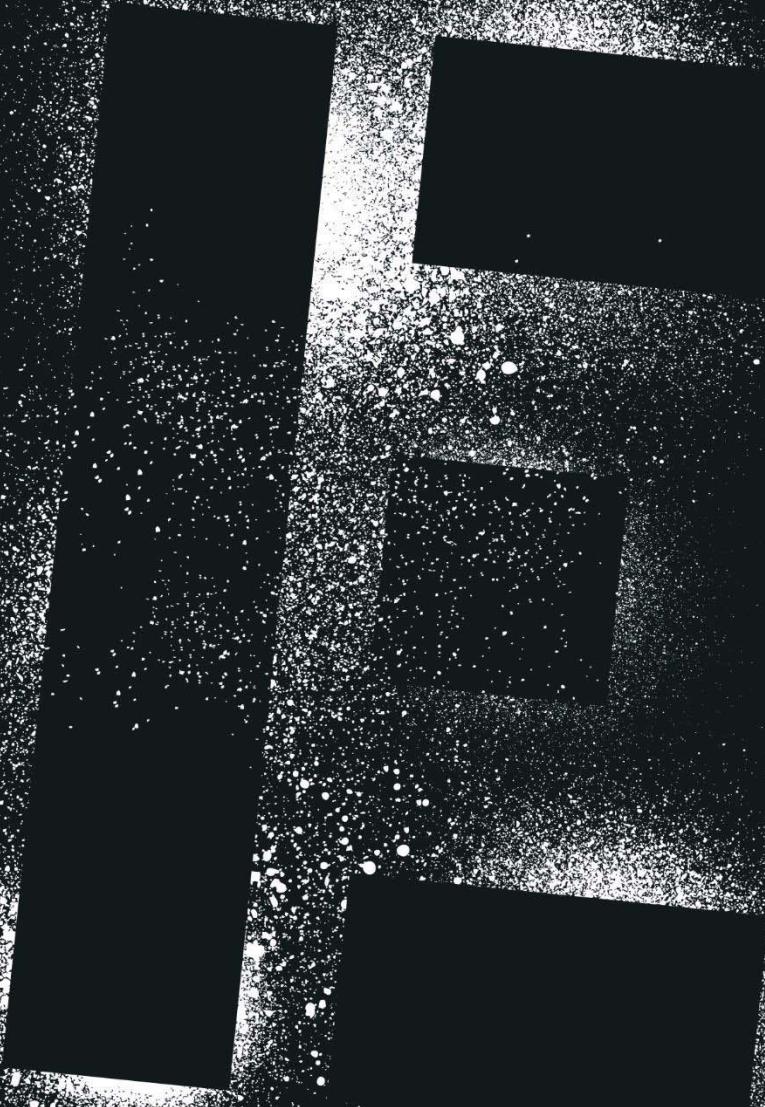


ENERGY. ENERGIA. ENERGÍA.

Somos energia. Uma energia que fala diferentes línguas e que se internacionaliza. Somos uma força impulsionada pela inovação rumo a um futuro mais verde, mais eléctrico e mais sustentável. Já não é segredo que pensamos no vento, na água e no sol como os nossos maiores aliados à conquista de uma energia cada vez mais limpa, que chega a todos de forma mais justa e inclusiva. Estabelecemos com ambição os nossos objectivos, sempre com o compromisso de criar uma rede de energia, de talento, de tecnologia e de soluções mais globais e mais eficientes. Descarbonizar, digitalizar e descentralizar são os verbos de acção neste caminho de mudança. Lideramos a transição energética e assumimos a responsabilidade de desafiar o mundo para que o faça connosco.

A energia começa em nós. E o futuro é hoje.

edp



ESTE RELATÓRIO

A EDP - Energias de Portugal, S.A. (adiante designada EDP), com sede em Lisboa, no n.º 12 da Avenida 24 de Julho e com os seus títulos cotados na bolsa Euronext Lisboa, resulta da transformação da Electricidade de Portugal, E.P., constituída em 1976 na sequência da nacionalização e consequente fusão das principais empresas do sector eléctrico de Portugal Continental. Em 1994, conforme definido pelos Decretos-Lei n.º 7/91 e 131/94, constituiu-se o Grupo EDP (adiante designado por Grupo EDP ou Grupo) após a cisão da EDP, de que resultou um conjunto de empresas participadas detidas directa ou indirectamente a 100% pela própria EDP.

As actividades do Grupo EDP estão actualmente centradas, por um lado, nas áreas da produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia eléctrica e, por outro lado, na área da comercialização de gás natural. Complementarmente, o Grupo EDP dedica-se a actividades nas áreas da engenharia, ensaios laboratoriais, formação profissional, prestação de serviços energéticos e gestão do património imobiliário.

O Grupo EDP opera no sector da energia, essencialmente nos mercados Europeu e Americano.

O Relatório de Sustentabilidade do Grupo EDP foi elaborado de acordo com as normas constantes da Global Reporting Initiative (GRI Standards) e com a Directiva de Relato Não Financeiro 2014/95 UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de Outubro de 2014 e Decreto-Lei 89/2017 de 28 de Julho, com a finalidade de relatar de forma transparente o desempenho do Grupo no ano, nas diferentes dimensões da sustentabilidade, com foco nos temas materiais.

Este Relatório abrange o ano civil de 2019 e está estruturado em três blocos distintos:

APRESENTAÇÃO E ABORDAGEM ESTRATÉGICA	DESEMPENHO	INDICADORES
Com foco na dimensão da Sustentabilidade, dentro da estratégia do Grupo. Inclui os compromissos assumidos com objectivos e metas e a sua relação com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 das Nações Unidas.	Reporta os temas materiais do ano, organizados em torno dos 2 eixos estratégicos de sustentabilidade. Inclui abordagens de gestão, principais acontecimentos de 2019, desafios para 2020 e um conjunto de casos ilustrativos das práticas EDP: A nossa prática.	Organizados pelos temas materiais. Inclui indicadores desagregados por geografia e com histórico de quatro anos. No seu conjunto, visam responder às exigências dos standards da Global Reporting Initiative.

Para além do Relatório de Sustentabilidade, a EDP disponibiliza um conjunto de relatórios na área de sustentabilidade do seu website:

- Relatório e Contas;
- Relatório Anual do Conselho Geral e de Supervisão;
- Relatórios anuais sectoriais, nomeadamente: Relatório da Provedora de Ética, Relatório de avaliação dos potenciais impactos e do respeito pelos Direitos Humanos e Laborais, Relatório de Prevenção e Segurança e Relatório de Stakeholders;
- Relatórios anuais e de sustentabilidade das sociedades EDP Espanha, EDP - Energias do Brasil e EDP Renováveis;
- Relatório de Abordagem de Gestão à Sustentabilidade no qual são abordados os temas definidos pela metodologia GRI, explicitando, de forma detalhada, a relação entre os processos organizativos e os temas materialmente relevantes para a sociedade.



nonstop

Índice

01 A EDP

MENSAGENS DA ADMINISTRAÇÃO	12
VISÃO, VALORES E COMPROMISSOS	20
RECONHECIMENTO	22
ONDE ESTAMOS	24
EDP NO MUNDO	26
QUEM SOMOS	28
MODELO DE NEGÓCIO	30
ESTRUTURA ACCIONISTA	32

02 ABORDAGEM ESTRATÉGICA

GOVERNO DA SOCIEDADE	39
ORGANIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	43
GESTÃO DE STAKEHOLDERS	46
TENDÊNCIAS DO SECTOR	47
GESTÃO DO RISCO	52
ESTRATÉGIA, OBJECTIVOS E METAS	59

03 DESEMPENHO

MATERIALIDADE	67
LIDERAR A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	71
COMPROMISSO COM A SOCIEDADE E O AMBIENTE	119
INDICADORES DE DESEMPENHO	182

04 ANEXOS

BIOGRAFIA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	202
PRINCÍPIOS E POLÍTICAS	221
PRINCÍPIOS DE RELATO	222
DEM. NÃO FINANCEIRA (ART.66ºB E 508ºG DO CSC)	225
SASB	226
TCFD	230
PROVEITOS VERDES	231
ACOMPANHAMENTO DOS OBJECTIVOS 2020	232
INDICADORES GRI	233
TABELA GRI	244
DECLARAÇÃO DO AUDITOR	256
RELATÓRIO DE ALOCAÇÃO E IMPACTO DAS OBRIGAÇÕES VERDES	260
DECLARAÇÃO DO AUDITOR – RELATÓRIO OBRIGAÇÕES VERDES	262

Stylized text "SWEET" in yellow and red, with a red exclamation mark at the bottom.

SUSTAINABLE
ENERGY



01

A EDP

MENSAGENS DA ADMINISTRAÇÃO	12
VISÃO, VALORES E COMPROMISSOS	20
RECONHECIMENTO	22
ONDE ESTAMOS	24
EDP NO MUNDO	26
QUEM SOMOS	28
MODELO DE NEGÓCIO	30
ESTRUTURA ACCIONISTA	32



UMA EMPRESA GLOBAL DE ENERGIA,
LÍDER NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA COM
VISTA À CRIAÇÃO DE VALOR SUPERIOR

COMPROMISSOS

RESULTADOS

- Cumprimos com os compromissos que assumimos perante os nossos accionistas.
- Lideramos através da capacidade de antecipação e execução.
- Exigimos a excelência em tudo o que fazemos.

CLIENTES

- Colocamo-nos no lugar dos nossos clientes sempre que tomamos uma decisão.
- Ouvimos os nossos clientes e respondemos de uma forma simples e transparente.
- Surpreendemos os nossos clientes, antecipando as suas necessidades.

SUSTENTABILIDADE

- Assumimos as responsabilidades sociais e ambientais que resultam da nossa actuação, contribuindo para o desenvolvimento das regiões onde estamos presentes.
- Reduzimos, de forma sustentável, as emissões específicas de gases com efeito de estufa da energia que produzimos.
- Promovemos activamente a eficiência energética.

PESSOAS

- Aliamos uma conduta ética e de rigor profissional, ao entusiasmo e iniciativa, valorizando o trabalho em equipa.
- Promovemos o desenvolvimento das competências e o mérito.
- Acreditamos que o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional é fundamental para sermos bem sucedidos.

VALORES

INOVAÇÃO

- Com o intuito de criar valor nas várias áreas em que actuamos.

SUSTENTABILIDADE

- Visando a melhoria da qualidade de vida das gerações actuais e futuras.

HUMANIZAÇÃO

- Construindo relações genuínas e de confiança com os nossos colaboradores, clientes, parceiros e comunidades.



Reconhecimento

**ANTÓNIO MEXIA
DESTINGUIDO
COMO MELHOR
CEO**

em Portugal, na oitava edição
dos Prémios Human
Resources

**EDP BRASIL
RECONHECIDA
COMO A MELHOR
EMPRESA DA
AMÉRICA LATINA EM
RESPONSABILIDADE
SOCIAL**
com o prémio Latin Trade Index
Americas Sustainability Award,
desenvolvido pelo Banco
Interamericano de
Desenvolvimento (BID)

**EDP COMERCIAL
RECONHECIDA
COMO ESCOLHA
DO CONSUMIDOR
2019**

na categoria Energias e
Serviços para Uso Doméstico

**EDP ESPANHA ELEITA
A MELHOR EMPRESA
COMERCIALIZADORA
DO ANO
EM ESPANHA**
segundo a Selectra (comparador
de tarifas de energia)

**EDP DISTINGUIDA
COMO NÚMERO 1
NO MUNDO
ENTRE
AS UTILITIES
INTEGRADAS**
no Índice de Sustentabilidade
Dow Jones pelo 12.º ano
consecutivo, tendo obtido a
melhor pontuação de sempre

**EDP DISTINGUIDA
COMO UMA
DAS MAIS ÉTICAS
DO MUNDO**
eleita pela Ethisphere,
pelo 8.º ano consecutivo



EDP CONSIDERADA A 14^a EMPRESA MAIS VALIOSA DO MUNDO NO SECTOR DAS UTILITIES
com um valor de marca estimado em 2,4 mil milhões de euros, segundo a Brand Finance

NOVO OBJECTIVO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES DE CO₂ RECONHECIDO PELA SBTI
como estando alinhado com a trajectória de descarbonização abaixo de 2°C

EDP PIONEIRA NA EMISSÃO DE GREEN BONDS
distinguida pela Climate Bonds Initiative, na categoria “New Country Taking Green Bonds Global”

EDP DISTINGUIDA COM NÍVEL DE EXCELÊNCIA COMO EMPRESA FAMILIARMENTE RESPONSÁVEL
sendo a primeira empresa portuguesa a obter o certificado efr nesta categoria

EDP ELEITA A MELHOR EMPRESA DO SECTOR DA ENERGIA
pelos Prémios Marketeer 2019

MIGUEL SETAS, CEO DA EDP BRASIL, DISTINGUIDO COMO MELHOR LÍDER EMPRESARIAL NO SECTOR DA ENERGIA
pelo jornal Valor Econômico (Grupo Globo)

MIGUEL STILWELL DE ANDRADE VENCEU O PRÉMIO DE MELHOR ADMINISTRADOR FINANCEIRO (CFO)
na 32^a edição dos IRG Awards

EDP RECONHECIDA COMO LÍDER MUNDIAL NO COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E NA GESTÃO DA ÁGUA
pela ONG CDP no nível mais elevado de desempenho
Leadership: Climate Change (A-) e Water Security (A)

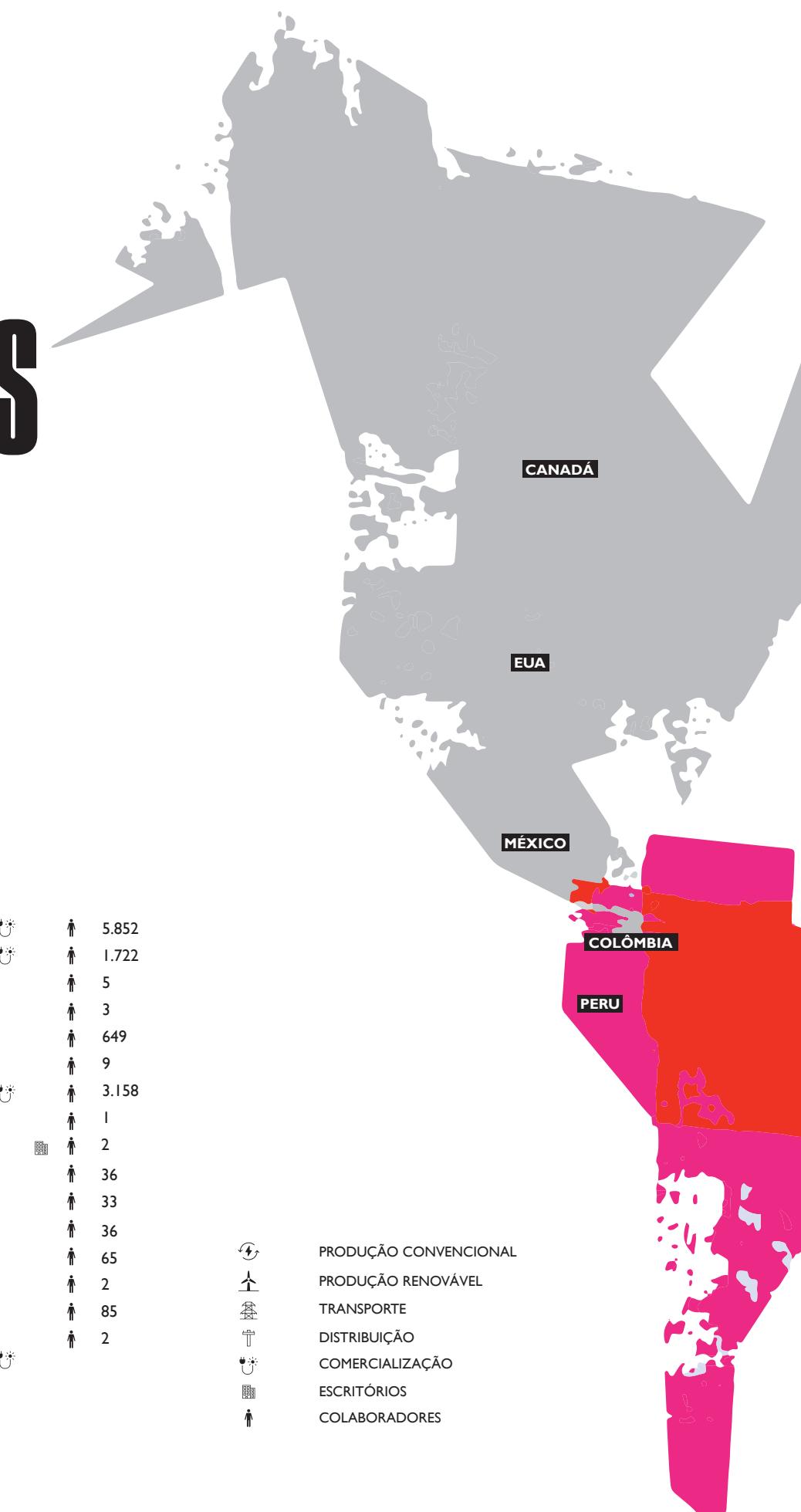
BARRAGEM DO ALTO LINDOSO GALARDOADA COM O PRÉMIO CINCO ESTRELAS REGIÕES 2019
na categoria de Reservas/Paisagens/Barragens, destacando-se como o mais potente centro produtor hidroeléctrico instalado em Portugal

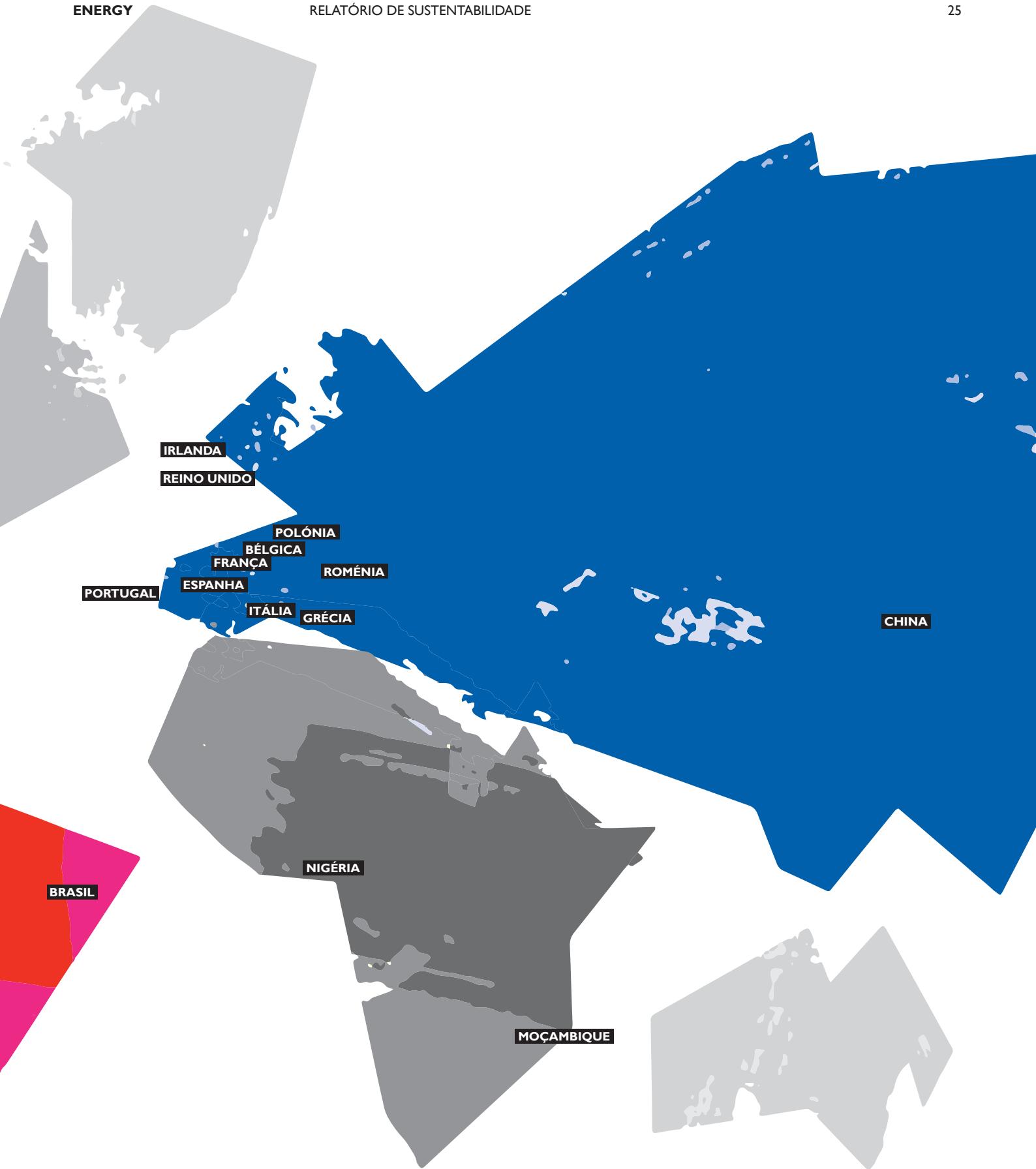


Onde Estamos

PORTRUGAL								5.852
ESPAÑHA								1.722
CANADÁ								5
COLÔMBIA								3
EUA								649
MÉXICO								9
BRASIL								3.158
PERU								1
CHINA								2
POLÔNIA								36
ROMÉNIA								33
ITÁLIA								36
REINO UNIDO								65
BÉLGICA								2
FRANÇA								85
GRÉCIA								2
IRLANDA								
MOÇAMBIQUE								
NIGÉRIA								

- PRODUÇÃO CONVENCIONAL
- PRODUÇÃO RENOVÁVEL
- TRANSPORTE
- DISTRIBUIÇÃO
- COMERCIALIZAÇÃO
- ESCRITÓRIOS
- COLABORADORES





EDP no Mundo

PORTUGAL



renováveis



gás



serviço universal



distribuição

5.852

colaboradores

5.137.910
696.051clientes de electricidade
clientes de gás11.159 MW
22.571 GWh
177.841 km
48.981 km
45.666 GWh
279 MW
25 GWcapacidade instalada
produção líquida
extensão de rede aérea
extensão de rede subterrânea
electricidade distribuída
capacidade assegurada *onshore*
capacidade assegurada *offshore*
(14 MW líquidos para a EDP)

55%
PRODUÇÃO
A PARTIR DE
FONTES RENOVÁVEIS¹

ESPAÑA



renováveis

1.720

colaboradores

1.166.187
903.181clientes de electricidade
clientes de gás5.373 MW
14.242 GWh
15.729 km
5.037 km
8.262 GWh
89 MWcapacidade instalada
produção líquida
extensão de rede aérea
extensão de rede subterrânea
electricidade distribuída
capacidade assegurada *onshore*

41%
PRODUÇÃO
A PARTIR DE
FONTES RENOVÁVEIS¹

BRASIL



renováveis

3.158

colaboradores

3.523.408
2.787 MW
9.593 GWh
113 km
92.899 km
256 km
25.591 GWh
1.328 km
598 MWclientes de electricidade
capacidade instalada
produção líquida
extensão de rede de transporte
extensão de rede de distribuição aérea
extensão de rede de distribuição subterrânea
electricidade distribuída
rede de transporte em construção
capacidade assegurada *onshore*

61%
PRODUÇÃO
A PARTIR DE
FONTES RENOVÁVEIS¹

FRANCE

renováveis

85	employees
53 MW	installed capacity
465 GWh	net generation
84 MW	capacity secured onshore
1 GW	capacity secured offshore (301 MW net for EDP)

100%
GENERATION
FROM RENEWABLE
SOURCES¹

CANADA

renováveis

5	employees
30 MW	installed capacity
70 GWh	net generation

100%
GENERATION
FROM RENEWABLE
SOURCES¹

BELGIUM

renováveis

2	employees
68 GWh	net generation

100%
GENERATION
FROM RENEWABLE
SOURCES¹

ITALY

renováveis

36	employees
271 MW	installed capacity
551 GWh	net generation
16 MW	capacity secured onshore

100%
GENERATION
FROM RENEWABLE
SOURCES¹

POLAND

renováveis

36	employees
418 MW	installed capacity
1,098 GWh	net generation
365 MW	capacity secured onshore

100%
GENERATION
FROM RENEWABLE
SOURCES¹

ROMENIA

renováveis

33	employees
521 MW	installed capacity
1,151 GWh	net generation

100%
GENERATION
FROM RENEWABLE
SOURCES¹

USA

renováveis

649	employees
5,714 MW	installed capacity
15,696 GWh	net generation
1.9 GW	capacity secured onshore
804 MW	capacity secured offshore (402 MW net for EDP)

100%
GENERATION
FROM RENEWABLE
SOURCES¹

MEXICO

renováveis

9	employees
200 MW	installed capacity
726 GWh	net generation
96 MW	capacity secured onshore

100%
GENERATION
FROM RENEWABLE
SOURCES¹

UNITED KINGDOM

renováveis

66	employees
1 GW	capacity secured offshore (316 MW net for EDP)

GREECE

renováveis

2	employees
119 GW	capacity secured onshore

COLOMBIA

renováveis

3	employees
492 MW	capacity secured onshore

CHINA

2	employees
---	-----------

PERU

1	employees
---	-----------

IRELAND

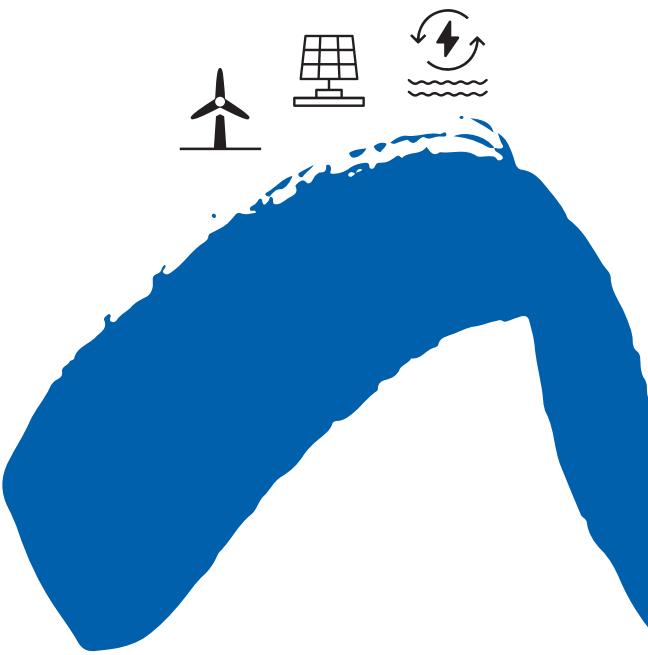
Investment in GridBeyond

MOZAMBIQUEInvestment in A2E² in SolarWorks!**NIGERIA**Investment in A2E² in Rensource¹ INCLUDES HYDRO, WIND AND SOLAR. ² ACESSTO ENERGY

Quem Somos

A EDP É UMA UTILITY MULTINACIONAL VERTICALMENTE INTEGRADA

Ao longo dos seus 40 anos de história a EDP tem vindo a cimentar uma presença relevante no panorama energético mundial, estando presente em 19 países e 4 continentes. A EDP conta com cerca de 11.700 colaboradores e está presente em toda a cadeia de valor da electricidade e na actividade de comercialização de gás.

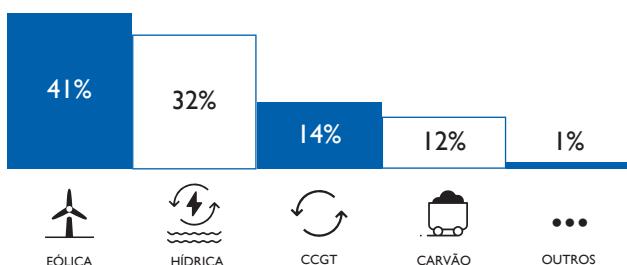


I. PRODUÇÃO

A actividade de produção é a primeira actividade da cadeia de valor do sector eléctrico. A electricidade é produzida a partir de recursos energéticos de origem renovável ou não renovável. A energia produzida através de fontes tradicionais provém maioritariamente do carvão, gás natural, nuclear e cogeração. No caso de fontes renováveis, provém essencialmente de água, vento e sol.

27

GW DE CAPACIDADE INSTALADA



67

TWh DE ELECTRICIDADE PRODUZIDA

66%

A PARTIR DE FONTES RENOVÁVEIS

2. TRANSMISSÃO

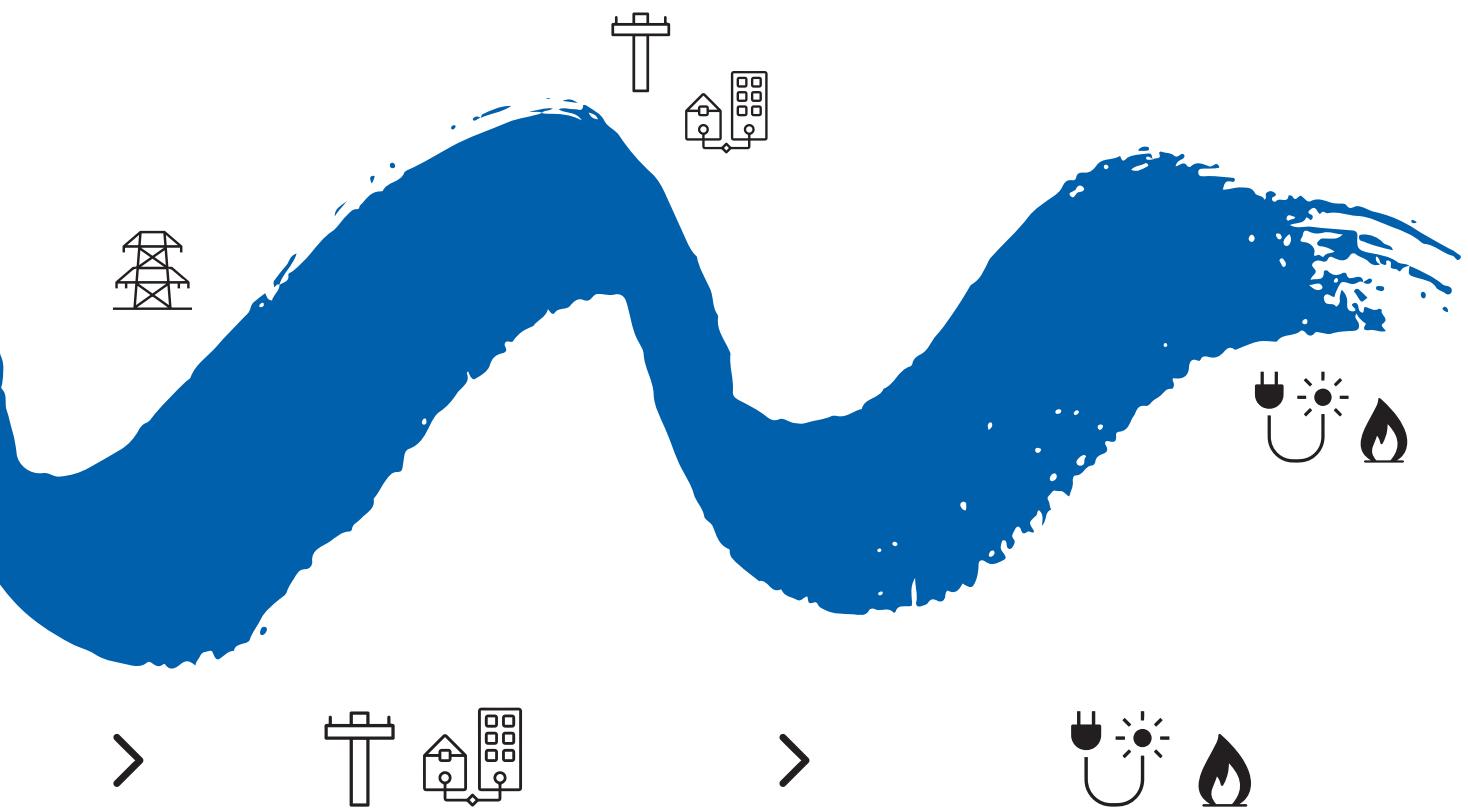
Na actividade de transmissão a energia produzida é entregue à rede de transporte, que é constituída por linhas de muito alta tensão e que posteriormente canaliza a energia para a rede de distribuição. Este é um segmento recente no Grupo EDP, em desenvolvimento no Brasil. No final de 2018 entrou em operação o primeiro lote de 113 km de rede.

113

KM DE REDE EM OPERAÇÃO

1.328

KM DE REDE DE TRANSPORTE EM CONSTRUÇÃO



3. DISTRIBUIÇÃO

Na actividade de distribuição a energia transportada é canalizada para a rede de distribuição. Esta rede possibilita o escoamento da energia para os pontos de abastecimento. As redes de distribuição de electricidade são compostas por linhas e cabos de Alta, Média e Baixa tensão. São também parte integrante das redes de distribuição as subestações, os postos de transformação e as instalações de iluminação pública, bem como as ligações necessárias às instalações consumidoras e centros electroprodutores.

340.744

KM DE REDE

286.470

KM DE LINHAS DE
DISTRIBUIÇÃO AÉREAS

54.274

KM DE LINHAS DE
DISTRIBUIÇÃO SUBTERRÂNEAS

80

TWh DE ELECTRICIDADE DISTRIBUÍDA

4. COMERCIALIZAÇÃO

Na actividade de comercialização a energia distribuída chega ao ponto de abastecimento sendo então vendida pelo comercializador. Em toda a cadeia de valor de electricidade e gás, a comercialização é a actividade mais próxima do cliente, sendo responsável pela relação com os consumidores finais.

9.827.505

CLIENTES DE ELECTRICIDADE

5.041.722

CLIENTES EM MERCADO LIVRE

4.785.783

CLIENTES DE ÚLTIMO RECURSO

1.599.232

CLIENTES DE GÁS

1.509.811

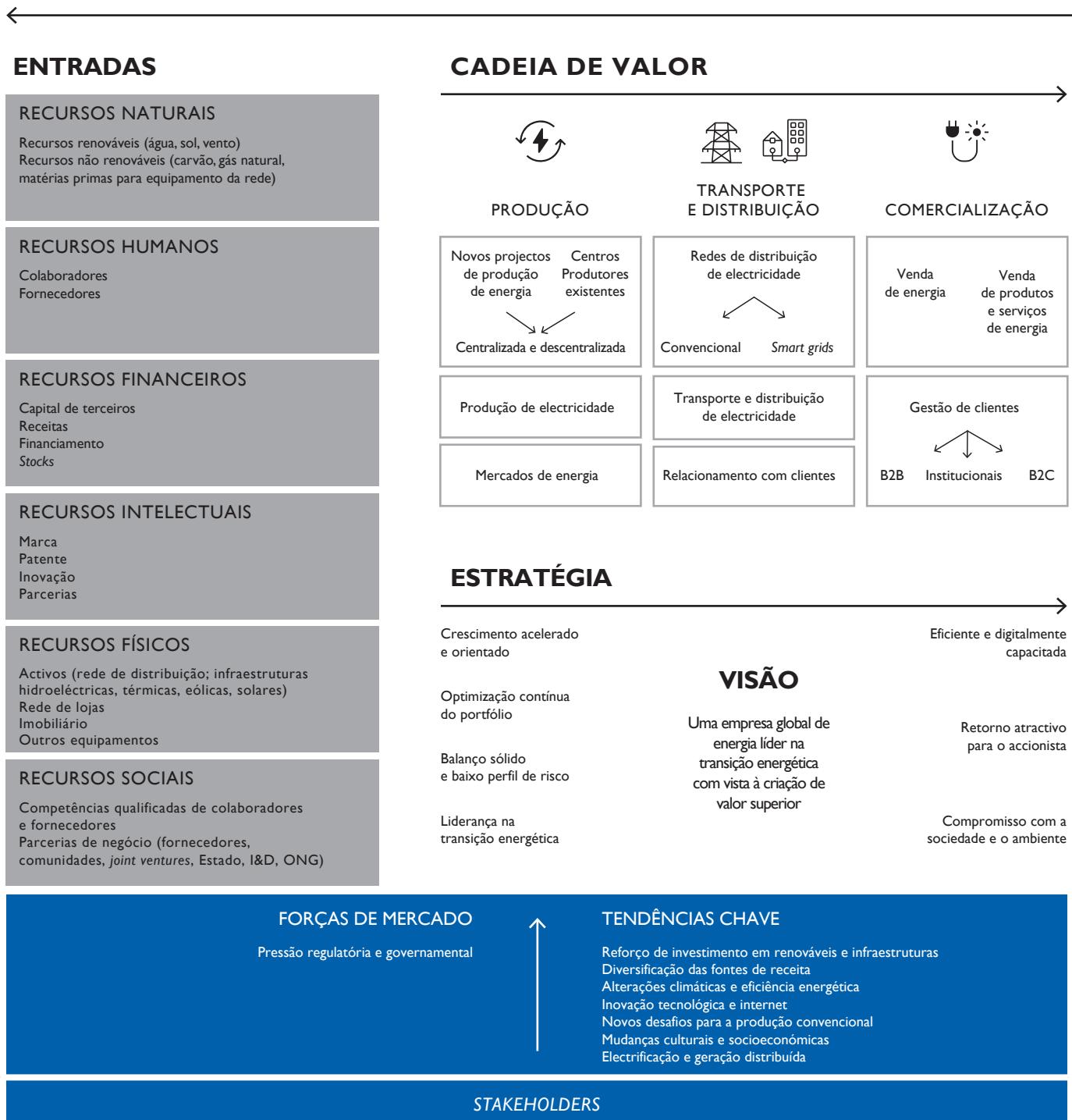
CLIENTES EM MERCADO LIVRE

89.421

CLIENTES DE ÚLTIMO RECURSO



Modelo de Negócio



RESULTADOS

VALOR NATURAL

Emissões poluentes atmosféricas
Gestão de resíduos e efluentes
Gestão da água
Habitats e espécies protegidas
Incidentes ambientais
Consumo de energia

VALOR HUMANO

Quadro de colaboradores diverso
Volume de formação
Incidentes e doenças profissionais
Remuneração de colaboradores
Satisfação dos colaboradores
Benefícios sociais para colaboradores

VALOR FINANCEIRO

Lucro
Remuneração do capital de terceiros/dividendos
Gestão da dívida

VALOR INTELECTUAL

Produtos e serviços inovadores
Conhecimento gerado

VALOR SOCIAL

Externalidades da produção e distribuição de energia
Reputação da marca
Investimento social
Satisfação de clientes
Relação contratual com fornecedores

VALOR INFRAESTRUTURA

Qualidade e eficiência do fornecimento de energia
Energia produzida e distribuída
Incidentes com terceiros

IMPACTOS

VALOR NATURAL

Redução de emissões de CO₂ pela promoção de renováveis
Redução de emissões de poluentes atmosféricos
Redução do consumo de recursos naturais
Garantir a qualidade da água
Preservação da biodiversidade
Redução de consumo de energia através de ações de eficiência energética

VALOR HUMANO

Promoção da diversidade e igualdade de oportunidades
Promoção do desenvolvimento de competências dos colaboradores
Promoção da segurança e saúde no trabalho
Promoção da satisfação dos colaboradores

VALOR FINANCEIRO

Minimizar riscos financeiros
Redução da dívida

VALOR INTELECTUAL

Promoção da inovação e investigação
Promoção da adopção de comportamentos de consumo sustentável
Alavancar o conhecimento gerado

VALOR SOCIAL

Reputação e reconhecimento
Promoção do investimento social
Promoção da satisfação de clientes/ Experiência do cliente
Promoção de uma cultura ética
Desenvolvimento dos fornecedores

VALOR INFRAESTRUTURA

Garantia da qualidade e eficiência do fornecimento de energia
Promoção da segurança de instalações e equipamentos

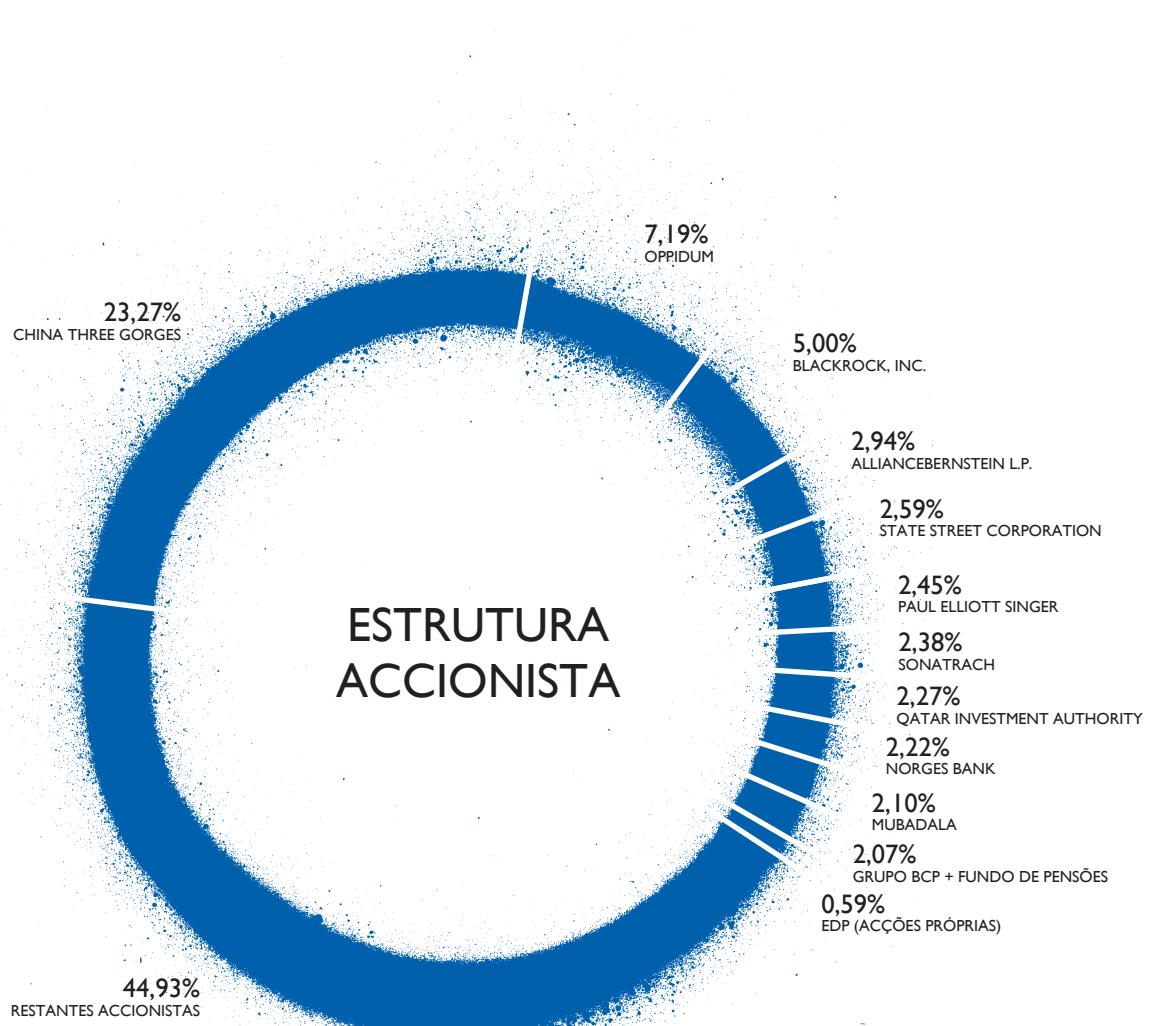


Estrutura Accionista

ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social é de 3.656.537.715 Euros e encontra-se integralmente realizado, conforme disposto no artigo 4º dos Estatutos da Sociedade, sendo representado por 3.656.537.715 acções com o valor nominal de 1 euro cada.

A repartição por accionista da EDP era, em 31 de Dezembro de 2019, a seguinte:

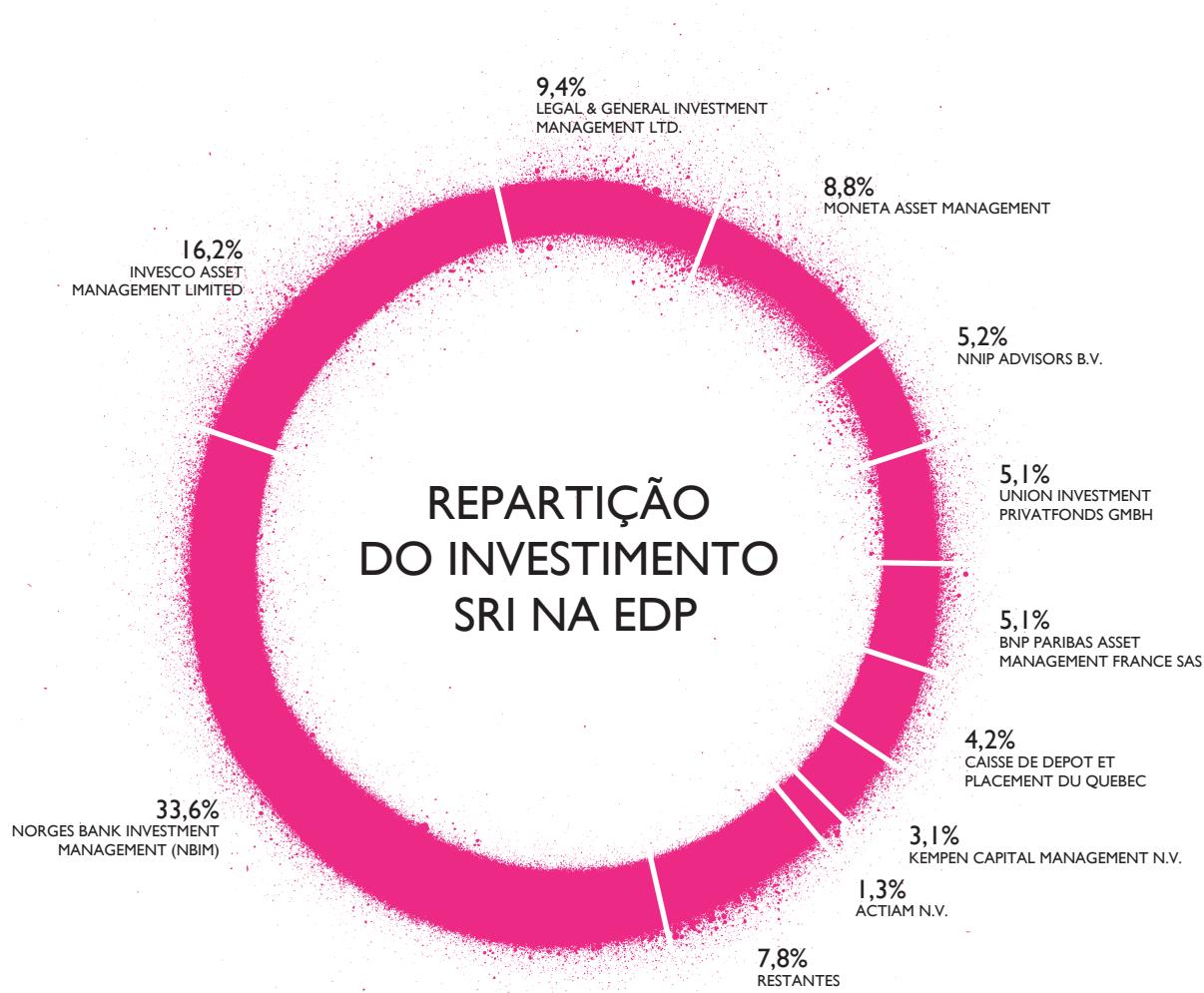


Para mais detalhe consultar o Relatório e Contas 2019, página 26.

INVESTIDORES SRI

De acordo com os resultados da análise preparada pela Nasdaq para a EDP à data de Dezembro de 2019, os investidores SRI detinham 318.581.276 de acções, correspondentes a 9% do capital social da EDP. Os quatro maiores investidores SRI na EDP são o Norges Bank Investment Management (33,6%), INVESCO Asset Management Limited (16,2%), Legal & General Investment Management Ltd (9,4%) e Moneta Asset Management (8,8%). Estes investidores são signatários dos 6 princípios PRI, e seguem uma abordagem core, isto é, uma ou mais de seis abordagens de investimento SRI, como por exemplo, filtragem negativa, integração de factores ESG, envolvimento e exercício de direitos de voto.

A repartição do investimento socialmente responsável por accionista da EDP era, em 31 de Dezembro de 2019 era a seguinte:



Informação adicional na página 76.



S



SUN
ENERGY



Página conceito

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

02

02 ABORDAGEM ESTRATÉGICA

GOVERNO DA SOCIEDADE	39
ORGANIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	43
GESTÃO DE STAKEHOLDERS	46
TENDÊNCIAS DO SECTOR	47
GESTÃO DO RISCO	52
ESTRATÉGIA, OBJECTIVOS E METAS	59

edp



02

ABORDAGEM ESTRATÉGICA

2.1. GOVERNO DA SOCIEDADE

A Sociedade adopta o modelo de governo dualista composto por Assembleia Geral, Conselho de Administração Executivo, Conselho Geral e de Supervisão e Revisor Oficial de Contas.

A repartição das funções de gestão e de supervisão materializa-se na existência de um Conselho de Administração Executivo, o qual está encarregue da gestão dos negócios sociais, e de um Conselho Geral e de Supervisão, órgão responsável pela função de supervisão.

A repartição de competências entre o Conselho de Administração Executivo e o Conselho Geral e de Supervisão tem vindo a garantir uma eficaz gestão da Sociedade, à qual acresce o benefício de uma constante e atenta supervisão. Deste modo e face à estrutura existente, poder-se-á afirmar que o modelo dualista de governo em vigor na Sociedade desde Julho de 2006, tem permitido uma separação eficaz das funções de supervisão e de gestão na prossecução dos objectivos e interesses da Sociedade, dos seus accionistas, colaboradores e restantes stakeholders, permitindo, desta forma, alcançar o grau de confiança e transparência necessário ao seu adequado funcionamento e optimização.

Importa igualmente salientar que este modelo de governo se tem revelado adequado à dimensão e estrutura accionista da Sociedade, permitindo ainda uma supervisão constante por parte dos accionistas de referência através da sua intervenção no Conselho Geral e de Supervisão.

As próximas páginas descrevem, de forma breve, as especificidades do modelo actual de governo da sociedade bem como as suas práticas. Informação mais detalhada sobre o tema encontra-se reflectida no Relatório de Governo da Sociedade.



ESPECIFICIDADES DO MODELO ACTUAL DE GOVERNO DA SOCIEDADE

ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

O Conselho Geral e de Supervisão, no exercício das suas competências – cfr. artigo 441.º do Código das Sociedades Comerciais e artigo 22.º dos Estatutos da EDP – tem como principal missão assegurar, em permanência, o aconselhamento, o acompanhamento e a supervisão da actividade da administração da EDP, cooperando com o Conselho de Administração Executivo e com os demais órgãos e corpos sociais na prossecução do interesse social, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais e nos Estatutos da Sociedade, sendo eleito pelos accionistas em Assembleia Geral.

De acordo com o número 1 do artigo 21.º dos Estatutos, o Conselho Geral e de Supervisão é composto por um número de membros efectivos não inferior a nove, mas sempre superior ao número de membros do Conselho de Administração Executivo. Os membros eleitos do Conselho Geral e de Supervisão deverão ser, na sua maioria, independentes, nos termos do número 4 do artigo 21.º dos Estatutos.

Para mais informações, consultar pontos 17 e 21 do Capítulo 4 do Relatório e Contas EDP 2019.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

O Conselho de Administração Executivo é o órgão responsável pela gestão das actividades sociais e pela representação da Sociedade, nos termos previstos no artigo 431.º do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 17.º dos Estatutos da EDP, sendo eleito pelos accionistas em Assembleia Geral.

De acordo com o número 2 do artigo 16.º dos Estatutos, o número de membros do Conselho de Administração Executivo deverá situar-se entre um mínimo de cinco e um máximo de nove, conforme alteração estatutária aprovada pela Assembleia Geral realizada em 5 de Abril de 2018 que aumentou o número máximo de membros deste órgão de oito para nove.

Os membros do Conselho de Administração Executivo não podem exercer funções executivas em mais do que duas sociedades não pertencentes ao Grupo EDP, devendo o exercício das referidas funções ser objecto de apreciação prévia pelo Conselho de Administração Executivo, conforme disposto no artigo 6.º do Regulamento Interno do referido órgão.

É da competência do Conselho de Administração Executivo a definição do modelo organizativo do Grupo EDP e a repartição de funções entre as diferentes Unidades de Negócio, as sociedades de Serviços Partilhados (EDP Global Solutions - Gestão Integrada de Serviços, S.A. e EDP Real Estate Global Solutions – Imobiliária e Gestão de Participações, S.A.) e a estrutura central. Esta é constituída por um Centro Corporativo que assume uma função estruturante de apoio ao Conselho de Administração Executivo no âmbito da definição e do controlo da execução de estratégias, políticas e objectivos definidos.

O Centro Corporativo está organizado por Direcções Corporativas e Unidades de Negócio, permitindo assim uma maior optimização e eficiência da estrutura organizativa.

O Conselho de Administração Executivo é também apoiado por Comités específicos que permitem um acompanhamento mais eficaz das matérias e contribuem para o processo de decisão.

Para mais informações, consultar pontos 17 e 21 do Capítulo 4 do Relatório e Contas EDP 2019.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas é o órgão da sociedade responsável pelo exame dos documentos de prestação de contas, sendo eleito pela Assembleia Geral para mandatos de três anos, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 25.º dos Estatutos da EDP e no artigo 446.º do Código das Sociedades Comerciais.

Em 5 de Abril de 2018, a PriceWaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores de Contas, Lda., Sociedade Revisor Oficial de Contas número 183, representada por João Rui Fernandes Ramos (ROC número 1333), foi eleita Revisor Oficial de Contas para o triénio

2018-2020, tendo, na mesma data, sido eleito Aurélio Adriano Rangel Amado (ROC n.º 1074), para Suplente do Revisor Oficial de Contas, para exercer funções no triénio 2018 – 2020.

Para mais informações, consultar ponto 39 do Capítulo 4 do Relatório e Contas EDP 2019.

CORPOS SOCIAIS

COMISSÃO DE VENCIMENTOS DA ASSEMBLEIA GERAL

As remunerações dos órgãos sociais, à excepção dos membros do Conselho de Administração Executivo, são fixadas pela Comissão de Vencimentos eleita pela Assembleia Geral (alínea d) do número 2 do artigo 11.º dos Estatutos da EDP).

Nos termos do referido artigo dos Estatutos, os membros da Comissão de Vencimentos da Assembleia Geral devem ser, na sua maioria, independentes.

CONSELHO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Ao Conselho de Ambiente e Sustentabilidade, enquanto corpo social, encontram-se atribuídas determinadas competências consultivas junto do Conselho de Administração Executivo em matéria ambiental e de sustentabilidade, em especial o aconselhamento e apoio deste na definição da estratégia societária de ambiente e sustentabilidade, incluindo a formulação de pareceres e recomendações sobre o impacto ambiental de projectos a promover pelo Grupo EDP (número 1 do artigo 28.º dos Estatutos da EDP).

COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS/COMISSÃO DE AUDITORIA DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

De acordo com os Estatutos e com o Regulamento Interno da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria e nos termos da legislação aplicável, esta Comissão tem como principal missão, por delegação do Conselho Geral e de Supervisão, acompanhar e supervisionar de modo permanente:

- As matérias financeiras e as práticas contabilísticas da Sociedade;
- Os procedimentos internos em matéria de Auditoria Interna e do Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro (SCIRF);
- As matérias relativas ao sistema de gestão de risco;
- A actividade e a independência do Revisor Oficial de Contas (ROC) da Sociedade;
- A função de *compliance*.

OUTROS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

COMISSÃO DE VENCIMENTOS DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Nos termos do disposto no artigo 27.º dos Estatutos da EDP, a Comissão de Vencimentos designada pelo Conselho Geral e de Supervisão, tem como missão a fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo, bem como de eventuais complementos.

COMISSÃO DE GOVERNO SOCIETÁRIO E DE SUSTENTABILIDADE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

A Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade é uma Comissão Especializada do Conselho Geral e de Supervisão que tem como finalidade acompanhar e supervisionar de modo permanente as questões relativas às seguintes matérias:

- Governo societário;
- Sustentabilidade estratégica;



- Códigos internos de ética e conduta;
- Sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, designadamente no que respeita a relações da Sociedade com os accionistas;
- Procedimentos internos e de relação entre a Sociedade e Sociedades Dominadas ou do Grupo e os seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais *stakeholders*.

COMISSÃO DE ESTRATÉGIA E DE PERFORMANCE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

A Comissão de Estratégia e Performance tem como finalidade acompanhar e supervisionar de modo permanente as questões relativas às seguintes matérias:

- Cenários e estratégias de curto, médio e longo prazo;
- Execução estratégica, planeamento de negócio e respectivos orçamentos;
- Investimentos e desinvestimentos;
- Dívida e financiamento;
- Alianças estratégicas;
- Evolução de mercados e competitividade;
- Regulação;
- Análise da performance do Grupo e das Unidades de Negócio;
- Benchmarking da performance do Grupo face às empresas de topo do sector;
- Avaliação da competitividade do portfólio de negócio da EDP.

PRÁTICAS DE GOVERNO DA SOCIEDADE

No actual enquadramento legal, a EDP divulga anualmente um relatório sobre as suas práticas de governo, no qual inclui o respectivo posicionamento quanto à adopção dos princípios e das recomendações do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance de 2018 especificando, nomeadamente, as recomendações em relação às quais não se verifica o respectivo acolhimento e as razões associadas.

No exercício das melhores práticas em matéria do governo da sociedade, a EDP tem ido, em diversas vertentes, para além das exigências legais e regulamentares, reforçando assim a confiança dos accionistas da EDP e restantes stakeholders. Neste âmbito, e sem prejuízo desta informação se encontrar detalhada no Capítulo 4 do Relatório de Governo da Sociedade importa aqui salientar o tema dos conflitos de interesse e a forma como a EDP o endereça.

O Conselho Geral e de Supervisão aprovou em 2009 um conjunto de regras objectivas e transparentes para a identificação, a prevenção e a resolução de conflitos de interesses corporativos relevantes, designado “Quadro de tratamento de conflitos de interesses”.

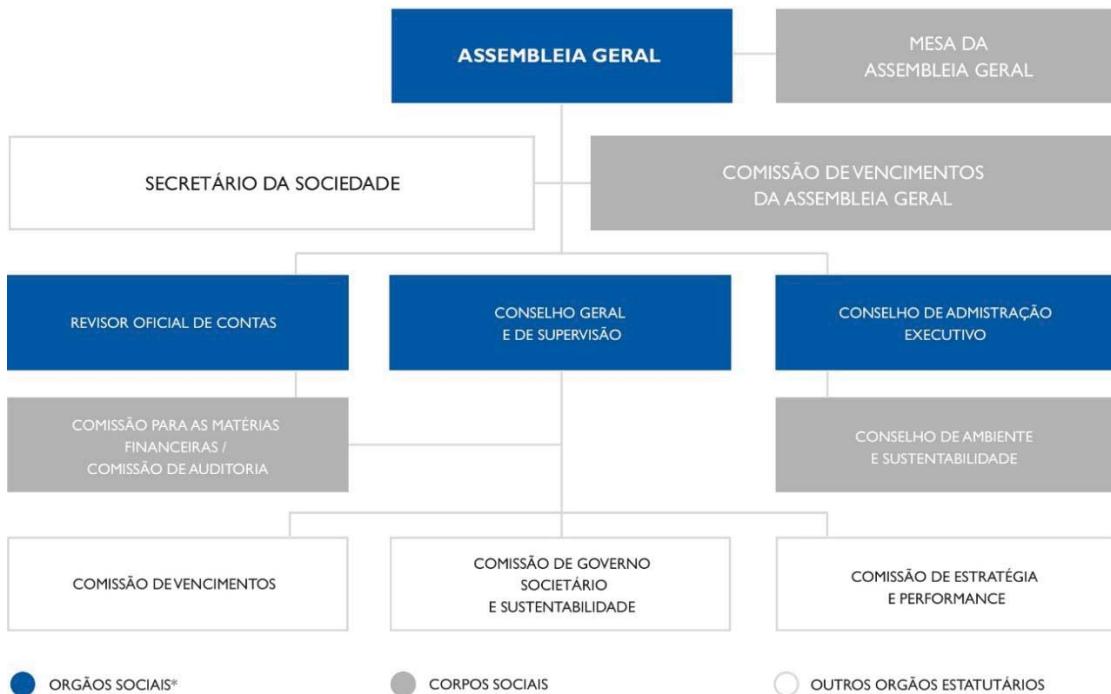
Na sequência da deliberação tomada pelo Conselho Geral e de Supervisão, o Conselho de Administração Executivo aprovou, em 17 de Maio de 2010, as regras de identificação, de reporte interno e actuação em caso de conflito de interesses, aplicáveis a todos os colaboradores do Grupo EDP que tenham um papel decisivo na realização de transacções com partes relacionadas. Este conjunto de regras encontra-se igualmente disponível no website da EDP.

No âmbito do reforço qualitativo das práticas governativas, o Conselho Geral e de Supervisão aprovou, em 29 de Julho 2010, o Regulamento sobre Conflitos de Interesses e Negócios entre Partes Relacionadas da EDP, o qual foi objecto de revisão em 2015 e que se encontra disponível no website da EDP (www.edp.com). Este conjunto de regras relativas à prevenção, à identificação e à resolução de

potenciais conflitos de interesses corporativos relevantes tem um âmbito de aplicação mais alargado do que aquele que resulta do Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

A Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade é responsável pela supervisão da aplicação das referidas regras, reportando a sua actividade ao Conselho Geral e de Supervisão.

ORGANOGRAMA, DELEGAÇÃO E REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS



*OS ÓRGÃOS SOCIAIS SÃO TAMBÉM CORPOS SOCIAIS, DE ACORDO COM O N.º 4 DO ARTIGO 8º DOS ESTATUTOS DA EDP.

2.2. ORGANIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

O Grupo EDP reconhece a importância da sustentabilidade na sua cadeia de valor, integrando na sua estratégia de negócio os riscos e as oportunidades a nível ESG (*Environmental, Social e Governance*).

A sustentabilidade no Grupo EDP está organizada com o objectivo de estabelecer uma estreita comunicação entre as áreas corporativas e as áreas de gestão, potenciando o fluxo de informação e a operacionalização da sua estratégia. É assim assegurado o acompanhamento das diferentes dimensões da sustentabilidade, com foco nos temas materiais do ano, dos quais se destacam: Alterações Climáticas nas suas diferentes dimensões, o Desempenho Ambiental, a Segurança, a Qualidade e Serviço ao cliente, o Investimento Social e as Comunidades Locais, Pobreza Energética e o Acesso à Energia e os Direitos Humanos. Adicionalmente, durante 2019, enquadrada na visão de liderar o caminho da Companhia para a transição energética em 2030 mereceu, ainda, especial atenção a formalização do compromisso “Business Ambition for 1,5°C – Our Only Future” juntamente com 87 empresas. Em matéria de sustentabilidade, a organização da EDP é sumarizada na figura seguinte, destacando-se as diferentes responsabilidades:

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO - Órgão social responsável pelo aconselhamento, acompanhamento e supervisão da actividade de administração da EDP. Dadas a natureza e as funções que lhe foram atribuídas, e em conformidade com a Lei e os Estatutos da EDP, o Conselho Geral e de Supervisão procedeu à criação de uma comissão especializada para tratamento de assuntos de particular importância na área da sustentabilidade:



- **COMISSÃO DE GOVERNO SOCIETÁRIO E SUSTENTABILIDADE** - Comissão especializada com competências nas matérias relativas ao governo societário, à sustentabilidade estratégica, aos códigos internos de ética e de conduta, ao sistema de resolução de conflitos de interesses, entre outras. Esta Comissão é ainda responsável por definir a composição do Comité de Ética. Em 2019, no âmbito das suas competências esta Comissão reuniu seis vezes, com uma média de participação de 86%. Atentas as competências da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade destacam-se, como temas abordados nas seis reuniões realizadas em 2019, os seguintes: análise das situações de potenciais conflitos de interesse, apreciação dos pareceres emitidos pelo Comité de Ética, análise da gestão de stakeholders em geral e política da relação com o cliente em particular, análise da estratégia de recursos humanos e planos de sucessão, estudo dos objectivos de sustentabilidade para o Grupo e análise do plano estratégico das Fundações do Grupo EDP. Para mais detalhe sobre os principais assuntos tratados por esta Comissão ver o Relatório Anual do Conselho Geral e de Supervisão 2019.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO - órgão social responsável pela gestão das actividades sociais e pela representação da Sociedade. No âmbito da Sustentabilidade, define as políticas e os objectivos, sob proposta da Direcção de Sustentabilidade.

CONSELHO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - corpo social com competências consultivas e de apoio ao Conselho de Administração Executivo na definição da estratégia, incluindo a formulação de pareceres e recomendações sobre o impacto ambiental de projectos.

ESTRUTURA CENTRAL - constituída por um Centro Corporativo organizado por Direcções e unidades de negócio. Fazem, ainda, parte desta estrutura Comités Específicos que apoiam o Conselho de Administração Executivo e contribuem para o processo de decisão. No caso particular da sustentabilidade, destaca-se:

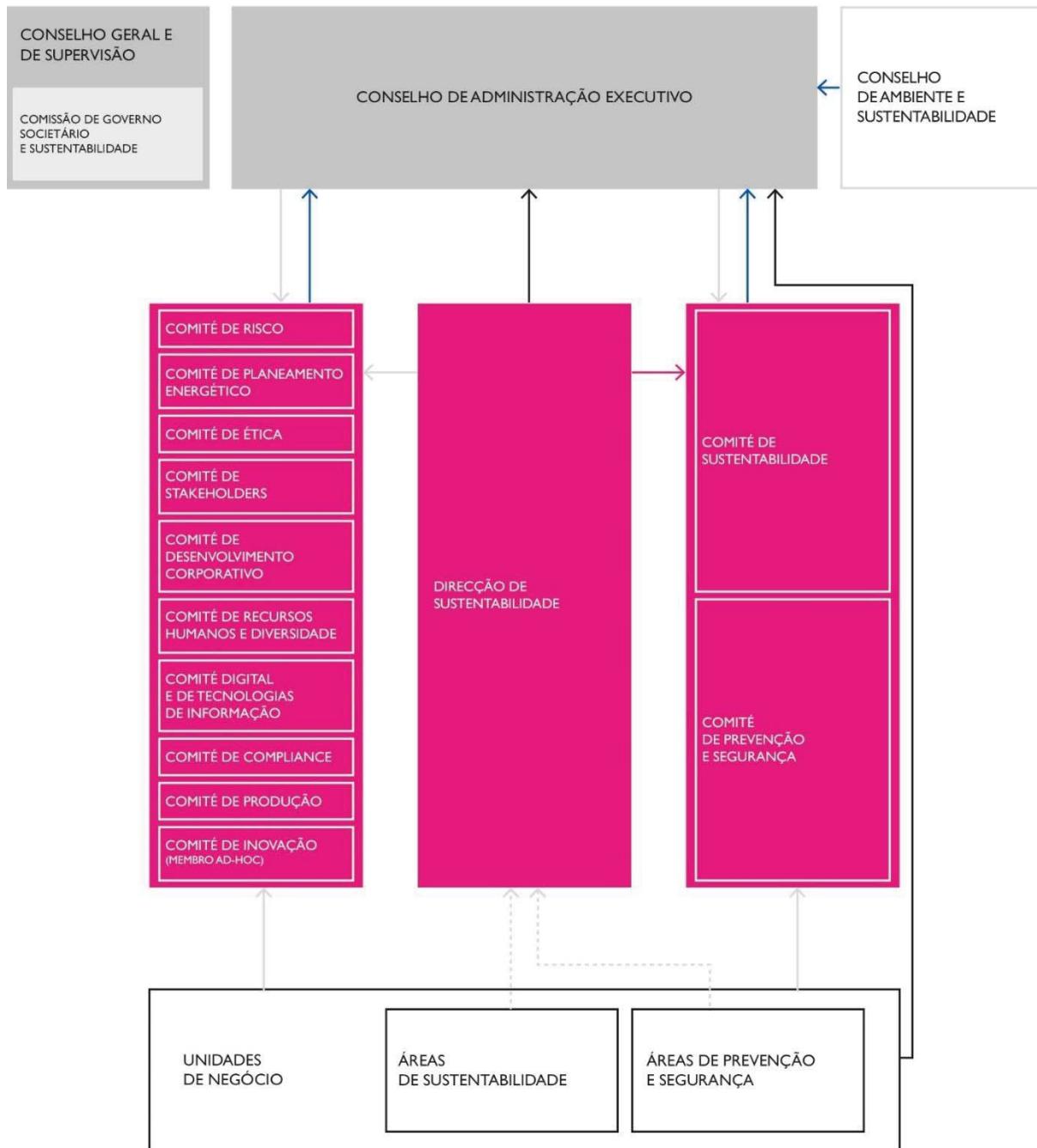
- **DIRECÇÃO DE SUSTENTABILIDADE** - tem como missão apoiar o Conselho de Administração Executivo na definição e implementação da política e estratégia de sustentabilidade e segurança do Grupo, propondo objectivos e metas corporativos, dinamizando a sua operacionalização e melhoria contínua nos processos das unidades de negócio e reportando a informação não financeira consolidada às partes interessadas. É ainda uma das áreas envolvidas na missão de suporte na identificação, análise, avaliação e monitorização do risco, integrando uma das três linhas de defesa interna à organização do Modelo de Governo do Risco.
- **COMITÉ DE SUSTENTABILIDADE** - este Comité é presidido pelo Presidente do Conselho de Administração Executivo e é secretariado pelo Director da Direcção de Sustentabilidade. Apoia a gestão nos temas da sustentabilidade. Tem como membros permanentes o responsável pela área corporativa de sustentabilidade no Conselho de Administração Executivo, directores do Centro Corporativo e representantes de unidades de negócio. O seu objecto de actuação é o de apoiar a Direcção de Sustentabilidade no processo de desenvolvimento de políticas corporativas ou desenvolver posições sobre determinadas questões de sustentabilidade de interesse corporativo, assegurando alinhamento e coordenação entre as partes. Para além da Direcção de Sustentabilidade, estão também presentes as seguintes Direcções: Gestão de Risco, Planeamento Energético, Relação com Investidores, Recursos Humanos, Universidade EDP, Coordenação de Gestão de Marca, Marketing e Comunicação, Relações Institucionais e de Stakeholders. Este comité reúne no mínimo uma vez por ano. O Comité de Sustentabilidade realizou uma reunião em 2019.
- **COMITÉ DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA** - este Comité é presidido pelo Administrador do Conselho de Administração Executivo com a responsabilidade da área de sustentabilidade e é secretariado por um representante da Direcção de Sustentabilidade. Tem como missão emitir pareceres sobre propostas de definição de objectivos, plano de actividades e documentos normativos em matéria de prevenção e segurança no trabalho. Avalia a evolução dos principais indicadores e propõe acções de melhoria. Para além da Direcção de Sustentabilidade, participam, ainda, no Comité de Prevenção e Segurança, a Universidade EDP e representantes de unidades de negócio. O Comité de Prevenção e Segurança realizou duas reuniões em 2019.

Fazendo ainda parte da Estrutura Central, há outros Comités que contam com a participação do Administrador do Conselho de Administração Executivo com a responsabilidade da área de sustentabilidade ou do Director da Direcção de Sustentabilidade e que estão indicados na imagem da página seguinte.

UNIDADES DE NEGÓCIO - operacionalizam as políticas e objectivos de sustentabilidade aprovados em Conselho de Administração Executivo, através de projectos e metas próprios.

No Relatório e Contas EDP 2019, no capítulo do Governo da Sociedade, é efectuada uma descrição exaustiva dos órgãos sociais e comissões.

Organização Da Sustentabilidade



□ CORPO SOCIAL ■ ÓRGÃOS SOCIAIS □ OUTROS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS ■ ESTRUTURA CENTRAL
--> REPORTE FUNCIONAL/ALINHAMENTO DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS — REPORTE HIERÁRQUICO —> PARTICIPA — APOIA — SECRETARIA



2.3. GESTÃO DE STAKEHOLDERS



POLÍTICA DE RELACIONAMENTO COM STAKEHOLDERS



COMPREENDER

INCLUIR, IDENTIFICAR, PRIORIZAR

- Identificamos de forma dinâmica e sistemática os stakeholders que influenciam e são influenciados pela EDP.
- Analisamos e procuramos compreender as expectativas e interesses dos stakeholders nas decisões que os impactam directamente.



COMUNICAR

INFORMAR, ESCUTAR, COMPREENDER

- Estamos comprometidos na promoção de um diálogo bidireccional com os stakeholders, através de acções informativas e consultivas.
- Ouvimos, informamos e respondemos aos stakeholders de forma consistente, clara, rigorosa e transparente, com o objectivo de construir relações de proximidade, fortes e duradouras.



CONFIAR

TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE, RESPEITO, ÉTICA

- Acreditamos que a promoção de um clima de confiança com os nossos stakeholders é crucial para estabelecer relações estáveis e de longo prazo.
- O nosso relacionamento com as partes interessadas baseia-se em valores como a transparéncia, a integridade e o respeito mútuo.



COLABORAR

INTEGRAR, PARTILHAR, COOPERAR, INFORMAR

- É nossa ambição colaborar com os stakeholders na construção de parcerias estratégicas que congreguem e partilhem conhecimento, competências e ferramentas, promovendo assim a criação de valor partilhado de forma diferenciadora.

INFORMAÇÃO ADICIONAL CONSULTAR RELATÓRIO DE STAKEHOLDERS EM WWW.EDP.COM

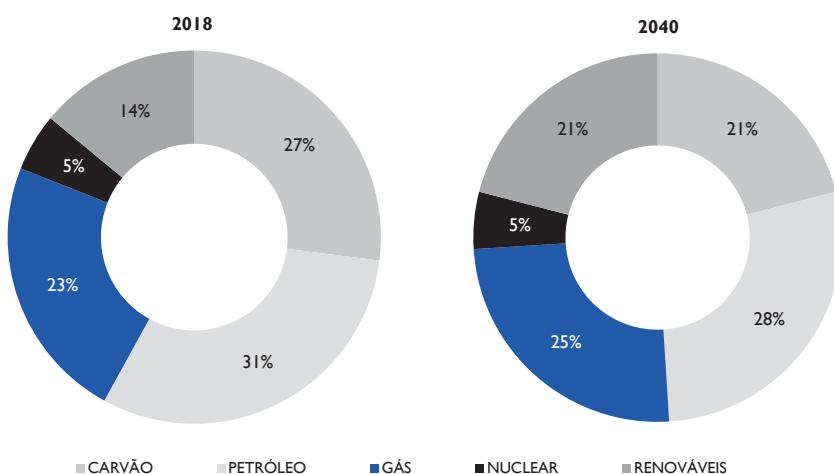
2.4. TENDÊNCIAS DO SECTOR

A TRAJEKTÓRIA POSSÍVEL COM AS POLÍTICAS ACTUAIS

As emissões de carbono do sector energético voltaram a subir em 2018 (+1,9%), sendo estimado que tenham voltado a subir em 2019. A Agência Internacional da Energia (AIE) estima no seu cenário base (Stated Policies Scenario) do World Energy Outlook 2019 (WEO19) que entre 2018 e 2040 as emissões de carbono cresçam 7%. Este crescimento tornaria impossível a limitação do aumento de temperatura global a 1,5°C face aos valores da era pré-industrial, como definido no Acordo de Paris.

Este acréscimo de emissões é consequência do aumento esperado do consumo de energia primária em 24% até 2040, principalmente do crescente uso de gás natural e produtos petrolíferos em países em desenvolvimento. Em 2040, os combustíveis fósseis irão ainda representar 74% do consumo de energia primária, com as fontes de energia renováveis a contabilizarem 21% e o nuclear os restantes 5%.

Fontes de Energia Primária no Mundo



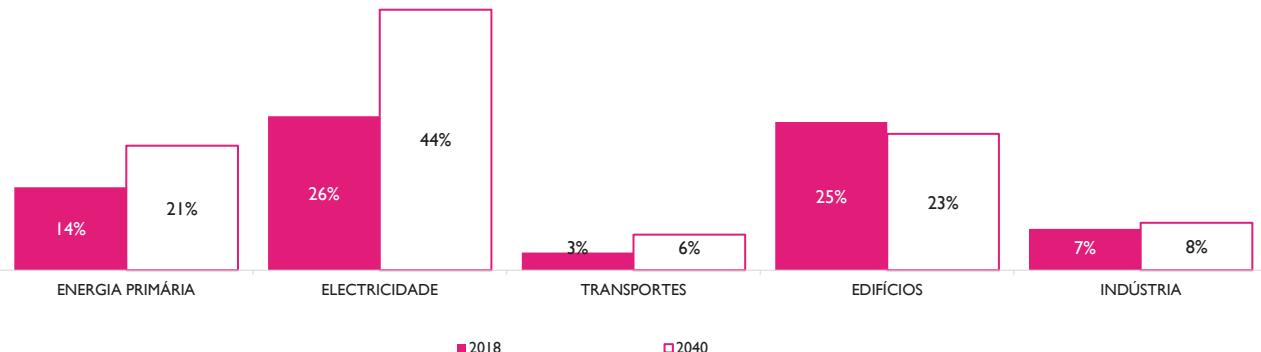
FONTE: AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA, WORLD ENERGY OUTLOOK 2019, STATED POLICIES SCENARIO

Apesar da baixa contribuição das fontes de energia renováveis em termos de energia primária, o mesmo não acontece no sector eléctrico. Com efeito, é desde a partir de fontes energéticas renováveis cresça de 26% em 2018 para 44% em 2040, com destaque especial para investimentos em energia eólica e no solar fotovoltaico. O crescente uso de fontes energéticas renováveis será apenas suficiente para evitar o aumento das emissões de carbono no sector eléctrico entre 2018 e 2040. No entanto, o uso de energias renováveis aliado à crescente electrificação do consumo permite, ainda assim, contribuir de forma clara para o esforço de descarbonização do sector energético mundial.

Outro factor que contribui para que o aumento das emissões de carbono não seja ainda mais significativo é o claro desacoplamento entre o crescimento da economia e o aumento da procura de energia, que resulta numa redução significativa (2,3%/ano) da intensidade energética a nível global. Ao mesmo tempo, espera-se que a intensidade carbónica global do sector energético reduza 0,7%/ano.



Utilização de renováveis no mundo



POLÍTICA ENERGÉTICA E AMBIENTAL

PACTO ECOLÓGICO EUROPEU

No seguimento da aprovação do pacote legislativo Clean Energy for all Europeans em 2018, os Estados-Membros da União Europeia submeteram as versões preliminares dos seus Planos Nacionais de Energia e Clima até ao início de 2019. De acordo com a avaliação divulgada pela Comissão Europeia em Junho de 2019, alguns dos planos preliminares apresentavam já um nível de ambição elevado (como era o caso da Espanha e Portugal), enquanto que muitos outros foram classificados como insuficientes. No total, a soma dos vários planos preliminares foi determinada como insuficiente para atingir os objectivos de 32% de penetração de energias renováveis e de 32,5% de aumento da eficiência energética em 2030. Para além da avaliação da Comissão Europeia, vários Estados-Membros realizaram consultas públicas aos seus planos e promoveram reuniões com países vizinhos para melhorar a coerência entre os vários planos. As versões finais dos documentos deveriam ser submetidas à Comissão Europeia até 31 de Dezembro de 2019.

Por forma a reafirmar a liderança mundial no combate às alterações climáticas e tornar-se o primeiro continente a ter um impacto neutro no clima até 2050, a nova Comissão Europeia que tomou posse em Novembro de 2019 apresentou um ambicioso Pacto Ecológico Europeu (European Green Deal) a 11 de Dezembro de 2019. Entre outras acções, o plano inclui:

- O objectivo de publicar uma Lei Europeia do Clima que firme o compromisso de atingir a neutralidade climática, com as devidas implicações de definição de um objectivo mais ambicioso de redução das emissões de CO₂ em 2030 de 55%;
- O estabelecimento de um plano para aumentar a ambição dos objectivos da União Europeia para 2030;
- A revisão de várias peças legislativas (como a Directiva de Energias Renováveis, a Directiva de Tributação da Energia, o mecanismo de licenças de emissões, entre outros);
- O desenvolvimento de várias estratégias industriais;
- A criação de uma Comissão Geopolítica para se atingir para se atingir a neutralidade carbónica.

GREEN FINANCE

O Pacto Ecológico Europeu irá, por um lado, estimular e reafirmar as prioridades do investimento público e privado para atingir o compromisso da neutralidade carbónica em 2050 materializada na mobilização de pelo menos um bilião de Euros em investimentos sustentáveis durante a próxima década, com um papel chave para o Banco Europeu de Investimentos (BEI). A este respeito, refira-se que o BEI anunciou em Novembro de 2019 que irá deixar de financiar os projectos de energia proveniente de combustíveis fósseis – carvão,

petróleo e gás natural – até ao final de 2021, e só serão considerados elegíveis para financiamento os projectos que emitam menos de 250g CO₂/kWh. O foco dos seus financiamentos deverá ser a produção a partir de fontes renováveis entre 2021 e 2030. Por outro lado, irá facilitar e tornar o investimento privado nas actividades económicas mais fácil de modo a colmatar os investimentos anuais adicionais necessários, entre 175 a 290 mil milhões de Euros, para atingir os objectivos em vigor do Pacote Clima-Energia para 2030, comparativamente a um cenário sem estes objectivos climáticos, o que equivale a cerca de 1,5% do PIB Europeu de 2018.

Para colocar as finanças sustentáveis no âmago do sistema financeiro, a União Europeia desenvolveu o Plano de Acções das Finanças Sustentáveis da Comissão Europeia, com dez acções, uma das quais a Taxonomia de Sustentabilidade. A Taxonomia, aprovada e assinada pelos vários Estados-Membros da União Europeia em Dezembro de 2019, é um acordo entre todos os Estados-Membros para a existência de um sistema de classificação comum dos investimentos sustentáveis e que contribuem para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, e ainda a exclusão do carvão dos produtos financeiros sustentáveis. A Taxonomia de Sustentabilidade constitui a fundação para o desenvolvimento de outros objectivos da União Europeia, como por exemplo, o Standard Europeu para as obrigações verdes e alterações ao nível das políticas monetárias dos bancos centrais.

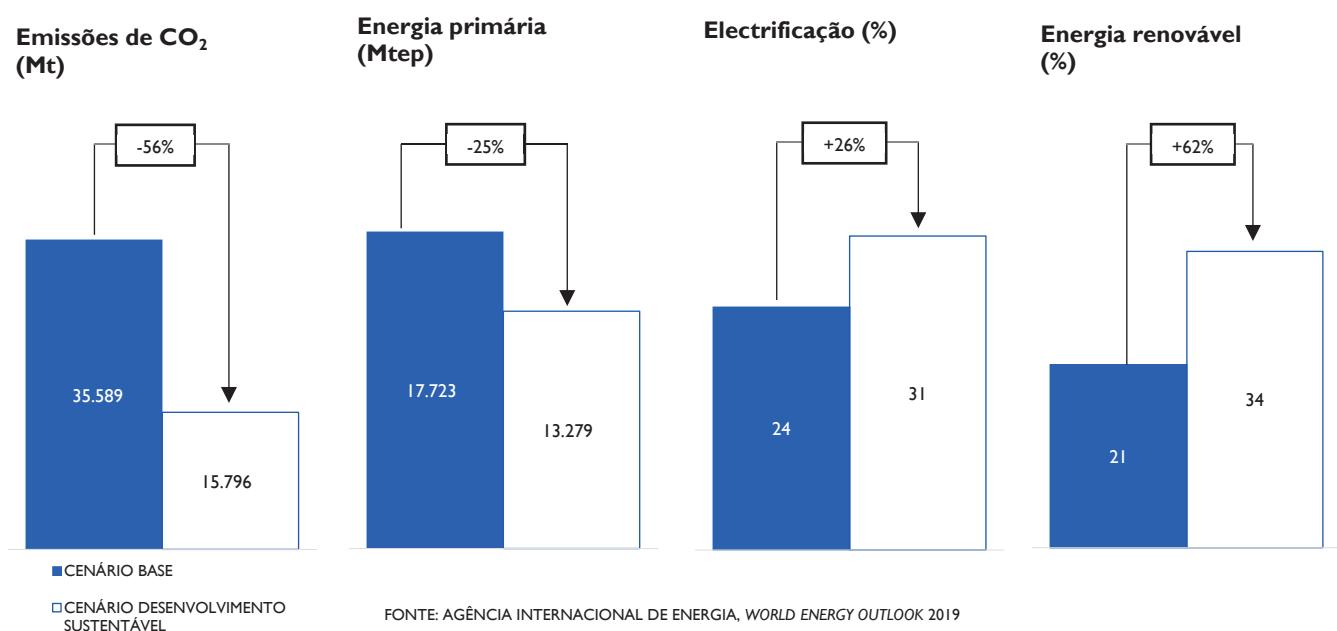
MECANISMO DE TRANSIÇÃO JUSTA

Reconhecendo que a transição climática é um desígnio de toda a sociedade, mas que existem disparidades entre regiões e Estados-Membros, a Comissão Europeia irá criar um Mecanismo de Transição Justa, que irá providenciar pelo menos 100 mil milhões de Euros durante o período 2021-2027. Este mecanismo irá apoiar regiões com alta intensidade carbónica, bem como cidadãos mais vulneráveis à transição climática, criando programas de desenvolvimento de novas competências e oportunidades de emprego em novos sectores económicos.

RESPOSTA INTERNACIONAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A nível mundial, o empenho contra as alterações climáticas não tem seguido necessariamente o exemplo Europeu. A 4 de Novembro de 2019, o Presidente dos Estados Unidos confirmou a retirada do país do Acordo de Paris. A COP25 realizada em Madrid em Novembro de 2019 demonstrou a dificuldade em criar um entendimento entre os vários países relativamente à ambição necessária e à estratégia a adoptar para reduzir o impacto climático. No entanto, ficou definido que todos os países irão submeter novos compromissos climáticos até à COP26 que irá decorrer em 2020. Só com um envolvimento de todos os países será possível promover uma descarbonização acelerada do sistema energético mundial, que requer uma mudança de paradigma que aborde a sustentabilidade nas suas três vertentes: ambiental, económica e social.

Objectivos para cumprir o Acordo de Paris no Mundo em 2040



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

De acordo com a AIE, atingir os principais Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas relacionados com energia requer uma transformação do sistema energético mundial que leve a uma redução de cerca de 56% das emissões de CO₂ em 2040 comparativamente ao cenário base. O cenário desenvolvimento sustentável proposto pela AIE no WEO19 assenta em três grandes pilares comparativamente ao cenário base: aumento da eficiência energética em 25%, aumento da electrificação da economia em 26% e aumento da fracção de energia consumida a partir de fontes de energia renovável em 62%.

A eficiência energética é considerada uma das peças chave para atingir a sustentabilidade, produzindo benefícios ambientais, reduções com custos de energia e reduções da dependência energética externa. De acordo com o cenário de desenvolvimento sustentável da AIE, será necessário aumentar a eficiência energética de forma a estabilizar o consumo de energia primária aos níveis actuais e acelerar a electrificação da economia, com a electricidade a passar de representar 19% do consumo final de energia actualmente para 31% em 2040.

Com efeito, a electrificação apresenta dois grandes benefícios. Por um lado, as tecnologias eléctricas, como o veículo eléctrico e as bombas de calor, são mais eficientes do que as alternativas convencionais, o que se traduz numa redução do consumo total de energia. O sector dos transportes é identificado como um dos sectores cruciais para atingir os objectivos de descarbonização. Partindo de uma base de electrificação muito baixa (1% em 2018), a AIE identifica como necessário atingir uma taxa de electrificação de 13% e uma redução no consumo de energia final de 9% até 2040. Outro sector muito relevante é o sector dos edifícios, que apesar de ter já uma taxa de electrificação de 33% deveria atingir 53% em 2040, reduzindo em 13% o seu consumo final. Por outro lado, os sectores dos transportes e do aquecimento/arrefecimento são maioritariamente satisfeitos com combustíveis fósseis, sendo a electricidade o vector mais fácil para descarbonizar pela penetração de renováveis. Mais ainda, apesar do cenário de desenvolvimento sustentável identificar como necessário aumentar o peso dos biocombustíveis no sector dos transportes de 3% nos dias de hoje para 13% em 2040, existem várias questões relacionadas com a sua sustentabilidade e potencial competição com outras áreas de cultivo. Por outro lado, o uso de biomassa no sector dos edifícios é esperado que decresça de forma acentuada, reduzindo o seu contributo de 20% para apenas 3%.

Em consonância com o que se tem verificado historicamente, o sector eléctrico continuará a ser o principal responsável pela utilização de renováveis. De acordo com o Cenário de desenvolvimento sustentável será necessário aumentar a sua utilização neste sector dos actuais 26% para 67% em 2040, o que representa um esforço adicional muito significativo em termos de capacidade instalada e de desenvolvimento tecnológico que permita aproveitar melhor os recursos disponíveis. Este aumento de capacidade será apoiado em uma mudança de paradigma no sector eléctrico, com a transição para um sistema cada vez mais descentralizado, com os consumidores a terem um papel cada vez mais activo.

De forma a garantir a integração necessária entre estruturas cada vez mais flexíveis de geração e consumo de electricidade, tem-se assistido a uma crescente digitalização ao longo da cadeia de valor do sector e a uma maior procura por sistemas de armazenamento de energia. A introdução de tecnologias de informação, comunicação e armazenamento de energia apresenta várias vantagens como ganhos de eficiência na operação dos sistemas, redução de custos (por exemplo na geração e uso de redes) e uma maior descarbonização através de uma melhor integração das renováveis no sistema.

SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA

É reconhecido que dois dos maiores entraves à descarbonização são os receios de potenciais impactos económicos que possam ocorrer num processo de transição energética e a falta de sinais de preço claros. No caso do sector eléctrico, a introdução de renováveis pressiona em baixa o mercado grossista, caracterizado como marginalista, devido aos seus baixos custos variáveis. Esta redução tem um impacto directo na remuneração dos activos de geração, colocando em causa a sua viabilidade económica.

Ainda assim, os últimos anos têm demonstrado a competitividade de várias tecnologias renováveis no sector eléctrico, sendo já mais económicas que os combustíveis fósseis em vários mercados. Esta crescente competitividade tem sido derivada principalmente pelo forte desenvolvimento tecnológico e por uma redução do risco associado a estes investimentos em mercados com mecanismos de remuneração a longo-prazo.

O desenvolvimento de mecanismos de remuneração a longo-prazo tem-se focado essencialmente em leilões competitivos, com os contratos corporativos de aquisição de energia a terem um contributo crescente. Os leilões competitivos têm sido adoptados por cada vez mais países como mecanismo para garantir que os investimentos necessários em tecnologias renováveis ocorrem ao menor preço possível. O mecanismo de leilões introduz a necessária competição entre agentes, reduz o risco para os investidores ao garantirem uma visibilidade

de longo-prazo de quantidades e preços, e permite uma melhor alocação dos investimentos aos locais com melhores condições. Em particular, os contratos por diferenças apresentam benefícios face a outros possíveis mecanismos, uma vez que oferecem previsibilidade tanto para os investidores como para o sistema eléctrico. Em Portugal, o leilão realizado em 2019 para investimentos em energia solar atribuiu contratos de longo-prazo a 1 GW de capacidade a um preço médio de 20,89 €/MWh, com um dos investimentos a receber um preço recorde a nível mundial de 14,63 €/MWh.

Os contratos corporativos de aquisição de energia, por outro lado, têm reflectido a crescente vontade das empresas em cumprir com os seus objectivos ambientais e reduzir a incerteza com os seus custos de energia. O ano de 2019 viu um aumento da procura por este tipo de contratos, com os mercados de Portugal e Espanha a crescerem significativamente e a ganharem relevância a nível europeu.

O rápido crescimento da capacidade instalada de base renovável tem afectado a viabilidade económica de vários activos de geração existentes, necessários para providenciar capacidade firme e serviços auxiliares (reserva e frequência de resposta) que complementem a variabilidade e intermiténcia natural dos recursos renováveis. Neste contexto e reconhecendo a insuficiência do mercado marginalista, vários países (como por exemplo a Alemanha, a França, o Reino Unido, a Itália, vários mercados dos EUA, etc.) têm optado por implementar mecanismos de remuneração de capacidade que garantam a potência firme necessária a cada instante para o bom funcionamento do sistema eléctrico.

A internalização nos mercados de energia dos custos ambientais e sociais provocados pelas emissões de carbono, por exemplo através de um preço associado a essas emissões, permite providenciar o sinal de preço necessário para fomentar o investimento em eficiência energética e tecnologias de baixo carbono. Esta estratégia foi já implementada em alguns países, nomeadamente Europeus, apesar da sua aplicação ser por vezes complexa. Por forma a garantir que o preço de carbono não distorce os mercados de energia, reduzindo a sua eficácia, ele deve ser desenhado com uma abrangência geográfica o mais alargada possível e transversal aos sectores económicos e vectores energéticos, tendo em conta as emissões associadas a cada vector energético, no princípio do poluidor-pagador. O potencial impacto negativo em termos económicos e distributivos deverá ser minimizado ou mesmo revertido com uma reciclagem eficiente das receitas fiscais, através da criação de linhas de financiamento para tecnologias de baixo carbono e na redução de outras taxas (como por exemplo impostos sobre rendimentos). A possível perda de competitividade de indústrias que enfrentam concorrência internacional deve ser combatida através de compensações (por exemplo com rendas fixas) ou da taxação dos produtos importados com base nas emissões associadas.

SUSTENTABILIDADE SOCIAL

O ano de 2019 ficou marcado por protestos a nível mundial para exigir aos governantes mundiais que actuem de forma a cortar de forma expressiva as emissões de gases de efeito de estufa. A activista Greta Thunberg foi um dos rostos mais visíveis desta mobilização, tendo levado à organização de greves escolares a nível mundial. No entanto, é imperativo que as políticas de descarbonização tenham em consideração uma perspectiva abrangente que inclua os aspectos económicos e sociais, de forma reduzir as disparidades na distribuição de esforços fiscais, incluindo a criação de taxas de carbono e aumentos de taxas de combustíveis, e assim evitar o descontentamento social demonstrado em várias manifestações que ocorreram em 2018.

Um exemplo claro de ineficiente distribuição de esforços é o financiamento do investimento em fontes de energia renováveis ser actualmente suportado maioritariamente pelos consumidores de electricidade. Este efeito penaliza o sector eléctrico, que mais tem contribuído para os esforços de descarbonização, e distorce a competição entre os diversos vectores energéticos, colocando em risco os objectivos de electrificação e penalizando os consumidores que mais dependem deste vector energético.

Mais ainda, na generalidade dos países, existe uma enorme disparidade entre a estrutura de custos do sector eléctrico, que é maioritariamente composta por custos fixos, e a estrutura tarifária em vigor, maioritariamente composta por custos variáveis. Esta alocação de custos aos consumidores com base nos seus consumos propicia uma subsídiação cruzada e favorece em larga medida os consumidores com capacidade económica para investir em geração descentralizada, que tipicamente não se encontram em situação de pobreza energética, e leva necessariamente a aumentos dos custos para os restantes consumidores, o que afecta principalmente consumidores vulneráveis.

O combate à pobreza energética deve ser realizado através da criação de linhas de financiamento específicas para consumidores vulneráveis, com especial foco na aplicação de medidas de eficiência energética, e da realização de uma reforma tarifária que garanta que as tarifas de energia reflectem os custos associados aos serviços energéticos que providenciam. O financiamento da reabilitação do edificado e da compra de equipamentos eficientes, apoiado pelo desenvolvimento de medidas de educação da população, permite aos consumidores



reduzirem as suas necessidades energéticas e melhorar o conforto térmico. Caso necessário, a implementação de tarifas sociais deve ser feita numa lógica de solidariedade social, financiada pelo Orçamento de Estado ou pelos restantes consumidores.

Apenas com uma abordagem holística, que considere os impactos ambientais, económicos e sociais, é possível garantir a colaboração de todos os agentes da economia para implementar com sucesso as reformas necessárias para atingir os ambiciosos objectivos de descarbonização.

2.5. GESTÃO DO RISCO

PRINCIPAIS RISCOS

O Grupo procura ter uma visão abrangente sobre os principais riscos a que está exposto, ao nível estratégico, de negócio, financeiro e operacional, estando estabelecidos processos para assegurar o seu acompanhamento e respectiva gestão proactiva.

Em 2019 foi lançado o Plano Estratégico para o período de 2019-2022, estabelecendo novamente compromissos para uma estratégia assente num perfil de baixo risco, em linha com o que tem sido feito nos últimos anos.

	ILUSTRAÇÃO DE TEMAS (NÃO EXAUSTIVO)	EVOLUÇÃO RECENTE/ EXPECTÁVEL NO CURTO-PRAZO	ACÇÕES DE MITIGAÇÃO (NÃO EXAUSTIVO)
ESTRATÉGIA			
Envolvente externa	<ul style="list-style-type: none"> • Instabilidade geopolítica. • Crises sociais e económicas. • Disrupção tecnológica. • Alteração do paradigma competitivo. • Alterações climáticas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Crescente instabilidade do contexto geopolítico global, estimativas de crescimento do PIB inferiores (nomeadamente para Portugal, Espanha e Estados Unidos da América). • Forte crescimento do investimento global nas tecnologias renováveis, com impacto directo nas geografias onde o Grupo EDP está presente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Análises rigorosas e investimentos prospectivos, permitindo antecipar e adaptar o modelo de negócio a possíveis tendências de evolução do mercado (p. ex., digitalização, descarbonização).
Estratégia interna	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia de investimento. • Relação com stakeholders. • Planeamento corporativo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fim da OPA sobre EDP. • Apresentação do novo plano estratégico para 2019-2022. • Continuação da estratégia de <i>asset rotation</i>. • Atribuição da posição de Global Leader dentro das <i>utilities</i> integradas por parte do Dow Jones Sustainability Index. • Memorando de entendimento para uma <i>joint-venture</i> com a Engie, em projectos de <i>offshore</i> eólico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos sujeitos a processo ao nível do Grupo com critérios pré-estabelecidos para análise, decisão e acompanhamento de projectos. • Parecer sobre investimentos por comité específico.

	ILUSTRAÇÃO DE TEMAS (NÃO EXAUSTIVO)	EVOLUÇÃO RECENTE/ EXPECTÁVEL NO CURTO-PRAZO	ACÇÕES DE MITIGAÇÃO (NÃO EXAUSTIVO)		
NEGÓCIO	Mercados de energia	<ul style="list-style-type: none"> Flutuações no preço da pool, commodities e CO₂. Volatilidade no volume de produção de energias renováveis (i.e., hídrica, eólica e solar). Volatilidade do consumo energético. Alterações das margens comerciais. 	=	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da capacidade renovável eólica e solar. Redução do perfil hídrico no Brasil com a venda de centrais mini-hídricas e maior aposta em energia eólica e solar. Volumes hídricos na Península Ibérica baixos em comparação com média histórica, parcialmente compensados por um aumento do preço de venda. Continuo adiamento de reformas necessárias de desenho de mercado (dado o desajustamento do mercado marginalista). 	<ul style="list-style-type: none"> Portfólio diversificado por hídrica/ térmica/ eólica/ solar reduzindo (parcialmente) a exposição a volumes renováveis e acompanhando a tendência de transição climática de aposta em tecnologias renováveis. Contratação preferencialmente a longo-prazo. Optimização da margem de produção a mercado realizada por área dedicada, com actuação devidamente enquadrada por política de risco. Hedging das principais fontes de exposição (p. ex., preço dos combustíveis).
	Regulação	<ul style="list-style-type: none"> Alteração das taxas, impostos e encargos sectoriais. Alterações no regime tarifário das actividades reguladas. Alterações legislativas. Alteração de normas (p. ex., ambientais/ climáticas). 	=	<ul style="list-style-type: none"> Impactos regulatórios em Portugal (p. ex., manutenção da CESE e reintrodução do clawback) com materialização ao nível dos resultados do Grupo. Forte crescimento no Brasil com novo ciclo regulatório na distribuição e o desenvolvimento dos projectos de linhas de transmissão. 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento e preparação aturada dos vários dossieres regulatórios, incluindo a antevisão de potenciais riscos regulatórios (p. ex., riscos de transição climática). Diversificação geográfica.
FINANCIERO	Mercados financeiros	<ul style="list-style-type: none"> Flutuações das taxas de juro. Flutuações das taxas de câmbio. Inflação. Flutuações no valor dos activos financeiros detidos pelo Grupo. 	=	<ul style="list-style-type: none"> Contínua diminuição das taxas de juro a longo prazo nos vários mercados financeiros. Taxas de juro de curto prazo nos Estados Unidos mantiveram evolução positiva até meados do ano, momento a partir do qual o Fed inverteu o ciclo de subida. Manutenção das políticas monetárias expansionistas na Europa. Principais exposições a câmbio BRL e USD. Apreciação do USD devido a uma política monetária mais restritiva até meados do ano, compensada por uma política monetária do EUR ainda mais expansionista daí em diante. 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento das taxas de juro de acordo com procedimentos e instrumentos previstos pelas políticas do Grupo e com reportes periódicos. Exposição cambial diversificada pela presença em múltiplas geografias, com posição líquida (activos – passivos) tendencialmente equilibrada, através de fontes de financiamento em moeda local e/ou da utilização de instrumentos de cobertura. Contratos com componentes de indexação à inflação. Reducido peso de activos financeiros estratégicos e aplicação de tesouraria essencialmente em depósitos bancários.
	Crédito e contrapartes (energéticas e financeiras)	<ul style="list-style-type: none"> Incumprimento de contrapartes financeiras. Incumprimento de contrapartes energéticas (contratos de compra/ venda de energia). Incumprimento de clientes (B2B e B2C). 	↓=	<ul style="list-style-type: none"> Robustecimento (relativo) do sistema bancário da Zona Euro. Estabilização do nível do malparado e incumprimento. 	<ul style="list-style-type: none"> Seleção criteriosa de contrapartes de referência, e acompanhamento regular das mesmas. Diversificação por múltiplas contrapartes. Instrumentos financeiros de reduzida complexidade, liquidez e não especulativos. Mix de clientes B2B e B2C, seguros de crédito e garantias bancárias (quando aplicável).



	ILUSTRAÇÃO DE TEMAS (NÃO EXAUSTIVO)	EVOLUÇÃO RECENTE/ EXPECTÁVEL NO CURTO-PRAZO	ACÇÕES DE MITIGAÇÃO (NÃO EXAUSTIVO)
OPERACIONAL	Liquidez	<ul style="list-style-type: none"> Insuficiências pontuais de tesouraria. Downgrade de rating financeiro (e consequente aumento dos custos de financiamento e limitação no acesso a financiamento). <p style="text-align: center;">↓=</p>	<ul style="list-style-type: none"> Ampla liquidez no mercado e reduzido custo de capital, particularmente na Europa e Estados Unidos da América. Liquidez financeira do Grupo EDP suficiente para cobrir necessidades de refinanciamento para além de 2022. Consolidação de rating investment grade.
	Responsabilidades sociais	<ul style="list-style-type: none"> Capitalização do Fundo de Pensões de Benefício Definido. Custos adicionais com reformas correntes e antecipadas. Custos de despesas médicas. <p style="text-align: center;">↑=</p>	<ul style="list-style-type: none"> Reforço da dotação do Fundo de Pensões do Grupo EDP, parcialmente compensada por actualização do justo valor das responsabilidades sociais em virtude da redução das taxas de juro.
	Planeamento/ construção de activos físicos	<ul style="list-style-type: none"> Atrasos na data de comissionamento de activos (COD) e perda de receita. Desvios no custo de investimento (CAPEX). <p style="text-align: center;">↓=</p>	<ul style="list-style-type: none"> Continuação do investimento em transmissão no Brasil (até agora desenvolvido de acordo com o planeado) e no desenvolvimento de capacidade eólica e solar via EDP Renováveis.
	Operação de activos físicos	<ul style="list-style-type: none"> Danos em activos físicos e terceiros. Avarias por defeitos de componentes ou na instalação. Indisponibilidade devido a eventos externos (p. ex., de natureza atmosférica). Perdas técnicas e não técnicas associadas à rede de distribuição eléctrica. <p style="text-align: center;">=</p>	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção do risco de aumento do impacto e da frequência de eventos extremos na Península Ibérica, com danos significativos em activos de distribuição e geração de energia em Portugal.
	Processos	<ul style="list-style-type: none"> Irregularidades na execução de processos (ao nível de actividades comerciais, selecção e gestão de fornecedores, facturação e cobrança de clientes, etc.). <p style="text-align: center;">= -</p>	<ul style="list-style-type: none"> Disseminação de Sistema de Controlo Interno de Reporte Financeiro (SCIRF). Documentação/ formalização dos vários processos existentes orientados por área dedicada.
	Recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> Acidentes de trabalho. Condutas antiéticas. Gestão de pessoas. Relação com sindicatos e outros stakeholders. <p style="text-align: center;">↓=</p>	<ul style="list-style-type: none"> Tendencial diminuição do índice de frequência de acidentes no Grupo EDP.
			<ul style="list-style-type: none"> Documentação, análise e reporte de incidentes. Acompanhamento do risco ético pelo Gabinete do Provedor de Ética (órgão independente). Recolha, análise e avaliação em Comité de Ética todas as alegações de comportamentos não éticos. Avaliações de risco de segurança periódicas e implementação de medidas de segurança (p. ex., formações regulares, equipamento de segurança).

	ILUSTRAÇÃO DE TEMAS (NÃO EXAUSTIVO)	EVOLUÇÃO RECENTE/ EXPECTÁVEL NO CURTO-PRAZO	ACÇÕES DE MITIGAÇÃO (NÃO EXAUSTIVO)
Sistemas de informação	<ul style="list-style-type: none"> Indisponibilidade dos sistemas de informação e comunicação. Integridade e segurança de informação. 	=	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção do nível de exposição (p. ex., ataques cibernéticos em larga escala, directivas de protecção de dados) compensada em parte por reforço contínuo de medidas de mitigação (cyber-range, SOC, seguro de cyber-riscos, formações e sessões de sensibilização).
Legal	<ul style="list-style-type: none"> Perdas resultantes do incumprimento da legislação vigente fiscal, laboral, administrativa, civil ou outra (sanções, indemnizações e acordos). 	= -	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento regular da exposição legal (individualizada para processos de elevado valor). Constituição de provisões dimensionadas para fazer face a todas as perdas estimadas como prováveis de litígios em curso.

Uma descrição mais detalhada dos vários riscos está disponível no capítulo de Governo da Sociedade, parte I, secção 53.

RISCOS EMERGENTES

Para além do acompanhamento próximo dos principais riscos inerentes à actividade do Grupo, são também mapeadas de forma abrangente as principais tendências (a nível global e sectorial) que se podem traduzir em ameaças e oportunidades para o Grupo, e proactivamente desenvolvidas estratégias adequadas de mitigação. São de destacar, até pelo seu impacto ao longo dos últimos anos, (1) o desafio de ajustamento do desenho do mercado grossista às condições actuais, (2) a mudança de paradigma dos recursos descentralizados, (3) a revolução industrial e digitalização do sector eléctrico, (4) a crescente ameaça dos cyber-riscos e (5) a (possível) crescente frequência e agravamento do impacto da ocorrência de eventos climáticos extremos.

	DESCRIÇÃO	IMPACTO	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
DESENHO DE MERCADO GROSSISTA (NA EUROPA)	<p>Incerteza sobre a evolução do desenho de mercado grossista, em função dos desafios actuais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Sistema de remuneração marginalista desajustado no contexto actual de crescente penetração de tecnologias de custo fixo (renováveis, backup, armazenamento). Crescente penetração de tecnologias de custo marginal zero (reduzindo preços e tornando-os mais voláteis). 	<ul style="list-style-type: none"> Incerteza sobre retorno da geração convencional, em particular para capacidade de backup (relevante numa perspectiva de segurança de abastecimento). Contexto volátil pouco conducente à realização de investimentos de longo-prazo necessários à modernização, descarbonização e segurança de abastecimento. 	<p>Participação activa e construtiva nos vários fóruns a nível europeu e de âmbito nacional, para a adopção de soluções de desenho de mercado adequadas e equilibradas para os vários stakeholders, em particular:</p> <ul style="list-style-type: none"> Adopção de leilões para contratos de longo-prazo para a promoção de renováveis. Reconhecimento da necessidade de mecanismos de remuneração de capacidade. Reforço do sinal de preço de CO₂ a nível europeu. <p>Reforço de aposta em contratos de longo prazo (geração renovável e convencional), de forma a reduzir risco e aumentar competitividade.</p>



	DESCRÍÇÃO	IMPACTO	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
RECURSOS DISTRIBUÍDOS	<p>Crescente proliferação de recursos distribuídos, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção descentralizada (em particular solar PV) para autoconsumo. • Veículos eléctricos. • Gestão activa da procura. • Armazenamento. 	<p>Ameaça relativamente a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • (Possível) redução de margens na geração tradicional devido à redução do volume de energia gerado de forma centralizada. • Redução da contribuição dos consumidores em autoconsumo para os custos do sistema (redes e outros) e consequente necessidade de aumentos tarifários. • Alteração das dinâmicas de fluxos de energia na rede. <p>Oportunidade para a venda de novos produtos e serviços.</p>	<p>Papel proactivo na comercialização de produtos e soluções inovadores, com benefício na margem e fidelização de clientes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Venda de painéis solares para autoconsumo (e baterias). • Comercialização de soluções associadas à mobilidade eléctrica (p. ex., mobilidade eléctrica verde). • Soluções de eficiência energética (p. ex., Re:dy c/ aplicação ao carro eléctrico, produção solar descentralizado, aquecimento, controlo de espaços exteriores). <p>Gestão regulatória activa, em particular relacionada com a estrutura tarifária, conducente à existência de sinal de preço e incentivos eficientes.</p>
4ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL (E DIGITALIZAÇÃO)	<p>Proliferação de novas tecnologias com potencial disruptivo no sector eléctrico, entre outras ao nível de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Blockchain; • IoT; • AI/ machine learning; • Realidade virtual / aumentada; • Robotic Process Automation. 	<p>Ameaça de entrada de novos concorrentes como agregadores, serviços de design science research (DSR) ou soluções para clientes. Oportunidades de optimização operacional e de negócio, p. ex.:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Operação e manutenção de activos (geração e redes). • Pricing e segmentação. • Inovação de produto e serviço ao cliente. • Optimização de back-office e serviços partilhados. 	<p>Acompanhamento de melhores práticas e desenvolvimentos no âmbito do digital, com aplicação ao sector da energia.</p> <p>Criação de direcção dedicada à digitalização do Grupo EDP (Digital Global Unit – DGU), como resultado do projecto EDP X, desenvolvido em colaboração de especialistas internos e externos, para a aceleração de ideias e teste de soluções digitais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Activos/ operações (p. ex., manutenção preditiva, gestão de activos, digitalização da força de trabalho, gestão de energia/ trading). • Cliente (inovação de produtos e serviços, designadamente electrificação). • Grupo (soluções agile/ project-based, optimização/ automatização de processos internos).
CYBER-RISCOS	<p>Exposição a várias naturezas de cyber-riscos, decorrentes da crescente sofisticação e integração tecnológicas.</p>	<p>Perda financeira, operacional e reputacional, decorrentes (entre outros) de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Perdas/ interrupção de exploração (despacho/ centrais, facturação, serviço a clientes). • Danos/ destruição de activos (redes, centrais, outros sistemas). • Violão/ destruição de dados (pessoais e outros). 	<ul style="list-style-type: none"> • Contínua melhoria da segurança dos sistemas internos. • Security Operations Center (SOC) dedicado para monitorização contínua da segurança da infra-estrutura de TO/ TI do Grupo. • Cyber-range próprio para simulação e teste de reacção dos colaboradores a cyber ataques. • Formação online e acções de sensibilização sobre princípios de segurança da informação. • Seguro de cyber-riscos.
FENÓMENOS CLIMÁTICOS EXTREMOS	<p>Alterações climáticas¹ estruturais (em particular de temperatura e precipitação), com impacto na frequência e severidade de fenómenos climáticos extremos (p. ex., cheias, secas, tempestades, incêndios).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Danos em activos físicos e perda de receita. • Impacto na qualidade de serviço prestado (rede de distribuição). • (Possíveis) alterações estruturais na produtibilidade hídrica (média e volatilidade). 	<ul style="list-style-type: none"> • Diversificação geográfica e tecnológica. • Papel activo na agenda de combate às alterações climáticas (designadamente na promoção da descarbonização e eficiência energética). • Adopção de recomendações TCFD², e mapeamento de principais riscos climáticos para EDP de acordo com categorização de riscos de transição e físicos. • Existência de áreas e planos dedicados para Gestão de Crise e Continuidade de Negócio (ao nível corporativo e das principais unidades de negócio).

¹ Informação adicional sobre o enquadramento dos riscos climáticos na TCFD, disponível na página seguinte

² Task force on Climate-related Financial Disclosures

ENQUADRAMENTO DOS RISCOS CLIMÁTICOS NA TASK FORCE ON CLIMATE-RELATED FINANCIAL DISCLOSURES (TCFD)

A avaliação dos riscos climáticos emergentes e das oportunidades está alinhada com a taxonomia proposta pela TCFD:

- Riscos físicos - que podem ter implicações financeiras para as organizações, tais como danos directos nos activos ou disruptão na cadeia de fornecimento.
- Riscos de transição - podem implicar profundas mudanças nos negócios para responder à necessidade de mitigação e adaptação às alterações climáticas, com potencial impacto financeiro e reputacional para as organizações.
- Oportunidades - possíveis ganhos decorrentes da estratégia de mitigação.

Para a referida avaliação, a EDP utilizou quatro cenários RCP (Representative Concentration Pathway) do IPCC - 8.5 (business-as-usual), 6.0, 4.5 e 2.6 (o mais agressivo em termos de mitigação e compatível com a trajectória de 2°C) - para análise dos riscos físicos, e dois cenários da Agência Internacional de Energia (AIE), IEA 450 e 2DS, para a análise dos riscos de transição.

RISCO	TIPOS DE RISCO	PRINCIPAL IMPACTO E MITIGAÇÃO
RISCOS FÍSICOS	Agudos , com impacto no aumento da frequência e severidade de eventos extremos, tais como ondas de calor, secas, inundações, tempestades, incêndios florestais.	O aumento da frequência e severidade dos fenómenos extremos, de acordo com os cenários do IPCC, poderá causar disruptão das actividades de produção e distribuição, bem como aumentar o custo operacional e de capital da recuperação de danos nos activos das redes de distribuição e da geração. Como estratégias de mitigação, a EDP tem um plano de seguros abrangente e tem vindo a reforçar planos de continuidade do negócio e gestão de crise, minimizando impacto para o negócio e terceiros.
	Crónicos , relativos a mudanças de longo prazo nos padrões climáticos, por exemplo, aumento da temperatura média e do nível médio dos oceanos, e a alteração dos padrões de precipitação.	Uma diminuição estrutural na precipitação, agravada por um potencial aumento dos usos competitivos da água, afectará a produção hidroeléctrica. O cenário 8.5 do IPCC é particularmente preocupante para o negócio na Península Ibérica, podendo representar uma diminuição dos níveis médios de precipitação anual na ordem dos 10%, impactando directamente a produtibilidade hídrica. Para mitigação deste risco, a EDP tem uma estratégia de diversificação por tecnologia, geografia e por área de negócio. Anos como 2017, representativo de um ano muito seco (IPH = 0,47), cujo impacto do risco hidrológico na Península Ibérica foi de cerca de 300 milhões de Euros, podem vir a ser mais comuns, com a redução estrutural dos níveis de precipitação.
RISCOS DE TRANSIÇÃO	Regulatórios , relativos a acções governamentais concertadas para a adopção de estratégias de mitigação e adaptação climática, p. ex., alteração dos esquemas de apoio às energias renováveis	Um dos potenciais riscos regulatórios climáticos identificados relaciona-se com a alteração do quadro regulatório relativo à geração a partir de fontes renováveis, com potencial impacto financeiro para a EDP. O risco é mitigado através de uma estratégia activa de diversificação em várias tecnologias e geografias (ver oportunidades), maturidade de activos, bem como através de um acompanhamento rigoroso da regulação e políticas governamentais.
	Tecnológicos , no que respeita à adopção de novas tecnologias requerendo maior investimento por parte das organizações.	Num sector em acelerada transformação, onde se assistirá a uma disruptão do sistema actual, o aparecimento de novas tecnologias mais eficientes obriga a níveis de investimento superiores. O risco de falha no acompanhamento ou o atraso na adopção de novas tecnologias pode comprometer o futuro. A EDP acompanha as tendências de mercado, o estudo de tecnologias ainda em amadurecimento ao longo da cadeia de valor e tem uma Política de Inovação clara e focada nas principais tendências do sector (pág. 47).



RISCO	TIPOS DE RISCO	PRINCIPAL IMPACTO E MITIGAÇÃO
	<p>De mercado, decorrentes da alteração de dinâmicas de mercado, por influência, por exemplo, de alterações do comportamento dos clientes e alterações dos fundamentais de mercado.</p>	<p>É expectável uma redução da procura promovida pela melhoria da eficiência energética. Esta é impulsionada por uma mudança nos padrões de consumo (via regulação ou por alteração de comportamento), com potencial impacto negativo nas receitas das comercializadoras. O risco a médio prazo, no cenário de cumprimento da Directiva Europeia de Eficiência Energética, poderá conduzir a uma redução anual de 1,5% no consumo na Península Ibérica. Este risco é compensado positivamente pelo actual reconhecimento da electrificação como solução essencial à descarbonização da economia, acelerando o reforço da oferta de serviços de energia, conforme descrito na tabela das oportunidades.</p>
	<p>Reputacionais, referindo-se ao aumento da preocupação dos stakeholders e influência da opinião pública.</p>	<p>O sector eléctrico é tradicionalmente visto como contribuinte líquido para as alterações climáticas. Numa mudança de paradigma, o Grupo está a reforçar o seu portefólio renovável, comprometendo-se a atingir 78% de capacidade renovável em 2022. Simultaneamente, é reconhecido pelo seu comportamento de excelência nos vários índices de sustentabilidade onde está integrado, demonstrando o seu carácter sustentável e fornecendo evidência sobre medidas e estratégias adoptadas.</p>

OPORTUNIDADES	TIPOS DE OPORTUNIDADES	IMPACTO FINANCEIRO POSITIVO
	<p>Fonte de energia, decorrente do aproveitamento de políticas de incentivo à geração renovável, alavancando no portefólio de geração já existente.</p> <p>Eficiência de recursos, no que respeita à redução de custos operacionais por aumento da eficiência nos processos da cadeia de valor.</p> <p>Produtos e serviços, tomando parte no desenvolvimento e expansão de produtos e serviços de baixo carbono, e na electrificação do consumo como medida descarbonização da economia; e (potencialmente) no aumento da procura de energia para aquecimento/ arrefecimento por influência de riscos físicos.</p> <p>Mercados, acesso a novos mercados através da diversificação geográfica, tecnológica, e de negócio (por exemplo, novos serviços). A emissão de obrigações “verdes” (Green Bonds) para geração de baixo carbono constitui igualmente uma nova oportunidade.</p> <p>Resiliência, através do desenvolvimento da capacidade de adaptação para responder às mudanças climáticas para melhor gerir os riscos associados e aproveitar as oportunidades.</p>	<p>Oportunidade de investimento em nova capacidade de geração limpa, em mercados já existentes ou novos, tirando partido de esquemas de apoio às renováveis. De acordo com o plano de negócios 2019-2022, o EBITDA da EDP Renováveis deverá crescer 6%/ano no período 2018-2022.</p> <p>O aumento previsível da procura de electricidade por efeito dos extremos de temperatura poderá beneficiar a comercialização a longo prazo. Com base em estudos internos desenvolvidos para a Península Ibérica, um aumento da temperatura média de 1,5°C no Verão e de decréscimo de 2°C no Inverno, pode levar a um aumento de 2% dos consumos anuais.</p> <p>O reforço da oferta de produtos e serviços de eficiência energética constitui, já hoje, uma nova oportunidade de negócio, com impacto financeiro potencial no aumento médio das vendas estimado em cerca de 150 milhões de Euros por ano no período 2016-2020.</p>

A EDP utiliza um conjunto de métricas para monitorizar e avaliar o desempenho da sua actividade em face das metas subjacentes à estratégia definida, assim como a resiliência do Grupo aos desafios actuais e futuros existentes neste domínio. Estas métricas são utilizadas nos capítulos “Promoção das Energias Renováveis”, “Inovação e Investigação”, “Mobilidade Sustentável”, “Novos Serviços de Energia”; “Alterações Climáticas” e “Eficiência Energética”.

2.6. ESTRATÉGIA, OBJECTIVOS E METAS

A visão da EDP traduz o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, assumindo em pleno o papel estruturante da energia no suporte a modelos de crescimento mais equilibrados do ponto de vista ambiental, social e económico. Esta visão foi recentemente reforçada no Plano Estratégico 2019-22, que além de objectivos e metas para 2022, estabelece uma ambição clara para 2030 focada na descarbonização para colocar a Companhia na liderança na transição energética. A EDP mantém, ainda, o seu compromisso em contribuir activamente para 9 dos 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pelas Nações Unidas:



A prioridade dada pela EDP ao investimento em produção renovável foi iniciada em 2006, antecipando as grandes tendências do mercado energético, e contribuiu para construir a visão de uma sociedade capaz de reduzir as emissões de CO₂, substituindo a produção térmica por renovável, descentralizando a geração e electrificando os transportes. Uma sociedade que exige um crescimento económico mais equilibrado assente na ética e no respeito pelos direitos humanos, valorizando a biodiversidade e limitando a exploração das matérias-primas.

Nos últimos anos, os avanços tecnológicos na produção eólica e fotovoltaica e no armazenamento de energia, a par da transformação digital, abriram novas formas e oportunidades de negócio, modificaram o comportamento social e desafiaram a organização tradicional dos mercados da energia. O sector energético vive uma transformação profunda, de alcance último difícil de antecipar, que a EDP abraça estabelecendo objectivos estratégicos de sustentabilidade integrados na estratégia global do Grupo, com vista a liderar a transição energética.

LIDERAR A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Este eixo estabelece os compromissos fundamentais com a redução das emissões de CO₂, através da promoção das energias renováveis, tanto no *upstream* como no *downstream*, acompanhada de medidas e programas de reforço da eficiência energética no consumo e de soluções para clientes. Destaque ainda para o investimento em acesso à electricidade em países em vias de desenvolvimento.

COMPROMISSO COM A SOCIEDADE E O AMBIENTE

Este eixo define os compromissos da EDP em relação aos seus colaboradores, prestadores de serviço e comunidades. Destacam-se os aspectos associados à diversidade e igualdade de oportunidades, à segurança e saúde ocupacional, ao voluntariado e à economia circular e protecção do meio ambiente.



2.2.2. CUMPRIMENTO DAS LINHAS ESTRATÉGICAS

ESTADO 2019	META 2022	OBJECTIVOS	EIXOS
€3,7B ¹	>€4B EBITDA 2022 (>5% CAGR)	CRESCIMENTO ACELERADO EM RENOVÁVEIS COM >7GW DE ADIÇÕES BRUTAS	 Crescimento acelerado e orientado
€2,3B	~€12Bn CAPEX (2019-22)	ALAVANCAGEM NO MODELO DE ROTAÇÃO DE ACTIVOS COMO COMPLEMENTO À NOSSA ESTRATÉGIA EXECUÇÃO SUPERIOR DE PROJECTOS DE TRANSMISSÃO NO BRASIL	 Optimização contínua do portfolio
€1,0B	>€4B Rotação de Activos	RECICLAGEM DE CAPITAL PARA ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO EM RENOVÁVEIS	
€0B	>€2B desinvestimento	REDUÇÃO DA EXPOSIÇÃO AOS SEGMENTOS: IBÉRICO/LIBERALIZADO/TÉRMICO ACELERAÇÃO DA MELHORIA DO PERFIL DE RISCO	 Balanço sólido e baixo perfil de risco
3,6x	<3,0x Dívida Líquida/EBITDA 2022	COMPROMISSO COM NOTAÇÃO DE INVESTIMENTO SÓLIDA	
79%	>75% EBITDA regulado/ contratação LP	REDUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA EM ~€2BN ~90% CAPEX EM ACTIVOS REGULADOS/CONTRATAÇÃO DE LP	 Eficiente e digitalmente capacitada
€123M	~€300M poupanças acumuladas de OPEX	REFORÇO DOS PROGRAMAS DE EFICIÊNCIA/REDUÇÃO DE CUSTOS	
-1%	-2% CAGR OPEX like-for-like	IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL PROMOVER UMA ORGANIZAÇÃO MAIS FLEXÍVEL E GLOBAL	 Retorno atractivo para o accionista
€0,9B ¹	>€1B Resultado Líquido 2022 (~7% CAGR)	POSICIONAMENTO VERDE DISTINTIVO	
81% ¹	75 - 85% Payout ratio; €0,19 dividendo mínimo	CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL DOS RESULTADOS PARA UM AUMENTO DO DIVIDENDO POR ACÇÃO DIVIDENDO MÍNIMO DE €0,19 POR ACÇÃO	



CUMPRE EIXO ESTRATÉGICO EM 2019

¹ VALORES RECORRENTES

ESTRATÉGICOS

Liderar na
transição
energética



OBJECTIVOS

META 2022	ESTADO 2019	ODS	
POTÊNCIA INSTALADA RENOVÁVEL	78%	74%	7
POTÊNCIA SOLAR INSTALADA (CENTRALIZADA E DESCENTRALIZADA)	>1.000MW	242MW	7
VARIAÇÃO DAS EMISSÕES ESPECÍFICAS DE CO ₂ eq VS. 2005	-65%	-66%	9; 13
ADOPÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA TCFD	100%	33%	13
CLIENTES COM SERVIÇOS DE VALOR ACRESCENTADO	30%	26%	11; 12
CLIENTES COM SOLUÇÕES DE MOBILIDADE ELÉCTRICA	100k	10,1k	7; 11
ENERGIA POUPADA PELOS CLIENTES (DESDE 2015)	5TWh	3,1TWh	7; 12
COLOCAÇÃO DE CONTADORES INTELIGENTES	>70%	48%	7; 9
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES	>75%	77%	11
ELECTRIFICAÇÃO DA FROTA LIGEIRA EDP	>20%	9%	7; 11
NEUTRALIDADE CARBÓNICA DOS EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS	100%	37%	7; 13
ABRANGÊNCIA DOS PLANOS DE ADAPTAÇÃO	100%	20%	13
INVESTIMENTO EM ACESSO À ELECTRICIDADE	20M€	4,9M€	7; 17

Compromisso
com a sociedade
e o ambiente



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



² NO PERÍODO 2019-2022, FACE AO QUADRÍENIO 2015-2018. O VALOR DE 2018 CORRESPONDE À MÉDIA DE VALORIZAÇÃO DO QUADRÍENIO 2015-2018



hur
fun

HUMAN
ENERGY

monday

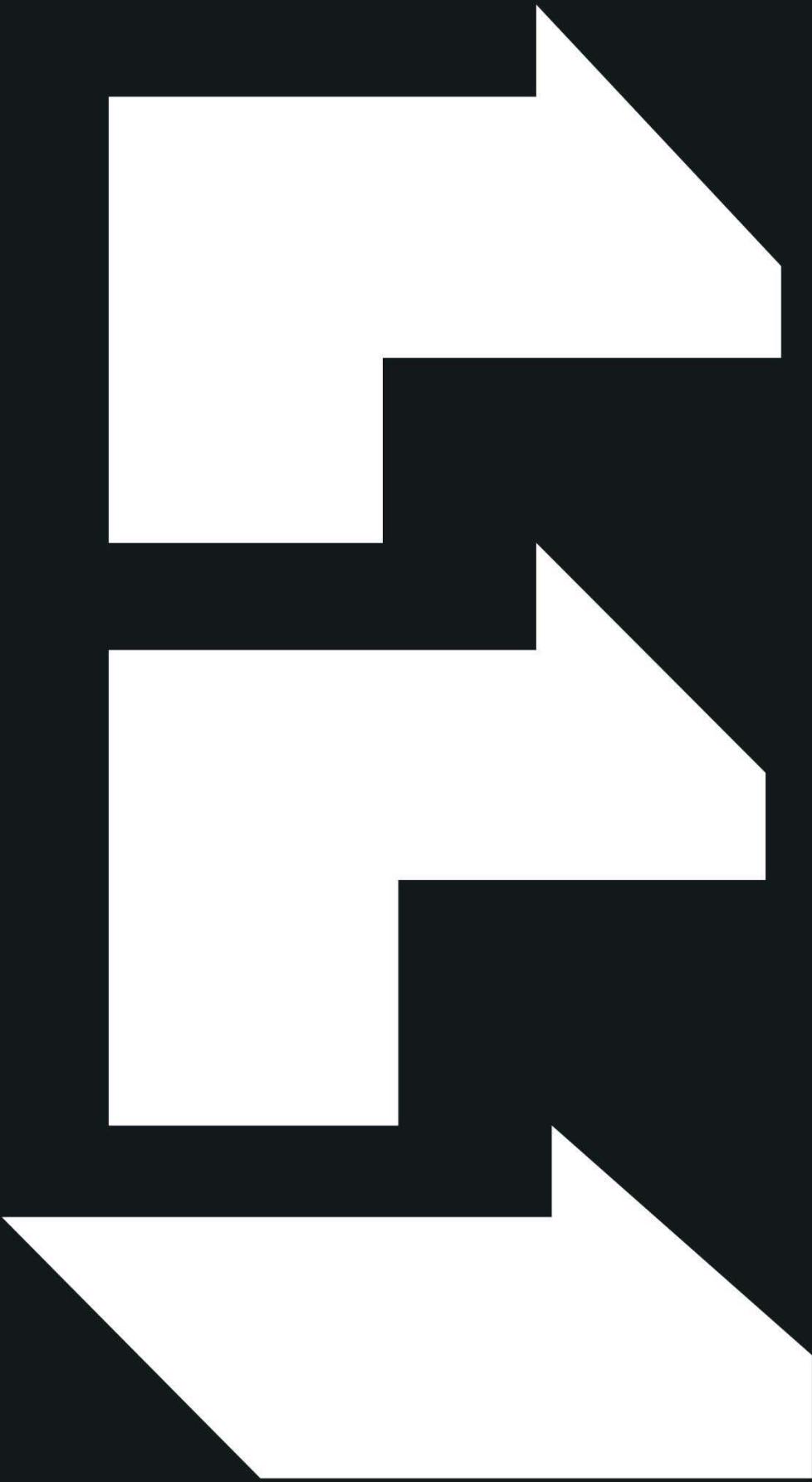
**ENERGÍA
ENERGÍA
ENERGÍA**

03

03 DESEMPENHO

MATERIALIDADE	67
LIDERAR A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	71
SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA DO NEGÓCIO	72
INVESTIMENTO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL	76
INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO	84
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	89
PROMOÇÃO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS	95
ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	98
NOVOS SERVIÇOS DE ENERGIA	101
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	102
MOBILIDADE SUSTENTÁVEL	106
SATISFAÇÃO E SERVIÇO AO CLIENTE	110
CLIENTES VULNERÁVEIS	115
COMPROMISSO COM A SOCIEDADE E O AMBIENTE	119
GOVERNO SOCIETÁRIO	120
ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	125
COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA	132
GESTÃO DE CRISE	140
PROTECÇÃO DO AMBIENTE	145
GESTÃO DE PESSOAS	151
ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE	165
GESTÃO DE FORNECEDORES	173
SEGURANÇA E SAÚDE	176
INDICADORES DE DESEMPENHO	182

edp



03

DESEMPENHO

MATERIALIDADE

O Grupo EDP, desenvolve o seu processo de Materialidade anualmente, identificando a relevância dos temas, não financeiros, para os seus stakeholders (pág. 46), cruzando-a com a relevância dos mesmos face às prioridades e estratégia de negócio. Consideram-se também os potenciais impactes gerados ou sofridos pela empresa, no sentido de verificar o seu alinhamento com a estratégia de negócio e identificar áreas de melhoria.

Esta análise suporta o processo de tomada de decisão e desenvolvimento de estratégias na organização, nomeadamente a definição da sua estratégia de sustentabilidade, permitindo também identificar os principais desafios e oportunidades para a empresa. Assim, para a EDP a análise de Materialidade permite:

- Identificar temas críticos³ e temas sensíveis⁴ para o negócio – permitindo optimizar a orientação estratégica da empresa e direcionar a gestão interna de forma mais eficaz;
- Apoiar a definição da estratégia de sustentabilidade – apoiando a sua internalização nos objectivos estratégicos da empresa;
- Enfocar o que é relevante relatar – suportando o reporte do desempenho não financeiro;
- Apoiar a gestão de stakeholders do Grupo – permitindo a priorização da relevância dos temas materiais por grupo de stakeholders.

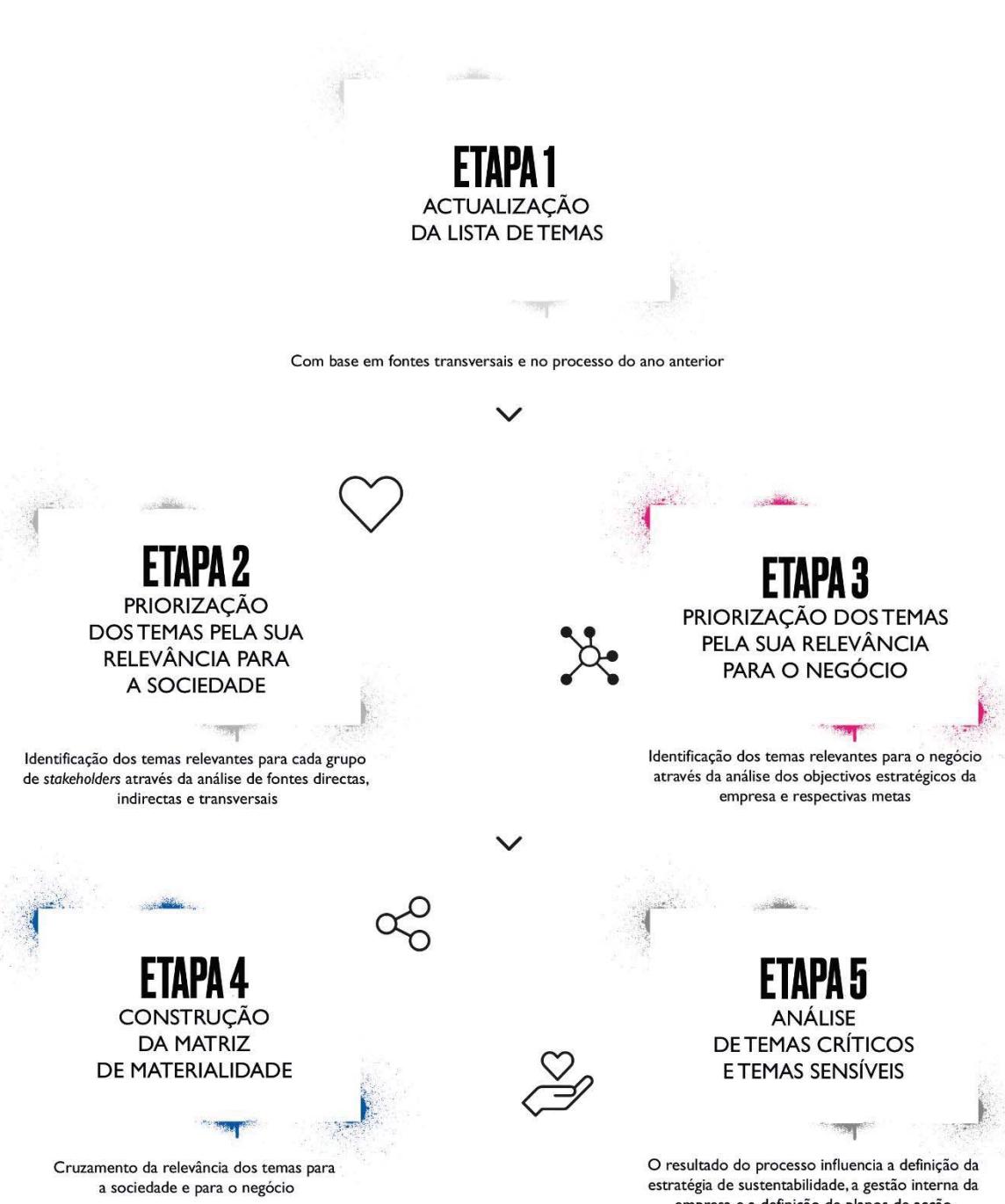
³ Tema crítico: tema de alta relevância para a sociedade e para o negócio. Temas a considerar no desenvolvimento das estratégias e plano de acção internos. Evidenciam áreas a privilegiar no estabelecimento de parcerias.

⁴ Tema sensível: temas de alta relevância para a Sociedade, mas baixas para a EDP. Requerem um acompanhamento próximo, quer para internalizar em planos futuros, quer para esclarecimento externo da sua relevância para o negócio.



Deste processo resulta a identificação dos temas materiais para o Grupo EDP, que influenciam a criação de valor da empresa e, simultaneamente, impactam positiva ou negativamente os seus stakeholders. Em função desta identificação é possível optimizar a orientação estratégica da empresa e direcionar a sua gestão interna no sentido de internalizar e dar resposta aos temas materiais.

Em 2019, o processo de Materialidade do Grupo EDP envolveu uma revisão detalhada no sentido de integrar o novo Plano de Negócios da Companhia 2019-2022 e a sua estratégia de sustentabilidade que define novos objectivos e metas para 2022 (pág. 60). O processo envolve as diferentes empresas e geografias do Grupo, desenvolvendo cada uma a sua própria análise de Materialidade, sendo depois consolidadas numa matriz corporativa. Esta metodologia permite que cada unidade de negócio possa utilizar a sua análise para uma reflexão estratégica das suas prioridades e planos de acção. A análise de Materialidade do Grupo é desenvolvida através de uma metodologia comum sistematizada abaixo (para maior detalhe consultar o Relatório de Abordagens de Gestão à Sustentabilidade, disponível em www.edp.pt).



Em 2019, utilizou-se a plataforma Datamaran para apoio à análise da relevância dos temas para a sociedade, que utilizando a análise de *big data* permitiu alargar o número de fontes consultadas para mais de 4.000 fontes diferentes (directas e indirectas), destacando-se os principais tipos de fontes:

- Documentos das principais tendências internacionais do sector energético e no âmbito da sustentabilidade;
- Informação de investidores e a relevância dada aos temas de sustentabilidade;
- Informação sobre os principais riscos e oportunidades associados aos temas de sustentabilidade;
- Auscultação directa aos vários grupos de *stakeholders*, reuniões e parcerias externas;
- Informação de associações e outros representantes de grupos de *stakeholders*;
- Entrevistas com a gestão de topo do Grupo EDP;
- Documentos internos que reflectem o posicionamento de alguns grupos de *stakeholders* face aos temas.

Foram identificados 23 temas materiais (ver maior detalhe dos temas em www.edp.pt/sustentabilidade/abordagem/materialidade) para o Grupo EDP em 2019, que evoluíram face ao ano anterior de acordo com a matriz abaixo.



Em 2019, a maioria dos temas e a sua relevância mantém-se estável face ao ano anterior, destacando-se como principais alterações na matriz:

- **Transformação Digital:** é um tema catalisador da transição energética e uma prioridade estratégica do Grupo. Em 2019, abrange pela primeira vez o tema da inclusão digital;

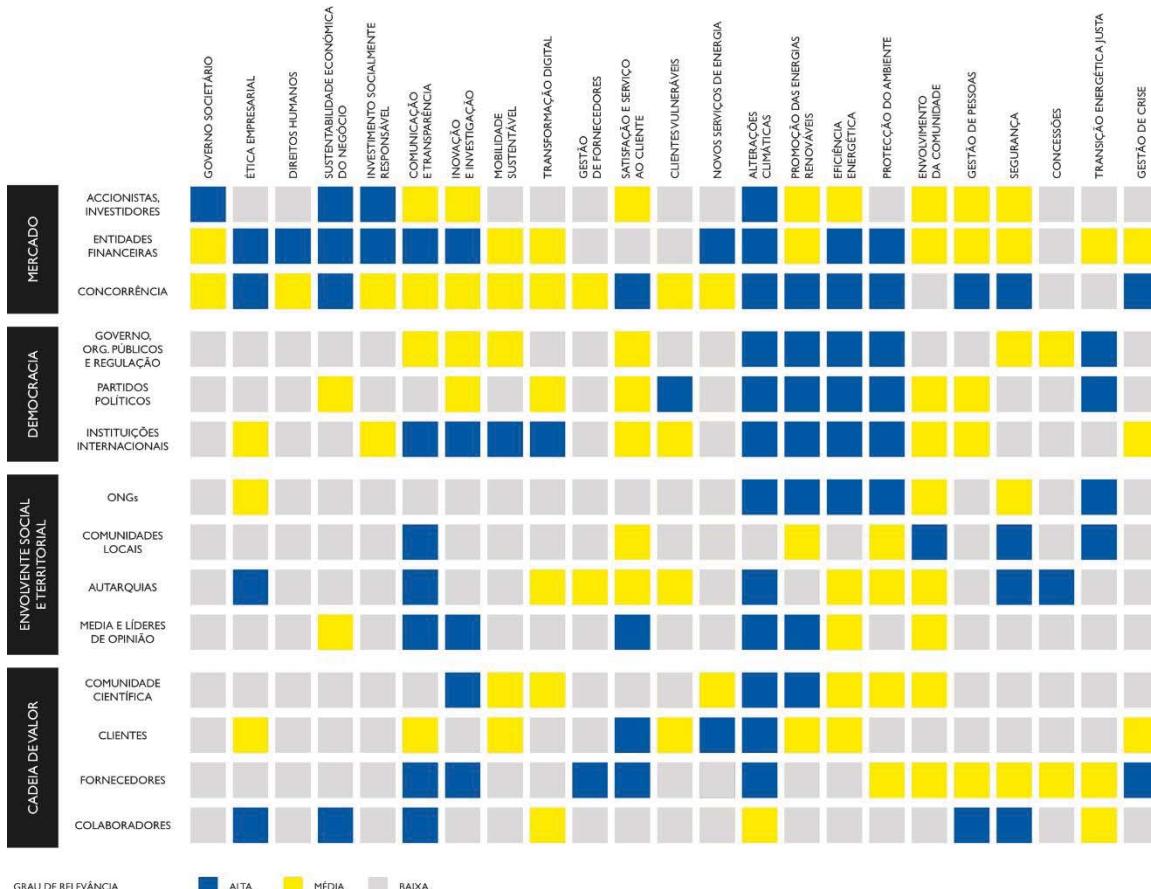


- **Gestão de Crise:** trata-se de um tema maduro dentro do Grupo, surgindo do lado da sociedade com elevada relevância, num ano em que a emergência climática foi declarada e reconhecida por diferentes segmentos de stakeholders. Os eventos extremos que assolararam o mundo durante o ano foram factos que contribuíram para o aumento desta percepção;
- **Transição Energética Justa:** num contexto de urgência climática onde a velocidade de transição é pedida pela sociedade, este tema emerge associado à fragilidade social a que a mesma pode conduzir, nomeadamente associado ao emprego, à pobreza energética e à perda de competitividade local nas zonas muito dependentes dos combustíveis fósseis, nomeadamente o carvão;
- **Novos Serviços de Energia e Mobilidade Sustentável:** uma maior relevância para a sociedade traduz uma melhor percepção da necessidade de mudar hábitos de consumo como forma de contribuir positivamente para a transição energética que se exige;
- **Sustentabilidade Económica do Negócio:** O tema de Gestão da Dívida da empresa está mais maduro na percepção do investidor, uma vez que o novo PN 2019-22 contempla uma redução do rácio Dívida Líquida / EBITDA para <3.0x em 2022 (vs 4.0x em 2018), e no final de 2019 este rácio reduziu já para 3.6x.

Um dos resultados da matriz de Materialidade é a identificação do grau de prioridade dado por cada um dos grupos de stakeholders da empresa face aos temas de sustentabilidade. Desta análise verifica-se uma natural dispersão da relevância atribuída pelos diferentes stakeholders aos temas analisados, inherentemente relacionados com a natureza do stakeholder e do seu relacionamento com a empresa.

Em 2019, agregando a relevância atribuída pelos diferentes stakeholders aos diferentes temas da sustentabilidade, o Top 5 temas mais relevantes são: 1. Alterações Climáticas; 2. Promoção das Energias Renováveis; 3. Eficiência Energética; 4. Comunicação e Transparência; 5. Protecção do Ambiente a par com Inovação e Investigação.

De seguida detalham-se os temas identificadas agregados pelo grau de relevância atribuído por cada um dos grupos de stakeholders.



3.1. LIDERANÇA NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Este eixo estabelece os compromissos fundamentais com a redução das emissões de CO₂, através da promoção das energias renováveis, tanto no *upstream* como no *downstream*, acompanhada de medidas e programas de reforço da eficiência energética no consumo e de soluções para clientes. Destaque ainda para o investimento em acesso à electricidade em países em vias de desenvolvimento.

DESTAQUES 2019

- Assegurada 70% da nova capacidade renovável prevista no Strategic Update 2019-22
- Melhor classificação de sempre na avaliação CSA da SAM. Categoria ouro no Yearbook da SAM S&P Global
- Definição da meta de CAPEX Digital em 800 milhões de Euros entre 2019 e 2022, com uma aposta forte numa maior eficiência das operações e na digitalização da experiência do cliente
- Novo objectivo de redução de emissões de CO₂ aprovado pela Science Based Target Initiative como estando alinhado com a trajectória de descarbonização bem abaixo de 2°C
- Subscrição do compromisso 1,5°C – “Business Ambition for 1.5°C – Our Only Future” – juntamente com 87 grandes empresas a nível mundial
- Compromisso EV100 | The Climate Group de electrificação de 100% da frota ligeira e 50% da frota pesada até 2030
- Investimento A2E de 3 milhões de USD na Rensource, empresa de energia solar, na Nigéria

PRINCIPAIS DESAFIOS PARA 2020

- Antecipar as metas de quotas de capacidade de produção renovável
- *Roll out* da parceria com a Engie para o *offshore*
- Incremento das soluções de Mobilidade Sustentável para clientes e para a frota interna
- Consolidar a presença do digital no *roadmap* das Unidades de Negócio e alavancar o Digital como um veículo relevante para o posicionamento estratégico do Grupo EDP na Transição Energética
- Reforçar o investimento A2E, sobretudo em países em desenvolvimento
- Contribuir activamente no processo consulta pública da revisão da Directiva de Relato Não Financeiro em alinhamento com o processo de melhoria do relato TCFD da EDP



3.1.1. SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA DO NEGÓCIO

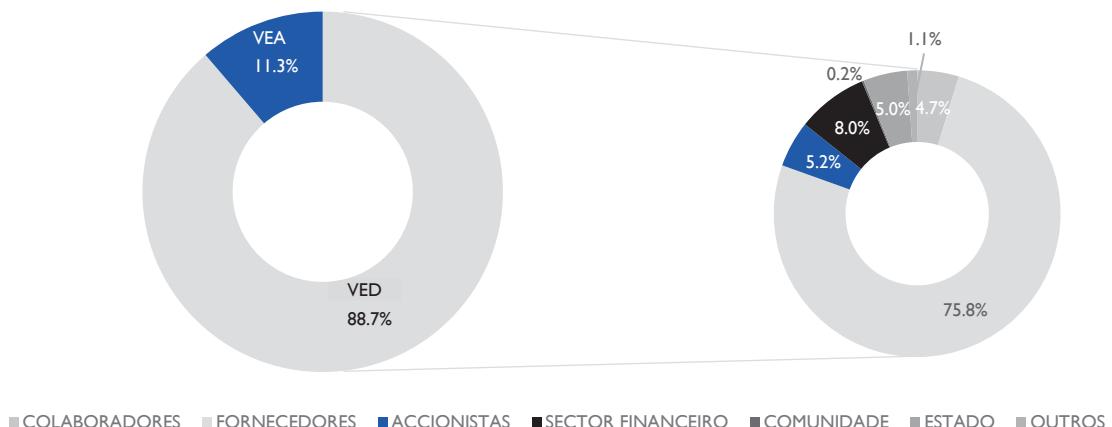
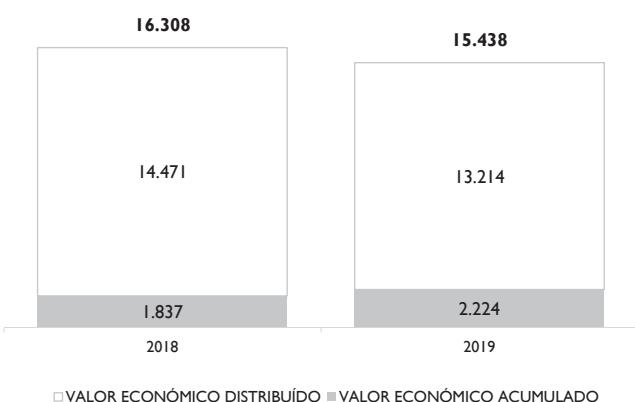
CRIAÇÃO DE VALOR A LONGO PRAZO

A EDP ao longo dos últimos anos tem integrado os aspectos ambientais e sociais na sua estratégia (pág. 60) e no seu modelo de negócio (pág. 30) através da definição e implementação de políticas corporativas (pág. 221). Consistente com esta abordagem de criação de valor a longo prazo, a EDP tem um modelo de governo societário que atende às expectativas dos vários stakeholders.

Em 2019, o valor económico que a EDP gerou atingiu 15.438 milhões de Euros, o que compara com 16.308 milhões de Euros em 2018. Este valor inclui o volume de negócios e outros proveitos. Em 2019, 86% do Valor Económico Gerado (VEG) foi distribuído totalizando a quantia de 13.214 milhões de Euros. O Valor Económico Acumulado - VEA (diferença entre o VEG - e o Distribuído - VED) corresponde aos restantes 14% e inclui a retenção de resultados e custos não desembolsáveis.

O VEG encontra-se dividido em 2019 da seguinte forma:

Valor Económico Gerado (€M)



Para mais informação sobre o desempenho económico e financeiro da EDP, consulte o Relatório e Contas 2019.

SOLVÊNCIA E GESTÃO FINANCEIRA

LIQUIDEZ DISPONÍVEL

12-24 meses

DAS NECESSIDADES DE
REFINANCIAMENTO

A solidez financeira é considerada um factor essencial para um crescimento sustentável e equilibrado.

Uma cuidadosa gestão dos níveis de liquidez e a manutenção de níveis elevados de solvência são fundamentais para garantir o cumprimento das obrigações financeiras de curto e longo prazo e o acesso ao mercado de capitais.

No âmbito da política de gestão financeira, a EDP entende fundamental manter um nível de liquidez que permita ultrapassar períodos prolongados de dificuldades de acesso aos mercados financeiros, apoiado por uma estratégia adequada de diversificação das fontes de financiamento. Neste sentido, a EDP procura assegurar a manutenção, a todo o momento, de reservas de liquidez suficientes para cobrir entre 12 a 24 meses das necessidades de refinanciamento, ao mesmo tempo que procura garantir um acesso permanente ao mercado de capitais e manter relacionamento com um elevado número de contrapartes bancárias internacionais de referência e financeiramente sólidas. No final de 2019, a liquidez disponível era de 7,0 mil milhões de Euros, o que permitia cobrir as necessidades de refinanciamento para além de 2022.

No que se refere ao seu nível de endividamento, a EDP tem prosseguido com sucesso o seu compromisso estratégico de redução da sua alavancagem, ao mesmo tempo que tem actuado no sentido de optimizar o seu custo médio da dívida e de aumentar a sua maturidade média da dívida. No final de 2019, a dívida líquida do Grupo EDP totalizava 13,8 mil milhões Euros, o rácio de Dívida Líquida/EBITDA⁵ reduziu-se para 3,6x e o custo médio da dívida era de 3,9%.

Com vista à melhoria do seu perfil de risco financeiro, a EDP tem como objectivo reduzir o rácio de Dívida Líquida/EBITDA para menos de 3x em 2022, mediante um crescimento sustentado do cash-flow operacional e a optimização do seu portfólio de activos. A EDP acredita que a melhoria das métricas de crédito da empresa, conjugada com a manutenção de um perfil de negócio de baixo risco, são consistentes com um objectivo de rating “BBB” no período 2019-2022.

REFORÇO DAS MÉTRICAS DE CRÉDITO DA EDP

< 3.0x

DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA
EM 2022

⁵ Dívida Líquida deduzida de activos regulatórios e excluindo 50% da dívida subordinada (híbridos, incluindo juros).



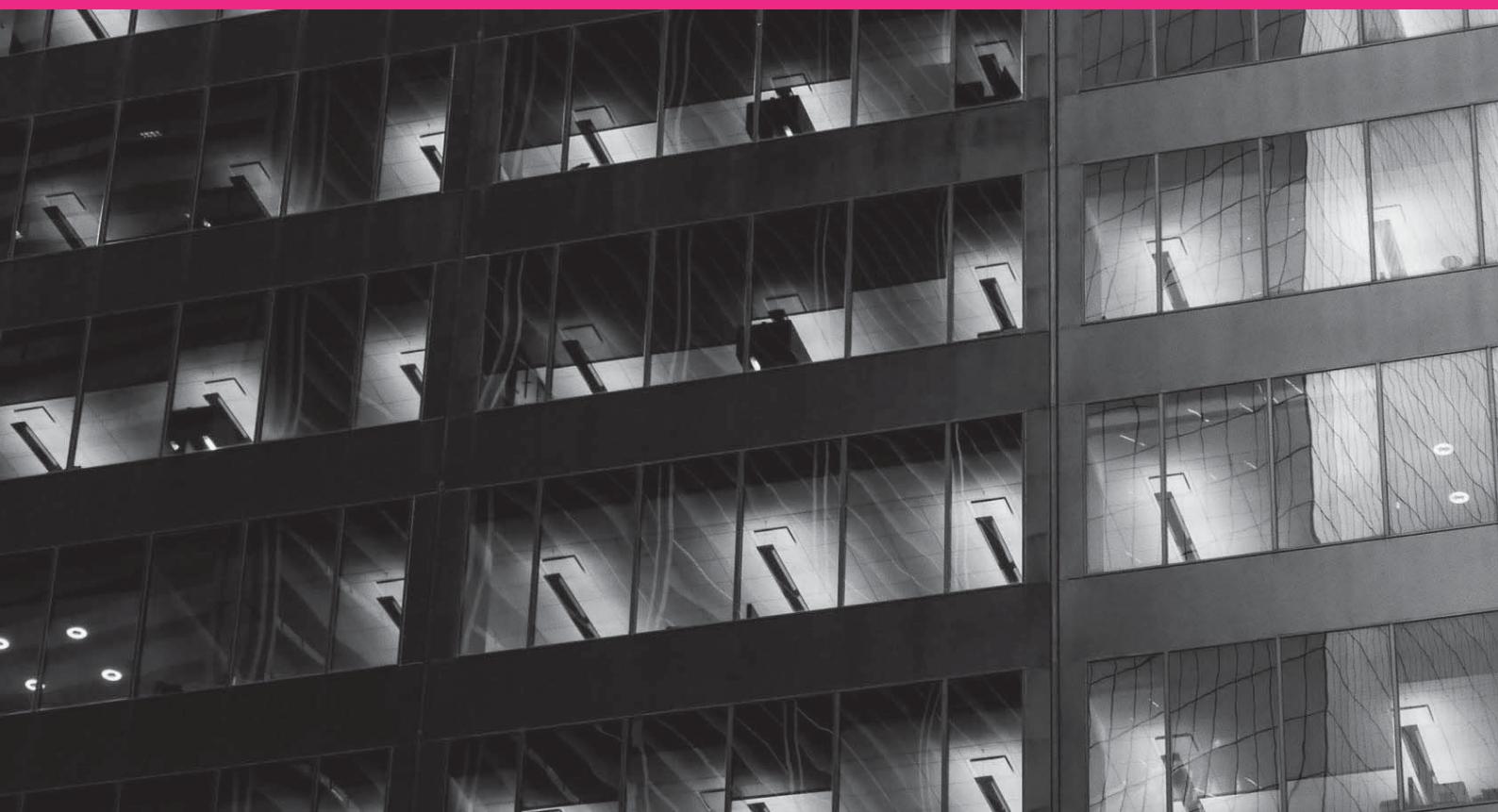
A Nossa Prática



GRIDBEYOND PARA CRESCER EM NOVOS MERCADOS

A EDP reforçou os seus planos de expansão internacional ao investir 6 milhões de Euros na GridBeyond, uma empresa líder na oferta de serviços de sistema para clientes empresariais, que opera nos mercados do Reino Unido e Irlanda. A escolha desta empresa – criada em 2007 e finalista da última edição do programa Free Electrons – enquadra-se na estratégia da EDP para liderar a transição energética, ao apostar numa área-chave no futuro do sector e que se encontra em forte crescimento: os serviços de sistema por via da gestão da flexibilidade nas cargas dos clientes. Estima-se que, a nível mundial, este mercado de serviços de sistema atinja uma capacidade global acumulada acima de 1.000GW em 2040 – o equivalente a 46 vezes a actual capacidade instalada em Portugal – com recurso à flexibilidade das cargas dos clientes.

Tradicionalmente, a prestação de serviços de sistema estava reservada às centrais térmicas e hídricas. Com a maior penetração de fontes de energia intermitentes, como a eólica e solar, aumentará a necessidade de estabilizar a rede eléctrica através de formas alternativas. As soluções desenvolvidas pela



GridBeyond permitem prestar serviços de sistema inteligentes através da actuação remota sobre as cargas flexíveis que estão disponíveis em fábricas ou empresas de clientes finais. Exemplos disso são os grandes fornos, os sistemas de frio, ou mesmo os sistemas de climatização dos edifícios, que podem ser regulados remota e marginalmente sem impacto na sua produção final. Em contrapartida, o cliente (fábrica ou empresa que dá esse acesso remoto aos seus equipamentos) é remunerado pela sua participação no mercado de serviços de sistema local, através de uma redução na sua factura energética.

Para a EDP, “este investimento permitirá ganhar experiência na gestão de flexibilidade de activos distribuídos, reforçar a nossa expansão internacional, bem como desenvolver novos produtos e soluções de energia que atenderão às novas necessidades do cliente final”. A mudança de paradigma que o sector enfrenta – com a electrificação da economia, descentralização da produção de energia e digitalização –, “leva à adopção de novas tecnologias que, num adequado enquadramento regulatório, permitem dinamizar serviços, como a participação da procura em serviços de flexibilidade, que serão fundamentais para o

equilíbrio do sistema eléctrico num futuro próximo”, explica Vera Pinto Pereira, presidente da EDP Comercial.

Em Portugal é expectável que os clientes também venham a ter acesso, muito em breve, à prestação deste tipo de serviços por contrapartida de receitas extraordinárias, o que contribuirá para a redução da sua factura energética.



3.1.2. INVESTIMENTO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

Os impulsos do mundo dos nossos dias decorrentes das alterações climáticas, do alinhamento aos objectivos do Acordo de Paris (2015) e de diversas reformas regulatórias das Finanças Sustentáveis – Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), estabelecida pelo Financial Stability Board do G20 em 2015; Plano de Acções das Finanças Sustentáveis da Comissão Europeia (2018) – têm marcado as acções dos vários actores internacionais no mercado de capitais em 2019, para mobilizar os recursos necessários para os investimentos em acções de mitigação e adaptação às alterações climáticas, em resposta ao sinal do preço do carbono.

Cada vez mais os investidores integram nos seus processos de tomada de decisão de investimento os factores ambiental, social e de governo da sociedade (ESG), e como consequência, muitos deles reformulam os frameworks de investimento. Na carta anual, dirigida aos seus clientes, Larry Fink, CEO da BlackRock diz “Our investment conviction is that sustainability – and climate-integrated portfolios – can provide better risk-adjusted returns to investors” pois os investidores precisam ter em conta na sua tomada de decisão todos os riscos e oportunidades com que as empresas e os emitentes se defrontam, o que significa incluir os temas relacionados com a sustentabilidade (Janeiro 2020) (Fonte: www.blackrock.com).

É agora universalmente aceite pelos actores financeiros, reguladores e governos, que as alterações climáticas são relevantes e devem ser tidas em consideração nos processos de *due diligence*. Tal não constitui uma surpresa como se observa no Relatório de Riscos Globais de 2020, realizado pelo Fórum Económico Mundial (WEF), onde se identificam, pela primeira vez, na categoria de riscos de elevada probabilidade, cinco riscos ambientais: 1º eventos climáticos extremos; 2º falhas nas acções de mitigação e adaptação às alterações climáticas; 3º desastres naturais; 4º perda de biodiversidade; e 5º desastres provocados pela acção do homem. Três destes riscos já se encontravam no TOP 5 dos riscos globais de elevada probabilidade de 2019.

Por sua vez, o investimento socialmente responsável (SRI) está a crescer muito rapidamente, mostrando a importância que os investidores estão a atribuir aos factores ESG, e às alterações climáticas em particular.

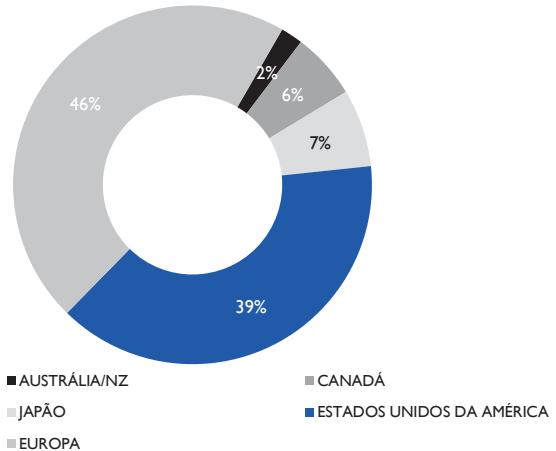
Globalmente, o investimento socialmente responsável totaliza 31 biliões de Dólares Americanos (*Assets under Management (AuM)*) correspondendo a 36% do mercado total, o que representa um acréscimo de 34% face a 2016. A Europa e os EUA continuam a deter as maiores quotas dos activos totais SRI (fonte - 2018 Global Sustainable Investment Alliance). As abordagens SRI mais utilizadas são: i) a filtragem negativa (por exemplo de exclusão) (19,8 biliões de Dólares Americanos); ii) a estratégia de integração de factores ESG (17,5 biliões de Dólares Americanos); e iii) a estratégia de envolvimento e exercício de direitos de voto (*Engagement and Voting*) (9,8 biliões de Dólares Americanos), sendo esta última a segunda abordagem mais utilizada no mercado Europeu (depois da abordagem de exclusão).

Globalmente, a EDP tem correspondido às expectativas na procura de informação ESG por parte dos investidores SRI, que apenas investem em empresas que tenham garantidos os padrões correctos do ponto de vista ambiental, social e de governo da sociedade. Actualmente, 9% do capital da estrutura accionista da

EDP é proveniente de investidores SRI. A EDP tem providenciado as respostas solicitadas, para efeitos de avaliação das potenciais consequências de controvérsias, aos investidores SRI que seguem abordagens activas de investimento (como por exemplo, *Engagement and Voting*), bem como informação ESG diversa aos que seguem abordagens passivas de investimento, como por exemplo a RobecoSAM, a ISS-OEKOM, a Sustainalytics, etc., para obtenção de um score de sustentabilidade.

Por outro lado, no que respeita à componente do financiamento, a Companhia tem respondido às solicitações dos investidores, que são cada vez mais exigentes no que respeita à mitigação dos riscos inerentes aos factores ESG. A estratégia da EDP está há muitos anos focada na sustentabilidade, mesmo antes da emissão de obrigações verdes se tornar uma tendência. Por forma a promover um maior alinhamento da política de financiamento da empresa com a sua estratégia, em Outubro de 2018, a EDP entrou no mercado das obrigações verdes e desde então já emitiu cerca de 3 mil milhões de Euros neste tipo de obrigações.

Proporção de activos de investimentos sustentáveis globais por região em 2018



Em paralelo, a Companhia tem acompanhado os desenvolvimentos regulatórios das Finanças Sustentáveis devido às implicações que têm no sector onde a empresa se insere e onde as alterações climáticas são vistas pelos investidores como um risco e uma oportunidade. Neste sentido, a empresa tem providenciado respostas aos processos de consulta pública, não apenas individualmente, mas também representada por associações, como a Eurelectric, ou o Corporate Forum for Sustainable Finance.

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESG DA EDP

O desempenho global da EDP tem melhorado ao longo dos últimos anos, garantindo a sua inclusão nos índices ESG mais independentes, críticos e consolidados no mercado financeiro. Estar incluída nos vários índices ECPI; ETHIBEL; Bloomberg; DJSI; FTSE; VIGEO; OEKOM; MSCI; Sustainalytics é, por isso, um sinal de reconhecimento da estratégia de sustentabilidade seguida há mais de uma década.

Actualmente, a EDP está presente em 65 índices ESG (equity e fixed income) e 144 fundos ESG. A presença da EDP nos índices ESG mencionados anteriormente foi suportada nas seguintes pontuações obtidas em 2019.

RATER	ESCALA	SCORE 2019	EVOLUÇÃO VS. 2018
RobecoSAM	0 - 100	90	↗
FTSE Russel	0 - 5	4,7	↗
MSCI	CCC - AAA	AAA	=
Sustainalytics ¹	100 - 0	22,1	↘
CDP/Euronext ²	A-F	A-	novo
ECPI	Não - Sim	Sim	=
Forum ETHIBEL	Não - Sim	Sim	=
ISS Score – Environmental ¹	10 - 1	1	novo
ISS Score – Social ¹	10 - 1	1	novo
ISS Score – Governance ¹	10 - 1	4	novo

¹ Quanto mais baixo melhor

² A integração no índice advém da classificação no âmbito do CDP.

ANALISTA SRI: ROBECOSAM

ÍNDICE ELEGÍVEL: S&P GLOBAL BMI

ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE: FAMÍLIA DE ÍNDICES DJSI/SUÍÇA

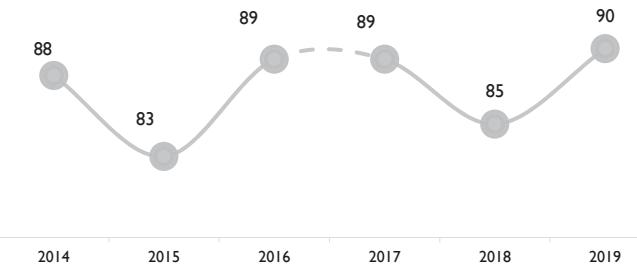
AVALIAÇÃO ESG ANUAL

Baseada na metodologia best-in-class, a composição dos índices DJSI (ex.: World; North America; Europe; Asia Pacific; Korea) resulta da análise de três dimensões de sustentabilidade: ambiental, social e económica. Cada dimensão compreende vários critérios com várias questões que representam importantes requisitos a ter em conta quando se está a fazer a avaliação do desempenho de sustentabilidade de uma empresa.

A EDP é membro desde 2008 do índice DJSI World e do DJSI Europe, sendo que não integrou o índice DJSI Europe em 2015 e 2016. Em 2019, a EDP obteve uma pontuação global de 90 pontos no Dow Jones Sustainability Index (DJSI), mais 5 pontos que em 2018 e mais 45 pontos que a média da indústria eléctrica. Ocupa o 1º lugar das Utilities integradas, e o 2º das Utilities.

Para mais detalhe consultar www.robecosam.com.

RobecoSAM (Pontuação)



Pontuação de 0 a 100; pontuação máxima igual a 100.



ANALISTA SRI: FTSE RUSSEL

ÍNDICE ELEGÍVEL: EX.: FTSE DEVELOPED INDEX, FTSE ALL- SHARE INDEX.

ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE: FTSE4GOOD INDEXES

AVALIAÇÃO ESG ANUAL

Metodologia SRI desenvolvida em parceria com os índices Russel e que resulta numa análise aos 3 pilares ESG:

- Ambiental: gestão ambiental; alterações climáticas; uso da água; biodiversidade; poluição e recursos e cadeia de fornecimento.
- Social: cadeia de fornecimento; responsabilidade do cliente; direitos humanos e comunidade; padrão laboral e prevenção & segurança.
- Governo societário: anticorrupção; transparência fiscal; gestão de risco e corporate governance.

Em 2019, pelo 10º ano consecutivo, a EDP permanece membro do FTSE4Good Index Series, com um score ESG de 4,7 e no top 5% das Utilities com melhor desempenho ESG.

Para mais detalhe consultar www.ftserussell.com.

FTSE Russel (Pontuação)



Pontuação de 0 a 5; pontuação máxima igual a 5.

ANALISTA SRI: MORGAN STANLEY CAPITAL INTERNATIONAL

ÍNDICE ELEGÍVEL: MSCI

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE: FAMÍLIA DE ÍNDICES MCSI ESG

AVALIAÇÃO ANUAL

As empresas são avaliadas atendendo às práticas ambientais, sociais e de governo societário e ao modo como gerem os riscos e oportunidades associados. A EDP tem o rating AAA desde 2012. Para mais detalhe consultar www.msci.com.

ANALISTA SRI: SUSTAINALYTICS

ÍNDICE ELEGÍVEL: STOXX GLOBAL 1800 INDEX

ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE: ÍNDICE STOXX ESG & SUSTAINABILITY/SUÍÇA E HOLANDA

AVALIAÇÃO ANUAL

A Sustainalytics é um fornecedor de informação SRI posicionado no mercado desde 2009. Em 2011 criou os índices Global ESG Leaders em parceria com a STOXX Limited. A base do processo de avaliação é o standard definido pela DVFA (Society of Investment Professionals in Germany) e EFFAS (the European Federation of Financial Analysts Societies). A EDP é membro destes índices desde 2015.

Em 2018, o rating da Companhia passou a expressar uma medida de risco de acordo com a nova metodologia adoptada pela Sustainalytics, “Sustainalytics ESG Risk Rating”. O ESG Risk Rating, que expressa a quantidade de risco não gerido por uma empresa numa escala de 0 a 100, classifica o risco ESG das empresas em 5 níveis: negligenciável (0-9,99), baixo (10-19,99), médio (20-29,99), elevado (30-39,99) e grave (>40). Em 2019 a EDP obteve um resultado de 22,1 (em 2018 obteve um valor de 20,7) a que corresponde a categoria de risco Medium (intervalo 20-30).

Para mais detalhe consultar www.stoxx.com.

ANALISTA SRI: VIGEO

ÍNDICE ELEGÍVEL: NYSE EURONEXT

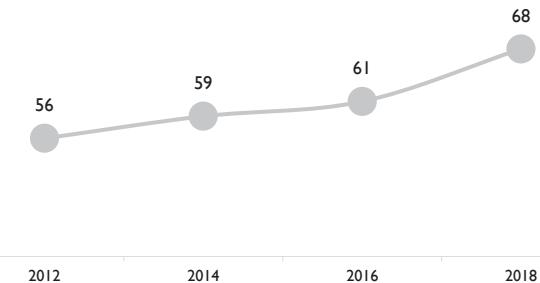
ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE: FAMÍLIA DE ÍNDICES VIGEO-EIRIS/FRANÇA

AVALIAÇÃO BIANUAL, COM REAVALIAÇÃO SEMESTRAL

As empresas são avaliadas pelo analista VIGEO SA tendo por base a metodologia VIGEO's Equitics que incorpora 6 áreas (ambiente, recursos humanos, direitos humanos, envolvimento com a comunidade, comportamento nos negócios e governo societário) e mais de 300 indicadores. A EDP é membro destes índices (Euronext World 120; Euronext Europe 120 e Euronext Eurozone 120) desde 2012.

Para mais detalhe consultar vigeo-eiris.com.

Vigeo (Pontuação)



ANALISTA SRI: FORUM ETHIBEL

ÍNDICE ELEGÍVEL: ETHIBEL EXCELLENCE INVESTMENT REGISTER

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE: ETHIBEL PIONEER E ETHIBEL EXCELLENCE

AVALIAÇÃO BIANUAL, COM REAVALIAÇÃO SEMESTRAL

A EDP está incluída no Ethibel EXCELLENCE Investment Register, um conjunto de empresas que apresentam um desempenho superior à média do seu sector de actividade. A avaliação é realizada com base em critérios de sustentabilidade, em informação recolhida pela Vigeo e na auscultação de stakeholders relevantes para as empresas. A EDP faz parte ainda do Ethibel Sustainability Index (ESI) Excellence Europe desde 2013, índice que contém apenas empresas incluídas nos Investment Registers. Os índices são propriedade da Vigeo, mas a sua constituição é responsabilidade do Forum ETHIBEL, uma organização belga sem fins lucrativos que pretende promover o investimento socialmente responsável (Socially Responsible Investment - SRI). Para mais detalhe consultar vigeo-eiris.com.

ANALISTA SRI: ECPI

ÍNDICE ELEGÍVEL: S&P GLOBAL 1200

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE: FAMÍLIA CPI INDEX

AVALIAÇÃO ANUAL

Desde o lançamento do seu primeiro índice em 2001, a ECPI tem sido pioneira no mercado SRI. Segundo um escrutínio com base numa abordagem SRI de exclusão, tem actualmente cerca de 40 índices que vão desde índices globais de equities até índices temáticos, estratégicos e de obrigações. A EDP integra os referidos desde 2013. Mais detalhe sobre a família de índices ECPI está disponível em www.ecpigroup.com.

ANALISTA SRI: CDP/EURONEXT

ÍNDICE ELEGÍVEL: CDP

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE: EURONEXT CDP ENVIRONMENT

AVALIAÇÃO ANUAL

Os índices Euronext CDP Environment foram construídos em 2019. A classificação no âmbito ESG provém da metodologia do CDP Climate que faz scoring de instituições na área ambiental - de A a F. De acordo com as regras dos índices Euronext a inclusão nos índices Euronext CDP Environment é feita atendendo ao ranking das 200 maiores empresas por capitalização do free float e ao ranking no score CDP. A EDP em 2019 foi incluída no índice Euronext CDP Eurozone. A metodologia de scoring está disponível em Euronext Live.



ÍNDICES NÃO FINANCEIROS

De realçar ainda que a Companhia também tem respondido a questionários que lhe permitem obter reconhecimentos na área do clima e da água (CDP Climate e CDP Water Security) e na área ética (Ethisphere Institute). Todavia, os *ratings* obtidos não se materializam em índices bolsistas.

FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL

O tema “Financiamento Sustentável” continua a receber crescente atenção por parte de investidores, emitentes (públicos e privados) e reguladores. Evidência deste enfoque tem sido o crescente número (e montante) de emissões de *green bonds* (obrigações verdes).

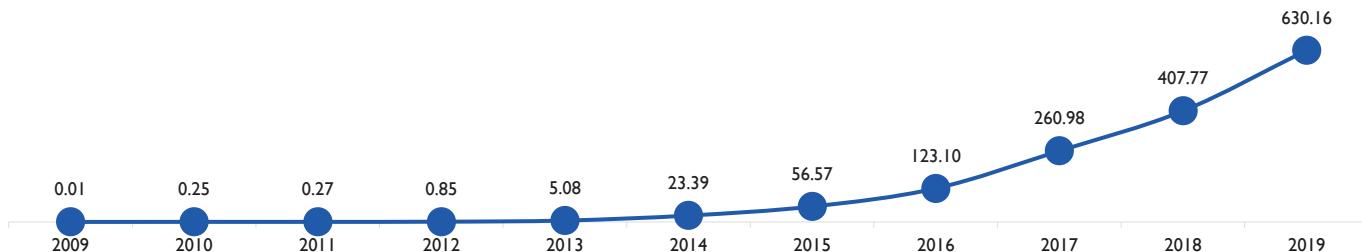
Os emitentes encontram investidores de crédito cada vez mais exigentes na avaliação do comportamento sustentável das empresas e respectivo reporte. Neste contexto, o mercado de capitais começa a sinalizar preferência por financiamentos mais sustentáveis, admitindo-se a possibilidade dos emitentes que recorrem a este tipo de financiamentos e que comunicam assertivamente a utilização dos fundos angariados e a incorporação das políticas ESG na sua estratégia, começarem a ser discriminados de forma positiva.

Inicialmente introduzidas pelo Banco de Investimentos Europeu em 2007, as Obrigações Verdes têm crescido rapidamente nos últimos anos, demonstrando a inevitabilidade de se avançar para a escala necessária decorrente da pressão das alterações climáticas e outras pressões ambientais.

Em 2019, de acordo com os dados divulgados pela Bloomberg, o valor acumulado relativo às transacções de obrigações verdes foi 630 mil milhões de Dólares Americanos. Em termos médios anuais corresponde a um crescimento de 160% no período entre 2008 e 2019. O mercado das obrigações verdes no sector das Utilities representa 19% do total verde emitido e em circulação.

Actualmente a fracção de obrigações verdes corresponde a cerca de 1% do valor global do mercado obrigacionista (superior a 115 biliões de Dólares Americanos).

Evolução do mercado das *Green Bonds* (mil milhões de Dólares)



FONTE: BLOOMBERG

A estratégia da EDP está há muito focada na sustentabilidade e a emissão de obrigações verdes por parte da empresa veio promover um maior alinhamento da política financeira com a nossa estratégia de sustentabilidade, aumentando a sensibilização do mercado para a mesma. Permite ainda diversificar e ampliar a base de investidores, possibilitando o acesso a investidores mais focados em temas de sustentabilidade.

Até ao momento, a EDP emitiu 2.950 milhões de Euros de obrigações verdes: duas emissões de Dívida Séniior e duas emissões de Dívida Subordinada (Híbrido).

A EDP emitiu a sua primeira obrigação verde em Outubro de 2018, no montante de 600 milhões de Euros e em Janeiro de 2019, emitiu o primeiro green hybrid (híbrido verde), no montante de 1 000 milhões de Euros. Estas emissões foram as primeiras emissões verdes de Dívida Sénior e Dívida Subordinada por um emitente português, pelo que, em 2019, a EDP recebeu um prémio Green Bond Pioneer – reconhecimento da Climate Bond Initiative (CBI) – por ter sido a primeira Empresa portuguesa a emitir obrigações verdes.

Mais recentemente, a EDP emitiu mais duas obrigações verdes, uma de Dívida Sénior, no montante de 600 milhões de Euros, e outra de Dívida Subordinada, no montante de 750 milhões de Euros, em Setembro de 2019 e Janeiro de 2020, respectivamente.

As emissões de obrigações verdes da EDP estão suportadas no Green Bond Framework da EDP. Nesse documento, são apresentados o conjunto de princípios que suportam o processo de emissão deste tipo de obrigações e que seguem o padrão internacional dos Green Bond Principles (GBP), princípios voluntários elaborados pelo ICMA. O mencionado documento foi revisto pela Sustainalytics, que emitiu uma opinião externa favorável quanto ao enquadramento com os GBP, tendo mencionado que o Green Bond Framework da EDP “is credible, impactful and aligned with the four components of the Green Bond Principles 2018”.

A emissão das obrigações verdes da EDP está disponível na base de dados da CBI desde Outubro de 2018. De salientar ainda que as obrigações verdes da EDP estão incluídas em alguns índices de referência, nomeadamente o Bloomberg Barclays MSCI Global Green Bond Index e o ICE BofAML Green Bond Index. Mais recentemente, estando as obrigações verdes da EDP admitidas à negociação na Euronext Dublin, a EDP foi convidada a integrar um novo segmento específico de obrigações verdes lançado em Novembro de 2019 pela EURONEXT Dublin.



A VOZ DE JAVIER RODRÍGUEZ VEJA, DIRECTOR DA AERI, ASOCIACIÓN ESPAÑOLA PARA LAS RELACIONES CON INVERSORES

Como vê a EDP em relação aos seus pares no que se refere ao relato ESG? Considera que a EDP reporta informação relevante aos investidores?

Acredito sinceramente que o reporte da EDP em relação aos ESG é um dos melhores que já vimos no sector das utilities. Na AERI continuamos a acreditar que aquilo que não é medido não é gerido, e não é o caso da EDP. Não é por acaso que o DJSI atribui uma avaliação tão alta à EDP em termos de ESG. A EDP reporta informação muitíssimo relevante aos investidores através de os seus diferentes conjuntos de documentação: Relatórios de Sustentabilidade, apresentações aos investidores, progresso dos objectivos, actualização da estratégia, ...

Considera que a EDP está preparada para o relato relacionado com o clima? Que medidas deveria a EDP tomar no futuro para melhorar a divulgação dos ESG em alinhamento com as recomendações da TCFD?

A EDP está mais do que pronta e disposta a assumir a liderança no alinhamento com as recomendações da TCFD. Uma companhia como a EDP tem uma enorme responsabilidade em ajudar companhias semelhantes a encontrar um padrão único que também esteja alinhado com a taxonomia da UE. A EDP deverá também ajudar-nos a todos neste compromisso de simplificação da medição e das métricas, de modo a que os KPIs sejam perfeitamente comparáveis, fáceis de medir e relevantes.

Finch & Beak é uma empresa de consultoria especializada, desde 1997, em apoiar empresas no desenvolvimento e implementação de estratégias de sustentabilidade para a melhorar a sua performance no desafio global de sustentabilidade. Recentemente publicaram um artigo sobre a EDP, no seu website e na sua newsletter mensal dedicada ao tema do financiamento verde. O artigo é relativo ao estudo de caso da emissão de obrigações verdes da Companhia. Aí é feito o reconhecimento do sucesso da emissão e da estratégia da Companhia na trajectória da descarbonização do sector e da economia.



A Nossa Prática



OBRIGAÇÕES VERDES PROMOVEM INVESTIMENTOS SUSTENTÁVEIS

GERIR UM PORTFÓLIO VERDE GARANTE À EDP A CRIAÇÃO DE VALOR A LONGO PRAZO

Formas alternativas de investimento estão a tornar-se predominantes nas estruturas financeiras das empresas. As empresas com maiores impactos estão a incentivar a colaboração interna, juntando departamentos não relacionados entre si. A EDP - Energias de Portugal é uma prova viva disso, fundindo a sua visão empresarial com o desejo dos investidores de diversificação do portfólio. Cobrindo factores de risco financeiros e ambientais, as obrigações verdes permitem o alinhamento e desempenham um papel activo de um ponto de vista estratégico.

A META DAS OBRIGAÇÕES VERDES

2019 foi um ano de ruptura para definir esta forma de financiamento como uma referência, tendo sido emitido um montante global de 255 mil milhões de Dólares ao longo do ano, representando um aumento de 49% em comparação com o ano anterior. De acordo com a Climate Bond Initiative, estima-se que os investimentos amigos do ambiente

atinjam o impressionante valor de um bilião de dólares, um valor emblemático que serve de prova nesta década de mudança.

No ano anterior a UE também se destacou como operador dominante no mercado de obrigações verdes (106,7 mil milhões de Dólares), sendo que a energia limpa foi a categoria em que houve um maior valor de obrigações trocadas (31,5%).

O CRESCIMENTO DO FINANCIAMENTO VERDE EM PORTUGAL

Beneficiando de condições geográficas favoráveis, as centrais eólicas e solares de Portugal estão a crescer em número muito rapidamente. A aproveitar estas condições demográficas está a EDP, que, através da sua subsidiária de energias renováveis, EDP Renováveis, formou um conceituado portfólio verde que está a ter impacto nos resultados económicos, tanto ao nível da indústria como a nível nacional.

EDP – UMA CATALISADORA DE INICIATIVAS DE OBRIGAÇÕES VERDES NA EUROPA

A EDP está familiarizada com este mecanismo de financiamento, uma vez que tem emitido obrigações verdes desde 2018. A maior fornecedora de energia de Portugal e a terceira maior de Espanha iniciou o ano 2020 com a emissão de 814 milhões de Dólares*, com data de vencimento alargada até 2080. Segundo a Bloomberg, a procura de obrigações da EDP excede a quantidade emitida, num valor estimado de quatro vezes superior ao da oferta.

Os números mostram o alinhamento entre o emissor EDP, que promove a sua visão, e os seus investidores, que optam por diversificar o seu portfólio com investimentos responsáveis. Através desta medida de financiamento, a empresa estará a valorizar o seu portfólio verde, que consiste em projectos de produção de energia renovável, como parques eólicos e centrais solares.

A quarta maior produtora mundial de energia eólica destaca-se como um exemplo pela sua abordagem ao investimento sustentável, por vários motivos. Nomeadamente:

- **Sendo transparente e estando disposta a cumprir o quadro regulamentar:** a EDP publicou um **framework de obrigações verdes**, onde se afirma que todas as iniciativas seguem os Green Bond Principles, um conjunto de orientações voluntárias disponibilizada pela International Capital Market Association, que promovem a transparência e a integridade no desenvolvimento do mercado de obrigações verdes. O framework da EDP baseia-se numa abordagem bem estruturada de 5 pilares, desde a utilização dos recursos até uma avaliação externa final;

- **Promovendo a cooperação interna e a integração na estrutura de capital da empresa:** a EDP assegura a cooperação entre as suas equipas financeiras e de sustentabilidade na composição da sua estrutura de capital. Isto é crucial para estas duas equipas, ao alavancar a equipa de sustentabilidade com uma melhor compreensão das perspectivas dos investidores, o que pode aumentar a sua capacidade de comunicar o valor financeiro dos esforços de sustentabilidade da EDP;
- **Alinhamento com a estratégia e as prioridades ambientais da empresa apresentadas:** a empresa de energia exclui projectos relacionados com combustíveis fósseis e a produção de energia hidroeléctrica, uma vez que estes vão contra a estratégia ESG perspectivada, e não fazem parte do portfólio de projectos da EDP Renováveis. Além disso, a EDP estabelece indicadores de impacto relevantes, como a capacidade instalada de energia renovável e a sua produção líquida anual, bem como as emissões de CO₂ evitadas, vinculando os referidos indicadores aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e a metas já estabelecidas. Ao mesmo tempo que disponibiliza os relatórios de impacto necessários, a EDP define claramente o potencial impacto dos seus investimentos, garantindo total transparência em todos os aspectos relacionados com o financiamento de obrigações verdes.

Autor: Tomás Flora da Silva (Finch and Beak)

www.finchandbeak.com

* PARA ASSEGURAR A CONSISTÊNCIA DA INFORMAÇÃO, OS VALORES FORAM CONVERTIDOS DE EUROS PARA DÓLARES (DADOS FORNECIDOS PELA MORNINGSTAR).



3.1.3. INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO

A Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) são uma prioridade para o Grupo EDP e estão fortemente enraizadas no seu ADN, na sua visão e na sua cultura, permitindo antecipar os novos desafios do sector energético. Num contexto de transição do sector, com os desafios das alterações climáticas, a EDP reforça a necessidade de adoptar estratégias e tecnologias inovadoras. Neste enquadramento, a EDP tem vindo a promover e desenvolver novas tecnologias, produtos, serviços ou modelos de negócio, com o objectivo de dotar o Grupo de vantagens competitivas e contribuir para uma imagem da EDP como empresa líder no desenvolvimento e implementação de soluções inovadoras e criadoras de valor.

Em 2015, a EDP assumiu o compromisso de investir 200 milhões de Euros, acumulados até 2020, em projectos de IDI, valor esse que foi ultrapassado em 2018. Já em 2019, o investimento total do Grupo EDP em IDI ascendeu a 162 milhões de Euros.

ACORDOS DE COOPERAÇÃO E FINANCIAMENTO PARA INVESTIGAÇÃO

A inovação na EDP posiciona-se como *open innovation*, privilegiando a colaboração com *stakeholders* como *startups*, universidades, centros de I&D, incubadoras, aceleradoras, empresas tecnológicas, *utilities*, entre outros. Esta colaboração é chave para antecipar mudanças e adaptar a Companhia ao novo paradigma. A EDP continua a apostar em parcerias e no equilíbrio entre financiamento próprio e financiamento público competitivo para a sua actividade de IDI, com foco em renováveis, na flexibilidade do sistema, nas redes do futuro ou nas soluções para os clientes. Em 2019, merecem destaque as seguintes iniciativas:

- A EDP Ventures España assinou um acordo com o Governo das Astúrias para investir em empresas tecnológicas através de instrumentos de co-investimento;
- No âmbito da COTEC Espanha, a EDP está a liderar uma linha de trabalho sobre métricas de inovação com o objectivo de estabelecer critérios comuns entre empresas para identificação e medição dos seus esforços em Inovação;
- A EDP preside à Plataforma Tecnológica Espanhola de Armazenamento de Energia (BatteryPlat), fórum colaborativo para o fomento e desenvolvimento tecnológico das tecnologias de armazenamento de electricidade;
- No Brasil, a EDP lançou o Smart Energy Lab em conjunto com Accenture, com o objectivo de criar tecnologias inovadoras nas áreas da geração solar distribuída, soluções para gestão de energia, mobilidade eléctrica, soluções financeiras e armazenamento de energia;
- A EDP Distribuição tem vindo a reforçar o seu relacionamento com as entidades de investigação científico-tecnológicas, centros de investigação e incubadoras. Foram, até à data, realizados mais de 28 projectos de IDI nacionais e internacionais em parceria com este tipo de entidades, sendo que já conta com mais de uma dezena de parceiros das mais variadas áreas de especialização e geografias no seu portfólio de projectos de IDI;
- Deu-se continuidade à Cátedra EDP em Biodiversidade, co-financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e atribuída ao CIBIO - Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos - da Universidade do Porto, em Portugal, para investigação científica dedicada à gestão de impactes, conservação e monitorização da biodiversidade, com particular destaque para a genómica ambiental.

APOIO AO EMPREENDEDORISMO

O apoio ao empreendedorismo levado a cabo através da EDP Inovação tem-se revelado fundamental para o desenvolvimento e introdução de tecnologias inovadoras nas várias unidades de negócio da EDP. Em colaboração com as unidades de negócio, em particular com a EDP Brasil, a EDP Espanha e a EDP Renováveis, a EDP Inovação disponibiliza às melhores *startups* do sector a oportunidade de fazer parte de uma comunidade, a EDP Starter, e de participar em programas de aceleração (como o Free Electrons ou o Starter Acceleration Program), *hackathons* e conferências, a fim de poder desenvolver pilotos e aumentar as suas vendas, existindo ainda a possibilidade de receberem investimento da EDP Ventures.



O ano 2019 foi, também, marcado pela presença da EDP no Web Summit, pela continuação da co-organização do programa global de aceleração de startups, Free Electrons, bem como pelo lançamento do Starter Acceleration Program. Este novo programa consolidou diversas iniciativas locais da EDP em Portugal, Espanha e Brasil e envolveu pela primeira vez a EDP Renováveis North-America no esforço de startup engagement, através da organização do módulo Norte-Americano desta iniciativa; já a EDP Espanha foi a empresa anfitriã do módulo europeu, tendo a EDP Brasil organizado o módulo Sul-American. Estas iniciativas têm como objectivo a identificação, selecção e teste das soluções energéticas propostas pelas startups, alinhadas com as prioridades tecnológicas da EDP.

A cadeia de valor de interacção com startups inclui ainda a EDP Ventures, um conjunto de veículos de investimento sediados em Portugal Espanha e Brasil, que realizam operações de venture capital com cerca de 70 milhões de Euros sob gestão, incluindo o EDP Cleantech FCR com cerca de 25 milhões de Euros sob gestão. De referir que 2019 foi um ano de recordes para a EDP Ventures, tanto ao nível do volume de investimento como da valorização do seu portfólio.

Destaca-se ainda a criação, pela EDP Brasil, do Innovation Lounge, um espaço de trabalho colaborativo que concentra diversas áreas da Companhia com actividade no desenvolvimento de projectos estratégicos de transformação digital, novos produtos e serviços.

DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS

As actividades e projectos de IDI de base tecnológica estruturam-se em cinco áreas: Energias Limpas, para impulsionar o negócio das energias renováveis; Redes Inteligentes, que desenvolve soluções para uma gestão mais inteligente das redes eléctricas; Soluções Centradas no Cliente, que promove soluções de electrificação do consumo, melhoria da eficiência energética e geração distribuída; Inovação Digital, que tem como objectivo colocar os últimos avanços nas tecnologias de informação - internet das coisas (IoT), inteligência artificial e tecnologias de big data - ao serviço do negócio e dos clientes; e, por último, Armazenamento de Energia, que testa novas tecnologias de armazenamento, gestão de flexibilidade e identifica novos modelos de negócio. Para cada uma destas áreas, resumem-se abaixo os projectos mais relevantes levados a cabo em 2019.

ENERGIAS LIMPAS	<ul style="list-style-type: none"> • FLEXnCONF (PT): instalação de electrolisador para produção de hidrogénio, armazenamento e respectiva queima na turbina a gás da central do Ribatejo. • Águas para Comunidade (BR): construção e instalação de um equipamento de osmose inversa alimentado a partir de energia eólica, solar e/ou baterias, para produção de, pelo menos, 20 m³/dia de água para populações isoladas sem acesso a água potável. • U-SysFlex (PT): gestão integrada de várias formas de produção de energia eléctrica através de fontes renováveis (hídrica, eólica, solar) e armazenamento, com base na implementação de uma <i>Virtual Power Plant</i>. • XFLEX Hydro (PT): optimização e desenvolvimento da produção de energia hidroeléctrica, em especial dos modelos de flexibilidade para a geração hídrica, e com demonstração em diversas centrais hidroeléctricas em Portugal.
------------------------	--



REDES INTELIGENTES	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto Lean+ (ES): o objectivo é analisar a alimentação de interruptores aéreos telecomandados, mediante o uso sistemas híbridos constituídos por painéis solares, pequenos aerogeradores e baterias de armazenamento. • Previsão de Incidentes na Rede Nacional de Distribuição (PT): aplicação de algoritmos de <i>machine learning</i> com o objectivo de, com base nas previsões meteorológicas, fornecer uma previsão do número expectável de incidentes na rede de Alta e Média Tensão por área geográfica, com base no nível de risco associado. • Laboratório Smart Grid (BR): desenvolvimento de funcionalidades inovadoras de automação, medição e comunicação para Redes Eléctricas Inteligentes e validação das soluções por meio de testes sistémicos em ambiente controlado. • Red MARTE (ES): desenvolvimento de um modelo de rede real de Baixa Tensão em suporte web, garantindo o acesso e interacção com os contadores inteligentes.
SOLUÇÕES CENTRADAS NO CLIENTE	<ul style="list-style-type: none"> • Robotização (BR): implementação de robôs de geração 3+ para comunicação proactiva com o cliente, recorrendo ao uso de inteligência artificial. O robot identifica clientes potenciais para informar sobre uma eventual falta de energia e a previsão de religação, com actualizações. • EV Charging Management Platform (PT): plataforma interna de gestão de carregamentos, que permite comunicar e dar ordens aos carregadores existentes no parque EDP. • EV.X (PT): aplicação que apresenta aos utilizadores as possíveis poupanças económicas e ambientais - reduções de emissões de CO₂ - que poderiam obter se conduzissem um veículo eléctrico (VE) em substituição do seu veículo de combustão interna (mais informação disponível em www.edp.com).
INOVAÇÃO DIGITAL (DATA LEAP)	<ul style="list-style-type: none"> • SPA – Space Perception Algorithm (PT): algoritmo desenvolvido com ferramentas open-source de inteligência artificial para a detecção inteligente de espaço extra disponível num quadro eléctrico residencial. • VEGA – Vegetation Analytics (PT): ferramenta de planeamento de manutenção e controlo das zonas de protecção em torno das linhas aéreas de alta e média tensão, recorrendo a técnicas de inteligência artificial para prever o crescimento de cada espécie vegetal. • Solarworks – Forecasting models: prestação de serviços de energia pela Solarworks, uma empresa participada da EDP Renováveis, que inclui a renovação tecnológica de alguns componentes e a oportunidade de explorar técnicas de <i>machine learning</i> com o objectivo de melhorar o serviço prestado aos clientes e optimizar operações.
ARMAZENAMENTO DE ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> • 2nd Life (PT): avaliação do potencial e validação técnica e económica da utilização de baterias usadas de veículos eléctricos numa segunda vida em aplicações estacionárias, nomeadamente no sector residencial. • GISRA (ES): prova de conceito que permitirá, aplicando tecnologia de realidade aumentada, construir uma aplicação que aceda a dados geográficos dos activos de infra-estruturas geridos por GIS MOBILE e os sobreponha no visor da câmara de dispositivos móveis. • Akkurate: plataforma que permite a visualização dos dados de operação, bem como a análise do desempenho e principais factores que induzem a redução da capacidade e longevidade de sistemas de armazenamento de electricidade.

A Nossa Prática



FLEX IP - SISTEMA DE CONTROLO ETELEGESTÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA ADAPTÁVEL E INTEROPERÁVEL

Fruto dos rápidos desenvolvimentos relativos às Smart Cities e ao IOT - Internet of Things, a iluminação pública tem sido uma área de crescente interesse por parte dos stakeholders. A EDP Distribuição tem vindo a acompanhar esses desenvolvimentos e a estudar soluções que permitam, não só melhorar o desempenho na gestão da iluminação pública e na sua potencial redução de custos, como também corresponder à expectativa da sociedade, em particular aos municípios e à população em geral.

Para a implementação de um sistema de controlo e telegestão avançado de iluminação pública identificaram-se os seguintes pilares:

1. Eficiência Energética e Qualidade de Serviço;
2. Interoperabilidade e Modularidade;
3. Facilitador de Cidades Inteligentes.



Assim surgiu, dentro dos vários desenvolvimentos do projecto InteGrid - financiado pelo programa H2020 - o sistema FlexIP que veio modernizar a rede de iluminação pública. Este foi criado de raiz a pensar no envolvimento com os municípios e permite a integração de funcionalidades das “Cidades Inteligentes”, sendo um sistema com flexibilidade para se adaptar às futuras evoluções tecnológicas.

O piloto deste projecto está implementado na Vila do Samouco, em Alcochete, uma das áreas demonstrador do projeto InteGrid, e é constituído por:

- Sistema de Gestão Central;
- 26 luminárias LED;
- Controladores de luminárias, individuais e de funcionamento ponto a ponto;
- Gateways para ligação entre o Sistema de Gestão Central e os Controladores.

A arquitetura preconizada para o sistema tem como base, uma utilização modular e com interfaces standard, sendo esta a chave para a interoperabilidade. Para além da gestão ponto-a-ponto da iluminação pública, este piloto inclui também componentes relacionados com “Cidades Inteligentes” como um módulo de Computer Vision integrado no controlador de luminária que permite fazer a detecção de movimento e adaptar o fluxo luminoso consoante haja presença de pessoas ou veículos. Isto possibilita atingir poupanças associadas à redução de fluxo e manter os níveis de iluminação mais adequados quando esta é necessária. Permite igualmente fazer contagens de presença de pessoas e veículos.

A existência de QR Codes junto de cada luminária é uma forma de interagir com a população local, podendo esta assumir algum controlo sobre os níveis de iluminação, algo que se torna muito relevante em zonas com parques ou jardins. Um dos resultados mais relevantes deste piloto foi o lançamento das bases para a criação da plataforma de telegestão ponto-a-ponto da iluminação pública FlexIP:

- Definição das funcionalidades da plataforma de gestão de iluminação pública - por exemplo, a definição de alarmes e informação a apresentar;
- Definição das interfaces standard do sistema, como a forma de ligação dos controladores de luminárias, o modelo de dados das comunicações da Gateway para o Sistema de Gestão Central, entre outros;
- Definição dos requisitos necessários em termos de comunicações locais assim como as tecnologias disponíveis.

A implementação permitiu ainda reduzir o consumo da iluminação pública na zona do piloto. Foi possível verificar que, com a aplicação de perfis de iluminação que reduzem o fluxo luminoso em horas de menor afluência, obteve-se uma redução

de consumo de 68% face à situação original. Demonstrou também uma redução de 25% face a uma solução convencional de conversão para LED, sem o sistema FlexIP.

Este projecto ainda se encontra em fase de piloto, sendo que estamos a trabalhar para continuar o desenvolvimento e amadurecimento da solução. Os próximos passos a tomar são a aposta na evolução do sistema em termos de funcionalidades e aplicação; a integração de novos parceiros tecnológicos para a criação de um ecossistema de cidades inteligentes e a realização de novas implementações.

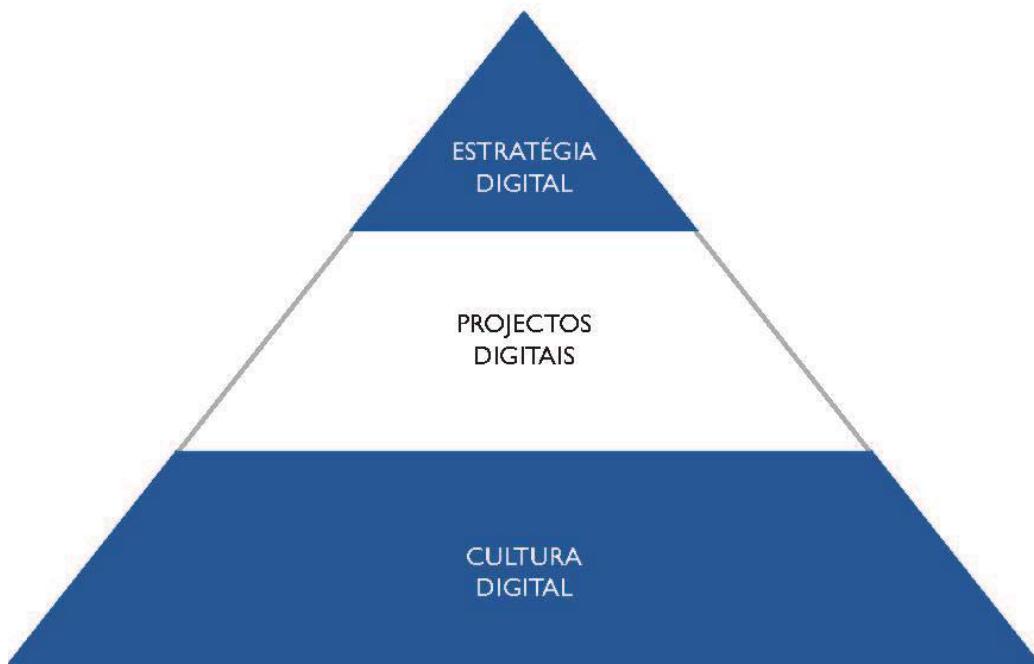


Implementação piloto do FlexIP

3.1.4. TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Foi em 2017 que o Grupo EDP deu um passo importante na direcção do futuro, com o lançamento de um projecto de aceleração e transformação digital: o edpX. Este projecto, com o objectivo de acompanhar a crescente digitalização que define a nossa era, deu origem a uma transformação organizacional, com a criação de uma nova unidade, a Digital Global Unit (DGU), que agrupa o desenvolvimento de novos projectos Digitais e a gestão dos sistemas Core de Tecnologias de Informação (TI). A criação da DGU, em Julho de 2018, integra-se na concretização de um dos pilares estratégicos da EDP - a Digitalização - através da adaptação da estrutura organizacional às exigências de uma nova realidade e respondendo à necessidade de promover o crescimento e disseminação do ADN digital na organização. Assim, a DGU veio dar resposta às oportunidades criadas pela nova era digital, o que resultou na consolidação de um *roadmap* de mais de 500 iniciativas digitais em todo o Grupo.

Com o objectivo de garantir a integração eficaz entre o Digital e os sistemas Core de TI e de reforçar a importância da inovação tecnológica na estratégia do Grupo, a área Digital da DGU (Digital Hub e Digital Factory) assenta a sua actuação em três âmbitos interdependentes: (1) Estratégia; (2) Projectos Digitais; e, (3) Cultura Digital.



ESTRATÉGIA DIGITAL

A centralização da Estratégia Digital do Grupo EDP permite ter uma visão global do *roadmap* digital das várias unidades de negócio e das iniciativas em *pipeline*, assegurando um correcto alinhamento e aproveitamento de sinergias.

Para garantir a concretização da Estratégia Digital da EDP, foram definidos objectivos ambiciosos nas várias vertentes de negócio e actuação do Grupo (Digital Business). Até ao final de 2022, o objectivo é investir um total de 800 milhões de Euros em CAPEX digital, onde se incluirão mais de 300 mVP. Ao nível da relação com os clientes, pretende-se um aumento da qualidade e rapidez dos serviços de atendimento, através de ferramentas de robotização e automatização. Na gestão de Activos & Operações, o principal objectivo é o aumento da eficiência através da implementação de soluções de manutenção preditiva. No âmbito do funcionamento da própria organização, pretende-se simplificar e digitalizar a grande maioria dos processos, como por exemplo o *check-in* para reuniões e a assinatura de contratos.



Para que a Transformação Digital seja uma realidade ao nível do Negócio, é necessário investir também em “alavancas” tecnológicas que a suportem, nomeadamente dados e tecnologia, desenvolvimento e formação de colaboradores em novas competências, disponibilização de ferramentas colaborativas e estabelecimento de um ecossistema de parceiros tecnológicos.

KPIs Digitais para 2022



Actualmente, o ecossistema de parceiros digitais da EDP conta com 34 empresas com competências nas várias tecnologias digitais utilizadas para o desenvolvimento de projectos.

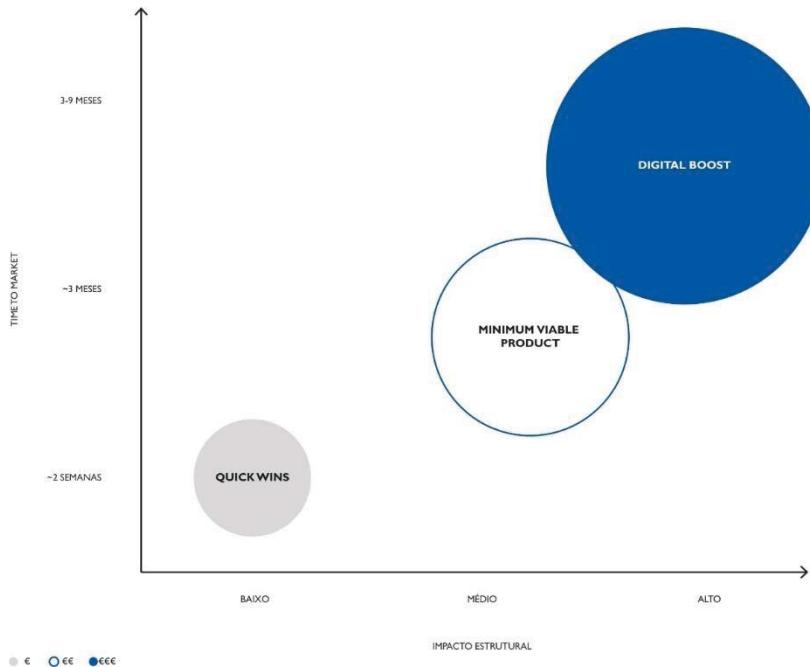
A aceleração digital começa com a transformação da própria organização, quer ao nível do *re-skilling* da força de trabalho, quer ao nível da cultura organizacional. É por esta razão que uma comunicação eficaz e transversal se torna um aspecto crucial para o sucesso da Estratégia Digital. Dar a conhecer as grandes tendências, de que forma é que a empresa está a responder aos novos desafios, que projectos estão em curso e que benefícios trarão aos clientes e aos próprios colaboradores é fundamental para que todos se sintam envolvidos e responsáveis pelo sucesso da transformação. Por esta razão, em 2019 organizámos o primeiro Digital Roadshow. O objectivo foi simples: partilhar as diversas iniciativas que têm tido lugar e revisitá-las principais tendências do Digital, com a ajuda de convidados de empresas de renome neste sector, que deram a conhecer as suas perspectivas sobre as oportunidades e os desafios do Digital. Lisboa, Porto, Madrid, Oviedo, Houston e São Paulo foram os destinos da primeira edição do Roadshow, envolvendo directamente mais de 530 participantes nas sessões.

Um reflexo da transformação digital que se tem conseguido desde o lançamento do projecto edpX, é a evolução do Grupo EDP no índice de Maturidade Digital, uma avaliação externa independente, pela Universidade Católica Portuguesa (UCP) e pela International Data Corporation (IDC). Três anos depois da primeira avaliação, no âmbito do edpX, no final de 2019, o Grupo encontra-se entre o nível 3 e 4 do Índice de Maturidade Digital, com um aumento de mais de 20% face a 2016.

PROJECTOS DIGITAIS

A DGU leva a cabo três tipos de projectos digitais, consoante a sua duração e impacto na organização: os “Boost”, mVPs e ainda as “Quick Wins”.

Os “Digital Boost”, são projectos desenvolvidos entre três e nove meses, com um impacto significativo na estrutura organizacional. Até hoje, foram desenvolvidos seis projectos deste tipo, em várias unidades de negócio, relacionados com tecnologias de *blockchain, robot processing automation, data lakes*, entre outras.



Com base em metodologias *Agile*, os *minimum Viable Product* (mVP) são o tipo de projeto digital mais frequentemente desenvolvido no Grupo EDP. Os mVP permitem testar as funcionalidades base de um novo produto, com um mínimo de investimento financeiro e no mais curto espaço de tempo possível. Com um tempo estimado de execução de cerca de 3 meses e um impacto médio na estrutura organizacional, desde 2018, já foram lançados 155 mVP, dos quais 92 já estão finalizados. Destes, 42 foram já considerados bem-sucedidos, e 37 encontram-se em fase de avaliação. Actualmente, o objectivo é de acelerar 100 mVP por ano. Alguns exemplos de mVP executados e implementados com sucesso são a app Skipper da EDP Produção, distinguida nos Portugal Digital Awards de 2019, ou a app EV.X Mobility Advisory da EDP Comercial, que foi premiada com o Melhor Site App Automóvel, nos prémios ACEPI Navegantes de 2019.

Por fim, os “Quick Wins”, são projectos com reduzido impacto estrutural, que têm a duração de cerca de 2 semanas. Divididos em quatro categorias – Produtividade, Colaboração, Design Thinking e, a partir de 2020, Standard Workflows – estão já concluídos ou em curso mais de 65 projectos deste tipo.

CULTURA

A Transformação Digital não passa só pelo desenvolvimento de projectos digitais e implementação de novas tecnologias disruptivas. Na verdade, a Transformação Digital começa nas pessoas e, por essa razão, uma das prioridades da DGU está focada na transformação cultural através da adopção e disseminação de *Digital Thinking*, novas formas de trabalho e novos modelos organizacionais que fomentam a cooperação e a aprendizagem.

A Digital Factory foi o espaço físico criado para juntar as equipas de trabalho das várias unidades de negócio, que em conjunto com a DGU, identificam e desenvolvem oportunidades de aceleração de projectos digitais. A co-localização das equipas num único espaço permite garantir a colaboração entre as áreas de negócio e as áreas técnicas, acelerando o desenvolvimento e teste das novas soluções. Adicionalmente, este modelo colaborativo promove a eliminação de barreiras dentro da organização, inspirando a cooperação e a optimização de recursos.



Para além da Digital Factory, foram criados “Polos” nas principais unidades de negócio, onde se reúnem as equipas locais, o que facilita a colaboração e a rapidez de resposta. Mantendo uma cultura comum, cada polo tem autonomia e a sua dinâmica de funcionamento própria, que reflecte as especificidades das unidades de negócio.

Em todos estes espaços colaborativos, metodologias de trabalho como o *Agile* e o *Design Thinking* são diariamente utilizadas pelas equipas multidisciplinares de projecto e desenvolvimento de produtos, o que promove a disseminação destas novas formas de trabalhar por todo o Grupo EDP. Para que isto fosse possível, 48% dos colaboradores da EDP participaram em sessões de formação sobre novos métodos de trabalho, novas tecnologias, cibersegurança e transformação digital. Até 2022, o objectivo é que 85% dos colaboradores tenham formação nestes temas.

A aprendizagem não se limita a formações presenciais. Na verdade, a DGU, em parceria com a Universidade EDP, promove e desenvolve cursos *online* e formações digitais. Em Julho de 2019, foi oficialmente lançado o “Digital Transformation Training”, um *e-learning* disponível para todos os colaboradores do Grupo, através do qual se dá a conhecer as bases sobre a Transformação Digital. Em 6 meses, mais de 3.000 colaboradores já realizaram o curso *online*.

Para além de quebrar barreiras, a era digital quebra fronteiras. De forma a potenciar a cultura digital em toda a organização, a DGU implementou novas ferramentas colaborativas não só em Portugal, mas em todas as geografias do Grupo EDP. O Teams é uma delas, substituindo assim o Skype, e graças às suas novas e melhoradas funcionalidades permitem uma comunicação e cooperação mais fácil e eficaz entre os colaboradores dos vários cantos do mundo. No final de 2019, o Grupo EDP conta com 73% de colaboradores activos na utilização do Teams como ferramenta colaborativa.

Foi precisamente graças à implementação destas novas tecnologias e ferramentas de trabalho, que espaços de colaboração puramente digitais puderam surgir. Assim, nasceram as “Virtual Communities”, que baseadas em Teams, agregam, em vários grupos, especialistas sobre determinadas tecnologias e metodologias digitais. Estes fóruns de colaboração promovem a partilha de conhecimento e melhores práticas entre os especialistas que deles fazem parte, facilitando a comunicação e a captação de sinergias entre as UNs. As duas primeiras Virtual Communities (VC) foram lançadas em Dezembro de 2018 e, um ano depois, a DGU conta com nove comunidades activas. Hoje, os temas abrangidos pelas VC são “Robotics & Automation”, “Analytics, Big Data & AI”, “Agile Product Development”, “Digital Platforms, Mobile & Social Media”, “AR/VR”, “IoT & Drones”, “Design Thinking”, “Blockchain” e “Collaborative & Productivity Tools”. Com mais de 810 pessoas envolvidas, cada comunidade virtual organiza eventos, apresentações e show-cases regularmente, como um esforço para manter os seus membros actualizados sobre as últimas tendências de cada uma das áreas de conhecimento. No total, já foram concretizados 25 show cases, partilhados mais de 100 documentos, organizados 13 fóruns e eventos de experts e contam-se mais de 500 publicações nas páginas das Comunidades.

A audácia da EDP em implementar este modelo de gestão de conhecimento digital, foi caso de sucesso reconhecido pelo mercado digital, em particular com a divulgação de *use case* pela Microsoft, “Sustainable energy leader builds virtual communities with Microsoft Teams” e pela EY, “Success Case: Virtual Communities of Practice paving the way to a digital knowledge-based transformation”, que permitiu à EDP participar de diversos fóruns e eventos digitais.

INCLUSÃO DIGITAL

No âmbito dos projectos digitais desenvolvidos pela DGU para as diversas unidades de negócio do Grupo EDP, destacam-se alguns produtos que contribuem para a inclusão digital dos clientes, nomeadamente pela disponibilização de serviços online, facturação electrónica, interacção através de aplicações móveis, atendimento por assistentes virtuais, que melhoraram a eficiência e a rapidez do serviço bem como a satisfação do cliente.

Na óptica do colaborador, a EDP promove iniciativas de educação digital através de programas de formação, como o *e-learning* de Transformação Digital lançado em 2019, sessões de activação de ferramentas colaborativas e incentivo a novas formas de trabalhar, como o *Agile* e *Design Thinking*.

Outra iniciativa em curso no âmbito da literacia digital, é a participação do Grupo EDP no programa MUDA – Movimento pela Utilização Digital Activa, promovido por diversas entidades privadas e pelo Estado Português. O objectivo é promover e apoiar o movimento digital para a comunidade portuguesa, com o intuito de permitir que todos os cidadãos tenham condições de igualdade de acesso à informação, reduzindo a info-exclusão.

A Nossa Prática



AS COMUNIDADES VIRTUAIS E O CAMINHO PARA A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL BASEADA NO CONHECIMENTO:

O Grupo EDP tem vindo a investir fortemente em métodos inovadores que permitam fomentar um ecossistema mais flexível e focado no conhecimento, orientando a organização para uma nova realidade digital, da qual as Comunidades Virtuais, criadas pela Digital Global Unit, são um exemplo a destacar. No entanto, o caminho inicial para a transformação digital, que requer recursos e conhecimento, não foi desprovido de desafios, nomeadamente:

1. O facto de não existir um mapeamento e identificação de talentos nas áreas digitais;
2. A necessidade de cultivar e difundir uma cultura de conhecimento digital dentro do Grupo;
3. A importância de fomentar uma maior colaboração entre diferentes áreas, empresas e geografias.



Neste contexto, as Comunidades Virtuais são um elemento fundamental para uma adaptação eficiente do Grupo EDP ao mundo digital, permitindo, simultaneamente, fazer face aos desafios e aproveitar as oportunidades consequentes desta nova realidade. Estas foram implementadas como uma forma eficaz de alcançar colaboradores com competências ou interesse em áreas directamente relacionadas com a esfera digital, assim como uma forma de promover uma cultura empresarial focada na partilha de conhecimento e colaboração entre as várias unidades de negócio, nas diferentes empresas do grupo, e nas diferentes geografias em que o Grupo actua. Para além disso, estimulam a aprendizagem peer-to-peer, cultivam *know-how* e partilham melhores práticas dentro do Grupo, contribuindo para a criação e disseminação de novas ideias e modelos de negócio.

Actualmente, existem 9 Comunidades Virtuais, com um total de 819 membros individuais, a actuar nas seguintes áreas: Robotics & Automation; Analytics, Big Data & AI; Agile Product Development; Digital Platforms, Mobile & Social Media; IoT & Drones; Augmented Reality & Virtual Reality; Design Thinking; Blockchain; Collaborative & Productivity Tools.

Cada comunidade abrange três níveis de participação: *leaders*, *boosters* e *experts*. O *leader*, responsável por dinamizar a comunidade, é escolhido a cada 6 meses pelos *boosters*, um grupo de especialistas reconhecidos pelas suas competências em diversas temáticas digitais, com redes de *networking* estabelecidas e que são seleccionados pelo seu carisma para estimular os restantes *experts*. Os temas discutidos variam de acordo com as próprias experiências e rotinas diárias dos membros e líderes, tendo sempre em consideração o interesse, relevância e aplicabilidade globais para as diferentes unidades de negócio.

Finalmente, é importante mencionar o crescente papel das Comunidades Virtuais no sentido de criar não só um mecanismo para o mapeamento de talentos e promoção de conhecimento, mas também na vertente mais operacional do grupo. Se na sua génesis, o foco era maioritariamente numa vertente mais estratégica (análise e mapeamento de necessidades), actualmente, e nas Comunidades mais experientes, o foco na operação é uma prioridade assim como a procura de melhores práticas e ideias fora da organização (ex.: a Comunidade de Robotics Automation mapeou todas as soluções de RPA e criou um manifesto para ajudar a encontrar as melhorias forma de desenvolver RPAs; a Comunidade de Analytics, Big Data & AI já se encontra a partilhar códigos que podem ser aplicados a diferentes áreas de negócio; a Comunidade de Design Thinking criou uma iniciativa que ajuda a mapear o nível de conhecimento dos experts assim como a experiência na temática e processos).

Pertencer a estas Comunidades permite a todos os envolvidos não só partilharem e ganharem mais *know-how*, criar uma

rede de contactos alargada, mas também sentirem que são parte de algo maior, sendo considerados os principais motores da disseminação da adopção do “Digital” na EDP. Considerados recursos de alto valor, são apoiados pela gestão de topo, dando-lhes mais visibilidade e acesso rápido a oportunidades de aprendizagem, tais como, cursos especializados. Simultaneamente, permitem ao Grupo EDP alavancar o seu potencial digital tendo sob a sua alcada uma rede de especialistas com interesses comuns na área da esfera digital, independentemente da posição ocupada na empresa ou área de negócio onde estão inseridos, contribuindo para um desenvolvimento e crescimento digital ainda mais célere.

A Digital Global Unit foi a principal responsável pela criação, desenvolvimento e implementação desta e outras soluções inovadoras, sendo o principal condutor na aceleração de projectos digitais existentes, criação de novos, e obtenção de sinergias entre diferentes áreas tecnológicas e de negócio, que permitiram potenciar o digital no Grupo EDP.

3.1.5. PROMOÇÃO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

A transição energética para uma economia de baixo carbono passa, necessariamente, pela promoção das energias renováveis, pela electrificação do consumo e pela melhoria da eficiência energética, essenciais para mitigar os efeitos das alterações climáticas. O sector eléctrico tem, reconhecidamente, um papel crucial nesta transição e na descarbonização dos restantes sectores de actividade, através da electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis.

ESTRATÉGIA DA EDP

Há mais de uma década que a EDP apostou no crescimento do seu negócio com base nas energias renováveis. Esta aposta foi reforçada com o recente “Strategic Update 2019-22”, com os seguintes objectivos e metas para 2022 e ambição para 2030:

- Aumentar a capacidade de origem renovável para 78% em 2022 e 85% em 2030 (actualmente 74%);
- Aumentar a quota de produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis para 90% em 2030 (actualmente 67%);
- Aumentar a capacidade instalada em sistemas solares fotovoltaicos, centralizados e descentralizados, para mais de 1 GW em 2022, atingindo os 3 GW centralizados e 1 GW descentralizados em 2030.

Para cumprir os objectivos definidos, a EDP está a adoptar uma estratégia de investimento complementada com rotação de activos, de que resultará um investimento líquido em renováveis de 4.000 milhões de Euros no período 2019-2022. Esperam-se novas adições líquidas de capacidade da ordem dos 4 GW, sobretudo em eólica onshore e solar, apostando em mercados com baixo risco e estabilidade regulatória e estabelecendo contratos de venda de energia PPA (Power Purchase Agreement) e CfD (Contratos por Diferença) de longo prazo. Refira-se igualmente a criação de uma *joint venture* 50/50 com a Engie no segmento eólico offshore, fixo e flutuante, para a implementação de 1,5 GW actualmente em construção e 3,7 GW em desenvolvimento.

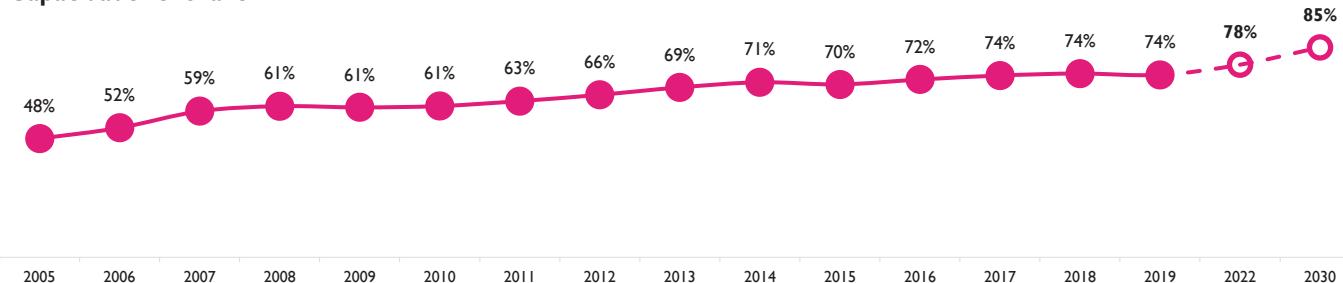
A estratégia passa igualmente pelo desenvolvimento de projectos inovadores, antecipando opções de negócio futuras, em áreas como a hibridização energética, aproveitando potenciais sinergia e complementaridade de diferentes fontes e tecnologias (solar, eólica, hidrálica, armazenamento), em especial em áreas como a eólica offshore flutuante e o solar fotovoltaico flutuante. De realçar o projecto Windfloat Atlantic, uma central eólica offshore de 25 MW de potência total instalada, composta por três aerogeradores com 8,4 MW de potência unitária, cada um dos quais suportado por uma estrutura flutuante semi-submersível, baseada na tecnologia “WindFloat”.

A EDP tem vindo igualmente a promover o solar PV descentralizado junto dos seus clientes, totalizando, no final de 2019, 97 MW de potência instalada. Mais desenvolvimentos no capítulo Novos Serviços de Energia (pág. 101).

DESEMPENHO

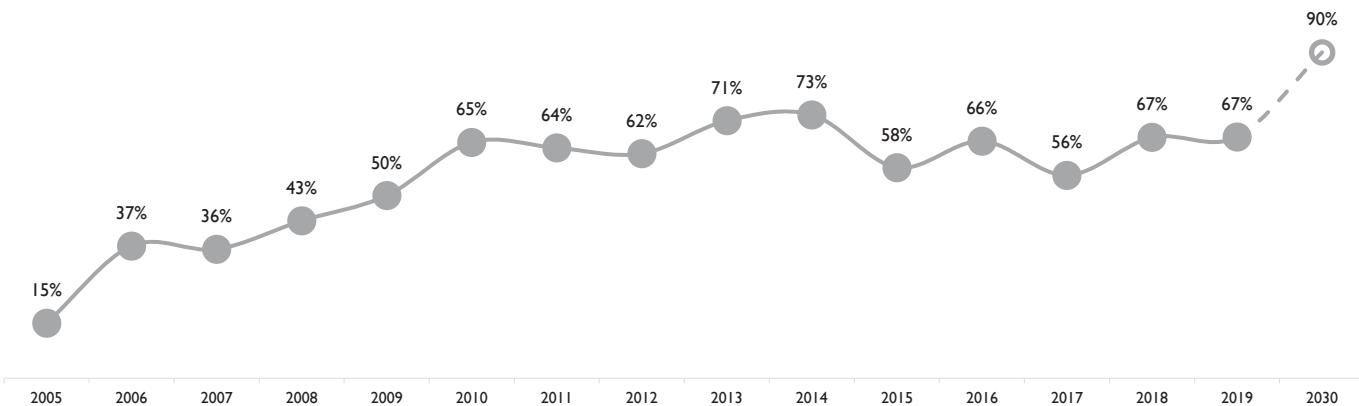
A capacidade total instalada no Grupo EDP, em 2019, foi de 26,5 GW (sem nuclear), dos quais 74% de base renovável. Comparando com 2018, reduziu a capacidade instalada em parques eólicos em 489 MW por execução da estratégia de rotação de activos: adição de 431 MW nos EUA e Itália e venda de 920 MW em Portugal, Espanha, França e Bélgica. Consequentemente, baixou a quota de renováveis em 0,5 pp e reduziu a capacidade total instalada em 2%.

Capacidade renovável



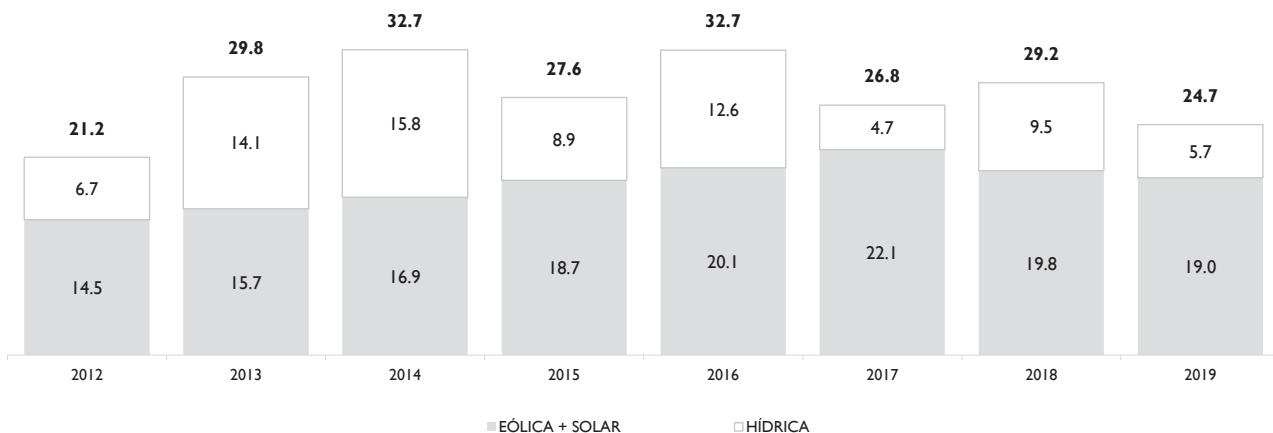
A produção de electricidade do Grupo baixou 7% face a 2018 devido sobretudo à redução de 27% da produção hidroeléctrica (-5,2 TWh face a 2018), por ter sido um ano relativamente seco, tanto na Península Ibérica, com índices de produtibilidade hidroeléctrica (IPH) inferiores a 1, como no Brasil. Ainda assim, a percentagem de renováveis na produção total de energia eléctrica foi da ordem dos 67%, praticamente idêntica à de 2018.

Produção a partir de fontes renováveis



A produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis, ao substituir produção termoeléctrica de origem fóssil, evita a emissão de gases com efeito de estufa. Em 2019, as emissões evitadas ascenderam a 24,7 Mt CO₂, menos 15% que em 2018 devido, principalmente, à menor produção hidroeléctrica já referida. Ainda assim, este nível de emissões evitadas excede largamente, em 10 Mt CO₂, as emissões das centrais termoeléctricas.

CO₂ Evitado (Mt CO₂)



A Nossa Prática



UM NOVO SISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE ENERGIA LIGADO A PARQUE SOLAR

A EDP Renováveis implementou um sistema de armazenamento de energia em bateria (BESS, na sua sigla inglesa) ligado ao parque solar fotovoltaico de Bailesti, na Roménia. Este sistema permite que, quando há um excesso de produção, as baterias sejam carregadas. Quando a geração se encontra abaixo do esperado, a energia armazenada é libertada para fornecer os consumidores. O projeto destaca-se pelo facto de estar instalado directamente para corrente contínua (CC), garantindo uma menor perda de energia no processo de carregamento. Foram também adicionadas novas funcionalidades que melhoraram o seu rendimento: a recuperação em cortes de fornecimento; a captura de energia a níveis de tensão baixos ou em dias nublados.

Para atingir este resultado, a empresa instalou um sistema de conversão de energia inovador que permite a ligação de painéis fotovoltaicos e de baterias de corrente contínua com um transformador a corrente alternada, juntamente com uma bateria de iões de lítio e ainda um dispositivo de permite o controlo total do sistema.

Trata-se assim da primeira estação de armazenamento de energia associada a um parque solar, implementada pela EDP Renováveis. Um projecto que materializa o avanço na modernização destas estações e um ponto de viragem no mercado energético.



3.1.6. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Num contexto onde as alterações climáticas são já visíveis e os seus efeitos inegáveis, com um aumento da temperatura média global a ultrapassar 1°C face ao período pré-industrial, o desafio da próxima década está na capacidade de acelerar medidas já existentes. É necessário o envolvimento de todos os actores para cumprir as metas acordadas em Paris: “limitar o aumento da temperatura média bem abaixo dos 2°C e prosseguir os esforços para limitar o aumento da temperatura ainda mais, não ultrapassando 1,5°C, acima dos valores pré-industriais”. O último relatório especial publicado pelo IPCC⁶ - Global Warming of 1.5°C – mostra que ainda é possível limitar o aquecimento global a 1,5°C, mas será necessário um esforço sem precedentes de todos os actores envolvidos, e que há benefícios claros na trajectória 1,5°C face à de 2°C.

O sector eléctrico é hoje, reconecidamente, aquele que mais depressa assegurará a sua transição energética e, consequentemente, a descarbonização dos restantes sectores de actividade, através da electricidade produzida a partir de energias renováveis. A nível europeu, espera-se deste sector níveis de descarbonização muito exigentes, com redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) entre 54% e 68% até 2030, atingindo a neutralidade carbónica em 2050 (entre 93% e 99% de redução).

ACÇÃO CLIMÁTICA DA EDP

Reconhecendo a importância do seu papel na transição energética, a EDP estabeleceu uma estratégia de acção climática assente em cinco pilares, como se mostra no quadro abaixo. A EDP comprometeu-se ainda em seguir as recomendações da TCFD (Task Force on Climate-related Financial Disclosures), à qual aderiu em 2018, no que diz respeito à divulgação da governação, estratégia, análise de riscos e oportunidades e impacto financeiro das alterações climáticas na Companhia. O quadro mostra igualmente o alinhamento da acção climática com as recomendações da TCFD. Em anexo (pág. 230) apresenta-se detalhadamente a análise dos riscos e oportunidades, de acordo com a taxonomia da TCFD.

GOVERNAÇÃO	<p>Garantir uma gestão adequada das responsabilidades climáticas e dos planos de acção.</p>	<p>Responsabilidades na gestão dos riscos e oportunidades relacionados com o clima. A abordagem do Grupo EDP aos desafios das alterações climáticas inclui a análise dos riscos e oportunidades e é gerida conforme a estrutura de governação corporativa, ilustrada na página 43. Nesta estrutura, destaca-se o papel central do Conselho de Administração Executivo (CAE), supervisionado pelo Conselho Geral e de Supervisão.</p>
MITIGAÇÃO	<p>Reducir as emissões de GEE, através de uma forte aposta no aumento da produção a partir de fontes renováveis, do incremento da electrificação e da eficiência energética.</p>	<p>A Estratégia EDP está alinhada com a necessidade de descarbonização do sector, com um nível de ambição traduzido por um conjunto de objectivos e metas de médio/longo prazo, tal como explicitado neste capítulo.</p>
ADAPTAÇÃO	<p>Criar planos de adaptação por unidade de negócio e geografia.</p>	<p>Assegurar a resiliência das infra-estruturas de produção e distribuição de electricidade é uma preocupação natural dentro da EDP. Com o efeito das alterações climáticas a começar a ser sentido, torna-se essencial um trabalho interno e continuado de análise dos riscos físicos a que as infra-estruturas possam vir a estar sujeitas. A EDP definiu como meta até 2022 ter em curso, nas suas unidades de negócio, planos de adaptação que assegurem a resiliência de infra-estruturas que possam estar expostas a eventos extremos de maior intensidade e periodicidade, face à realidade como hoje a conhecemos.</p>
INOVAÇÃO	<p>Suportar a introdução de tecnologias de baixo carbono e oferta de produtos e serviços de eficiência energética.</p>	<p>A inovação na EDP está alinhada com a estratégia da Empresa, com um foco em áreas essenciais à descarbonização da economia, tais como as energias renováveis, as redes inteligentes, as soluções eficientes com foco no cliente, o armazenamento e a digitalização como área transversal a todo o processo de inovação.</p>

⁶ Intergovernmental Panel on Climate Change

ENERGIZAÇÃO	Sensibilizar para a transformação dos comportamentos e melhorar a transparência.	Divulgação da governação, estratégia, análise de riscos e oportunidades e métricas para avaliação do impacto financeiro das alterações climáticas.
--------------------	--	--

A EDP assumiu publicamente, em Maio de 2019, um novo conjunto de objectivos e metas de curto, médio e longo prazos, que suportam uma estratégia de descarbonização exigente:

- Reduzir as emissões específicas de CO₂ em 65% em 2022 e em 90% até 2030, face aos níveis de 2005;
- Compatível com este novo objectivo, a EDP actualizou o nível de redução de emissões anteriormente aprovado pela Science Based Target initiative (SBTi), comprometendo-se agora a reduzir em 75% as emissões específicas de âmbito 1 e 2 em 2030, face aos níveis de 2015 e as emissões de âmbito 3 em 40% no mesmo horizonte temporal. Este objectivo foi submetido e aprovado pela SBTi como science-based target, alinhado com uma trajectória de descarbonização bem abaixo de 2°C;
- Atingir a neutralidade carbónica antes de 2050.

Para além destes objectivos, é de referir que, no final de 2019, a EDP subscreveu o compromisso 1,5°C – “Business Ambition for 1.5°C – Our Only Future” – juntamente com 87 grandes empresas a nível mundial, elevando ainda mais a sua ambição climática.

A EDP comprometeu-se igualmente a divulgar a informação sobre alterações climáticas como dever fiduciário, de acordo com os requisitos do Climate Change Reporting Framework (CCRF). A tabela da pág. 230 mostra o tipo de informação a divulgar e onde se encontrada disponibilizada. Parte dessa informação pode igualmente encontrar-se na resposta ao CDP Climate Change, disponível no site www.edp.com. Em 2019, a EDP obteve o nível de Leadership A-.

DESEMPENHO

O ano 2019 caracterizou-se pela relativa seca na Península Ibérica, com um Índice de Produtibilidade Hidroeléctrica (IPH) de 0,81 em Portugal e 0,90 em Espanha, de que resultou uma redução de 5,2 TWh de produção de electricidade a partir das centrais hidroeléctricas, face a 2018. Do ponto de vista das emissões de CO₂, o facto mais relevante foi a inversão da ordem de mérito das centrais a carvão para as centrais de ciclo combinado a gás natural (CCGT), na Península Ibérica, a partir do 2º semestre de 2019, o que já não sucedia há várias anos. Quando se compara com 2018, a produção a carvão baixou 38% e a produção a gás aumentou 91%. Para este facto, com claros benefícios ambientais, muito contribui o efeito combinado da redução do preço do gás natural, do aumento da taxa sobre o carvão no âmbito do Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) e do aumento do preço do CO₂ no comércio europeu de licenças de emissão.

A EDP relata as suas emissões de GEE de acordo com o GHG Protocol Corporate Accounting and Reporting Standard - ver detalhe dos diferentes âmbitos de emissões, por categoria, na tabela da pág. 233.



Composto maioritariamente pelas emissões resultantes da queima de combustíveis fósseis nas centrais termoeléctricas (99,8%), as emissões directas de âmbito 1, totalizando 14,4 MtCO₂ reduziram cerca de 4,0 MtCO₂ (-22%) em 2019 face ao ano anterior, como resultado da inversão da ordem de mérito atrás referida. Esta redução justifica-se pela diferença considerável entre os factores de emissão destes dois tipos de centrais – 0,37 tCO₂/MWh para as CCGT contra 0,9 tCO₂/MWh para as centrais a carvão.



As emissões indirectas de âmbito 2 incluem as associadas às perdas nas redes de transporte e distribuição, bem como aos autoconsumos nas centrais eléctricas e aos consumos de electricidade nos edifícios administrativos, com um peso de 97,4%, 2,5% e 0,1%, respectivamente.

Face a 2018, as emissões de âmbito 2 aumentaram 41%, para 0,85 MtCO₂, devido ao aumento da energia eléctrica distribuída pela EDP, mas produzida por terceiros. Este efeito é observado em Portugal, onde a EDP é o operador das redes de distribuição, sempre que os anos são secos. Nestas condições, a produção hidroeléctrica, maioritariamente da EDP, é reduzida, aumentando a produção de electricidade de terceiros e, consequentemente, as emissões correspondentes à fracção das perdas da energia distribuída não produzida pela EDP.

+41%
↗ EMISSÕES DE ÂMBITO 2

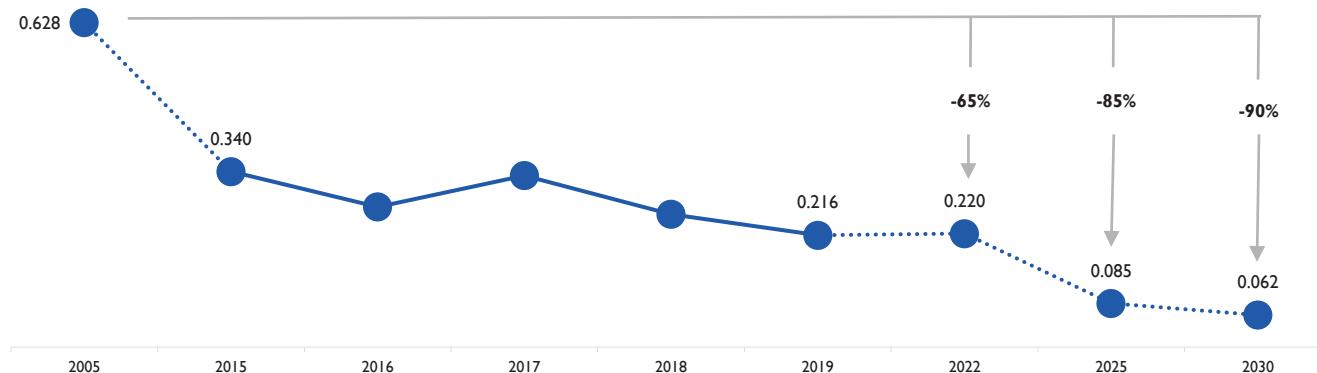
+3%
↗ EMISSÕES DE ÂMBITO 3

As emissões de âmbito 3 compreendem todas as restantes emissões indirectas a montante e a jusante da cadeia de valor, evitando dupla contagem com os restantes âmbitos. As categorias mais relevantes para a EDP, que totalizam 97% do total das emissões deste âmbito, são as relativas aos combustíveis e energia, a montante, e ao uso de produtos vendidos (gás comercializado), a jusante.

Em 2019, as emissões de âmbito 3 totalizaram 11,7 MtCO₂, um ligeiro aumento de 3% face ao ano anterior, sendo de realçar o aumento de 5% das emissões a montante, devido ao maior uso de gás natural nas centrais termoeléctricas, e também um aumento das emissões a jusante (2%), devido ao maior volume de gás comercializado aos clientes finais.

No que respeita às emissões específicas de CO₂, observou-se uma redução de 0,257 tCO₂/MWh em 2018 para 0,216 tCO₂/MWh em 2019. Esta evolução resultou da forte redução global das emissões estacionárias das centrais termoeléctricas em virtude da inversão da ordem de mérito das centrais a carvão para as CCGT. O compromisso assumido de reduzir as emissões específicas em 65% em 2022 e em 90% até 2030, suportado no descomissionamento das centrais a carvão e no crescimento em renováveis, deverá conduzir à trajectória de descarbonização que se mostra na figura seguinte. Esta trajectória é compatível com o objectivo de redução aprovado pela SBTi.

Emissões específicas de CO₂ (t/MWh)



3.1.7. NOVOS SERVIÇOS DE ENERGIA

As soluções de energia disponibilizadas pela EDP pretendem ir ao encontro das necessidades específicas dos diversos segmentos de clientes, através de uma oferta diversificada e inovadora, suportada em canais de comunicação optimizados e focados, para uma resposta com qualidade e eficiência.

A EDP continuou a apostar no lançamento de novos produtos e serviços e na promoção de soluções inteligentes e eficientes de gestão de energia. Em 2019, 26% dos clientes no mercado liberalizado tinham serviços de valor acrescentado, como serviços de eficiência energética, mobilidade sustentável ou solar descentralizado. O objectivo é garantir que 30% daqueles clientes têm serviços de valor acrescentado em 2022 e 50% em 2030.

Maioritariamente, estes serviços são de três naturezas distintas e complementares:

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	MOBILIDADE ELÉCTRICA	ENERGIA SOLAR
Equipamentos e iluminação mais eficientes como lâmpadas LED, motores de alto rendimento, variadores electrónicos de velocidade e bombas de calor. Serviços de aconselhamento e auditorias energéticas.	Apoio, aconselhamento e disponibilização de soluções de carregamento, dentro e fora de casa, disponíveis nas três geografias onde a EDP está presente.	Simulação de poupanças e instalação de sistemas solares fotovoltaicos em regime de autoconsumo e adaptadas aos clientes e às características locais.

Para informação mais detalhada consulte www.edp.pt, www.edpenergia.es, energia.edp.com.br.



No segmento residencial da Península Ibérica, a EDP reforçou a sua oferta de produtos focados de eficiência energética, introduzindo na sua gama de equipamentos os grandes electrodomésticos, um mercado altamente competitivo e com grande impacto no consumo energético.

No segmento empresarial a EDP apoia as empresas na implementação de serviços integrados de eficiência energética, através do programa Save to Compete. Este programa identifica medidas de redução do consumo energético, promovendo-se a sua implementação e custeio através das poupanças geradas. Desde o seu lançamento, em Portugal (2012) e em Espanha (2013), o programa conduziu a uma poupança acumulada de cerca de 321 GWh correspondendo a uma redução de aproximadamente 116 mil toneladas de CO₂.

No Brasil, a EDP investiu 25,8 milhões de Reais em iniciativas de eficiência energética em 2019, que permitiram a poupança de 26 GWh/ano e 9,12 milhões de Reais ao cliente final. Os recursos são aplicados de acordo com a legislação do sector eléctrico brasileiro, que determina às distribuidoras a aplicação anual de 0,4% da receita operacional líquida em Programas de Eficiência Energética (PEE) e 0,1% no Programa Nacional de Conservação de Energia Eléctrica (PROCEL).

Em 2019 foram gerados em serviços de eficiência energética cerca de 158 milhões de Euros de proveitos, representando um acréscimo de 5% face a 2018 (pág. 243).

A estratégia da empresa para a mobilidade eléctrica passa por reforçar o número de clientes com soluções de mobilidade eléctrica, e pelo reforço da infra-estrutura de carregamentos para veículos eléctricos, tanto em número de pontos de carregamento como em dispersão geográfica, para que a mobilidade eléctrica chegue a cada vez mais pessoas (ver maior detalhe capítulo Mobilidade Sustentável, página 106).

Antecipando o futuro em que a produção será cada vez mais descentralizada, a EDP oferece soluções de geração distribuída a partir de fontes renováveis adaptadas aos clientes e às características locais.



Em 2019 foram instalados mais de 90.000 módulos fotovoltaicos em clientes residenciais e empresas em Portugal. Com uma produção de cerca de 25 GWh de energia solar neste ano, evitou-se a emissão de 123 mil toneladas de CO₂, o equivalente a percorrer 818 milhões de quilómetros de carro.

Em Espanha destaca-se a criação da EDP Solar no final de 2019 e a disponibilização de uma calculadora solar através da qual é possível obter um orçamento personalizado com base na localização e hábitos de consumo (ver www.edpenergia.es).

Foi também em 2019 que no Brasil foi criada a EDP Smart, marca que reúne todo o portefólio para clientes empresariais e residenciais no mercado livre, incluindo o segmento de energia solar fotovoltaica. Este segmento de negócio inclui soluções de geração distribuída instaladas no local de consumo do cliente ou remotamente em quintas solares.



EDP E EL CORTE INGLÉS COM PROJECTO PIONEIRO DE ENERGIA

Os cinco parques eólicos da EDP Renováveis na Andaluzia estão a produzir energia que vai ser consumida pelos centros comerciais do El Corte Inglés em Sevilha, Málaga e Madrid (Campo de las Naciones). Esta aliança comercial permite a utilização pioneira do sistema “Blockchain Energy Tracking”, uma cadeia de blocos que rastreia, em tempo real, a origem da energia renovável. A tecnologia assume a função de “controlador digital” no momento em que se está a utilizar a energia, certificando que a informação contida na cadeia é verdadeira. Através do uso desta estrutura de dados, é impossível modificar a informação já fechada, bem como a sua autenticidade e integridade. A garantia de que a totalidade da energia anual consumida por um centro comercial é renovável permite ao El Corte Inglés certificar uma redução das suas emissões de CO₂ semelhantes à eliminação de 101.794 carros da estrada durante uma semana.

3.1.8. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A melhoria da eficiência energética, aliada à promoção das energias renováveis, é crítica para a descarbonização do sector eléctrico. A EDP promove a eficiência energética ao longo da cadeia de valor, tanto internamente, desde a produção de energia eléctrica, passando pela distribuição e consumo, como externamente, proporcionando aos seus clientes produtos e serviços de baixo carbono. Contribui-se, assim, para a redução do consumo de energia primária a montante, e para uma maior eficiência no uso final de energia a jusante, nos clientes.

INTERNAMENTE

A inversão da ordem de mérito do carvão para o gás natural na Península Ibérica contribuiu para a redução do consumo de energia primária em 17% (cerca de 37.000 TJ) relativamente a 2018, e ainda para a melhoria global do rendimento das centrais, que se cifrou em 45,8%, mais 1 pp que no ano anterior.

Nas actividades de suporte, verificou-se em 2019, face a 2018:

- Uma redução de 1,9 GWh no consumo de electricidade dos edifícios administrativos;
- Uma redução de 7 TJ no consumo de energia primária (combustíveis fósseis) da frota automóvel, fruto da política de renovação implementada com vista à electrificação total da frota ligeira até 2030.

NO CLIENTE

A EDP comprometeu-se a fornecer produtos e serviços de eficiência energética que contribuam para a obtenção, em 2022, de pelo menos 5 TWh de poupança de energia no consumo dos clientes, acumulada desde 2015. Este objectivo inclui as medidas realizadas no âmbito do programa voluntário PPEC (Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de energia eléctrica), promovido pela ERSE em Portugal. Até final de 2019, as iniciativas levadas a cabo induziram um valor de poupança acumulada de cerca de 3 TWh, evitando a emissão de 1,2 MtCO₂.

No Grupo, os serviços de eficiência energética geraram 158 milhões de Euros de proveitos em 2019, representando um acréscimo de 5% face a 2018.

As poupanças induzidas pelos serviços de eficiência energética prestados pelas empresas de comercialização e distribuição aos seus clientes em 2019, descritas detalhadamente no capítulo Novos Serviços de Energia (pág. 101), geraram benefícios ambientais traduzidos pela quantidade de emissões de CO₂ evitadas, como se mostra no quadro seguinte.



COMERCIALIZAÇÃO (PT e ES)	Os serviços de eficiência energética e geração distribuída prestados pelas empresas comercializadoras na Península Ibérica conduziram a uma poupança de energia de aproximadamente 116 GWh, evitando a emissão de cerca de 167 ktCO ₂ .
DISTRIBUIÇÃO (PT)	Prosseguindo o programa de modernização do parque de Iluminação Pública (IP) em Portugal, em 2019 foram instaladas cerca de 223.700 luminárias de tecnologia LED, que geraram uma economia de energia de ~87 GWh, evitando a emissão de 23 ktCO ₂ . Em finais de 2019, estão instaladas aproximadamente 683.000 luminárias LED, correspondentes a cerca de 22% do parque total de luminárias IP em Portugal.
EDP BRASIL	Os projectos de Eficiência Energética levados a cabo pelas empresas de distribuição e serviços de energia, permitiram poupar cerca de 35 GWh e, em conjunto com os projectos de cogeração de vapor e geração PV distribuída, evitaram a emissão de 33 ktCO ₂ e.

SAVE TO COMPETE - PLATAFORMA ONLINE PARA ACELERAR ROLLOUT DE SERVIÇOS DE ENERGIA

Em 2017, a EDP Comercial lançou o projecto Save To Compete 2.0, com o objectivo de digitalizar a venda de serviços de energia para o segmento empresarial, com particular enfoque nas pequenas e médias empresas. O projecto foi composto por uma equipa multidisciplinar com colaboradores em Portugal e Espanha e consistiu no desenvolvimento de uma plataforma online para permitir a produção de propostas de serviços de energia em tempo real. O resultado gerou um grande aumento (~10x) do volume de projectos de eficiência energética em pequenas e médias empresas.

Dado o sucesso do projecto, em 2019 a EDP Comercial decidiu criar uma spin-off, totalmente dedicada ao desenvolvimento da plataforma online. O intuito foi o de alargar o âmbito a todas geografias onde está presente, mas também ajudar utilities noutras países a acelerarem o rollout de projectos de eficiência energética nos seus mercados, contribuindo assim para ajudar a enfrentar as alterações climáticas.

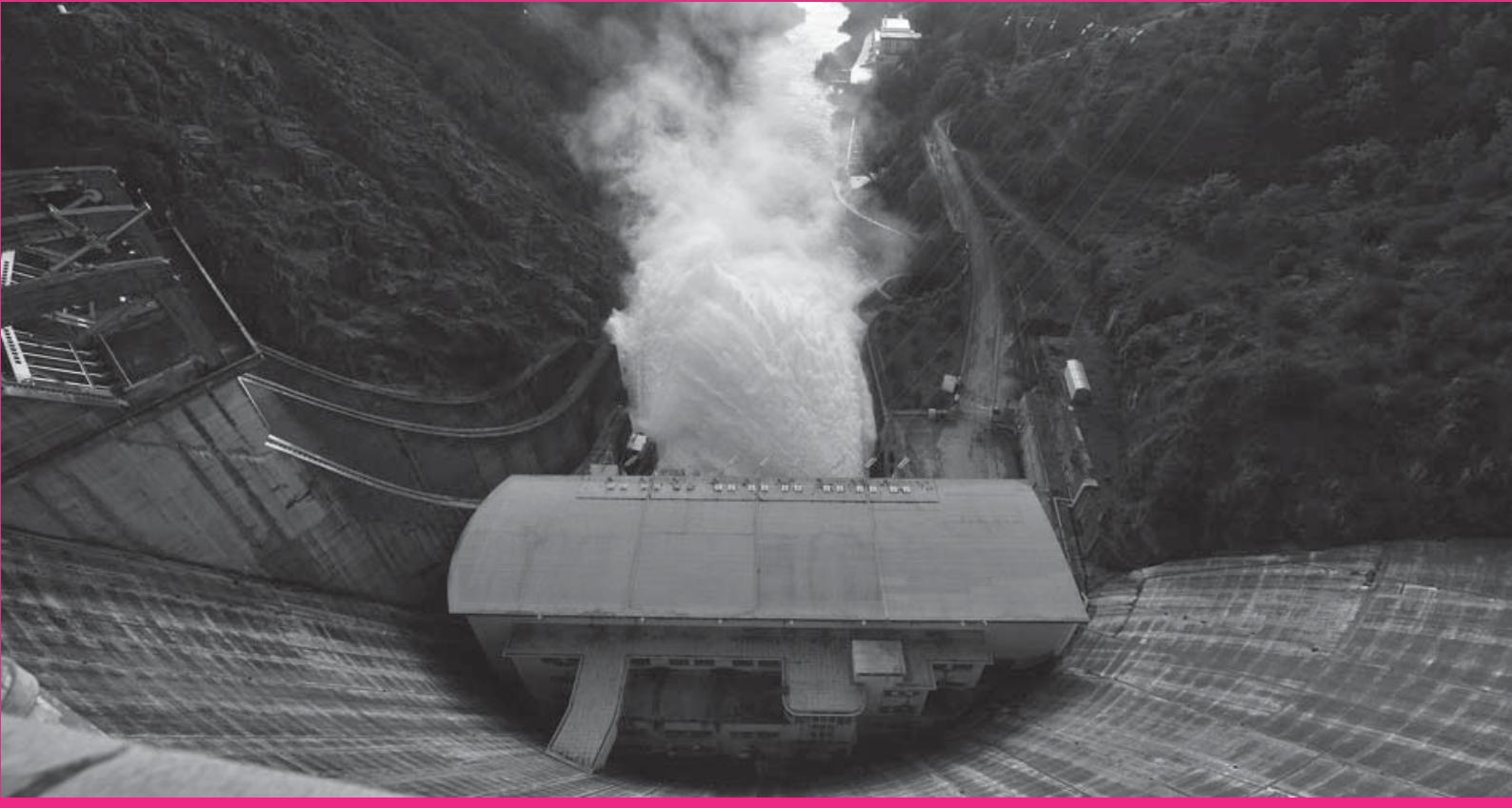


A Nossa Prática



APROVEITAMENTO ENERGÉTICO DE CAUDAIS ECOLÓGICOS EM CASTELO DO BODE

Uma das estratégias para minimizar o impacto ambiental associado à energia hidroeléctrica é manter um fluxo mínimo de água a jusante da barragem ao longo de cada mês, chamado de caudal ecológico. Este caudal permite aos rios manter uma boa qualidade da água e condições favoráveis para a vida selvagem e os seus ecossistemas. A central hidroeléctrica de Castelo do Bode está localizada imediatamente a jusante da barragem, permitindo o uso dos grupos geradores existentes para cumprir com o regime de caudal ecológico imposto. Esta central hidroeléctrica é composta por três grupos geradores principais, ligadas à rede de distribuição, e dois grupos geradores auxiliares que estão fora da rede e que alimentam exclusivamente os sistemas auxiliares. Ou seja, tem uma capacidade inexplorada. Tendo em conta as diversas possibilidades de produção de energia enquanto se liberta o caudal ecológico e, por conseguinte, a valorização dos seus recursos hídricos, houve a necessidade de encontrar uma solução de optimização integrada. O período considerado para esta análise foi de 12 anos (Janeiro de 2005 e Dezembro



de 2016) e teve em conta os dois regimes de caudal ecológico definidos:

- um para anos normais, quando é necessária a libertação de cerca de 13% da vazão média do rio;
- outro para anos de seca, quando é necessária a libertação de 7% da vazão média do rio.

Através de estudos de produção de energia, apenas para os grupos geradores auxiliares, determinou-se que o caudal ecológico no cenário em ano seco apresentava uma estimativa total de produção de energia anual de 6.935MWh, valor que aumenta para 8.321MWh no caso do caudal ecológico no cenário de ano normal. Aliado a isto, foram realizados estudos de viabilidade técnica e económica chegando-se à conclusão que a solução viável seria a de um sistema de automação baseado num PLC – Power Line Communication com a missão principal de garantir o lançamento do caudal ecológico quando requerido. Para isto, o sistema irá monitorizar todos os caudais da central, ou seja, o caudal libertado pelos grupos principais e auxiliares. Este sistema também vai comandar o dispositivo de lançamento de caudal ecológico existente e, quando necessário, comandar a válvula da descarga de fundo na margem esquerda, controlando a abertura de cada uma das válvulas para conseguir

o caudal pretendido. Desta forma, optimiza-se a utilização de água e de desempenho dos activos, bem como o programa de libertação e de caudal ecológico de Castelo do Bode.

Em caso de indisponibilidade dos grupos geradores, quer para fins de manutenção ou avaria, o dispositivo de lançamento de caudal ecológico irá assegurar a libertação do respectivo caudal. Além disso, o funcionamento dos grupos geradores principais e auxiliares será realizado manualmente pelos operadores de acordo com o regime de caudal ecológico para um determinado mês. A operação automática dos grupos geradores foi considerada durante a fase de projecto, no entanto, por razões de segurança da operação, bem como o compromisso da unidade de gestão de energia, a solução adoptada foi o controlo manual com a informação para os operadores.

O processo de concurso está actualmente em curso na fase de negociação para o pacote de interligação da rede, que inclui todos os sistemas de automação, controle e protecção, bem como a de distribuição. Simultaneamente o processo ambiental, bem como o de licenciamento de energia, foram pedidos e aguardam o parecer favorável para iniciar a fase de implementação do projecto, que deverá ser concluído em 2020.



3.1.9. MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

LIDERAR A TRANSIÇÃO PARA A DESCARBONIZAÇÃO DOS TRANSPORTES

O sector dos transportes representa actualmente cerca de um terço do consumo final de energia global, sendo que 90% da energia utilizada provem de combustíveis fósseis. Com efeito, estima-se que este represente actualmente cerca de 25% do total de emissões de CO₂ a nível mundial, tendo este valor crescido 2% ao ano nos últimos anos, prevendo-se que possa atingir quase o dobro em 2050, caso não sejam implementadas medidas de mitigação.

A descarbonização urgente deste sector implicará uma forte electrificação do mesmo, criando uma importante oportunidade para a mobilidade eléctrica, uma das prioridades actuais do negócio da EDP.

Para a EDP, a descarbonização da economia passa por um aumento significativo da penetração da produção a partir de fonte renováveis, seguido de uma forte electrificação do consumo energético, em particular, no sector dos transportes. Como parte do compromisso da empresa com a sustentabilidade e como forma eficaz no combate às alterações climáticas, o Grupo EDP integra a mobilidade eléctrica nos seus objectivos estratégicos, liderando a transição para a mobilidade sustentável e a electrificação dos transportes.

Em 2019, a EDP integrou na sua estratégia de sustentabilidade um conjunto de compromissos para a mobilidade eléctrica, focando tanto a visão interna da empresa, como um conjunto de objectivos para o desenvolvimento de novas soluções para os seus clientes:

2022	2030
>20% da frota ligeira eléctrica	100% da frota ligeira eléctrica (<3,5t)
100.000 clientes com soluções de mobilidade eléctrica	50% da frota pesada eléctrica (>3,5t e <7,5t)
	1 milhão de clientes com soluções de mobilidade eléctrica
	100.000 pontos de carregamento eléctrico instalados ⁷

A EDP participa ainda em várias parcerias, iniciativas e campanhas globais para a aceleração da mobilidade eléctrica, destacando-se em 2019:

- Adesão da EDP à iniciativa EV100, promovida pelo “The Climate Group”. Trata-se de uma iniciativa global que reúne empresas de diversos sectores, comprometidas em acelerar a transição para a electrificação dos transportes;
- Subscrição da iniciativa ACT – Action towards Climate-friendly Transport, no seguimento da adesão da empresa à Transport Decarbonization Alliance (TDA) – Call for Zero Emissions Vehicles. Esta iniciativa pretende alavancar a transição para a descarbonização dos transportes até 2050;
- Assinatura do Corporate Mobility Pact (CMP), uma iniciativa promovida pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) com a cidade de Lisboa. Este pacto foi assinado por 54 empresas e pretende catalisar a liderança corporativa para transformar a mobilidade nas cidades, envolvendo as cidades e as empresas para acções colaborativas.



PRODUTOS E SERVIÇOS DE MOBILIDADE ELÉCTRICA

A EDP pretende posicionar-se como um parceiro de referência para a mobilidade eléctrica.

A estratégia da empresa passa por fornecer aos utilizadores uma oferta comercial de produtos e serviços, em particular em Portugal, Espanha e Brasil. Sabendo que a electrificação dos automóveis só será possível caso os utilizadores de veículos eléctricos sintam confiança na rede de carregamento público, a estratégia do Grupo EDP passa também pelo reforço da sua rede em Portugal, em Espanha e no Brasil.

⁷ Inclui pontos de carregamento públicos e privados de acesso público

SERVIÇO AO CLIENTE

Durante o ano de 2019, destacam-se as seguintes iniciativas:

- Lançamento no mercado português da Wallbox de condomínios EDP que permite controlar os acessos e os consumos de cada sessão de carga e fazer o acerto de contas automático com o condomínio;
- Lançamento no mercado espanhol da Wallbox EDP para residências e lançamento de produto de pré-instalação de mobilidade eléctrica para condomínios;
- Lançamento no mercado brasileiro da Wallbox EDP para residências e empresa, reforçado com o estabelecimento de uma parceria com a JAC Motors para venda do equipamento a clientes da concessionária;
- A app EV.X continuou o caminho traçado em 2018 e foi distinguida pelo National Renewable Energy Laboratory (NREL) como um caso de sucesso de uma tecnologia desenvolvida por *utilities*. A aplicação foi ainda distinguida como Best Automobile Site/App pela Associação da Economia Digital (ACEPI), que distingue o que de melhor se faz na Economia Digital em Portugal.

REDE DE CARREGAMENTO DE ACESSO PÚBLICO

Destacam-se em 2019:

- Alargamento da rede de infra-estrutura de carregamento público em Portugal através do estabelecimento de parcerias para a mobilidade, nomeadamente com a BP, Grupo Pestana, Hotéis Vila Galé e Sport Lisboa e Benfica;
- Em Espanha a EDP aderiu à plataforma de roaming Hubject que permite aos utilizadores de veículos eléctricos utilizar os pontos de carregamento da EDP em Espanha, quer sejam clientes da EDP ou de outro parceiro da plataforma internacional;
- Alargamento da rede de infra-estrutura de carregamento público em Espanha, integrando os pontos de carregamento na plataforma EDP MoveOn, totalizando mais de 100 pontos de carga em 2019;
- No Brasil a EDP juntou-se à Porsche, à Audi e à Volkswagen para lançar a primeira rede de carregamento ultra-rápido que vai cobrir todo o Estado de São Paulo e conectar os principais corredores eléctricos do país, interligando a capital paulista ao Rio de Janeiro, Vitória, Curitiba e Florianópolis, através da instalação de 30 novos pontos de carregamento;
- Alargamento da rede de infra-estrutura de carregamento público no Brasil através do estabelecimento de parcerias para a mobilidade, nomeadamente com a JAC Motors, Cabify, Federação das Indústrias do Espírito Santo e Santander, terminando o ano com quase 50 pontos instalados.

MOBILIDADE ELÉCTRICA INTERNA

A estratégia do Grupo EDP para a mobilidade eléctrica passa também pela implementação de um conjunto de medidas internas, como a electrificação da sua frota e reforço da rede de carregamento nas suas instalações.

No final de 2019, o Grupo EDP tinha uma frota de 3.343 veículos leves, dos quais 9% são eléctricos – 239 veículos 100% eléctricos e 44 híbridos *plug-in*. Esta taxa de electrificação representa cerca de 45% do compromisso assumido pela empresa para 2022.

A par com a electrificação da sua frota a empresa reforçou durante 2019 a sua infra-estrutura de carregamentos interna, dispondo já de 550 pontos de carregamentos, de diferentes velocidades de carregamento, nos seus edifícios.



A Nossa Prática



EV.X - A APLICAÇÃO CONSELHEIRA PARA ACELERAR A ADOPÇÃO DO VEÍCULO ELÉCTRICO

Quando o Projecto Mobilidade Inteligente começou em 2018, a EDP identificou um desconhecimento geral entre os condutores portugueses relativamente aos VE (veículos eléctricos), o que resultou em ansiedades de alcance e de consumo. Assim, como seu primeiro produto, a equipa desenvolveu uma aplicação para que os utilizadores compreendessem os vários benefícios em mudar para um veículo eléctrico.

Lançado em 2018, a aplicação **EV.X** oferece aos utilizadores as potenciais poupanças financeiras e reduções de carbono que estes poderiam obter se conduzissem um VE ao invés do seu veículo padrão com motor de combustão interna.

EXPERIÊNCIA DO CLIENTE ATRAVÉS DE DADOS

A aplicação regista todas as viagens que os utilizadores fazem de carro, agrupa as informações da viagem (número de viagens, distância e consumo de combustível), e em seguida oferece relatórios de análise para mostrar o cenário contrafactual do que essas viagens poderiam ter economizado em gastos e emissões, se o utilizador estivesse a conduzir um VE. A aplicação também fornece informações sobre a localização das estações de carregamento ao longo das rotas tomadas, para aliviar quaisquer preocupações dos utilizadores em relação à ansiedade sobre o alcance, o que, segundo a estimativa da EDP, é uma barreira principal para a adopção de VE pelos clientes.

A aplicação utiliza uma combinação de dados reais e preferenciais do utilizador para calcular os benefícios financeiros e ambientais. Os dados reais provêm não só das viagens realizadas, mas também da marca e do modelo específicos do automóvel conduzido pelos utilizadores (os utilizadores podem especificar manualmente a marca, o modelo e ano, ou podem introduzir o número da sua matrícula para auto-população). Os dados preferenciais provêm da seleção de uma marca e modelo de VE para produzir o cenário contrafactual. A aplicação extrai dados de um grande banco de dados que mantém sobre o desempenho do VE por fabricante, para os modelos disponíveis na Europa e no Brasil. Desta forma, os utilizadores podem determinar quais os veículos que oferecem a maior utilidade, dadas as suas características únicas de condução.

RECONHECIMENTO INTERNACIONAL

Desde o seu lançamento, a aplicação EV.X também tem despertado o interesse internacional no ecossistema VE. No início de 2019, a aplicação foi apresentada no relatório do National Renewable Energy Laboratory nos EUA para Innovative Utility Offerings at the Distribution Edge - como o único caso de estudo da Europa a chegar ao relatório. Em outubro de 2019, a aplicação ganhou também o prémio Best Automobility App/Site na semana Portugal Digital (Prémio ACEPI Navegantes XXI). Mais recentemente, a aplicação foi apresentada no Digital Transformation Seminar, realizado no Dubai pelo Einstein Energy Institute, como exemplo de uma experiência de cliente orientada por dados de condução, no âmbito do ecossistema de serviços energéticos.

A aplicação está disponível para utilizadores de iOS e Android. Em janeiro de 2020, a EV.X tinha mais de 23.000 downloads e 273.720 viagens registadas (uma distância agregada de 5,01 milhões de km). Essas viagens totalizam quase 221.721 kg de emissões de dióxido de carbono e traduzir-se-iam numa economia de 238.136 Euros se tivessem sido feitas num VE.

O QUE SE SEGUE?

O departamento de Mobilidade Inteligente da EDP está a trabalhar para desenvolver soluções de mobilidade para os segmentos B2C e B2B, utilizando a EV.X como ferramenta fundamental para a adopção de VEs. A aplicação EV.X também visa expandir para o segmento B2B para responder às exigências dos gestores de frota e acelerar a electrificação das frotas.

EDP MOVEON – A PLATAFORMA EDP MOBILITY

A EDP MoveOn é uma plataforma digital de acesso a pontos públicos de carregamento de veículos eléctricos (disponível em dispositivos Android e iOS). Existem actualmente mais de 1.500 utilizadores registados e a aplicação está aberta a todos os condutores de VE, independentemente se o utilizador tem um contrato de fornecimento com a EDP ou não. O utilizador só precisa de descarregar a aplicação e registar-se para carregar num dos 150 pontos de carregamento actualmente disponíveis.

A EDP MoveOn nasceu em 2018. O objectivo inicial era mostrar os pontos de carregamento num mapa, permitindo aos utilizadores encontrar a sua localização exacta e características: potência de carregamento, tipo de conector, etc. A EDP MoveOn tem vindo progressivamente a acrescentar novas funcionalidades, e cobre actualmente todo o ciclo de negócio com os clientes da EDP Mobility. Desta forma, os utilizadores podem não só ver os pontos de carregamento num mapa, mas também iniciar e parar o carregamento, gerir os seus pagamentos e ver as informações anteriores sobre as suas operações de carregamento. Tudo numa aplicação.

INTEROPERABILIDADE ENTRE PLATAFORMAS DIGITAIS

A EDP MoveOn é também a plataforma que permite à EDP alcançar a denominada interoperabilidade com outros agentes da Mobilidade. A interoperabilidade consiste em permitir a interacção entre os FEM (fornecedores de eletromobilidade) - as plataformas digitais - e os OPC (operadores de pontos de carregamento) - os proprietários da infra-estrutura de carregamento. Assim, é possível aceder aos pontos de carregamento através de variadas e diferentes plataformas digitais, aumentando as sinergias entre clientes e operadores. EDP MoveOn já implementou com sucesso os protocolos de comunicação OICP (Open InterCharge Protocol) e OCPI (Open Charge Point Interface), que permitem tecnicamente a interoperabilidade.

SOLUÇÕES B2B

Além de oferecer soluções de Mobilidade no segmento B2C, a EDP MoveOn também oferece soluções de Mobilidade para o segmento B2B, gerindo a sua infra-estrutura de carregamento e cobrindo todo o ciclo de negócios. Isto permite que os clientes B2B possam oferecer soluções de carregamento aos seus clientes e colaboradores. Assim, a EDP MoveOn gere hoje pontos de carregamento de clientes como a MediaMarkt, a loja de retalho AhorraMás e Guppy, uma inovadora partilha de viaturas alimentada pela EDP.

A EDP MoveOn é, assim, uma plataforma digital em constante evolução, com experiência na gestão de infra-estruturas de carregamento, e com a máxima prioridade em oferecer as melhores soluções possíveis aos clientes EDP Mobility, ao mesmo tempo que possibilita a comunicação com outras plataformas digitais.



3.1.10. SATISFAÇÃO E SERVIÇO AO CLIENTE

A crescente inovação digital, a abertura dos mercados à concorrência e à descentralização da produção, as novas dinâmicas regulatórias e comportamentos de clientes associados aos objectivos da descarbonização, a crescente importância dos serviços de energia face ao tradicional negócio de venda de energia, e a ocorrência, cada vez mais frequente, de fenómenos extremos com impacto nas infra-estruturas, são as principais tendências que pressionam a qualidade de serviço e desafiam a relação comercial com os clientes. Em consequência, a dinâmica de transformação do contexto do mercado está a modificar a segmentação clássica de clientes, alargando a sua diversidade e ampliando as oportunidades de negócio. Neste domínio, merecem, porém, especial cuidado o aumento das desigualdades decorrentes da diferença de acessibilidade e cultura digital dos clientes, e o aumento da clivagem entre clientes com capacidade de investir em eficiência energética e clientes em pobreza energética.

Neste contexto, o Grupo EDP compromete-se em acelerar o investimento na inovação comercial e em garantir uma elevada satisfação da experiência do cliente, quer através da oferta comercial quer através da excelência na qualidade da relação comercial. Compromissos que fazem parte dos valores e cultura do Grupo EDP e são traduzidos em objectivos estratégicos quantitativos (pág. 60).

O Grupo EDP opera em três mercados de comercialização de energia. Em Espanha e Portugal, cujos sistemas regulatórios são semelhantes, existe separação entre comercialização e distribuição, e no Brasil, nos Estados de São Paulo e Espírito Santo, onde não se verifica a separação das actividades junto do cliente residencial. Neste sentido, em Portugal e Espanha, a actividade de distribuição serve também os clientes de comercializadoras que não integram o Grupo EDP.

Em 2019, em Portugal, a designação e imagem de marca da comercializadora de electricidade de último recurso foi totalmente separada do Grupo EDP. Na sequência de decisão da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), a EDP Serviço Universal passou a chamar-se SU Electricidade. Em Espanha, também em 2019, respondendo à obrigação definida pela Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia, a EDP modificou a marca comercial da empresa de distribuição eléctrica, que passou a chamar-se E-REDES, e a da comercializadora de último recurso, que passou a chamar-se BASER COR. Em conjunto com a mudança de imagem e designação, todos os canais de comunicação e instrumentos de trabalho foram adaptados.

REBRANDING SU ELETRICIDADE

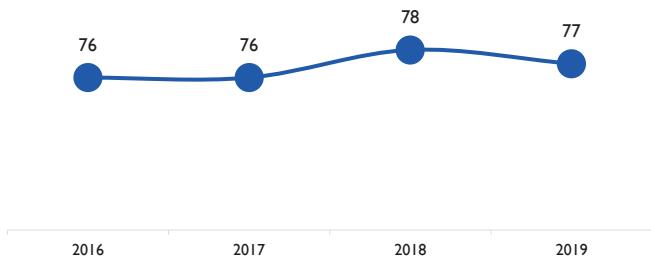
A EDP Serviço Universal mudou, a 15 de Janeiro de 2020, a sua marca para SU ELETRICIDADE mantendo o mesmo rigor e foco no cliente. Esta alteração, decidida pelo regulador de energia para aprofundar a diferenciação de imagem das restantes empresas do grupo EDP, mostra aos consumidores uma nova imagem gráfica e logotipo da sua comercializadora de electricidade do mercado regulado. A SU ELETRICIDADE diferenciou-se não só pela cor, mas também pelo conceito gráfico, inspirado nas entradas de uma tomada eléctrica que se transformam nos pinos de uma ficha eléctrica. Os novos espaços foram concebidos sob o mote *feels like home*, procurando modernidade, simplicidade, maior proximidade com o cliente no momento do atendimento e alinhamento com as novas tendências. Através desta mudança, iniciou-se a abertura das primeiras lojas exclusivas desta rede em Lisboa e Porto. A abertura das restantes lojas, uma por capital de distrito, está prevista até ao final do primeiro quadrimestre de 2020.



SATISFAÇÃO DO CLIENTE

Num mercado em que os clientes procuram soluções diferenciadas, adaptadas ao seu perfil e uma relação *omnichannel* com interfaces que lhes garantam respostas imediatas, consolidadas e personalizadas, a EDP tem vindo a desenvolver serviços e processos inovadores baseados nas potencialidades oferecidas pela digitalização e acesso à internet. Em Portugal, na actividade comercial destaca-se a nova oferta

Satisfação dos clientes (%)



Packs Living EDP e o novo *chatbot*. Na distribuição foi introduzida a possibilidade de comunicar a proximidade de vegetação às linhas, foi desenvolvido um *chatbot* para apoio ao cliente e a nova funcionalidade de ‘uberização’, que possibilita ao cliente seguir, no telemóvel, o trajecto da equipa que se desloca ao seu local de consumo, bem como novas funcionalidades nos pedidos de ligação à rede em baixa tensão. Em Espanha, o novo sistema ‘maître’ de gestão de espera nas lojas, que evita os sinais sonoros e as senhas e personaliza o atendimento, foi galardoado na quinta edição do Digital Age Awards com o prémio para o melhor projecto de Inovação na Experiência do Cliente. No Brasil, foi implementada a transformação digital do *contact center*, introduzido o sistema Lumus de apoio ao assistente telefónico, o *speech analytics* de análise de qualidade e reforçadas as funções do *chatbot* com emissão de facturas, código de barras e avisos de qualidade de serviço. Também está em implementação um sistema de ligação ao Whatsapp, plataforma preferida dos brasileiros.

Ao nível global a Satisfação dos Clientes fixou-se nos 77% em 2019, ligeiramente abaixo do valor registado no ano anterior, mas em linha com o compromisso do Grupo EDP de manter um nível de satisfação de clientes superior a 75% até 2022. Para este resultado contribuiu a descida registada no Brasil, de 80% para 76%, apesar da subida registada nas restantes geografias (pág. 185 com informação detalhada).

Em Portugal, o valor de satisfação atingiu os 78%, um pouco acima do registado em 2018. No NPS (Net Promoter Score) do mercado livre, que mede o grau de recomendação dos clientes relativamente à empresa, verificou-se uma subida de 8 pontos face a 2018 no segmento residencial e 6 pontos no segmento empresarial. A satisfação com os serviços EDP Comercial foi também reconhecida pela Escolha do Consumidor de 2019, que a premiou, pelo 4º ano consecutivo, como a melhor escolha no serviço de energia e serviços para uso doméstico.

Em Espanha, onde a satisfação de clientes manteve a tendência de crescimento dos últimos anos, a EDP foi premiada, pelo terceiro ano consecutivo, como a empresa que oferece o melhor serviço de atendimento presencial, reconhecimento atribuído pela Associação Espanhola de Especialistas em Relações com Clientes (AEERC). Este prémio compara empresas de diferentes sectores através de um processo exaustivo de auditoria e auscultação de 88.419 clientes.

No Brasil, a EDP avalia a satisfação dos seus clientes através das pesquisas realizadas por órgãos do sector, como ABRADEE e ANEEL. Em 2019, alcançou 79% em São Paulo e 73% no Espírito Santo no Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP). No mercado livre, o Índice de Satisfação Global atingiu 83%. Adicionalmente, recebeu o prémio Smart Customer 2019 com o projecto de modernização e transformação tecnológica na central de atendimento telefónico das distribuidoras de energia eléctrica, tendo ainda sido eleita pela revista Consumidor Moderno como a “Empresa Que Mais Respeita o Consumidor”, na categoria Energia Eléctrica, pelo segundo ano consecutivo.

SEGURANÇA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

A segurança dos produtos e serviços comercializados pela EDP representa um aspecto fundamental para a sustentabilidade do negócio. Garantir que os equipamentos disponibilizados e as actividades efectuadas não apresentam riscos, ou apenas riscos reduzidos conciliáveis com um elevado nível de protecção da saúde e segurança dos clientes, fornecedores, colaboradores e sociedade em geral, é considerado um requisito organizacional essencial subscrito ao mais alto nível e declinado para toda a Companhia.

Assim, no âmbito dos serviços de energia disponibilizados pela área comercial aos clientes, existem um conjunto de práticas que são promovidas de modo a garantir a segurança dos produtos e serviços comercializados, nomeadamente:

- Selecção de equipamentos que assegurem o cumprimento da regulamentação em vigor, adequados a eventuais condicionalismos existentes nas instalações dos clientes;



- Instalação dos equipamentos com equipas devidamente capacitadas, supervisionadas pela coordenação de segurança da área comercial;
- Realização de ensaios aos equipamentos em fábrica e posteriormente nas instalações dos clientes, de modo a assegurar a conformidade dos mesmos com os requisitos de segurança vigentes;
- Acompanhamento do funcionamento do equipamento e manutenção do mesmo no período inicial de garantia;
- Disponibilização de formação ao cliente, onde se inclui instruções de utilização e regras de segurança;
- Disponibilização de meios para uma utilização segura por parte do cliente, de modo a evitar acidentes ou situações potencialmente perigosas.

No âmbito dos serviços de distribuição de energia, actividade desenvolvida no Brasil, Espanha e Portugal, os sistemas são instalados de forma a garantir a máxima protecção contra acidentes e usos indevidos, cumprindo-se as normas técnicas estabelecidas pelas entidades regulatórias. Apesar disso, no Brasil tem sido necessário desenvolver sucessivas campanhas educativas que orientam as comunidades no uso seguro da energia. Em 2019, foi realizado um diagnóstico sobre acidentes com a comunidade com a finalidade de obter um mapeamento completo das principais causas de acidentes e desenvolver planos de ação. Este mapeamento identificou as ligações clandestinas como a razão efectiva que está na origem de vários acidentes e foi desenvolvido um plano de 24 meses de regularização dessas ligações eléctricas. Em 2019, no Brasil, registaram-se 15 acidentes com ligações clandestinas, dos quais decorreram seis óbitos.

Ao longo do ano de 2019 não se verificaram quaisquer ocorrências de incumprimento de normas regulatórias, legais ou voluntárias, relativas aos produtos e serviços disponibilizados pela EDP.

GESTÃO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES

O Grupo EDP tem o cliente no centro da sua estratégia de negócio e investe constantemente na melhoria do diálogo e qualidade de serviço dando particular atenção ao desenvolvimento de canais e meios de resolução de queixas e reclamações. Além da facilitação dos meios de atendimento, telefónicos, presenciais e por correspondência, o Grupo EDP disponibiliza ainda soluções de recurso das decisões administrativas além das previstas legalmente. A Provedoria do Cliente, a Provedoria Ética e a participação em iniciativas de cidadania, como é o Portal da Queixa, são instrumentos de resolução de queixas e reclamações que melhoram a experiência do cliente e traduzem os valores da EDP.

No cômputo global, as melhorias implementadas ao nível da Experiência do Cliente EDP permitiram reduzir substancialmente o número de reclamações por cada mil contratos em cerca de 16% por ano desde 2016 em Portugal. Durante o mesmo período de tempo foi possível optimizar substancialmente o tempo de resolução de reclamações de clientes, que caiu em mais de 55%, com destaque para o desempenho de 2019 com uma média recorde de 5,8 dias de tempo médio de resolução.

RECLAMAÇÕES (#)	2019	2018
Portugal	85.683	114.357
B2B	1.103	1.315
B2C	84.580	113.042
Espanha	72.469	92.408
B2B	759	810
B2C	71.710	91.598
Brasil	74.393	70.995
Empresa	57.746	58.169
ANEEL	2.081	1.544
PROCON	6.255	4.837
Justiça	8.311	6.445

Para os resultados alcançados contribuíram diversas iniciativas que foram implementadas ao longo de 2019, destacando-se o Programa de Redução de Reclamações (-R) e o Projecto ClientID, ambos na esfera da EDP Distribuição. Este último contempla ferramentas de *analytics* e inteligência artificial, que mapeiam as causas-raiz das tipologias de reclamações existentes e o respectivo impacto e permite uma análise preditiva do comportamento dos clientes, tendo por base uma lista de variáveis influenciadoras (ex.: peso de cada tipo de reclamação na insatisfação do cliente, campanhas técnico-comerciais, condições atmosféricas, alterações regulamentares, avarias na rede ou interrupções programadas).

PROGRAMA REDUÇÃO DE RECLAMAÇÕES (-R)

O Programa -R foi criado para garantir uma análise profunda das causas-raiz das reclamações da EDP Distribuição, bem como definir e implementar um *roadmap* de iniciativas concretas.

Este é um programa transversal à EDP Distribuição, envolvendo oito Unidades Organizativas desta empresa que lideraram e implementaram iniciativas concretas relativas aos seus processos, e que contou com a participação das Soluções Comerciais nos Canais de Atendimento. Envolveu também um conjunto de entidades externas, como Comercializadores de energia e Prestadores de Serviço Externo. Foram concretizadas mais de 100 iniciativas que promoveram a interacção de diversos tipos com o cliente final: Leituras, Iluminação Pública, Pedidos de Ligação à Rede, Ordens de Serviço e a própria Gestão de Contactos.

Um dos destaques foi a possibilidade de os clientes poderem comunicar proactivamente uma leitura após terem recebido uma comunicação de leitura extraordinária. No 1º trimestre de 2019 evitou cerca de 50 mil ordens de leitura no terreno. Esta e outras iniciativas foram fulcrais na inversão da tendência de subida de reclamações: em 2019, a EDP Distribuição teve um total de 58,4 mil reclamações, o que corresponde a uma redução global de 19,4%. Assim, ficou inclusivamente abaixo do verificado em 2013, altura em que se registaram cerca de 59 mil reclamações. Estas melhorias tiveram impactos directos na satisfação e experiência do cliente, mas também impactos muito positivos ao nível da eficiência operacional da EDP Distribuição.

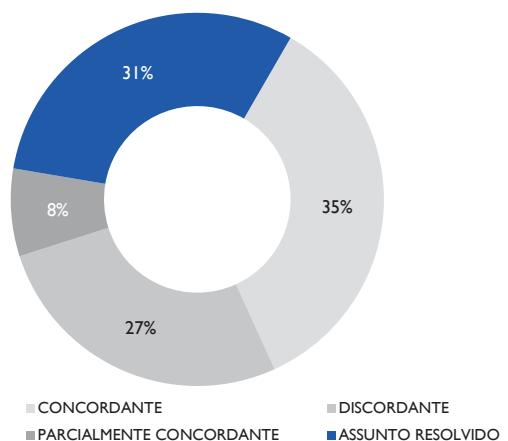
Ainda em Portugal, a EDP dispõe de uma Provedoria do Cliente, entidade independente que tem por missão apreciar as reclamações apresentadas pelos clientes, nos casos em que não tenham ficado satisfeitos com as respostas dadas no sistema de reclamação convencional (<https://provedordocliente.edp.pt/>). O Provedor do Cliente pronuncia-se sobre o fornecimento de energia e a prestação de serviços das empresas EDP, designadamente: cumprimento de contratos, estimativas de consumo, facturação e pedidos de indemnização por danos que resultem directamente do serviço prestado. Em 2019, o Provedor do Cliente recebeu 1.027 queixas, menos 19% do que no ano anterior, das quais 34% relativo a Leituras/Facturação/Cobrança, 22% sobre Fornecimento e 18% relacionado com Contratação.

Em Espanha, após o período de acréscimo de reclamações ocorrido em 2018 e motivado pelas alterações regulatórias relativas à tarifa social com impacto nos sistemas informáticos, verificou-se uma redução para os valores esperados. No Brasil, mantém-se a tendência de redução do número total de reclamações e de elevada taxa de resolução.

PREÇOS DA ENERGIA

Na Península Ibérica, a comercialização de energia é livre e os consumidores podem contratar o fornecimento com qualquer empresa comercializadora.

Orientação da resposta do provedor do cliente (%)



Em Portugal, e segundo a ERSE, no final de 2019, o mercado livre representava já 84% do número total de clientes (cerca de 95% do consumo), estando prevista ocorrer a extinção da tarifa do mercado regulado no início de 2021. No entanto, desde final de 2017, os clientes de electricidade em Baixa Tensão Normal no mercado livre têm o direito de acesso a um regime equiparado ao das tarifas reguladas, podendo regressar ao mercado regulado caso o seu comercializador não disponibilize esse regime equiparado. O preço médio das tarifas de referência de venda a clientes finais em Portugal, em 2019, foi maioritariamente composto por custos com energia e comercialização, com um peso de 53% na tarifa final, sendo que as componentes de custos de política energética e uso das redes representaram, respectivamente, 28% e 19% do total.

Em Espanha, no terceiro trimestre de 2019, o mercado livre representava 63% do número total de clientes, que se traduziam em cerca de 89% do consumo (dados previsionais). Os preços domésticos em Espanha, em 2019, apresentavam uma componente de custos de política energética superior a Portugal, com um peso de cerca de 40% da tarifa final, sendo que as componentes de energia e uso das redes representavam, respectivamente, 37% e 23% do total.

No Brasil, em Novembro de 2019, o mercado livre representava 0,01% do número total de clientes (8.686 num total de cerca de 85 milhões de clientes), que se traduziam em cerca de 30% do consumo. Em Janeiro de 2020, todos os consumidores com potência contratada igual ou superior a 2.000 kW já estão habilitados a migrar para o mercado livre. Nos termos da Portaria MME 465/2019 que veio definir o calendário de abertura de mercado, os consumidores com potência contratada igual ou superior a 1.500 kW vão poder migrar para o mercado livre a partir de 1 de Janeiro de 2021, ao passo que os consumidores com potência contratada igual ou superior a 1.000 kW poderão migrar a partir de 1 de Janeiro de 2022 e aqueles com potência contratada igual ou maior que 500 kW a partir de 1 de Janeiro de 2023. Relativamente à composição do preço de electricidade, os custos com energia e comercialização constituem cerca de 44% dos custos facturados ao cliente, sendo que os custos de uso das redes (transporte e distribuição) e de política energética correspondem a 45% e 11%, respectivamente.

QUALIDADE DE SERVIÇO TÉCNICO

Em 2019, a resiliência das infra-estruturas de distribuição de electricidade foi novamente posta à prova pela sucessão de eventos climáticos. A adopção de Planos de Adaptação às Alterações Climáticas, prevista nos objectivos estratégicos do Grupo EDP, permitiu mitigar os efeitos destruidores através de medidas preditivas, manter elevada capacidade de resposta das equipas de emergência e repor os serviços de electricidade superando os indicadores padrão de tempo de resposta. A qualidade de serviço manteve-se elevada em resultado do empenho das equipas técnicas, num esforço conjunto entre a EDP e as empresas prestadoras de serviços, e de medidas de gestão, de novos investimentos e de cooperação e diálogo com as partes interessadas.

Em Portugal, a EDP Distribuição continuou a garantir níveis elevados de desempenho nos Indicadores Gerais de Qualidade de Serviço Comercial do Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS) ao superar de forma generalizada os valores padrões constantes do RQS. Tal como no ano anterior, 2019 foi marcado por vários episódios de condições climatéricas adversas (tempestade Helena; descargas atmosféricas de Agosto; tempestades Elsa e Fabien), conduzindo a um elevado número de ocorrências negativas. A minimização do impacto destes eventos na continuidade do serviço foi obtida através de medidas de automatização da rede de distribuição e da estratégia de antecipação e resposta a eventos excepcionais consubstanciada no Plano Operacional de Actuação em Crise da Rede Distribuição - POAC-RD. Excluindo o impacto dos episódios de origem externa à rede de distribuição, que se encontram em processo de classificação como Eventos Excepcionais pela ERSE, os principais indicadores de continuidade de serviço em 2019 evidenciam a melhoria do desempenho da rede de distribuição comparativamente com 2018. Também no campo das redes inteligentes foram realizados esforços importantes no ano de 2019, com a implementação de projectos que visam desenvolver novos use cases para utilização da informação que é disponibilizada pela infra-estrutura de *smart meters*. Estes esforços permitirão acelerar a identificação de constrangimentos na rede BT e desta forma melhorar a resposta a este tipo de ocorrências.

Em Espanha, a E-REDES exerce sua função de distribuição de electricidade em seis províncias espanholas: Astúrias (que representa 95% da sua actividade), Madrid, Huesca, Saragoça, Valência e Alicante. No total, está presente em 90 municípios diferentes. O Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada (TIEPI) no ano de 2019 foi de 26 minutos, enquanto o Número de Interrupções Equivalentes da Potência Instalada (NIEPI) foi de 0,4, cumprindo os limites legais para ambos os índices no nível de qualidade da zona geográfica. Perante as diferentes tempestades sofridas em 2019, tanto de vento como de neve, a qualidade do serviço não foi afectada significativamente, graças às medidas preventivas implementadas como a instalação de grupos geradores em áreas estratégicas para lidar com possíveis incidentes na rede, o reforço do nível de alerta das empresas parceiras e do Centro de Atendimento ao Cliente, e o aprofundamento do diálogo os Serviços Públicos de Emergência e agências competentes.

Também no Brasil, mesmo com o impacto dos factores climáticos, a EDP regista uma tendência de melhoria nos indicadores de qualidade, em conformidade com os limites regulatórios. Em 2019, os indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) tiveram o melhor resultado histórico, sendo de 6,98 para EDP São Paulo e 8,19 para EDP Espírito Santo. As iniciativas de melhoria dos indicadores de qualidade assentam no Projecto DEC Down, que implementa a redução de ocorrências, o restabelecimento rápido da energia e a limitação de impactos na rede. A Frequência Equivalente de interrupção por Unidade Consumidora (FEC) registada tanto em São Paulo como no Espírito Santo foi sempre melhor do que os limites definidos pelo regulador.

3.1.11. CLIENTES VULNERÁVEIS

A qualidade de vida e o bem-estar estão directamente dependentes da acessibilidade à energia, em especial, à energia eléctrica de qualidade e a preços acessíveis. Numa sociedade crescentemente tecnológica e digital, garantir que todos podem usufruir deste bem essencial é um desafio que o Grupo EDP coloca no centro da sua estratégia de negócio, para o qual estabeleceu objectivos quantitativos (pág. 59) e o compromisso de contribuir para as metas dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS 7).

A abordagem da EDP face à vulnerabilidade energética dos clientes assenta em três eixos:

COMPROMISSOS COMERCIAIS	POBREZA ENERGÉTICA	ACESSO À ENERGIA
<ul style="list-style-type: none">• Garantia de serviço• Soluções adaptadas	<ul style="list-style-type: none">• Tarifas sociais• Eficiência energética	<ul style="list-style-type: none">• Novos negócios• Donativos sociais

COMPROMISSOS COMERCIAIS

A EDP aplica escrupulosamente as garantias de serviço definidas regulamentarmente e que visam acautelar os clientes prioritários de interrupções do fornecimento de energia. Os clientes prioritários são informados individualmente sobre as interrupções de fornecimento que sejam objecto de pré-aviso, com a antecedência mínima adequada, e têm prioridade na reposição de serviço em caso de avarias. São clientes prioritários os serviços de saúde, as forças de segurança, bombeiros, protecção civil, segurança marítima e aérea, e as instalações penitenciárias. Igualmente, para os clientes com necessidades especiais, com limitações de visão, audição, comunicação oral ou olfato, a EDP adapta os sistemas de informação e comunicação e garante os mesmos níveis de qualidade de serviço e direitos disponíveis para os restantes clientes (pág. 186).

A EDP oferece igualmente o serviço “Factura Segura” que cobre situações de desemprego involuntário, incapacidade temporária para o trabalho ou invalidez absoluta e definitiva.

POBREZA ENERGÉTICA

A EDP defende que o apoio a clientes vulneráveis, em situação de pobreza energética, deve ser orientado para a resolução do problema estrutural, fundamentalmente através de medidas de eficiência energética, e medidas preventivas que evitem interrupções no fornecimento de energia em situações de incumprimento de pagamentos. Em linha com as orientações da Comissão Europeia, defende ainda que o financiamento deste tipo de medidas deve ser preferencialmente realizado via Orçamento de Estado, enquanto obrigação do Estado Social, ou em alternativa ser suportado pelos restantes consumidores, numa lógica de solidariedade nacional.

As situações de pobreza energética, estão associadas à incapacidade das famílias em obter o nível de serviços energéticos necessários para garantir o nível adequado de conforto térmico, isto é, à incapacidade de aquecerem e arrefecerem as suas casas adequadamente a um custo aceitável. Estas situações têm causas como o desemprego, pobreza estrutural, ineficiência energética do parque habitacional, incapacidade de investir na melhoria da eficiência energética das habitações ou preços da energia. São igualmente conhecidos os seus impactos sociais, aprofundando a pobreza e a exclusão social estruturais, com relevantes impactos na saúde pública.

O contributo do Grupo EDP para a protecção dos clientes vulneráveis não se limita, no entanto, à promoção da tarifa social e ao cumprimento das obrigações legais. De forma voluntária, através da sua Política de Investimento Social, a EDP desenvolve programas de combate à pobreza energética (pág. 221).



POCITYF – ABORDAGEM INOVADORA PARA COMUNIDADES ENERGETICAMENTE VULNERÁVEIS

Devido ao aumento de centros urbanos densamente habitados e com um elevado consumo de recursos, as cidades terão um papel fulcral no caminho para um futuro mais sustentável e inclusivo.

A EDP Labelec/NEW R&D encontra-se no centro da inovação através da coordenação do POCITYF: projecto H2020 de cidades inteligentes que tem como principal objectivo a criação de Positive Energy Blocks – áreas cuja produção renovável ultrapassa o consumo energético – nas suas duas cidades-farol: Évora e Alkmaar. Para tal, será instalado um vasto conjunto de soluções como a produção de energias renováveis e mobilidade eléctrica.

Um dos pontos mais distintivos do projecto centra-se na possibilidade de o tecido empresarial local doar (parte do excesso de produção de energia renovável a comunidades energeticamente vulneráveis, através de uma plataforma criada para o efeito. Aos cidadãos será providenciada a possibilidade de, através da mesma plataforma, converter comportamentos sustentáveis dentro do centro histórico em tokens que poderão também ser doados para comunidades energeticamente pobres.

Em Portugal, a legislação prevê, desde 2010, a aplicação de uma tarifa social para a electricidade e para o gás natural, que se traduz num desconto atribuído aos clientes economicamente vulneráveis na tarifa de acesso, financiado, no caso da electricidade, pelos produtores de energia eléctrica em regime ordinário e, no caso do gás natural, pelo operador da rede de transporte, pelos operadores da rede de distribuição e pelos comercializadores de gás natural.

Em 2011, foi criado o Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia (ASECE), tanto para a electricidade como para o gás natural, que consistia num desconto atribuído aos clientes economicamente vulneráveis no valor de 13,8% do valor da factura, financiado pelo Estado, com o objectivo de compensar o impacto do aumento do IVA de 6% para 23% para estes clientes. Em 2016, o acesso à tarifa social foi facilitado, com o alargamento dos critérios de elegibilidade e a sua atribuição de forma automática, a par da incorporação do ASECE na mesma. Em 2019, o número de beneficiários da tarifa social de electricidade em Portugal Continental foi de cerca de 760 mil clientes, com um desconto equivalente a 33,8% do preço bruto das tarifas transitórias do mercado regulado. Em 2019, o número de beneficiários da tarifa social na carteira de clientes da EDP era de, aproximadamente, 588 mil clientes na electricidade e 16 mil no gás.

Em Espanha, a tarifa social encontra-se implementada desde 2009, abrangendo, no entanto, apenas os clientes de electricidade. O mecanismo actualmente em vigor diferencia três categorias de beneficiários da tarifa social, em função do seu nível de rendimentos: os clientes vulneráveis, com um desconto de 25%, os clientes vulneráveis severos, com um desconto de 40% e os clientes em risco de exclusão, com um desconto de 100%. Os descontos em causa aplicam-se ao termo fixo e a um consumo máximo de energia. A tarifa social não é atribuída de forma automática, devendo, por regra, ser solicitada e renovada periodicamente. Em Dezembro de 2019, o número de beneficiários da tarifa social na carteira de clientes da EDP era de, aproximadamente, 51 mil clientes.

No Brasil, a tarifa social foi implementada em 2002 e consiste num benefício criado pelo Governo Federal aplicável às famílias de baixos rendimentos. Trata-se de um desconto que incide sobre a tarifa aplicável à classe residencial das distribuidoras de energia eléctrica que pode variar de 10% a 65%, de acordo com o consumo de cada residência, até um máximo de 220 kWh/mês. As famílias indígenas e quilombolas que cumpram os requisitos definidos beneficiam, por sua vez, de um desconto de 100% até ao limite de consumo de 50 kWh/mês. Também no Brasil, a aplicação da tarifa social deve ser solicitada, não sendo de aplicação automática. Em 2019, as duas empresas de distribuição de energia, da EDP, somaram 163.896 clientes cadastrados na tarifa social.

ACESSO À ENERGIA

A energia e, em particular, a electricidade desempenham um papel crucial no desenvolvimento económico e social. Neste sentido, o investimento em soluções que permitam o acesso à energia das populações de países que não dispõem de suficientes infra-estruturas de redes eléctricas, é uma condição necessária para promover o seu desenvolvimento e quebrar o ciclo de pobreza e desigualdade. Com este propósito, a EDP aprovou o objectivo de investir 20 milhões de Euros, até 2022, no capital de empresas que desenvolvam projectos de acesso à energia nas regiões sem acesso à rede eléctrica. Igualmente, a EDP criou o Fundo A2E para apoiar projectos de acesso à energia que, através da energia renovável, promoverão a saúde, educação, água, agricultura, e geração de rendimentos de comunidades rurais em países em desenvolvimento (ver página seguinte).

A Nossa Prática



EDP APOIA PROJECTOS DE ACESSO À ENERGIA SUSTENTÁVEL EM ÁFRICA

MOÇAMBIQUE, QUÉNIA, TANZÂNIA, MALÁUI E NIGÉRIA BENEFICIAM DO PROGRAMA A2E (ACCESS TO ENERGY) DA EDP

No quadro da estratégia de apoio à electrificação das populações sem acesso à energia, em 2019, a EDP investiu no capital da Rensource, na Nigéria, e apoiou cinco projectos comunitários de energia limpa em Moçambique, Quénia, Tanzânia, Maláui, que irão permitir o acesso à energia a 22 mil pessoas.

Aproximadamente 840 milhões de pessoas ainda não têm acesso à electricidade e cerca de 2,9 mil milhões de pessoas dependem de madeira, carvão vegetal, resíduos agrícolas e carvão para cozinhar e para aquecimento¹. Este problema prevalece sobretudo na África Subsaariana, onde apenas 45% da população tem acesso à energia². O acesso à energia limpa,



acessível e confiável é vital para impulsionar o emprego e o crescimento sustentável.

A EDP promove a energia sustentável para todos, com foco em países com baixas taxas de electrificação, concentrando os seus esforços em dois eixos de actuação:

- **Investimento no capital de empresas que desenvolvem negócios de acesso à energia (A2E);**
- **Donativos a organizações sociais**, para apoiar projectos sustentáveis e de energia limpa nas áreas da educação, saúde, água e agricultura, negócios e comunidade.

Neste âmbito, o Grupo EDP realizou investimentos em empresas e projectos de acesso à energia em vários países Africanos:

INVESTIMENTO NO CAPITAL DE EMPRESAS

- **2018** – A EDP investiu na **SolarWorks!**, empresa com operações em Moçambique e Maláui, dedicada à comercialização de Solar Home Systems (SHS) – dois milhões de Euros.
- **2019** – A EDP entrou no capital da **Rensource**, empresa que desenvolve e gera sistemas descentralizados de energia solar na Nigéria - 2,7 milhões de Euros.

DONATIVOS A ORGANIZAÇÕES SOCIAIS – FUNDO A2E

- **2018/2019 – 1ª edição do fundo** - dos 108 projectos apresentados a concurso, o júri seleccionou os seguintes:
 - **Co-operative Bank Foundation (Quénia)** – instalação de 12 estufas solares e sistemas de irrigação em sete escolas, para garantir a produção de alimentos necessários aos estudantes, enquanto o excedente é vendido nos mercados locais. Com uma potência até 100 kWp, o projecto possibilita também o acesso à energia a 6.000 pessoas.
 - **OKAPI Green Energy (Quénia)** – melhoria do acesso à saúde, educação e capacitação empresarial ao Campo de Refugiados de Kakuma. Foi instalada uma mini-rede fotovoltaica de 20 kWp para fornecer energia eléctrica a 150 habitações e 50 clientes comerciais, totalizando 800 beneficiários directos e 18.000 indirectos.

- **Girl MOVE Academy (Moçambique)** – formação e desenvolvimento de uma nova geração de mulheres líderes através de um projecto de energia solar de 13 kWp para o ECOCampus e para o centro de TI da instituição, beneficiando directamente 1.230 pessoas e indirectamente 6.000 pessoas.
- **UN-Habitat (Moçambique)** – promoção do acesso à educação a pessoas deslocadas e a instalação de sistemas de alerta para situações de emergência, acesso à internet e carregamento de telemóveis. Instalação de 3,8kWp de energia solar para abastecer 12 salas em duas escolas, beneficiando mais de 1.200 pessoas.
- **Fundación Energía Sin Fronteras (Maláui)** – instalação de painéis fotovoltaicos de 22,7 kWp nos cinco edifícios do Centro de Reabilitação St. Mary, permitindo a assistência médica 24 horas por dia e o bombeamento de água potável para servir 130 órfãos. O projecto inclui assistência ambulatória e educacional para outras crianças e idosos da comunidade, impactando 2.800 pessoas.

Estes projectos receberam apoios de 25 mil a 100 mil Euros e irão impactar cerca de 22 mil pessoas.

Em linha com o compromisso estabelecido para alcançar a meta de 20 milhões de Euros de investimentos em acesso à electrificação até 2022, a EDP lançou a **2ª edição do Fundo A2E (2019/2020)**, destinado a projectos em Moçambique, Quénia, Tanzânia, Maláui e Nigéria. Foram recebidas 160 candidaturas, cuja selecção irá ocorrer em 2020.

¹ IEA, IRENA, UNSD, WB, WHO (2019), TRACKING SDG 7: THE ENERGY PROGRESS REPORT 2019, WASHINGTON DC

² ACCESS TO ELECTRICITY (% OF POPULATION) - SUB-SAHARAN AFRICA (EXCLUDING HIGH INCOME), WORLD BANK, SUSTAINABLE ENERGY FOR ALL DATABASE

3.2. COMPROMISSO COM O AMBIENTE E A SOCIEDADE

Este eixo define compromissos em relação aos colaboradores EDP em matéria de diversidade e igualdade de oportunidades; indicadores de segurança e saúde para os colaboradores e prestadores de serviço. Estabelece objectivos de investimento na comunidade e promoção do voluntariado; de valorização de resíduos; eliminação de plásticos de utilização única.

DESTAQUES 2019

- Mobilização de 24% dos colaboradores EDP em iniciativas de voluntariado, em tempo de trabalho
- Obtenção do nível Leadership A no CDP Water Security
- Obtenção do certificado de Excelência efr (empresa familiarmente responsável), em Portugal
- Elaboração e lançamento do programa "Raising The Ethical Building@EDP"
- Generalização da avaliação dos direitos humanos na cadeia de fornecimento
- Lançamento da nova plataforma de relacionamento com fornecedores
- Estudo do Impacto Socioeconómico do encerramento das Centrais a Carvão (Portugal e Espanha)
- Implementação de programa de cultura de segurança na EDP Brasil (Programa Viva)

PRINCIPAIS DESAFIOS PARA 2020

- Reforçar a cultura ética junto de todos os colaboradores do Grupo EDP, com enfoque na Liderança, através de um Programa de Formação Contínua
- Implementar o programa de reforço de Cultura de Segurança no Grupo EDP
- Reforçar a conciliação laboral/pessoal através de práticas de flexibilidade a implementar em 2020
- Reforçar o compromisso do Grupo com a conservação da biodiversidade
- Aumentar a ambição na estratégia de economia circular em toda a cadeia de valor
- Reforçar o alinhamento da cadeia de fornecimento com os objectivos de sustentabilidade do Grupo EDP
- Promover a transição justa decorrente dos novos desafios da transição energética
- Prosseguir a harmonização interna das práticas de Gestão de Crise e Continuidade do Negócio, nas diferentes geografias, tendo em atenção os planos de adaptação às alterações climáticas



3.2.1. GOVERNO SOCIETÁRIO

Decorrente de um processo de avaliação da materialidade, foram identificados pelos nossos stakeholders três aspectos-chave:

- I. Funcionamento dos órgãos da sociedade, assente nos pilares de governo societário de separação de competências, de independência e de diversidade;
2. Sistema de gestão e controlo do risco e de auditoria;
3. Avaliação de desempenho e remunerações.

Sendo todos estes temas detalhadamente descritos no Capítulo 4 do Relatório e Contas EDP 2019, adiante apresenta-se, de forma abreviada, os seus principais aspectos.

FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE, ASSENTE NOS PILARES DE GOVERNO SOCIETÁRIO DE SEPARAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, DE INDEPENDÊNCIA E DE DIVERSIDADE

Como referido no Capítulo 2, a Sociedade adopta o modelo de governo dualista composto por Assembleia Geral, Conselho de Administração Executivo, Conselho Geral e de Supervisão e Revisor Oficial de Contas.

A repartição das funções de gestão e de supervisão materializa-se na existência, como antes referido, de um Conselho de Administração Executivo, o qual está encarregue da gestão dos negócios sociais, e de um Conselho Geral e de Supervisão, órgão responsável pela função de supervisão.

Os Estatutos da Sociedade (número I do artigo 9.º, número I do artigo 10.º, alínea d) do número 2 do artigo 11.º, número 4 do artigo 21.º, alínea a) do número I do artigo 22.º, artigo 23.º e artigo 27.º) e o Regulamento Interno do Conselho Geral e de Supervisão (artigo 8.º), ambos disponíveis para consulta em www.edp.com, consagram regras em matéria de independência e incompatibilidades para o exercício de funções em qualquer corpo social da Sociedade.

Os critérios de independência previstos nos Estatutos da EDP encontram-se em linha com os estabelecidos no número 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais, determinando que a independência corresponde à ausência de relações directas ou indirectas com a Sociedade ou órgão de gestão desta e a ausência de circunstâncias que possam afectar a isenção de análise ou decisão, nomeadamente em virtude de as pessoas em causa serem titulares, ou actuarem por conta de titulares, de participação qualificada igual ou superior a 2% (dois por cento) do capital social da EDP ou terem sido reeleitas por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada.

De acordo com o número I do artigo 9.º dos Estatutos da EDP, entende-se a independência “como ausência de relações directas ou indirectas com a Sociedade ou órgão de gestão desta e a ausência de circunstâncias que possam afectar a isenção de análise ou decisão, nomeadamente em virtude de as pessoas em causa serem titulares, ou actuarem por conta de titulares, de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital da Sociedade ou terem sido reeleitas por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada.”

Atendendo à necessidade de clarificar a interpretação do referido número 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais, por existirem posições doutrináis divergentes, a Associação de Emitentes de Valores Cotados em Mercado (“AEM”) solicitou parecer à CMVM que se pronunciou no sentido de que a perda da qualidade de independentes só se verifica quando, “por aplicação do critério do número de mandatos, em situação susceptível de afectar a sua isenção, de análise ou de decisão quando, os membros dos órgãos de fiscalização das sociedades anónimas, tendo sido eleitos ou designados para um primeiro mandato e reeleitos, de forma contínua ou intercalada, para um segundo e um terceiro mandatos, vêm a ser reeleitos (pela terceira vez, portanto) para um quarto mandato.”

Nos termos do seu Regulamento Interno, o Conselho Geral e de Supervisão estabeleceu um procedimento específico relativo ao cumprimento do vasto conjunto de regras relativas a incompatibilidades e independência aplicáveis ao exercício de funções nesse órgão (artigos 7.º e 8.º do Regulamento Interno do Conselho Geral e de Supervisão). Esse procedimento comprehende os seguintes aspectos:

- A aceitação do cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão é efectuada mediante declaração escrita, na qual é registada especificamente (i) a inexistência de qualquer situação de incompatibilidade legal ou estatutária de exercício das respectivas funções; (ii) o preenchimento dos requisitos de independência, definidos no respectivo Regulamento Interno, no caso de a pessoa

em causa ter sido eleita como membro independente; (iii) a obrigação de os membros reportarem ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso deste, directamente ao Conselho qualquer facto superveniente susceptível de gerar uma situação de incompatibilidade ou de perda de independência;

- Anualmente, os membros do Conselho Geral e de Supervisão devem renovar as suas declarações relativamente à inexistência de incompatibilidade e, se for o caso, à verificação dos requisitos de independência.

Também anualmente, o Conselho Geral e de Supervisão faz uma avaliação geral da aplicação das regras sobre incompatibilidades e independência aos seus membros.

Paralelamente, o Regulamento Interno do Conselho Geral e de Supervisão densificou os critérios de independência aplicáveis aos seus membros, indo para além do previsto no número 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 9.º dos Estatutos da EDP, pelo que não podem ter o estatuto de independentes as pessoas que, directamente ou em relação ao cônjuge e a parente ou afim em linha recta, e até ao 3º grau, inclusive, na linha colateral, estejam numa das seguintes situações:

- Ser titular, exercer funções de administração, ter vínculo contratual ou actuar, em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% (dois por cento) do capital social ou dos direitos de voto na EDP, ou de idêntica percentagem em sociedade que sobre aquela exerça domínio;
- Ser titular, exercer funções de administração, ter vínculo contratual ou actuar, em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% (dois por cento) do capital social ou dos direitos de voto em sociedade concorrente da EDP;
- Ter sido reeleito por mais de dois mandatos de forma contínua ou intercalada;
- Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da Sociedade excepto se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da Sociedade e a sua nova designação tiverem, entretanto, decorrido pelo menos três anos;
- Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a Sociedade ou com Sociedades Dominadas;
- Ser beneficiário de remuneração paga pela Sociedade ou por Sociedades Dominadas para além da remuneração decorrente do exercício das funções de membro do Conselho Geral e de Supervisão.

O regime de independência aplicável aos membros do Conselho Geral e de Supervisão tem particular importância atendendo nomeadamente aos seguintes requisitos:

- O órgão deve ser composto por uma maioria de membros independentes (número 4 do artigo 434.º e números 5 e 6 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais e número 4 do artigo 21.º dos Estatutos da EDP);
- A Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria é composta apenas por membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão (número 2 do artigo 23.º dos Estatutos e número 1 do artigo 3.º do Regulamento Interno da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria);
- A Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão deve ser composta por uma maioria de membros independentes (número 1 do artigo 27.º dos Estatutos e alínea b) do número 1 do artigo 28.º do Regulamento Interno do Conselho Geral e de Supervisão).

Em conformidade com o procedimento supra descrito, no início do mandato os membros do Conselho Geral e de Supervisão declararam não se encontrarem em qualquer situação de incompatibilidade prevista no Código das Sociedades Comerciais (alíneas a) a e), g) e h) do número 1 do artigo 414.º-A, ex vi número 4 do artigo 434.º e do número 1 artigo 437.º) e estatutariamente (número 1 do artigo 9.º, número 1 do artigo 10.º, alínea d) do número 2 do artigo 11.º, número 4 do artigo 21.º), bem como, nos casos aplicáveis, cumprirem os requisitos de independência previstos no Regulamento Interno do Conselho Geral e de Supervisão. De entre as situações de



incompatibilidade para o exercício do cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão, descritas no artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, conta-se o exercício de funções de administração ou de fiscalização em cinco sociedades, ou seja, não pode ser eleito ou designado membro do Conselho Geral e de Supervisão qualquer pessoa que exerce cargos de administração ou fiscalização em cinco sociedades.

No final de 2019, os membros do Conselho Geral e de Supervisão renovaram as suas declarações em matéria de incompatibilidades e independência.

As declarações acima referidas encontram-se disponíveis ao público em www.edp.com.

O respeito pela diversidade nos órgãos sociais e nos processos de designação constitui ainda um dos elementos estruturantes do propósito societário da EDP. Com efeito, nos diversos Regulamentos Internos dos órgãos sociais, dos corpos sociais e das Comissões Especializadas que fazem parte da estrutura da EDP, estão previstas disposições relativas à idoneidade, independência e incompatibilidades dos membros desses órgãos.

Em especial, no que diz respeito à diversidade de género, a mesma encontra-se forçosamente acolhida por força do cumprimento da Lei 62/2017, de 1 de Agosto, relativa à representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do sector público empresarial e das empresas cotadas em bolsa. A EDP conta, além disso, com uma política de diversidade de acordo com a qual é estabelecido (i) o compromisso de promover o respeito mútuo e a igualdade de oportunidades perante a diversidade, (ii) o reconhecimento das diferenças como fonte de fortalecimento do potencial humano e valorização da diversidade na organização, na gestão e na estratégia e (iii) a adopção de medidas de discriminação positiva e de sensibilização interna, mas também junto da comunidade, com vista a uma efectiva realização e eficácia da política de diversidade.

SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO DO RISCO E DE AUDITORIA

O Grupo EDP segue um modelo de governo do risco baseado no conceito de três linhas de defesa internas à organização, complementadas por uma quarta linha de defesa externa, na figura da auditoria externa e regulação/supervisão, a saber:

- 1^a linha: Negócio (responsabilidade pelo risco) condução diária do negócio, incluindo a gestão proactiva dos riscos, em linha com as políticas de risco estabelecidas. As áreas envolvidas são as Unidades de Negócio e as Direcções do Centro Corporativo com responsabilidade na decisão.
- 2^a linha: Risco (suporte na análise e monitorização do risco) suporte na identificação, análise, avaliação e monitorização do risco. As áreas envolvidas são a Direcção de Gestão de Risco e a Direcção de Compliance.
- 3^a linha: auditoria (supervisão independente) realização e coordenação de auditorias, tendo em vista a melhoria de processo de gestão de risco, controlo e governo corporativo. A área envolvida é a Direcção de Auditoria Interna.

Do modelo de governo estabelecido, e com o objectivo de identificar, avaliar, acompanhar e controlar os riscos a que se encontra exposto o Grupo, destacam-se, das Direcções Corporativas, a Direcção de Gestão de Riscos, a Direcção de Compliance e a Direcção de Auditoria Interna.

À Direcção de Risco compete, a título principal, coordenar estudos de avaliação dos riscos do Grupo, com o objectivo de apoiar o Conselho de Administração Executivo no seu controlo e mitigação e de fornecer análises integradas de retorno-risco, conforme análise mais detalhada no Relatório de Governo da Sociedade.

A Direcção de Compliance tem como principais responsabilidades contribuir para a melhoria dos processos de gestão de riscos associados, num plano externo, ao cumprimento legal e regulatório e, num plano interno, ao cumprimento dos regulamentos e demais normativos internos em vigor, assegurando ainda a implementação do Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro (SCIRF).

A actividade da Direcção de Compliance assenta essencialmente em quatro fases, a saber:

- Identificação e análise dos riscos de compliance;

- Promoção e coordenação da implementação de políticas e procedimentos no Grupo com a finalidade de mitigar os riscos de *compliance* identificados;
- Monitorização dos procedimentos e controlos com o intuito de aferir da manutenção da sua adequabilidade;
- Reporte, periódico, ao Conselho de Administração Executivo e à Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria dos temas mais relevantes e que representam maior risco para o Grupo.

O sistema de gestão de *compliance* do Grupo tem em consideração as particularidades de dimensão e actividade de cada Unidade de Negócio e geografia.

O Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro (SCIRF) é tratado no ponto 55 do Relatório de Governo da Sociedade, onde se detalha a metodologia e o modelo de responsabilidade adoptado pelo Grupo.

A Direcção de Auditoria Interna tem como principal função executar as auditorias internas ou assegurar a sua realização no Grupo, de acordo com a legislação e as melhores práticas internacionais.

As auditorias internas no Grupo têm em consideração as linhas de trabalho existentes, das quais se destacam: (i) a análise da eficácia e eficiência das operações, (ii) a fiabilidade e integridade da informação, tanto financeira como operacional, (iii) a auditoria de sistemas de informação e integridade do património.

A Direcção de Auditoria Interna informa, periodicamente, o Conselho de Administração Executivo e a Comissão para as Matérias Financeiras / Comissão de Auditoria sobre a execução do seu plano de actividades, salientando os temas mais relevantes e que se revestem de maior risco para o Grupo.

Adicionalmente às referidas Direcções, o Conselho de Administração Executivo estabeleceu, ainda, um Comité de Risco e um Comité de Compliance cujas funções e composição se encontram descritas nos pontos 50 e seguintes do Capítulo 4 do Relatório e Contas EDP 2019.

Por seu turno, compete ao Conselho Geral e de Supervisão, nos termos legais, acompanhar e avaliar, de forma permanente, os procedimentos internos relativos a matérias contabilísticas e auditoria, bem como a eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e *compliance*, incluindo a recepção e tratamento de queixas e dúvidas relacionadas, oriundas ou não de colaboradores. Esta competência encontra-se atribuída à Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria, à qual compete, entre outras tarefas, acompanhar e supervisionar de modo permanente:

- As matérias financeiras e as práticas contabilísticas;
- O sistema de gestão de *compliance* e o Sistema de Controlo Interno de Relato Financeiro (SCIRF);
- Os procedimentos internos em matéria de auditoria interna;
- As matérias relativas ao sistema de gestão de riscos;
- A actividade e a independência do Revisor Oficial de Contas (ROC) da Sociedade.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E REMUNERAÇÕES

Conforme disposto nos Estatutos da EDP, as remunerações dos membros dos órgãos sociais são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada pela Assembleia Geral, com excepção das remunerações dos membros do Conselho de Administração Executivo, que são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada pelo Conselho Geral e de Supervisão.

Estas Comissões submetem anualmente à Assembleia Geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos órgãos sociais, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.



A Comissão de Vencimentos da Assembleia Geral toma em consideração, para a fixação das remunerações dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e do Revisor Oficial de Contas, designadamente, o seu carácter fixo, bem como as regras imperativas sobre a respectiva determinação, em particular o disposto no número 2 do artigo 440.º do Código das Sociedades Comerciais, o qual explicita os critérios de determinação da remuneração do Conselho Geral e de Supervisão, no artigo 374.º-A do Código das Sociedades Comerciais, sobre a remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral, e no artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro, sobre a remuneração do Revisor Oficial de Contas.

ESTRUTURA DE REMUNERAÇÕES

A definição da política de remuneração dos membros do órgão de administração compete à Comissão de Vencimentos nomeada pelo Conselho Geral e de Supervisão. Esta Comissão definiu a remuneração a atribuir aos administradores, procurando que a mesma reflecta o desempenho de cada um dos membros do Conselho de Administração Executivo em cada ano do mandato (remuneração variável anual), bem como o seu desempenho durante o mandato mediante a fixação de uma componente variável que seja consistente com a maximização da performance de longo prazo da EDP (remuneração variável plurianual).

A declaração da política de remunerações, aprovada pelos accionistas, prevê que a componente variável possa atingir, na sua globalidade, o dobro da componente fixa durante o mandato, colocando assim um máximo de dois terços da remuneração dependente do cumprimento de objectivos estritos em matéria de performance da Sociedade. A remuneração variável depende da administração atingir um nível de performance de 90% do plano de negócios, sendo que só alcançando um nível de cumprimento de 110% é que serão auferidos os valores máximos permitidos pela política de remuneração da Sociedade.

A remuneração variável encontra-se subdividida entre variável anual, que apenas pode atingir 80% da remuneração fixa, e variável plurianual, que pode atingir 120% da remuneração fixa. A remuneração variável plurianual embora calculada anualmente, só se torna efectiva se, no final do mandato, tiverem sido atingidos, em média, pelo menos 90% dos objectivos fixados, avaliados em função do desempenho da Sociedade, da sua comparação com os universos estratégicos de referência e da contribuição individual de cada membro do Conselho de Administração Executivo para aquele desiderato.

Se os objectivos de remuneração forem plenamente atingidos no período de um mandato, os administradores têm 60% da sua remuneração variável deferida por um período não inferior a três anos.

Para mais informações, consultar pontos 66 e seguintes do Capítulo 4 do Relatório e Contas EDP 2019.

AVALIAÇÃO DE ACTIVIDADE

A EDP instituiu, voluntariamente, um processo formal e objectivo de avaliação da actividade do Conselho Geral e de Supervisão e suas Comissões Especializadas, e do Conselho de Administração Executivo.

Com efeito, o Conselho Geral e de Supervisão procede anualmente:

- À auto-avaliação da sua actividade e desempenho, bem como das suas Comissões, cujas conclusões constam do respectivo relatório anual de actividade (cfr. artigo 12.º do Regulamento Interno do Conselho Geral e de Supervisão);
- À avaliação independente da actividade e desempenho do Conselho de Administração Executivo, cujas conclusões são apresentadas à Assembleia Geral e constam de anexo ao relatório anual de actividade do Conselho Geral e de Supervisão.

A EDP, por iniciativa do Conselho Geral e de Supervisão, instituiu voluntariamente um processo formal e objectivo de avaliação quer da actividade deste órgão quer da actividade do Conselho de Administração Executivo. A experiência dos últimos anos tem permitido ao Conselho Geral e de Supervisão introduzir algumas alterações no processo tendo em vista uma maior eficácia e eficiência do mesmo. Durante o exercício de 2019, a metodologia adoptada compreendeu as seguintes etapas:

- Entrega do processo de avaliação colectiva do Conselho Geral e de Supervisão, das suas Comissões Especializadas e do Conselho de Administração Executivo a uma entidade externa, com vista à realização de entrevistas individuais e presenciais aos membros do órgão de supervisão e ao apoio no preenchimento e validação dos diferentes questionários de suporte ao processo de avaliação;

- No início de 2020, cada membro do Conselho Geral e de Supervisão foi entrevistado individualmente por consultores especializados, respondendo a questões de natureza quantitativa e qualitativa; designadamente foram analisadas questões relacionadas com a composição, organização e funcionamento, desempenho da actividade do Conselho Geral e de Supervisão, relacionamento deste Conselho com as suas Comissões Especializadas e com outros órgãos sociais da EDP e, por fim, a avaliação do desempenho individual de cada membro; de igual forma, procedeu-se à análise de questões relacionadas com composição e organização do Conselho de Administração Executivo, desempenho da respectiva actividade, relacionamento entre o Conselho de Administração Executivo e o Conselho Geral e de Supervisão, incluindo com outros interlocutores;
- Foram produzidos relatórios de avaliação do Conselho Geral e de Supervisão, das suas Comissões Especializadas e do Conselho de Administração Executivo, os quais são disponibilizados para apreciação em reunião do Conselho Geral e de Supervisão;
- Em reunião, o Conselho Geral e de Supervisão emite os respectivos pareceres de avaliação, os quais são incluídos no relatório anual de actividade deste órgão;
- Na Assembleia Geral, no ponto relativo à avaliação do Conselho de Administração Executivo, o Presidente do Conselho Geral e de Supervisão apresenta o respectivo parecer.

Os resultados do processo de avaliação do Conselho Geral e de Supervisão, das suas Comissões Especializadas e do Conselho de Administração Executivo poderá ser consultado no Relatório Anual do Conselho Geral e de Supervisão.



DECLARAÇÃO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CGS E SUAS COMISSÕES ESPECIALIZADAS

À luz das melhores práticas de governo societário, e numa perspetiva de melhoria contínua do processo interno de avaliação aplicado voluntariamente na EDP ao Conselho Geral e de Supervisão (CGS) e às suas Comissões Especializadas, a Mercer preparou e realizou o atual processo de avaliação.

No início de 2020, cada membro do CGS foi entrevistado por consultores séniores especializados da Mercer, com o intuito de preencher um questionário de avaliação onde foram analisadas dois tipos de abordagem: qualitativa e quantitativa. Esta avaliação inclui também uma componente de autoavaliação individual, com o propósito de alerter a sua percepção pessoal sobre o desempenho do próprio CGS/Comissão do CGS. O questionário abrange a avaliação de um conjunto diversificado de dimensões de análise (conforme tabela abaixo apresentada), numa escala quantitativa - 1 (Fecho/Discordo totalmente) a 5 (Excelente/Concordo totalmente).

Detalhe sobre as dimensões analisadas em cada questionário

QUESTIONÁRIO	DIMENSÕES DE ANÁLISE
Avaliação do CGS	1. Composição, organização e funcionamento
Avaliação da CVEN	2. Desempenho da sua actividade
Avaliação da CEP	3. Relacionamento com as Comissões Especializadas
Avaliação da CGSS	4. Relacionamento com os outros órgãos sociais da EDP
Avaliação da CMF	5. Autoavaliação individual

CGS: Conselho Geral e de Supervisão | CVEN: Comissão de Vincendos | CEP: Comissão de Estatuto e Performance | CGSS: Conselho de Governo Societário e Sustentabilidade | CMF: Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria

Da análise aos resultados dos questionários, e no que respeita especificamente à avaliação do CGS e de cada uma das suas Comissões Especializadas, todas as sub-dimensões avaliadas obtiveram uma avaliação média entre "Oportunidade do melhoraria" e "Excelente".

Importa ainda referir que a média das avaliações do CGS nas dimensões de análise acima referidas foi de "Acima das expectativas". Por outro lado, a média das avaliações da CVEN foi de "Excelente", da CEP foi de "Acima das expectativas", da CGSS foi de "Acima das expectativas" e da CMF foi de "Excelente".

A Mercer considera que o processo de avaliação do CGS e de cada uma das suas Comissões Especializadas adotado pela EDP, constitui uma boa prática de governo societário.

13 de Fevereiro de 2020

Mercer (Portugal) Lda
representada por:

Diogo Alardo
CEO da Mercer Portugal

Mercer (Portugal) Lda
Soc. Comercial por Quotas - Válvula na Corr. Reg. Com. de Lisboa • NIPC 001 192 116
Capital Social: 17 818,00€



DECLARAÇÃO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO DA EDP

À luz das melhores práticas de governo societário, e numa perspetiva de melhoria contínua do processo interno de avaliação aplicado voluntariamente na EDP ao Conselho de Administração Executivo (CAE) pelo Conselho Geral e de Supervisão (CGS), a Mercer procedeu à análise do atual processo de avaliação.

No início de 2020, cada membro do CGS foi entrevistado por consultores séniores especializados da Mercer, com o intuito de preencher um questionário de avaliação onde foram analisadas duas tipos abordagem: qualitativa e quantitativa, com o propósito de alertar a sua percepção pessoal sobre o desempenho do CAE. O questionário abrange a avaliação de um conjunto diversificado de dimensões de análise (conforme tabela abaixo apresentada), numa escala quantitativa - 1 (Fecho/Discordo totalmente) a 5 (Excelente/Concordo totalmente).

Detalhe sobre as dimensões analisadas

QUESTIONÁRIO	DIMENSÕES DE ANÁLISE
Avaliação do CAE	1. Composição e organização
Avaliação do CAE	2. Desempenho da sua actividade
Avaliação do CAE	3. Relacionamento com o CGS
Avaliação do CAE	4. Relacionamento com outros interlocutores

Da análise aos resultados dos questionários de avaliação do CAE pelo CGS, todas as sub-dimensões avaliadas obtiveram uma avaliação média entre "Oportunidade de melhoria" e "Excelente". Importa ainda referir que a média das avaliações do CAE nas dimensões de análise acima referidas foi de "Acima das expectativas".

A Mercer considera que o processo de avaliação do CAE pelo CGS adotado pela EDP, constitui uma boa prática de governo societário.

13 de Fevereiro de 2020

Mercer (Portugal) Lda
representada por:

Diogo Alardo
CEO da Mercer Portugal

Mercer (Portugal) Lda
Soc. Comercial por Quotas - Válvula na Corr. Reg. Com. de Lisboa • NIPC 001 192 116
Capital Social: 17 818,00€



3.2.2. ÉTICA E DIREITOS HUMANOS

Um dos valores da cultura EDP é a confiança, a qual é reconhecidamente fundada na solidez do desempenho ético. Alinhado com esta visão, o Grupo EDP dispõe, desde 2005 e por aprovação do Conselho de Administração Executivo, de um Código de Ética, e de um sistema de gestão do processo ético que inclui a Provedoria de Ética, o Comité de Ética e a Comissão do Governo Societário e de Sustentabilidade do Conselho Geral e de Supervisão. O Código de Ética é um documento de conhecimento obrigatório, informado individual e formalmente a cada colaborador em Fevereiro de 2006 e, desde aí, incluído na documentação obrigatória de cada novo



colaborador, estando disponível em português, castelhano e inglês. Assim, o Grupo EDP, que tem hoje uma presença global, agregando pessoas de diferentes gerações, culturas e características individuais, desenvolve e leva à prática, reiteradamente, entre outros, a ética como princípio fundamental de sustentação de uma Companhia que honra os compromissos que estabelece com os seus colaboradores, com os clientes, com os accionistas, com os parceiros de negócios, com as comunidades locais e com a sociedade em geral. A EDP estabelece objectivos concretos de desempenho ético em toda a organização, cujo atingimento pressupõe um elevado grau de capacitação, consciencialização e de exigência ética ao nível individual, e o imperativo de uma actuação organizacional que não só minimize o risco de ocorrência de más práticas éticas, mas também garanta o tratamento célere e efectivo das ocorrências, num quadro de conformidade, transparência e melhoria contínua.

Em alinhamento com os mesmos princípios de actuação e compromissos com as partes interessadas estabelecidos no Código de Ética do Grupo EDP, a companhia tem construído ao longo dos anos um consistente “edifício” que desenvolve o Código em políticas específicas - devidamente disseminados em toda a Companhia através de acções de comunicação e de programas de formação e de sensibilização - como são o Código de Conduta para a Alta Direcção e Senior Financial Officers, o Código de Conduta do Fornecedor EDP, o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, a Declaração de Respeito pelos Direitos Humanos e Laborais, a Política de Integridade do Grupo EDP, a Política Anticorrupção da EDP Renováveis e o Código de Conduta da EDP Comercial.

Cientes de que a EDP é hoje uma “empresa alargada”, cuja acção nos seus negócios é potenciada pelas suas inúmeras parcerias, os compromissos de desempenho ético têm sido expandidos aos fornecedores e prestadores de serviços, quer através de programas de formação, quer através da formalização e monitorização contratual sobre o cumprimento das políticas do Grupo nesta matéria.

A eficácia das políticas e regulamentos que orientam os procedimentos de tomada de decisão aos vários níveis da Companhia depende, em grande medida, do processo de controlo e verificação que é garantido através de instrumentos de reclamação e análise de infracções ao Código de Ética e de regulares auditorias internas e externas em todas as áreas de negócio. Compete ao Comité de Ética, cujos membros são nomeados pelo Conselho Geral e de Supervisão sob proposta do Conselho de Administração Executivo, propor as políticas, objectivos e metas em matéria de ética empresarial e bem como apreciar os processos instruídos pela Provedora de Ética. O Regulamento do Código de Ética da EDP (disponível em www.edp.com) aplica o Código de Ética EDP no que se refere à recepção, retenção e tratamento de informações e de reclamações recebidas pelas empresas e entidades que integram o Grupo EDP e estabelece os procedimentos relevantes para a articulação dos órgãos competentes em matéria de ética empresarial do Conselho Geral e de Supervisão, do Centro Corporativo do Grupo EDP e das empresas e entidades que o constituem. Para assegurar a efectiva implementação do seu Código de Ética, a EDP dispõe de canais directos para a Provedora de Ética e canais de reclamações éticas em cada geografia onde opera. Dispõe ainda de canais de comunicação de irregularidades criados para esse efeito. A Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria (CMF) do Conselho Geral e de Supervisão tem como uma das suas funções fazer o acompanhamento das comunicações de irregularidades e relacionamento com as Comissões de Auditoria das sociedades participadas. Esta Comissão é composta apenas por membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão (número 2 do artigo 23.º dos Estatutos e número I do artigo 3.º do Regulamento Interno da CMF). As comunicações de irregularidades contêm a identificação do autor, pelo que só serão aceites e tratadas informações anónimas a título excepcional. Nos termos do regulamento de comunicação de irregularidades, a CMF deve promover a implementação das medidas de segurança adequadas à protecção da informação e dos dados contidos nas comunicações e respectivos registos.

Todos estes canais de ética são objecto de divulgação na Intranet e na website da EDP.

Para continuar a desenvolver a relevância do seu processo ético a Companhia iniciou em 2019, pela segunda vez, a revisão do seu Código de Ética. O ano de 2019 constituiu, assim, um momento de ponderação sobre o caminho que vinha sendo seguido de há anos a esta parte em matéria de ética na EDP, e, em sequência, um tempo de enfrentamento do tema recorrendo às melhores informações e práticas em matéria de ética empresarial.

PROMOÇÃO DA CULTURA ÉTICA

Em 2019, no quadro de um novo ciclo da Provedoria de Ética na EDP, foi elaborado um Programa de acção para três anos que visa desenvolver a filosofia de ética empresarial que tem enquadrado a gestão do Grupo há mais de uma década.

O Programa – a que se deu o nome de “RAISING THE ETHICAL BUILDING@EDP” – foi desenhado a partir de um diagnóstico sobre o desempenho ético da Empresa, que permitiu a identificação de alguns pontos de melhoria que serviram de inspiração à definição dos caminhos a seguir.

O principal objectivo visado com o Programa é o fortalecimento da cultura ética no Grupo, a conseguir através de novos e modernos mecanismos que, para além do contributo para robustecer a perspectiva formal da Ética na Empresa, permitam uma vivência simples, mas profunda, dos princípios éticos por todas as partes interessadas e, em particular, por todos os colaboradores.

Assim, e partindo do conceito de “edifício ético” - que pretende traduzir toda a construção efectuada até então nesta matéria no Grupo – o Programa assenta em dois eixos: o eixo do robustecimento do “sistema infra-estrutural” e o eixo daquilo a que designamos por “Ética da substância”.

O primeiro eixo referido inclui o fortalecimento das peças estruturais do “edifício”, em que se preconiza, designadamente uma revisão e actualização dos documentos de referência, como é o caso do Código de Ética, a modelização da formação em Ética no Grupo, assente num conjunto de princípios orientadores que a tornem determinante no desenvolvimento dos comportamentos éticos e a optimização do processo de gestão de contactos, entre outras iniciativas.

Através das iniciativas a desenvolver no segundo eixo mencionado, pretende-se levar a ética à prática dos negócios e das actividades em geral, induzindo a utilização permanente e equilibrada de raciocínio ético em tudo o que fazemos na Empresa.

No reforço do “edifício ético” foi possível dar passos muito importantes já em 2019:

- Construiu-se o racional do novo Código de Ética assente nos traços de identidade fundamentais do Grupo EDP – a centralidade das pessoas, a orientação a resultados e o ser sustentável, inovador e *compliant* – e numa abordagem totalmente orientada à realidade das actividades da Empresa. O novo Código traduzirá de uma forma simples e realista, os comportamentos que a Empresa considera respeitarem os seus princípios e valores e reforça o decisivo papel da liderança em matéria de ética;
- Desenhou-se o Plano de Formação em Ética, anual, respeitando os princípios orientadores e construíram-se as primeiras sessões, *online* e presenciais, nele previstas;
- Ainda em matéria de formação em ética, acentuou-se a divulgação do Código de Conduta para Alta Direcção e *Senior Financial Officers*, e concluiu-se o Programa de Formação em Ética para prestadores de serviço, desta vez em Espanha, e que abrangeu cerca de duas mil pessoas;
- Organizaram-se quatro conferências temáticas em torno de alguns dos riscos éticos que a sociedade enfrenta – a que se deu o nome de Ethics Talks - e que foram abertos a todos os colaboradores que em Portugal quiseram participar e que contaram com a colaboração de conceituados oradores externos;
- Aperfeiçou-se o processo de gestão de contactos endereçados à Provedora de Ética, designadamente através da implementação no início do ano de um moderno portal que facilita e robustece todas as iterações que ocorrem neste âmbito.

Ao nível do eixo “Ética da substância”, merecem destaque as seguintes iniciativas:

- Aproximação ao tema da Ética junto de algumas empresas, com a intervenção da Provedora de Ética em reuniões de colaboradores, designadamente na EDP Global Solutions, na EDP Comercial e na EDP Brasil;
- Desenvolvimento de reflexão alargada e início de um projecto que visa identificar as situações que constituem risco ético digital no contexto do Grupo EDP, com a participação de colaboradores das várias empresas.

Com base na actividade descrita, crê-se que foram endereçadas de modo positivo as oportunidades de melhoria identificadas no início do corrente ano, e que está alinhado o caminho futuro que coloca no topo das iniciativas a vivência de uma cultura ética forte, que concorrerá para a defesa intransigente da reputação da EDP e o reforço da confiança de todos os seus stakeholders.

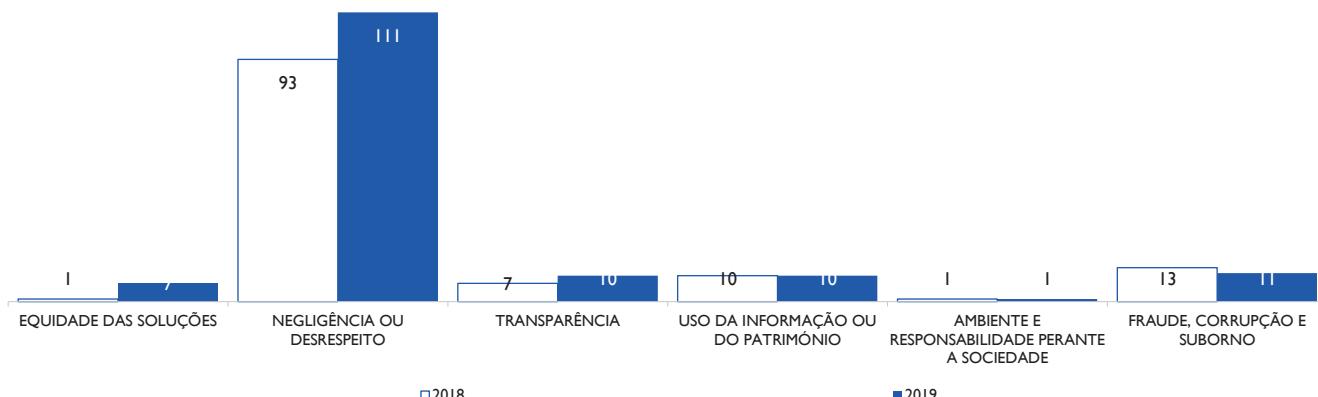
GESTÃO DE RECLAMAÇÕES ÉTICAS

No que se refere à actividade corrente em matéria de Ética, destaca-se ainda a continuidade da gestão normal dos contactos endereçados à Provedora – ou ao Comité de Ética na EDP Brasil – e a realização de Comités de Ética regulares, a par das presenças da Provedora nas reuniões trimestrais da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade do Conselho Geral e de Supervisão.



Com a entrada em funcionamento, a 1 de Janeiro de 2019, do “Canal de Ética EDP” - o portal de contacto com a Provedora de Ética -, foi notório o incremento do número de contactos recebidos comparativamente aos anos anteriores (26,5% mais contactos em relação a 2018), tendo sido registados, em 2019, 588 contactos, dos quais 150 deram origem a processos de reclamação ética presentes a Comité de Ética, tendo os restantes sido objecto de tratamento expedito com as unidades de negócio envolvidas. Estes contactos foram provenientes de todos os segmentos de stakeholders, com relevo para os segmentos Cidadão e Colaborador, observando-se um acréscimo no número de reclamações anónimas, a maioria das quais com origem na EDP Brasil, onde esta prática tem maior expressão.

Reclamações presentes a Comité de Ética por categoria (#)



RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS

Em linha com Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas, a EDP assumiu 11 compromissos relativamente a Direitos Humanos e Laborais (ver www.edp.com) e implementou em todas as unidades de negócio o Programa de Monitorização do Respeito pelos Direitos Humanos e Laborais, abrangendo empresas, instalações, novos projectos, fusões e aquisições, bem como as operações com significativo potencial de impacto nos Direitos Humanos, nomeadamente ao longo da sua cadeia de valor – actividades próprias, fornecedores, prestadores de serviços, joint ventures, agentes e clientes.

Este processo de monitorização verifica as práticas efectivas, o grau de cumprimento dos princípios e compromissos assumidos, particularmente dos grupos identificados como mais vulneráveis, e, através dos resultados apurados, promove a resolução de ocorrências negativas, identifica fragilidades processuais e melhora a caracterização dos riscos potenciais para desenvolver as acções indispensáveis para os evitar e gerir e, sendo inevitáveis, desenvolver as iniciativas de mitigação necessárias ou promover a sua remediação e reparação.

Fazem parte integrante deste processo de monitorização:

- Em conformidade com os princípios do Código de Ética, a avaliação do desempenho ético, que culmina com a produção anual de um relatório exclusivamente dedicado a essa matéria, e onde se dão conta das mais importantes iniciativas ligadas à ética, e é feito o balanço das reclamações éticas no Grupo. O Relatório da Provedora de Ética pode ser consultado na área de ética de www.edp.com. Adicionalmente, são publicados os resultados do índice ETHICIS, Índice Corporativo de Desempenho Ético e os resultados do ranking ETHISPHERE que reconheceram a EDP em 2019, e mais uma vez, como uma das seis empresas mais éticas entre os peers da categoria Energy&Utilities;
- Em conformidade com os princípios do Código de Conduta do Fornecedor, que estabelece as cláusulas contratuais de Direitos Humanos, e da Política de Compras Sustentáveis, a avaliação prévia, a monitorização e avaliação anual do desempenho dos fornecedores e prestadores de serviço, que culmina com a elaboração de conteúdos apresentados na página 173;
- A autodeclararão dos representantes das empresas e actividades desenvolvidas em todas as geografias, de acordo com os Princípios Ruggie, adoptados pelo Conselho dos Direitos Humanos, no quadro «Proteger, Respeitar e Remediar», da ONU – "Guiding Principles on Business and Human Rights: Implementing the United Nations 'Protect, Respect and Remedy' Framework" – disponível em www.ohchr.org.

No final de 2018, o Ministério Público Federal de Mato Grosso (MPF/MT) propôs uma acção civil tendo por objectivo a suspensão da Licença de Operação da Central Hidroeléctrica de São Manoel argumentando que a Empresa de Energia de São Manoel (EESM), da qual a EDP é accionista, não teria executado correctamente as compensações socioambientais previstas no licenciamento ambiental do empreendimento. O Ministério Público sustenta que as autoridades licenciadoras não tinham garantido o respeito pelos direitos indígenas, tal como está previsto na Convenção 169 da OIT. No entanto, todas as condicionantes socioambientais previstas nas Licenças de Instalação e Operação estão a ser executadas pela EESM e acompanhadas pelos órgãos do processo de licenciamento, incluindo a FUNAI – Fundação Nacional do Índio, IPHAN – Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Saúde, Instituto Chico Mendes e IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, de acordo com o previsto nos Programas Básicos Ambientais aprovados. Tendo ocorrido o declínio de competência pelo Juízo de Cuiabá/MT para a Subseção Judiciária de Sinop/MT, a EESM ainda não foi sequer citada nesse processo. Actualmente aguarda julgamento o Conflito de Competência suscitada pela Subsecção Judiciária de Sinop/MT, que igualmente não se considerou competente para processar o caso. Este e outros resultados do Programa EDP de Monitorização do Respeito pelos Direitos Humanos e Laborais são publicados em documento próprio disponibilizado na área de sustentabilidade de www.edp.com.

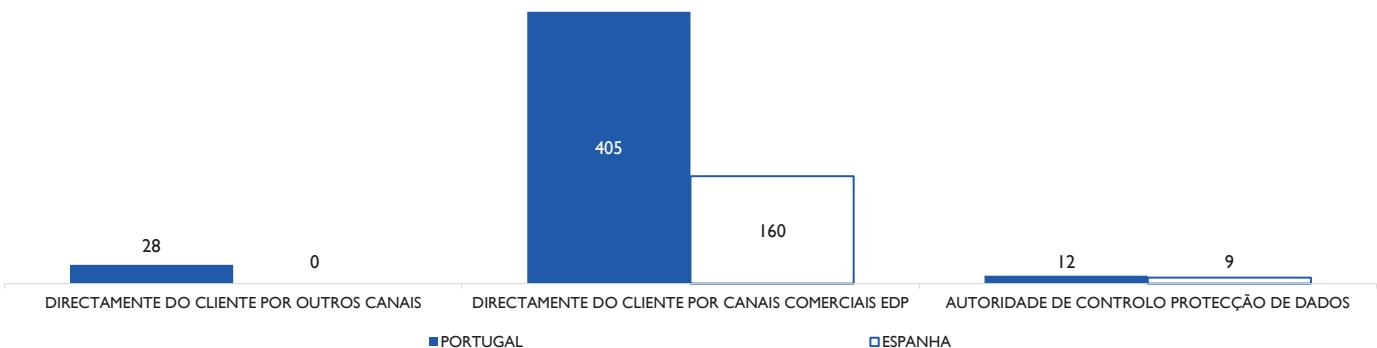
Em 2019, prosseguindo a sua política de promoção dos Direitos Humanos, a EDP subscreveu e comunicou activamente o “CEO Guide to Human Rights” elaborado pelo WBCSD e subscrito 36 CEOs de grandes companhias internacionais.

PRIVACIDADE DE INFORMAÇÃO

A salvaguarda da privacidade e a protecção dos dados pessoais dos seus clientes, colaboradores, fornecedores ou de outros terceiros esteve sempre presente na estratégia de actuação do Grupo EDP. Não obstante, com a publicação e entrada em vigor do Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD), o Grupo procedeu a uma análise e ajuste dos seus procedimentos nas geografias onde esta legislação tem aplicação no sentido de assegurar a mitigação dos riscos relacionados com as operações de tratamento de dados pessoais desenvolvidas. Este trabalho resultou na sistematização de um programa específico de *compliance*, tendo sido definido um modelo de governo próprio com a nomeação de um Encarregado de Protecção de Dados Pessoais e de equipas dedicadas à gestão deste tema. Complementarmente, foram definidos e implementados planos de acção com medidas de adequação dos processos de negócio e de reforço das medidas técnicas e organizativas já existentes, definidas metodologias transversais com orientações para aplicação das principais novidades introduzidas pelo RGPD (nomeadamente no que diz respeito ao tratamento de violações de dados pessoais, à gestão de subcontratantes e desenvolvimento de procedimentos de *privacy by design*) e reforçadas acções de formação gerais, complementadas com iniciativas específicas, em função da exposição dos colaboradores aos riscos de protecção de dados. No âmbito deste programa de *compliance* é assegurada a operacionalização e a monitorização da resposta ao exercício de direitos e às reclamações em matéria de protecção de dados (614 reclamações de clientes, num universo de cerca de 11 milhões de clientes ao nível de todo o grupo EDP, em 2019), assim como a monitorização de incidentes de segurança e de potenciais situações de violações de dados pessoais, tendo sido notificadas 10 situações às respectivas autoridades de controlo em 2019.

Encontra-se igualmente em curso, na EDP Brasil, a adequação aos novos requisitos da Lei Geral de Protecção de Dados publicada em 2018, com entrada em vigor prevista para Agosto de 2020. Neste contexto, foi iniciado em 2019 um projecto para adequação aos requisitos da Lei Geral de Protecção de Dados para obter um diagnóstico profundo e garantir que os processos, ferramentas e políticas da EDP atendem às exigências da lei.

Reclamações de clientes relacionadas com protecção de dados pessoais em 2019 (#)



RISCO DE CORRUPÇÃO, SUBORNO, FRAUDE E BRANQUEAMENTO

O Grupo EDP pauta a sua actuação por elevados padrões éticos, de integridade negocial, consciência e responsabilidade social e, também, pelo rigoroso cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis. O respeito generalizado por estes valores é um compromisso diário e de extrema relevância para o posicionamento e cultura do Grupo EDP. Tendo por base este compromisso e complementando as políticas e procedimentos já existentes em matéria de integridade em diferentes empresas do grupo (nomeadamente na EDP Espanha e EDP Renováveis - modelos de prevenção e controlo de responsabilidade penal - e na EDP Brasil – programa de *compliance* de prevenção da corrupção), foi sistematizado um Programa de *Compliance* de integridade, que assenta na Política de Integridade do Grupo EDP, de aplicação transversal a todas as unidades de negócio, na qual se definem os compromissos, princípios gerais de actuação e os deveres das sociedades do Grupo, seus colaboradores e parceiros de negócio, no que diz respeito à prevenção de actos ilícitos, práticas de corrupção, branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Existe ainda um conjunto de procedimentos complementares – Código de Conduta dos Fornecedores, Código de Conduta para a Alta Direcção e Senior Financial Officers, Regulamento sobre Conflitos de Interesses e Negócios entre Partes Relacionadas da EDP, Política de Investimento Social, entre outros – que endereçam riscos específicos em matéria de integridade. Em 2019, este programa foi reforçado com a definição, em Portugal e Espanha, de uma metodologia de *due diligence* de Integridade (DDI) de terceiros, semelhante às já existentes noutras geografias da Companhia que, seguindo uma abordagem baseada no risco, se aplicará a fornecedores, parceiros de negócios/contrapartes, beneficiários de patrocínios/donativos, colaboradores e outros terceiros. Por outro lado, no âmbito do Programa de *Compliance* de prevenção do branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo foi definido um plano de acção para a implementação de diferentes iniciativas, tendo designadamente sido nomeado um responsável pelo cumprimento normativo e realizadas acções de formação iniciais nas empresas impactadas por estes requisitos legais (taxa de participação de 67%).

ENVOLVIMENTO POLÍTICO RESPONSÁVEL

A representação de interesses da EDP é realizada através da participação nas principais associações sectoriais ou industriais europeias ou internacionais, intervenção directa ou indirecta de colaboradores nomeados ou designados para esse fim, e ainda, no que se refere à actividade do Grupo EDP nos EUA, através da sua subsidiária EDP Renováveis, a sensibilização de pessoas e instituições especializadas.

Esta representação é regulada pelo Código de Ética do Grupo EDP que garante que nenhuma das sociedades do Grupo realize contribuições monetárias ou em espécie para partidos políticos. O Código assegura que os colaboradores se comprometem a “recusar receber e a não efectuar ofertas que possam ser consideradas como tentativa de influência, para obtenção de vantagem ilegítima” e a “não efectuar, em nome da empresa, contribuições monetárias ou outras a partidos políticos”.

Garantida a integridade dos relacionamentos do Grupo EDP, existem também mecanismos para assegurar a total transparência através do registo público dos colaboradores e das interacções com organismos públicos europeus. Exemplo disso é o registo de transparência na União Europeia.

Os outros instrumentos de garantia de integridade são a publicação das participações da EDP nas diversas organizações no sítio da EDP, como modo de evidenciar o seu compromisso com a sustentabilidade, e reporte da actividade de representação de interesses a organizações internacionais e independentes como a SAM da S&P Global ou a Sustainalytics.

Em 2019, os custos relativos à actividade exercida no âmbito deste registo foram de 4,6 milhões de Euros com destaque para os temas da descarbonização da economia, mobilidade eléctrica, eficiência energética e segurança do abastecimento. Estes trabalhos, desenvolvidos maioritariamente através das principais associações nacionais do sector energético, EURELECTRIC, WBCSD e TDA - Transport Decarbonization Alliance, tiveram o principal enfoque no European Green Deal, o projecto bandeira da nova Comissão Europeia para o desenvolvimento sustentável da Europa na próxima década, e nos Planos Nacionais de Energia e Clima dos Estados-Membros.

As organizações que em 2019 receberam contribuições mais relevantes foram:

DESIGNAÇÃO	TIPO	MONTANTE DA CONTRIBUIÇÃO EM 2019 (€)
UNESA (Spanish Electricity Industry Association)	Associação comercial	681.850
American Wind Energy Association	Associação comercial	290.234
Elecpor	Associação comercial	240.000
Instituto Abradee	Associação comercial	233.455
Instituto Acende Brasil	Associação comercial	228.147

PRÁTICAS CONCORRENCIAIS JUSTAS

A EDP promove o estrito cumprimento das regras de concorrência, com base nos compromissos assumidos no seu Código de Ética, na sua Política de Integridade, no seu Compromisso de Sã Concorrência e no seu Programa Específico de *Compliance* em matéria de Concorrência.

Em Abril de 2017, tendo em vista não comprometer o cumprimento das empresas do Grupo EDP, em Portugal, dos requisitos legais em matéria de concorrência, foi aprovado o Programa Específico de *Compliance* - Obrigações Legais da Concorrência (PEC). Em termos globais, o objectivo do referido programa é garantir a conformidade dos contratos celebrados pela EDP com as regras de Concorrência, bem como garantir que os colaboradores da EDP continuam a actuar conforme os padrões mais elevados da ética, integridade e *compliance* concorrencial, contribuindo para a sustentabilidade e desenvolvimento dos mercados em que a EDP opera.

Abordagem similar de prevenção e mitigação de práticas que restrinjam a concorrência encontra-se a ser implementada para as restantes geografias, sem prejuízo dos códigos e manuais já aplicados.

O PEC encontra-se já numa fase de implementação nas empresas do Grupo EDP situadas em Portugal, compreendendo, designadamente, os seguintes elementos e documentos:

- Definição do Modelo de Governo do Grupo EDP, visando estabelecer o modelo de relacionamento, os papéis e as responsabilidades dos vários intervenientes que actuam no âmbito do PEC, com vista ao cumprimento da legislação de concorrência;
- Estabelecimento do Manual de Concorrência do Grupo EDP, de conhecimento obrigatório dos colaboradores, o qual contém as regras de conduta que estes devem seguir no âmbito do PEC, com vista a promover o rigoroso cumprimento da legislação de concorrência;
- Programas de formação online para sensibilizar os colaboradores do Grupo EDP dos conceitos básicos de Concorrência, das principais regras de conduta a observar, do impacto do incumprimento das regras de concorrência, bem como da correcta actuação em caso de inspecções não anunciadas por parte das autoridades de concorrência;
- Criação de endereço de email (concorrencia@edp.com) para os colaboradores comunicarem eventuais dúvidas ou denúncias confidenciais de infracções às regras de concorrência;
- Estabelecimento de um conjunto de controlos de *compliance* com as regras de concorrência, que deverão ser implementados e monitorizados pelos respectivos responsáveis;
- Estabelecimento de um conjunto de regras para garantir a conformidade e promover o cumprimento dos diferentes contratos e estatutos que envolvam a EDP com as regras de concorrência;
- Elaboração de documento com as orientações a seguir em matéria de concorrência para os novos cadernos de encargos;



- Revisão de um conjunto de manuais, políticas e procedimentos internos relativos à actividade do Grupo EDP, nomeadamente em matéria de ofertas grossistas e retalhistas e de acessos às redes, de forma a garantir que estão reflectidos os princípios a seguir em matéria de concorrência; e
- Elaboração do procedimento para salvaguarda do cumprimento das regras de concorrência aplicáveis à concentração de empresas.

Informação adicional disponível no Relatório e Contas EDP 2019 - Notas às DF Consolidadas e Individuais – nota 35: Provisões.

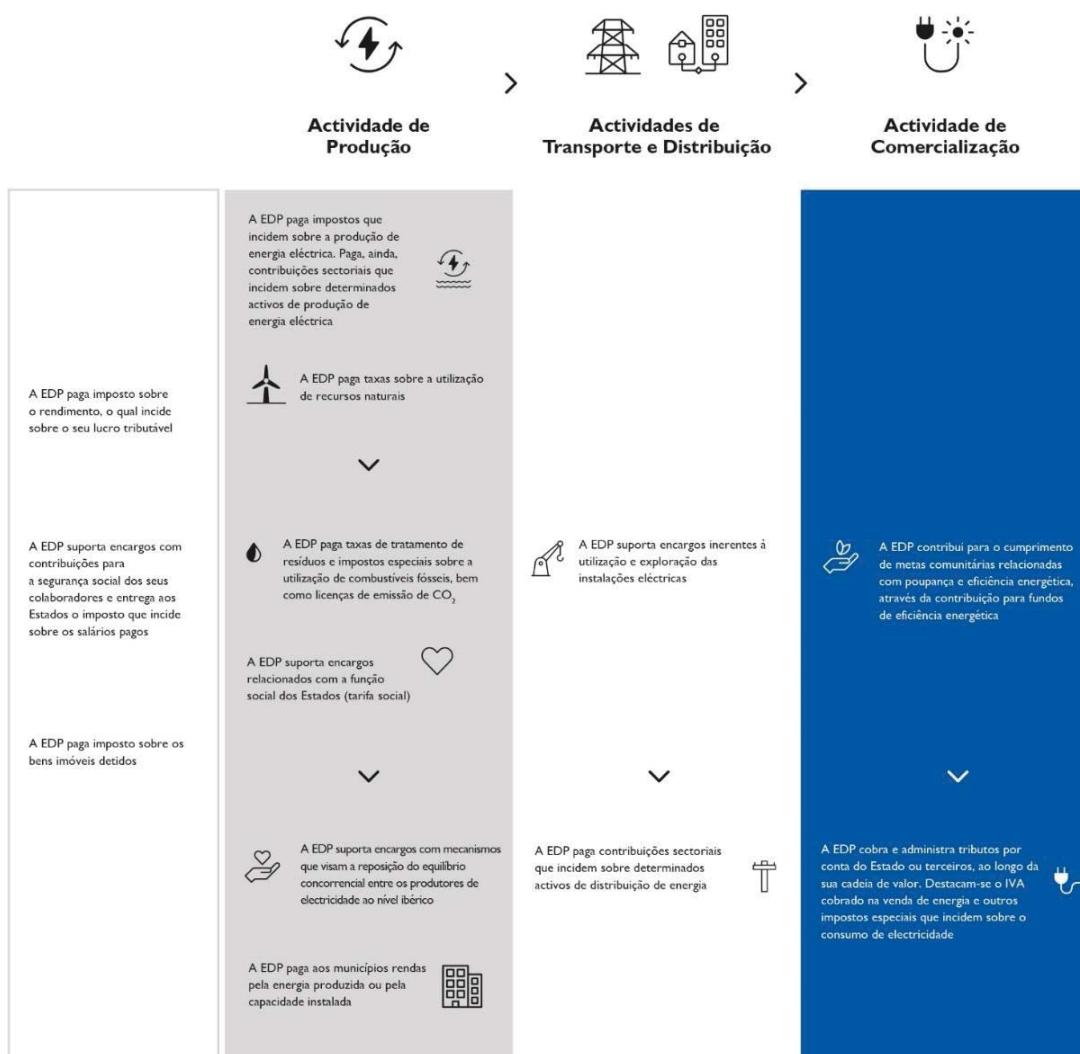
3.2.3. COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

TRANSPARÊNCIA FISCAL

A PEGADA FISCAL DO GRUPO EDP

A EDP é uma *utility* presente em 17 países, cuja cadeia de valor integra as actividades de produção, transporte e distribuição e comercialização de energia. Sobre estas actividades incidem diversas tipologias de impostos, tributos e contribuições financeiras as quais, quando consideradas de uma forma global, determinam o nível de tributação a que o Grupo EDP se encontra sujeito.

CARGA FISCAL NA CADEIA DE VALOR EDP



De todas as fases da cadeia de valor da EDP, a actividade de produção de energia é aquela que contribui mais significativamente com o pagamento de impostos e outras contribuições.

MISSÃO E ESTRATÉGIA FISCAL

A estratégia fiscal do Grupo EDP assenta em cinco pilares fundamentais:

1. O Grupo EDP considera que constitui um dever ético e cívico contribuir para o financiamento das funções gerais dos Estados onde está presente, mediante o pagamento de impostos, tributos e demais contribuições que sejam devidos, contribuindo para o bem-estar dos cidadãos e para o desenvolvimento sustentável dos negócios locais do Grupo. Neste contexto, desenvolve a função fiscal com o máximo rigor e profissionalismo em linha com a Missão Fiscal do Grupo EDP, em conformidade com os seguintes princípios:

- Implementa as opções que se revelem mais adequadas ao negócio e accionistas no fiel cumprimento do espírito e da letra da Lei;
- Paga os impostos que são devidos, em todas as geografias onde exerce actividade;
- Adota o princípio de plena concorrência em operações intragrupo, no contexto das regras, orientações e melhores práticas internacionais aplicáveis em matéria de preços de transferência, implementando transversalmente uma política interna de preços de transferência assente em três grandes princípios:
 - (i) Todas as operações intragrupo de natureza comercial ou financeira têm um *pricing* pré-definido e alinhado, no que respeita aos termos e condições, com o que seria normalmente praticado entre entidades independentes em operações comparáveis;
 - (ii) A definição do preço de transferência tem por base a racionalidade económica subjacente à operação intragrupo, não podendo constituir, de acordo com as regras internas do Grupo EDP, um instrumento de planeamento e / ou evasão fiscal; e,
 - (iii) A documentação das operações intragrupo é efectuada à luz das orientações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) nesta matéria, sem prejuízo de atender às especificidades constantes da legislação interna de cada geografia.
- Adota práticas fiscais baseadas em princípios de relevância económica e práticas de negócio comumente aceites;
- Divulga informação verdadeira e completa sobre as transacções relevantes; e,
- Pugna pela defesa os seus legítimos interesses pela via administrativa e, se for caso disso, judicialmente, quando o pagamento de quaisquer impostos, contribuições e tributos fundamentadamente suscite dúvidas de legalidade.

2. O Grupo EDP concilia o cumprimento responsável das suas obrigações fiscais com o compromisso de criar valor para os seus accionistas, preconizando a gestão eficiente do seu encargo fiscal e da utilização dos benefícios e incentivos fiscais disponíveis aplicáveis em cada região que se revelem apropriados aos negócios desenvolvidos, considerando o interesse global do Grupo e antecipando riscos fiscais significativos.

3. O Grupo EDP tem como compromisso a manutenção de uma relação com as Autoridades Tributárias dos países onde opera assente em princípios de confiança, boa-fé, transparência, colaboração e reciprocidade, tendo por objectivo facilitar a aplicação da lei fiscal e a minimizar a litigância.

A EDP faz uma gestão responsável dos seus impostos, nos vários países onde exerce a sua actividade, contribuindo para as respectivas receitas fiscais.

Salvaguardando o interesse dos seus accionistas, a EDP avalia a legalidade e constitucionalidade das normas fiscais em vigor nos países onde está presente.



4. O Grupo EDP aplica políticas fiscais responsáveis, pugnando pela manutenção de um perfil de baixo risco fiscal que permita evitar condutas passíveis de gerar riscos fiscais significativos. Para tal, tem implementada uma política transversal de gestão de risco com o objectivo de identificar, quantificar, gerir, monitorizar e minimizar, entre outros, os riscos fiscais, em estreita ligação com os níveis mais altos de controlo e decisão (Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral e de Supervisão).

5. O Grupo EDP considera a transparência como princípio basilar para a função fiscal, nomeadamente através de:

- Não recurso a estruturas opacas ou operações em jurisdições por motivos que não tenham uma estreita conexão com a actividade económica nelas desenvolvida. O Grupo EDP não detém subsidiárias em territórios considerados como não cooperantes de acordo com a legislação portuguesa e / ou com os referenciais da OCDE; e.
- Divulgação de informação fiscal de acordo com as melhores práticas e recomendações internacionais, tendo em vista facilitar a compreensão da sua contribuição global e dos princípios que regem as suas políticas e práticas fiscais.

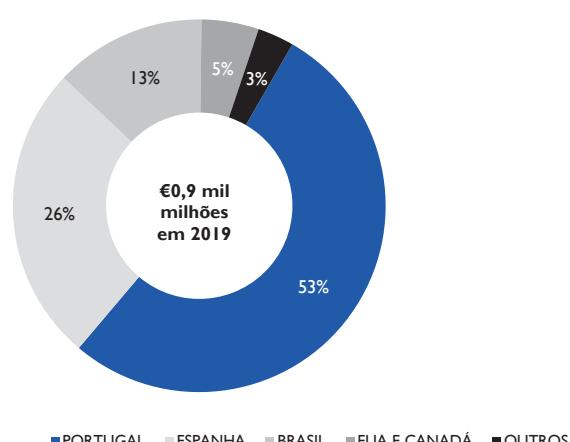
A missão e política fiscal, seguida transversalmente no Grupo EDP, foi objecto de aprovação pelo Conselho de Administração Executivo do Grupo e está divulgada no website da EDP, sendo mencionada nos Relatórios e Contas do Grupo EDP.

CONTRIBUIÇÃO FISCAL

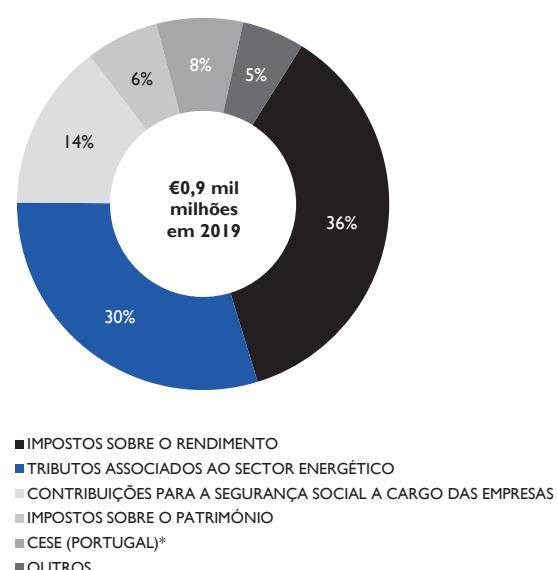
CONTRIBUIÇÃO GLOBAL DO GRUPO EDP

Em 2019, a contribuição fiscal global do Grupo EDP para a receita pública dos vários países onde está presente ascendeu a cerca de 3,0 mil milhões de Euros, dos quais 0,9 mil milhões de Euros corresponderam a tributos e contribuições suportados (pagos) pelo Grupo EDP e 2,1 mil milhões de Euros a contribuições entregues ao Estado por conta de outros agentes económicos, conforme se segue:

Tributos suportados (pagos) pelo Grupo EDP, por geografia

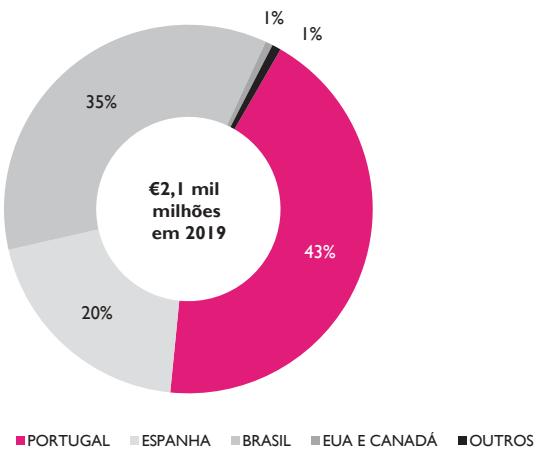


Tributos suportados (pagos) pelo Grupo EDP, por tipo de contribuição

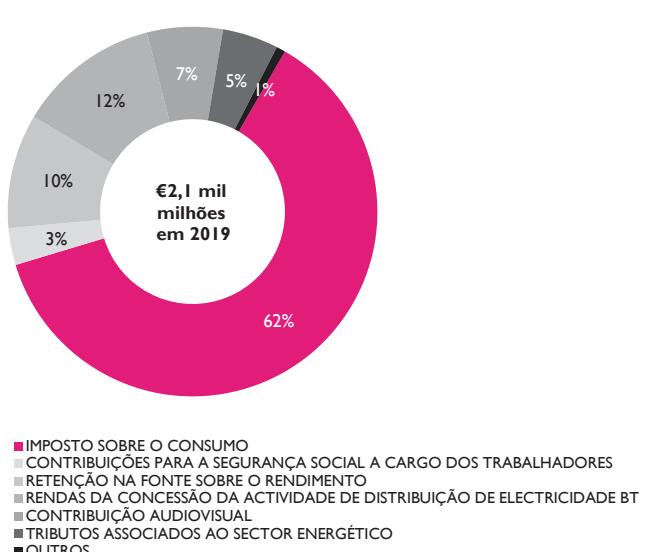


(*) Face a um atraso no processamento interno do pagamento deste tributo, parte da CESE de 2019 foi liquida em 2 de Janeiro de 2020. Para efeitos do presente documento, considerando a eminente proximidade do pagamento efectuado com o período em análise e por motivos de comparabilidade e relevância, a totalidade do exfluxo financeiro encontra-se a ser imputado ao ano do facto gerador. Este montante não relevará, naturalmente, para o cômputo dos montantes de CESE a pagar em 2020, a apresentar na nota de Transparéncia Fiscal do Relatório de Sustentabilidade desse ano.

Tributos recolhidos pelo Grupo EDP e entregues aos Estados (encargo de outros agentes), por geografia



Tributos recolhidos pelo Grupo EDP e entregues aos Estados (encargo de outros agentes), por tipo de contribuição



Relativamente aos impostos suportados pelo Grupo EDP, constata-se que Portugal é o país onde o nível de fiscalidade é mais elevado, sendo responsável por 53% do total dos impostos suportados pelo Grupo EDP.

Por outro lado, considerando o conjunto de tributos que são encargo do Grupo EDP, a parcela mais relevante (38%) diz respeito a tributação específica sobre o sector energético (incluindo a Contribuição Extraordinária para o Sector Energético em Portugal – CESE), seguindo-se os impostos sobre o rendimento (36%). De notar que, no que respeita a impostos sobre o rendimento, nos principais países onde opera, o Grupo EDP está sujeito a taxas nominais de tributação que variam entre 16% na Roménia e 34,43% em França, somando-se à taxa nominal, no caso das empresas localizadas em Portugal, a derrama municipal e a derrama estadual.

Em Portugal, os impostos suportados (pagos) em 2019 ascenderam a 483 milhões de Euros, sublinhando-se o peso da tributação específica do sector energético (ver secção seguinte), em que se destacam 68 milhões de Euros referente a CESE, 12 milhões de Euros inerente ao mecanismo tendente a restabelecer uma situação de equilíbrio concorrencial entre produtores de electricidade a operar em território Português e produtores de electricidade a operar em Espanha (genericamente designado por Clawback) e 104 milhões de Euros de tarifa social. A estes montantes acrescem 81 milhões de Euros de contribuições para a segurança social a cargo das empresas, 181 milhões de Euros de imposto sobre o rendimento e 37 milhões de Euros referentes a outros tributos.

No que respeita a impostos recolhidos pelo Grupo EDP e entregues aos Estados onde exerce a sua actividade (encargo de terceiros), o seu valor ascendeu a 2,1 mil milhões de Euros. A actividade de recolha de impostos por conta do Estado tem vindo a absorver recursos significativos do Grupo EDP sem qualquer contrapartida, traduzindo-se assim em custos de contexto da actividade.

TRIBUTAÇÃO ESPECÍFICA DO SECTOR ENERGÉTICO

Conforme anteriormente referido, a tributação específica sobre o sector energético assume um peso significativo no Grupo EDP.

A simplificação dos sistemas fiscais, a redução da carga burocrática e dos custos de contexto será desejável, por forma a que os mesmos não constituam um obstáculo ao investimento e ao desenvolvimento da actividade económica das empresas.



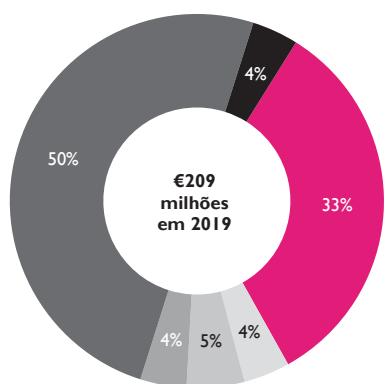
Em face do elevado impacto que o sector energético, em particular o sector eléctrico, possui sobre as comunidades (populações e ambiente) e do seu peso sobre as economias, diversos países implementaram mecanismos de tributação específica sobre o mesmo.

O sector energético tem sido especialmente penalizado com medidas fiscais extraordinárias, de natureza temporária, introduzidas num contexto de austeridade económica e que urge reverter. A tributação da electricidade e dos produtos energéticos deveria ser tendencialmente reduzida, com vista a incentivar a transição para a descarbonização.

Esta tributação não estando, regra geral, relacionada com o resultado da actividade económica desenvolvida, é susceptível de influenciar as decisões dos agentes económicos no desenvolvimento dos seus negócios e nas decisões de financiamento, investimento e desinvestimento. Efectivamente, enquanto os impostos sobre o rendimento incidem sobre o lucro tributável, outros tributos, taxas e contribuições de impacto significativo incidem, por exemplo, sobre a quantidade de energia produzida, a utilização de recursos naturais, a posse de determinados activos associados à produção de energia eléctrica, os resíduos produzidos ou a utilização de combustíveis fósseis, não estando, por conseguinte, relacionados com o desempenho económico dos negócios espelhado nos seus resultados contabilísticos, capturando assim parte do valor do accionista.

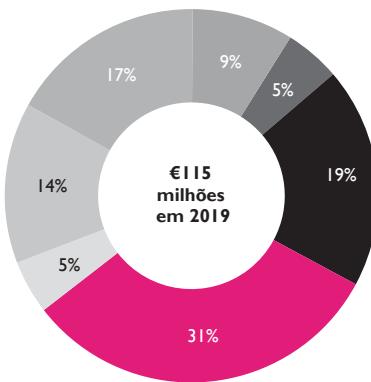
Tendo por base o conjunto de países onde o Grupo EDP exerce a sua actividade, Portugal e Espanha são os que apresentam um maior nível de tributação, quer em número de tributos, quer em montantes arrecadados, tendo representado, em 2019, um encargo total de 324 milhões de Euros, detalhado conforme se apresenta em seguida.

Tributos e contribuições específicas para o sector energético suportados (pagos) pelo Grupo EDP em Portugal, em 2019



- CESE
- EÓLICAS - RENDAS PAGAS AOS MUNICÍPIOS
- CLAWBACK
- RENDAS DE CENTROS ELECTROPRODUTORES
- TARIFA SOCIAL - ELECTRICIDADE
- OUTROS

Tributos e contribuições específicos para o sector energético suportados (pagos) pelo Grupo EDP em Espanha, em 2019



- FONDO NACIONAL DE EFICIENCIA ENERGÉTICA
- IMPUESTO DE HIDROCARBUROS
- IMPUESTO SOBRE EL VALOR DE LA PRODUCCIÓN DE LA ENERGÍA ELÉCTRICA
- CANÓN EÓLICO
- IMPUUESTOS ESPECIALES SOBRE COMBUSTIBLES (CARBÓN)
- TASA DE OCUPACIÓN DEL DOMINIO PÚBLICO
- OUTROS

De facto, tem-se assistido, na última década, a um aumento do nível de tributação sobre o sector energético nos países onde a EDP se encontra presente, com especial destaque para Portugal e Espanha, o qual se manifesta, quer pelo incremento da carga tributária em tributos já existentes, quer pelo lançamento de novos tributos.

Parte desta tributação é justificada pela introdução de tributos sob o princípio do utilizador-pagador e poluidor-pagador (ex.: taxas sobre a utilização de recursos naturais ou sobre a utilização de combustíveis fosseis). Contudo, paralelamente, no contexto da crise financeira global ocorrida a partir de 2008, verificou-se a introdução de novos tributos que, sob o pretexto de prosseguir a sustentabilidade ambiental e sistémica do sector acabaram por ter essencialmente finalidades recaudatórias, distanciando-se da sua finalidade primordial.

Constituem exemplos relevantes desta realidade, o Impuesto Sobre el Valor de la Producción de la Energía Eléctrica, introduzido em Espanha em 2013, que incide sobre o valor da electricidade produzida e fornecida à rede, independentemente da fonte de geração ser renovável, ou não, e a CESE, introduzida em Portugal em 2014, que incide sobre os activos líquidos de produção, transporte, distribuição e comercialização de electricidade.

Não se conformando com os fundamentos jurídico-económicos subjacentes àqueles impostos, o Grupo EDP tem vindo a proceder à respectiva contestação judicial.

No âmbito do funcionamento do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL), a EDP e outros operadores no sector energético confrontam-se com assimetrias de tributação entre Portugal e Espanha que criam distorções de concorrência.

No que se refere à CESE, o Grupo EDP efectuou o pagamento desta contribuição nos anos de 2014 até 2019, no montante global acumulado de 388,2 milhões de Euros, tendo contestado a legalidade e constitucionalidade desta medida.

Para além daquelas figuras tributárias tem-se assistido, naqueles países, à introdução unilateral de um conjunto de outros tributos que incidem directamente sobre o sector, nomeadamente sobre a actividade de produção. Tal tem vindo a afectar o equilíbrio concorrencial no contexto do MIBEL, sendo um obstáculo ao desígnio de criação de um mercado europeu da energia único e integrado.

A este respeito, face à sua relevância, importa destacar as seguintes realidades introduzidas em Portugal nos anos recentes:

- Criação da tarifa social sobre a electricidade, em 2010, a qual consiste num desconto na factura da electricidade atribuído aos consumidores economicamente vulneráveis, cujo número tem vindo a ser alargado ao longo do tempo, e que é financiado, na sua totalidade, pelos produtores de electricidade em regime ordinário;
- Criação, em 2013, do *Clawback*, na sequência da introdução de um novo tributo sobre os produtores em Espanha, sem que, no entanto, tenham sido consideradas a globalidade das assimetrias de tributação no ordenamento tributário dos dois países. De referir que, em 2019, este tributo foi suspenso, na sequência do Despacho n.º 895/2019, do Gabinete do Secretário de Estado da Energia, no período correspondente à suspensão das medidas de incidência fiscal em Espanha referidas antes;

A estabilidade e previsibilidade dos ordenamentos tributários, constitui factor crítico para o desenvolvimento do negócio, no contexto de um sector que requer elevados níveis de investimento e financiamento.

Relativamente ao Impuesto Sobre el Valor de la Producción de la Energía Eléctrica, não obstante ter vindo a proceder ao seu pagamento, o Grupo EDP contestou a legalidade e constitucionalidade do mesmo, com fundamento na violação de vários princípios constitucionais e na existência de uma dupla tributação com o Impuesto sobre Actividades Económicas, que em Espanha incide sobre os vários sectores da economia. De referir, a este respeito, que o Real Decreto 15/2018, de 5 de Outubro, determinou a suspensão, por um período de 6 meses, da aplicação deste tributo sobre a energia eléctrica produzida e introduzida em rede, em face do aumento exponencial dos preços da electricidade, a qual vigorou entre 1 de Outubro de 2018 e 31 de Março de 2019.

O desígnio europeu de criação futura de um mercado único da energia terá necessariamente que implicar uma maior convergência fiscal entre os Estados-Membros na tributação da energia, por forma a evitar distorções de concorrência entre os vários agentes económicos.



- Abolição, em 2018, da isenção de Imposto Sobre produtos Petrolíferos (ISP) e taxa de adicionamento sobre emissões de CO₂ aplicável aos produtores de electricidade e de electricidade e calor, nas aquisições de carvão para a produção de energia eléctrica, o que resultou numa cumulação de tributação sobre o carbono, na medida em que o sector eléctrico se encontra abrangido pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE);
- Perda de isenção de CESE nas centrais de energia eléctrica a partir de fontes renováveis que beneficiem de remuneração garantida, em contracírculo com os objectivos globais assumidos por vários Estados em matéria de transição energética e combate às alterações climáticas.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FISCAL

O Grupo EDP indica, trimestralmente, nos seus Relatórios e Contas, as principais características dos sistemas fiscais aplicáveis nos países em que opera, tais como as taxas nominais de imposto sobre o rendimento, o enquadramento de prejuízos/benefícios fiscais, a política de preços de transferência e as alterações legislativas mais relevantes.

Adicionalmente, a informação divulgada publicamente neste âmbito inclui uma análise à reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto sobre o rendimento aplicável no Grupo EDP, numa lógica consolidada. Através desta análise, o Grupo EDP explica o peso, nos seus resultados, do imposto sobre o rendimento contabilizado, que inclui, de uma forma global, o impacto do imposto corrente e o efeito das diferenças temporárias (impostos diferidos) existentes.

Na medida em que o normativo contabilístico internacional (IFRS) nos termos do qual o Grupo EDP prepara e divulga as suas demonstrações financeiras não preconiza, necessariamente, o alinhamento entre a contabilização do gasto ou rendimento de imposto sobre o rendimento e o correspondente efeito de entrada ou saída de caixa, cumpre sublinhar que esta análise não representa o imposto pago ou recebido pelo Grupo EDP, no período a que respeita.

A quantificação dos tributos suportados pelo Grupo EDP é, efectivamente, objecto de divulgação neste Relatório de Sustentabilidade, emitido numa base anual, o qual inclui um conjunto de informação e métricas de natureza fiscal.

Adicionalmente, de notar que o Grupo EDP, enquanto grupo multinacional, cumpre integralmente a obrigação anual de comunicação e reporte que decorre da transposição para o normativo fiscal português das disposições da Acção 13 do projecto *Base Erosion and Profit Shifting* (denominada de *Country-by-Country Reporting*), o qual faz parte de um plano de reforço da transparência para as administrações fiscais adoptado pelos países da OCDE e do G20. Esta obrigação é cumprida em Portugal pela empresa-mãe, de acordo com os prazos legais estabelecidos (correspondendo o último período de reporte ao exercício de 2018).

GESTÃO E controlo do risco fiscal

O processo de gestão e controlo do risco fiscal tem início na identificação e catalogação dos riscos aos quais o Grupo EDP se encontra sujeito.

Neste sentido, o Grupo EDP acompanha em permanência os riscos e incertezas de índole fiscal, realizando regularmente exercícios de identificação e avaliação quantitativa dos seus principais riscos fiscais, e monitorizando atentamente o desenvolvimento de possíveis eventos exógenos com potencial impacto material. O Grupo identifica os riscos a que se encontra exposto com base na seguinte classificação:

- Risco de *compliance*, associado ao potencial incumprimento das obrigações fiscais de forma plena e atempada;
- Risco de análise técnica que conduza a uma potencial tomada de decisão fiscal menos adequada, especialmente em contextos de incerteza no tratamento fiscal;
- Risco de comunicação interna e externa, associado ao risco de deficiente comunicação entre as equipas que compõem as áreas fiscais e entidades internas (ex.: unidades de negócio) ou externas (ex.: Autoridades Tributárias); e,
- Risco reputacional, relacionado com distorções na interpretação, pelos stakeholders, da informação financeira e fiscal divulgada.

Importa ainda sublinhar o risco de alteração do enquadramento legal ou fiscal, no contexto de instabilidade legislativa a que o Grupo EDP está sujeito, nomeadamente em Portugal, por força da pressão política e regulatória que se tem vindo a manifestar, a qual se tem consubstanciado na criação de tributação específica para o sector energia.

Considerando o referido, o Grupo implementou uma política de gestão de risco com o objectivo de identificar, quantificar, gerir, monitorizar e minimizar, entre outros, os riscos fiscais, nomeadamente o risco de materialização de contingências fiscais. Efectivamente, o Grupo EDP, através de equipa especializada, procede ao acompanhamento permanente dos processos associados a riscos e contingências fiscais (associados e não associados a litígios em curso), em estreita relação com as respectivas unidades de negócio, os serviços jurídicos corporativos e advogados e assessores externos, com reporte semestral da sua evolução ao Conselho Geral e de Supervisão do Grupo EDP.

Adicionalmente, o Conselho de Administração Executivo do Grupo EDP é envolvido no processo de tomada de decisão das operações mais relevantes, sendo o seu impacto fiscal, quando exista, obrigatoriamente analisado, documentado e incluído na documentação submetida à aprovação, nomeadamente quando possa constituir um elemento relevante para a tomada de decisão, tendo em vista assegurar a criação de valor para os accionistas no longo-prazo.

A EDP tem, ainda, uma Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria que tem como principal missão, por delegação do Conselho Geral e de Supervisão, acompanhar e supervisionar de modo permanente, entre outras, as matérias relativas ao sistema de controlo interno da informação financeira e ao processo de gestão de risco, nomeadamente na sua vertente fiscal.

TRANSPARÊNCIA NA COMUNICAÇÃO

A abertura dos mercados de energia à concorrência de novos operadores, não tradicionais, em conjugação com a diversificação das ofertas comerciais, orientadas para os serviços de energia, para a eficiência energética e para a descarbonização, num quadro de profunda transformação dos comportamentos dos consumidores, vem colocando novos desafios de comunicação às empresas que operam no sector da energia.

Neste novo contexto, emerge o consumidor activo, diferenciado, interessado nos grandes temas da transformação energética, digitalmente capacitado, procurando realizar as melhores escolhas na relação qualidade-preço, face ao consumidor mais tradicional, essencialmente focado no preço da energia. Neste novo contexto, emerge uma intensa e diversificada comunicação de marketing energético, acompanhado por um crescente interesse da comunicação social pelos temas da transição energética e, simultaneamente, acentua-se a concentração da agenda política, especialmente em Portugal, nos temas dos preços da energia. Neste quadro, a Transparência na Comunicação afirma-se como um tema crescentemente mais relevante e decisivo para a reputação das companhias energéticas, tanto na perspectiva da comunicação de marca como na perspectiva da comunicação comercial.

O Grupo EDP prossegue uma política de comunicação de marca e comercial que garante os direitos dos clientes e o cumprimento dos deveres das empresas sobre o fornecimento de electricidade e gás estipulados pela legislação ou regulamentação nacional das autoridades reguladoras dos serviços energéticos.

Voluntariamente, a EDP subscreve ainda a Carta de Compromisso da APAN (Associação Portuguesa de Anunciantes) sobre comunicação de marketing responsável (www.apan.pt> comunicação responsável> carta de compromissos), subscreve o Código de Conduta para Profissionais de Marketing da APPM (Associação Portuguesa de Profissionais de Marketing) (www.appm.pt> associados> código de conduta) e o "Código de Conduta do Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas" da APCE (Associação Portuguesa de Comunicação Empresarial), um referencial de boas práticas e comportamento ético. A EDP apoia também a Auto-Regulação Publicitária (entidade nacional responsável pelo sistema de auto-regulação publicitária), comprometendo-se a promover uma publicidade ética e responsável.

A informação do Grupo EDP é gerida para garantir a credibilidade junto dos seus clientes e das outras partes interessadas, através do cumprimento da legislação e regulamentação em vigor nas geografias onde opera e por meio do compromisso com a confidencialidade, protecção e legitimidade de dados pessoais. Esses compromissos são reflectidos no Código de Ética do Grupo EDP, nos Códigos de Conduta das suas empresas, na Política de Segurança de Informação e nos Princípios e Políticas de Governo de Dados do Grupo EDP.

Para garantir a coerência no serviço a cliente em todos os canais, a EDP tem implementada uma política de formação que abrange mais de 3.000 prestadores de serviço que contactam diariamente com o cliente, desenvolvendo temas concretos de foco no cliente, competências



e eficácia. Disponibiliza ainda uma ferramenta de comunicação interna ([kwiki.edp.pt](#)) que permite comunicar de forma transversal a colaboradores e parceiros prestadores de serviços comerciais, processos e procedimentos, alertas e formas de actuação para garantir homogeneidade e coerência.

3.2.4. GESTÃO DE CRISE

A gestão de crise é assumida pela Companhia como uma capacidade estratégica que lhe permite responder, de uma forma suportada e sustentável, a situações anormais e instáveis, com potencial impacto negativo nos seus objectivos estratégicos, viabilidade e/ou reputação.

Neste sentido, a EDP tem vindo a desenvolver internamente esta capacidade, quer a nível estratégico, quer a nível operacional, adoptando práticas e planos alinhados com os referenciais reconhecidos internacionalmente, em particular com as normas BS 11200:2014 e ISO 22301:2019, estabelecendo uma abordagem transversal à Gestão de Crise e Continuidade do Negócio, reflectida no documento interno de comunicação do Conselho de Administração Executivo (OS 1/2018/CAE), tirando partido da estrutura de governo da gestão do risco da Companhia. Destes destaca-se o desenvolvimento de planos estratégicos e operacionais considerando a criticidade na resposta a situações com elevado nível de incerteza, as quais requerem atenção e acção urgentes para proteger a vida, o meio ambiente, os activos e a reputação do Grupo EDP, avançando-se num trabalho de harmonização da Gestão de Crise, de forma transversal.

Estando consciente de que as situações de crise e de potencial crise nascem, tipicamente, da materialização simultânea ou sequencial de diferentes factores de risco, que se traduzem em impactos negativos significativos, tangíveis e intangíveis, a EDP adoptou uma metodologia abrangente e suportada nas melhores práticas internacionais para a gestão empresarial do risco nas vertentes estratégica, de negócio, financeira e operacional. Considera-se que, independentemente da sua natureza e origem (interna ou externa), a identificação e mitigação atempadas de fragilidades permitem reduzir a probabilidade de potenciarem incidentes de dimensão apreciável, conducentes a disruptões, incluindo eventos extremos.

Com o objectivo de detectar e actuar cabalmente sobre estes riscos, a EDP conta com um conjunto robusto de controlos e medidas de salvaguarda, humanas, processuais e tecnológicas, que tem vindo a desenvolver e a melhorar, complementadas por planos de recuperação de nível operacional, como é o caso dos Planos de Continuidade do Negócio dos processos e serviços prioritários. Estes permitem o incremento da capacidade da EDP de continuar a fornecer os seus serviços em níveis aceitáveis na ocorrência de incidentes, emergências e desastres, cumprindo com os objectivos assumidos. Com vista a assegurar a sua efectividade e adequação, os planos são objecto de exercícios e simulações periódicas, quer internamente, quer em colaboração com entidades externas relevantes para a cadeia de valor da EDP.

O compromisso assumido pela EDP para com a segurança das pessoas, dados e activos, e para com a gestão da continuidade do negócio foi reconhecido, tendo-lhe sido atribuídas, entre outras, certificações nos referenciais OSHAS 18001 (âmbito alargado, coordenação corporativa e implementação local) ISO 45001, ISO 27001 (EDP Distribuição e Digital Global Unit), e ISO 22301 (EDP Distribuição).

Importa ainda destacar o papel assumido pela EDP na protecção das infra-estruturas críticas sob sua responsabilidade, quer em Espanha, quer em Portugal, na sequência do estabelecido pela Directiva 2008/114/CE do Conselho de 8 de Dezembro de 2008, relativa à identificação e designação das infra-estruturas críticas europeias e à avaliação da necessidade de melhorar a sua protecção.

INFRA-ESTRUTURAS CRÍTICAS

A Directiva 2008/114/CE, define “infra-estrutura crítica” como “o elemento, sistema ou parte deste situado nos Estados-Membros que é essencial para a manutenção de funções vitais para a sociedade, a saúde, a segurança e o bem-estar económico ou social, e cuja perturbação ou destruição teria um impacto significativo num Estado-Membro, dada a impossibilidade de continuar a assegurar essas funções”.

A Companhia tem sob sua responsabilidade, em Espanha e em Portugal, um conjunto de infra-estruturas críticas, que incluem infra-estruturas de produção e distribuição de electricidade (instalações físicas e de controlo), bem como actividades conexas de serviço ao cliente, e que foram identificadas no âmbito da transposição da Directiva 2008/114/CE para as legislações Espanhola e Portuguesa.

Decorrente da diversidade das infra-estruturas críticas sob sua responsabilidade, a EDP adoptou proactivamente estratégias para responder a riscos de diferentes naturezas, como riscos físicos (por ex.: incêndios, sismos, eventos atmosféricos, incluindo eventos extremos) e riscos tecnológicos (incluindo, mas não se limitando a, riscos de cibersegurança para sistemas operacionais e de informação).

Complementarmente, as medidas e ferramentas adoptadas para mitigação destes riscos são diversificadas e de cariz distinto, ajustadas às especificidades das infra-estruturas, contemplando necessariamente a segurança física (vertentes *Safety* e *Security*), a segurança tecnológica e a cibersegurança, bem como a gestão da continuidade do Negócio, alavancadas por uma forte componente de formação e de exercícios. A EDP desenvolveu, para cada uma das infra-estruturas críticas, o respectivo plano de segurança do operador, suportado nas conclusões da análise de risco sobre as mesmas e no conjunto de medidas implementadas, em linha com o estabelecido na Directiva 2008/114/CE.

Adicionalmente, é importante mencionar o papel assumido pela EDP na promoção da adopção de boas práticas de gestão de infra-estruturas críticas no sector, através da sua divulgação, mas também através da colaboração com entidades externas, participando em exercícios e workshops relevantes para a temática.

Ainda neste âmbito, e na sequência da aprovação do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030, a EDP tem participado, em Portugal, na Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes (PNRRC), sob responsabilidade de uma subcomissão coordenada pela Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil (ANEPC), com especial destaque para a sua participação no desenvolvimento do Manual de “Boas Práticas de Resiliência de Infra-estruturas Críticas – Sector Privado e Sector Empresarial do Estado”, disponível no website da PNRRC.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A EDP reconhece a segurança da informação como um objectivo estratégico e um dos requisitos fundamentais de negócio, assumindo esse compromisso ao nível da gestão de topo. A Política de Segurança de Informação do Grupo EDP, aprovada pelo Conselho de Administração Executivo, estabelece a segurança da informação como um factor competitivo, gerador de confiança nos seus stakeholders, mas também como uma responsabilidade crítica no contexto social, como resultado do seu papel de operador de infra-estruturas críticas e gestor de grandes volumes de dados pessoais de clientes e colaboradores.

O governo da segurança de informação no Grupo EDP passa pela existência do Comité de Tecnologias de Informação com funcionamento trimestral. Participam neste comité elementos das administrações das diversas unidades de negócio, o *Chief Information Security Officer* (CISO) da Companhia e um elemento do Conselho de Administração Executivo que o preside. Este comité tem, entre outras atribuições, a missão de discutir e emitir pareceres sobre directrizes para o planeamento estratégico da segurança da informação, assumindo ainda a responsabilidade de avaliar os riscos de cibersegurança da Companhia, acompanhando para o efeito cenários de incidentes graves no sector da energia e o perfil de risco de cibersegurança da organização. Mensalmente o Administrador do Conselho de Administração Executivo responsável pela segurança de informação recebe um relatório de actividades e indicadores do CISO da organização e todo o Conselho de Administração Executivo recebe a mesma informação numa base trimestral. Anualmente é feita uma apresentação do risco de cibersegurança do Grupo EDP aos membros do Conselho Geral e de Supervisão.

Para concretizar a visão estratégica para a segurança de informação, o Grupo EDP estabeleceu um Plano Director de Segurança, aprovado em Conselho de Administração Executivo, para o triénio 2018-2020, assente no princípio Segurança E2E (*End to End*). Este princípio orientador implica uma abordagem holística por toda a organização, evitando a visão em silos, mas também prevê a incorporação da segurança desde a construção de serviços e aplicações, até às actividades exercidas pelos prestadores de serviço, numa lógica de *security by design*. Os objectivos estratégicos deste plano estabelecem um foco: nas pessoas, reconhecendo-as como elemento chave na segurança; na resiliência, em concreto na construção de uma capacidade de reacção e recuperação de incidentes críticos; no *compliance*, satisfazendo as leis e regulamentos externos impostos ao sector e gerando confiança; e na inteligência, tornando a segurança menos intrusiva, mais eficiente e potenciadora do negócio, mormente da transformação digital.

Em termos operacionais o Grupo EDP obteve, em 2019, a certificação ISO 27001, no seu processo de gestão e operação do Security Operation Center, que inclui serviços de monitorização em tempo real (7x24h), gestão de incidentes e vulnerabilidades de segurança.

Adicionalmente, a equipa global de resposta a incidentes de cibersegurança, CSIRT – Computer Security Incident Response Team – EDP, participa em exercícios nacionais e internacionais de cibersegurança, onde tem a possibilidade de testar as suas capacidades de reacção à ocorrência de eventos disruptivos resultantes de ciberataques. Para além de equipas dedicadas à resposta a incidentes de segurança, a EDP tem apostado na sensibilização e formação de todos os colaboradores. Nesta vertente destaca-se a formação na defesa de infra-estruturas críticas efectuada no CyberRange EDP (infra-estrutura singular em Portugal para a formação em cibersegurança) que, em coordenação com a Universidade EDP, realizou, em 2019, 30 sessões de formação com 217 participações.

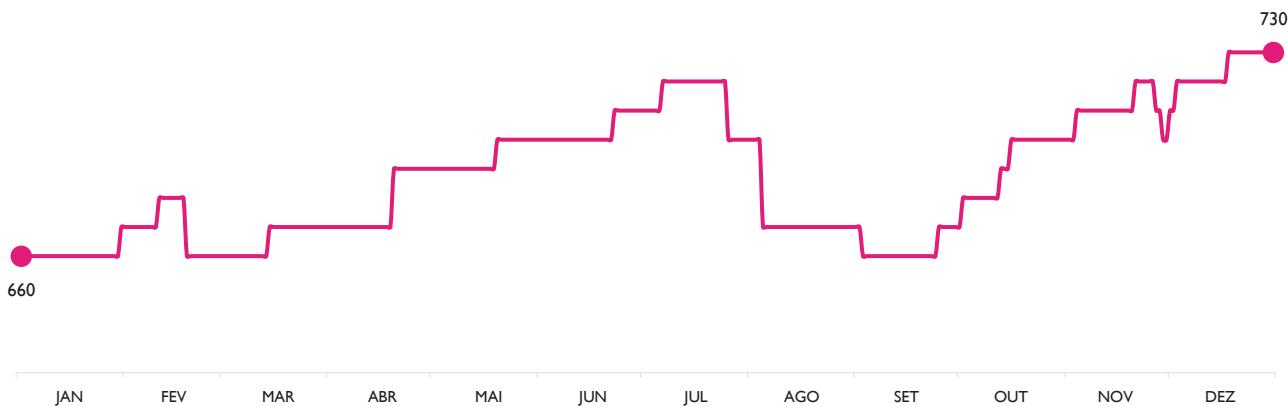


Para além das capacidades operacionais, a visão do Grupo EDP estabelece um posicionamento externo como uma empresa de referência na utilização de melhores práticas e inovação na área da segurança de informação. Nesse sentido o Grupo EDP integra grupos de trabalho e estudo nacionais e internacionais (como exemplo o CERT.PT, o World Economic Forum ou a International Energy Agency) assim, como projectos europeus com outras congêneres europeias, organizações académicas e governamentais.

Salienta-se ainda no conjunto de medidas de gerir o risco de cibersegurança a contratação de um seguro para risco cyber.

No que diz respeito à comunicação do risco de segurança com os seus stakeholders a EDP adoptou como indicador principal uma métrica baseada no BitSight Security Rating. O rating adoptado, definido como KPI do Grupo para esta área, observa o comportamento do Grupo EDP no ciberspaço, em concreto verificando aspectos como a segurança dos seus websites públicos, os acessos provenientes das suas redes a localizações perigosas ou a comunicação de máquinas infectadas por redes criminosas. O Grupo EDP estabeleceu como meta para 2019 o valor 700, tendo superado esse objectivo.

Bitsight security rating (2019)



A Nossa Prática



PROJECTO VEGA – GESTÃO DA VEGETAÇÃO

A reputação de uma empresa é considerada por todos como um dos principais bens intangíveis de uma empresa e representa valor financeiro. O projecto VEGA – Gestão de Vegetação surgiu num contexto desfavorável, uma vez que em 2017 e 2018 existiram incêndios que assolararam, não só o nosso país como zonas de outros como a Califórnia (EUA), onde eram atribuídas responsabilidades às companhias eléctricas. Partindo deste contexto, era imperativo demonstrar que a EDP Distribuição teve sempre um foco na implementação das melhores práticas, como também a proactividade na procura de inovação de gestão da vegetação.

A concepção foi transversal, mobilizando áreas internas como a de planeamento de redes, passando pela condução da rede, às estruturas operacionais no terreno e comunicação. Em complemento, entraram outras empresas do grupo, como a EDP Inovação e a EDP Labelec, com espaço para o envolvimento da comunidade universitária. Demonstra-se assim a sua capacidade em agregar esforços para fazer ainda melhor nesta temática.



O projecto VEGA teve o seu primeiro teste durante a época crítica de incêndios de 2019: o empenho de todos na dinamização de conferências, nas reuniões semanais com a Protecção Civil, nos centros de despacho a monitorizar a rede, no terreno a solucionar interferências da vegetação com a rede eléctrica e na comunicação com as diferentes entidades, permitiu que a EDP Distribuição se tivesse assumido como uma entidade responsável e capaz na gestão da vegetação. Sobretudo, como um parceiro da sociedade em encontrar soluções nesta área.

Neste âmbito, o projecto VEGA desenvolveu cinco linhas de acção: Benchmarking & ID, Planeamento da rede e da vegetação, Manutenção da rede e da vegetação, Condução da Rede e Relações Externas. A linha de comunicação serviu como um elo de ligação entre estas. Foram no total mais de 26 iniciativas implementadas em 2019, com alguns exemplos como:

- Disponibilização do módulo “proximidade vegetação” na app da EDP Distribuição;
- Desenvolvimento da ferramenta VEGAnalytics de controlo da vegetação em torno da rede aérea de Alta Tensão e Média Tensão;
- Desenvolvimento de *backoffice* e app para levantamento da condição da vegetação em torno da rede aérea Baixa Tensão;
- Desenvolvimento de ferramenta de mobilidade para recolha do antes e depois das intervenções, integrada na plataforma de condução da rede informação da ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e de Protecção Civil, IDL - Instituto Dom Luiz e IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera;
- Estrutura de acompanhamento em regime de incêndio e parametrização de protecções definida no POAC-RD – Plano Operacional de Actuação em Crise;
- Dinamização de *workshop* com apoio da EEI - Edison Electric Institute, com congéneres dos EUA e Europa;
- Dinamização de *webinar* sobre boas práticas com apoio da EEI;
- Parceria com o ISA – Instituto Superior de Agronomia para investigação, que originou o relatório técnico “Gestão de combustíveis associada à rede eléctrica: funções, limitações e possibilidades”;
- Presença de 125 pessoas na conferência Gestão da Vegetação, com representação dos principais stakeholders;

- Organização de 162 reuniões distritais CODIS - Comando Distrital de Operações de Socorro, GNR - Guarda Nacional Republicana, ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta, AGIF - Agência de Gestão Integrada de Fogos Rurais e bombeiros;
- Criação de 16 reuniões internas de ponto de situação sobre a evolução dos trabalhos e iniciativas.

A EDP Distribuição dinamiza a inovação e a investigação científica com projectos piloto a decorrer em várias frentes como o uso de drones e de imagens satélite para conseguir ir mais além na gestão da vegetação. No âmbito da investigação científica tem parcerias estabelecidas, quer em laboratórios colaborativos, CoLab ForestWISE, quer com a comunidade universitária, sendo exemplo a renovação da parceria com o ISA para estudar alternativas às estruturas lineares de defesa da floresta.

3.2.5. PROTECÇÃO DO AMBIENTE

A Política de Ambiente da EDP assume um conjunto de compromissos gerais de protecção do ambiente, aos quais acrescenta compromissos específicos, nos domínios ambientais que considera mais relevantes para a sua estratégia:

CLIMA	USO DE RECURSOS NATURAIS	BIODIVERSIDADE
<p>Contribuir para a descarbonização fornecendo progressivamente soluções energéticas de baixo carbono, nomeadamente através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento do <i>portfolio</i> renovável; • Promoção da eficiência energética interna, junto dos fornecedores e no consumo final. <p>Ver pág. 98.</p>	<p>Promover uma utilização eficiente dos recursos naturais nas suas actividades, no quadro de uma economia circular, em particular:</p> <ul style="list-style-type: none"> • No uso e gestão sustentável da água em todos os processos, operações e instalações; • Na consideração dos aspectos ambientais ao longo do ciclo de vida dos produtos e serviços. <p>Ver em baixo.</p>	<p>Contribuir para evitar ou reduzir a perda de biodiversidade, privilegiando uma gestão dinâmica, abrangente, localmente participada e de visão de longo prazo, ambicionando um balanço globalmente positivo.</p> <p>Contribuir para aprofundar o conhecimento científico sobre os diferentes aspectos da biodiversidade, designadamente através do estabelecimento de parcerias. Ver pág. 148.</p>

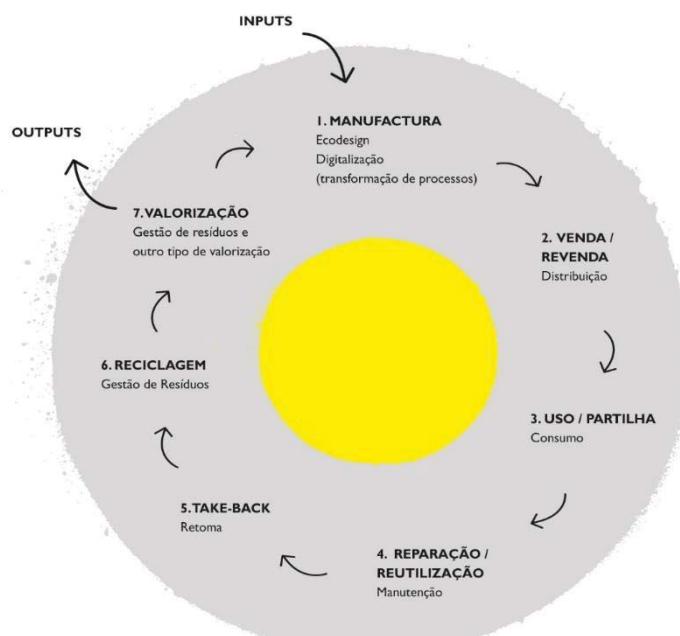
Assente nesta Política, o Grupo EDP mantém, desde 2008, um sistema de gestão ambiental corporativo certificado pela ISO 14001:2015, com o âmbito “gestão corporativa das políticas, dos compromissos assumidos e do desempenho ambiental do Grupo EDP em todo o mundo”. Até 2020, a EDP definiu o objectivo de atingir 100% de certificação ambiental ISO 14001:2015 para as actividades do Grupo com aspectos ambientais significativos. Em 2019, 96% destas actividades estavam certificadas.

A informação sobre a adopção de uma política ambiental responsável na cadeia de fornecimento, pode ser consultada na página 173.

Pelas características do negócio, a dimensão ambiental associada às alterações climáticas ultrapassa a mera gestão ambiental, pelo que esta está tratada na página 98.

UMA TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA CIRCULAR

Uma gestão eficiente de recursos naturais é hoje uma abordagem curta para um problema maior que exige uma alteração do modelo económico em que vivemos. A economia circular surge como uma aposta na redução geral do consumo de recursos naturais e representa também uma oportunidade de desenvolvimento de novos negócios contribuintes líquidos para a redução do consumo de recursos nos nossos clientes. Para a EDP, a economia circular constitui um *driver* da sua estratégia de sustentabilidade, adoptando-se uma visão global a implementar em todas as suas unidades de negócio.



Para progredir na internalização do conceito de economia circular, a EDP tem trabalhado soluções para que os seus principais materiais residuais possam ser aproveitados como subproduto, matéria-prima de outra indústria.

Como matérias-primas de outras indústrias, a EDP tem cinzas volantes de carvão, gesso e escórias de carvão que perfizeram cerca de 92% do total de materiais residuais valorizados. Na Central de Sines, foi dada continuidade à saída para valorização das cinzas de fundo existente no aterro. No decorrer de 2019 foram retiradas 29.673 toneladas, o que representa uma redução de 2,4% do passivo ambiental do aterro e um proveito de 133 mil Euros.

96% DE TODOS OS MATERIAIS RESIDUAIS SÃO VALORIZADOS

60% SÃO SUBPRODUTOS

25% SÃO RECICLADOS

OS RESTANTES ENVIADOS PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA

Nas actividades de construção, operação e manutenção de instalações é privilegiada a reutilização e, no momento do descarte, é sempre procurada como primeira solução o seu encaminhamento para reciclagem. São estabelecidos contratos com operadores licenciados que encaminham os resíduos para destino preferencial de valorização. Uma gestão eficiente dos recursos ultrapassa a adequada eliminação dos resíduos e a sua incorporação no circuito económico promovendo a sua circularidade, sempre que possível. Esta gestão começa a montante, no desenho e na escolha dos materiais necessários ao adequado funcionamento da actividade.

Nas redes de distribuição tem-se vindo a promover a substituição de óleos minerais por óleos vegetais, com baixo nível de toxicidade e melhor capacidade de biodegradação, com resultados satisfatórios na mitigação do impacte ambiental. Também no sentido de minimizar fugas residuais ou por avarias, de gás hexafluoreto de enxofre (SF₆), privilegia-se a selecção de equipamentos que não contenham este gás.

Na gestão de transformadores com policlorobifelinos (PCB), para além de cumprir a legislação em vigor, utiliza as melhores práticas para identificação, despistagem e adequado tratamento final de resíduos com PCB. Em Portugal e Espanha as concentrações de PCB nos equipamentos contaminados são inferiores a 50 ppm e a data limite para a sua eliminação, definida em legislação e nos planos das respectivas empresas, é 2025. Na EDP Brasil, no Estado do Espírito Santo, as concentrações máximas de PCB são na ordem de 67,5 ppm, estando a sua eliminação total prevista para 2028.

Na EDP Renováveis, em 2019, devido à re-potenciação de um parque eólico em Espanha (Zas), 80 turbinas foram desmanteladas das quais 22 foram vendidas e as restantes entregues a um gestor autorizado para a sua recuperação. Para além disso, 30 pás, 30 powertrains e muitos outros componentes foram guardados para futuro uso próprio em parques com a mesma tecnologia.

Em Espanha, integrado no actual quadro legal, a empresa forma parte do Comité Técnico de Normalização para a Economia Circular, da Comissão Consultiva de Economia Circular, da qual fazem parte 40 entidades espanholas do sector público e privado. O objectivo é o de definir os requisitos, âmbito, guia e ferramentas para a implementação de projectos de economia circular, em todos os sectores de actividade.

Na actividade comercial, em Portugal, foi integrado como requisito contratual para fornecedores, a obrigatoriedade das empresas adjudicatárias serem capazes de demonstrar que nas suas actividades têm em atenção a redução de eventuais impactes ambientais adversos dos seus produtos e serviços durante todo o seu ciclo de vida, considerando factores como o consumo de energia, o uso de materiais e o tratamento de fim de vida. Paralelamente, em 2019, desenvolveu-se também uma análise de ciclo de vida aos Serviços Técnicos Casa Inteligente, que podem ser controlados ou influenciados pela organização.

PLÁSTICOS DE UTILIZAÇÃO ÚNICA

A utilização de produtos de plástico na EDP é maioritariamente industrial. Em 2019, a EDP produziu cerca de 523 mil toneladas de materiais residuais, dos quais apenas 0,02% são resíduos de plástico, salientando-se que, no Grupo EDP, 100% dos resíduos industriais de plástico (exclui Resíduos Sólidos Urbanos) são valorizados. No entanto, há ainda melhorias a implementar ao nível dos resíduos urbanos utilizados no Grupo.

Neste contexto a empresa assumiu o compromisso de eliminar 100% dos plásticos de utilização única em todo o Grupo EDP, até 2022.

Para garantir a implementação deste objectivo a abordagem da EDP foca-se:

- Na redução de consumo;
- Na procura de alternativas de substituição dando prioridade a soluções reutilizáveis;
- Num reforço da recolha selectiva;
- Numa maior sensibilização dos colaboradores.

Foram identificados cinco clusters de utilizações únicas de plástico em todo o Grupo EDP, estando desenhado para 2020 um plano interno para a sua eliminação ou substituição.

Activação da marca (brindes e eventos)

Copos (copos de água, copos e varetas de café)

Embalagens (embalagens de comida e talheres de refeitórios e cafetarias)

Material de escritório (sobre embalamento de economato e equipamentos)

Outros (sacos leves e mangas plásticas)

Um dos exemplos mais significativos do consumo de produtos de Plásticos de Utilização Única no Grupo são os copos de plástico utilizados nos edifícios EDP. Com o intuito de solucionar esta questão foi implementada recentemente a entrega de garrafas reutilizáveis aos colaboradores, que mostrou uma redução de consumo de materiais descartáveis de 59%. Esta medida será escalada para todo o Grupo em Portugal no início de 2020.

GESTÃO DA ÁGUA

A EDP compromete-se, ao abrigo da sua Política de Ambiente, a usar e gerir a água de forma sustentável em todos os processos, operações e instalações.

A água é um recurso fundamental para a actividade da EDP, particularmente para as centrais hidroeléctricas e termoeléctricas que dependem da sua quantidade e qualidade para uma operação adequada.

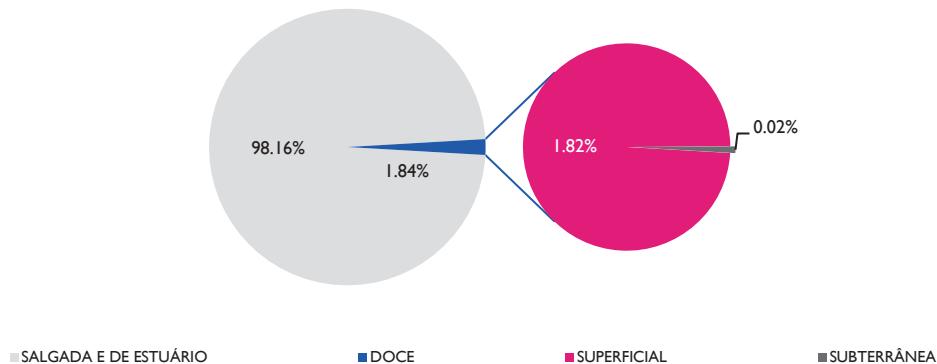
Ao contrário das restantes actividades da organização, o uso de água na produção hidroeléctrica não é considerado consumo. No entanto, a EDP monitoriza o volume de água gerido nestes activos, que atingiu os 157 milhões de metros cúbicos, -24% face a 2018. Este indicador depende fortemente do índice de produtibilidade hidroeléctrica que em Portugal, onde o portfólio hídrico é mais relevante, foi de 0,81 (contra 1,05 em 2018), 19% abaixo do ano hidrológico médio.

O consumo específico de água doce não sofreu alterações significativas em 2019 (-1% face a 2018). A redução da produção de electricidade a carvão e as medidas de redução de consumo de água em Pecém compensaram o aumento da produção de electricidade a gás natural.

Desde meados de 2017 que parte dos efluentes de Pecém têm sido reutilizados no circuito de refrigeração, como medida de redução do consumo de água na instalação. Em 2019 houve reutilização de 31,5% dos efluentes produzidos na central, diminuindo o consumo de água em mais de 21 mil m³ por mês.



Água captada por fonte (%)



A EDP monitoriza a potencial escassez, controla a qualidade da água e dos sedimentos, assim como o impacte da gestão deste recurso na biodiversidade, para o qual assegura actividades de minimização, como a libertação de caudais ecológicos, a transposição e transporte de peixes, e o apoio à pesquisa científica ligada a estas temáticas (ver “protecção da biodiversidade”, em baixo)

As centrais termoeléctricas de Pecém, no Brasil, e Castejón, em Espanha, estão localizadas em zonas de stress hídrico. A EDP utiliza o Aquaduct do World Resources Institute para uma avaliação da sua exposição ao risco hídrico à escala da bacia hidrográfica. É posteriormente conduzida uma análise local considerando informação quantitativa de instituições nacionais e a experiência das equipas internas operacionais relativa, por exemplo, à disponibilidade do recurso e aos usos concorrentes.

A EDP responde, desde 2010, ao CDP Water Security, onde descreve com detalhe as iniciativas em curso. Em 2019, a EDP atingiu o nível mais elevado do desempenho: A. O relatório pode ser consultado em www.edp.com.

PROTECÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Além dos compromissos específicos assumidos na Política de Ambiente da EDP, que visam mitigar um impacte com ganhos globais para a biodiversidade e aprofundar o conhecimento científico, a EDP compromete-se a “não construir novas instalações de produção em áreas que integram os Sítios Naturais da Lista de Património Mundial da UNESCO”, para garantir que continua a não ter presença nestes territórios, e estabelece ainda uma meta No Net Loss para todos os novos projectos com impactes residuais significativos, até 2030. Para tal, adoptou uma estratégia de hierarquia de mitigação disponível em www.edp.com.

Assim, no âmbito destes dois compromissos específicos para a biodiversidade, em 2019, destacam-se as seguintes acções desenvolvidas pela EDP:

EVITAR OU REDUZIR A PERDA DE BIODIVERSIDADE

CAUDAIS ECOLÓGICOS

Em Portugal, as barragens mais recentes foram inicialmente projectadas e construídas com dispositivos de libertação de caudais ecológicos (DLCE). No entanto, para as mais antigas, foi definido um plano faseado de implementação do Regime de Caudais Ecológicos (RCE), conjuntamente com a autoridade nacional (APA – Agência Portuguesa do Ambiente). Em 2019, foi dada continuidade às obras de construção dos DLCE conforme previsto e executado nos 18 programas de monitorização, os quais avaliam a eficácia dos caudais ecológicos em curso.

Em Espanha, a garantia dos caudais ecológicos estabelecidos por lei é um aspecto significativo em fase de operação e manutenção das centrais hidroeléctricas. Em 2019, foi dada continuidade às acções de adaptação prevista no Plano Hidrológico da Demarcação Hidrográfica do Cantábrico Ocidental 2015-2021, alcançando-se uma execução de 100% das mesmas.

PROTECÇÃO DA AVIFAUNA

Em Portugal, a EDP Distribuição:

- Iniciou a execução das acções previstas no Protocolo Avifauna VIII, onde se corrigiram 32,7km de linhas de distribuição em áreas de interesse de conservação. Desde o início dos Protocolos Avifauna (em 2003) já foram corrigidos 680 km de linhas de distribuição críticas;
- Participou como parceiro nos trabalhos ainda em curso do projecto Life Rupis (www.rupis.pt);
- Colaborou com a EDP Produção ao nível das medidas compensatórias do Aproveito Hidroeléctrico de Foz Tua. Em conjunto com a autoridade nacional (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas - ICNF) avaliaram, na relação custo/eficácia, as soluções tecnológicas de minimização de impacte mais vantajosas para a protecção da avifauna a aplicar às redes de média tensão em causa;
- Deu continuidade à colaboração no Projecto Life Lines, nomeadamente à correção de uma linha existente com "eco travessa", com vista a reduzir o impacte por redução do número de planos de colisão, para apenas um.

Em Espanha, decorrente do Decreto Real 1432/2008, das duas Comunidades Autónomas (Aragão e Astúrias), onde a EDP Espanha desenvolve a sua actividade de distribuição, apenas a de Aragão publicou as Zonas de Protecção de Aves do seu território, embora sem o respectivo inventário das linhas afectadas. Neste sentido, em 2019, a EDP Espanha desenvolveu um projeto-tipo para implementação dos trabalhos de adaptação das linhas críticas que vierem a ser identificadas pelos respectivos inventários, que aguardam publicação.

NOS GRANDES PROJECTOS



Em Portugal, ao nível das medidas compensatórias decorrentes do impacte dos aproveitamentos hidroeléctricos recentemente construídos, a EDP Produção deu continuidade aos trabalhos previstos para o Foz Tua e nos restantes executou acções de manutenção das medidas compensatórias já implementadas. Aqui, destaca-se a plantação de mais 4.000 zimbros (*Juniperus oxycedrus*) nas áreas de compensação dos Habitats Prioritários. Entre 2012 e 2019, a EDP Produção já plantou um total de 430.000 árvores e arbustos de espécies autóctones nos habitats das envolventes das barragens, distribuídos por 18 núcleos e abrangendo 19 concelhos.

Os Planos de Redução de Risco de Incêndio implementados no Baixo Sabor e Foz Tua têm-se evidenciado em excelentes casos de estudo na protecção dos habitats prioritários. Verificaram-se reduções de área ardida de habitats prioritários na ordem dos 86% no Baixo Sabor e 80% no Foz Tua. Estes dois Planos envolvem parcerias locais e gerem cerca de 1.100 parcelas de terrenos privados que protegem uma área total aproximada de 100 km².

No Brasil, um dos principais desafios que a EDP enfrenta na gestão do impacte na biodiversidade relaciona-se com a construção de linhas de transporte, que envolve, por exemplo, a limpeza de faixa de linha e a abertura de acessos. No total, foram limpos 102 km de faixas de linhas. Já na acção de mitigação dos impactes destaca-se o enriquecimento da vegetação com espécies arbóreo-arbustivas nativas, numa área de 26 hectares. Foram ainda desenvolvidas acções de acompanhamento monitorização de fauna e flora nas albufeiras e área envolvente e nas faixas de servidão da rede de distribuição e de transporte de electricidade em meio rural.

No âmbito do Programa de Recomposição Florestal da central hidroeléctrica de São Manoel, destaca-se, por exemplo, o programa de reflorestação de aproximadamente 1.175 ha, dos quais já foram executados 467,12 ha.

APROFUNDAR O CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Em cada um dos pilares de investigação da nova Cátedra EDP em Biodiversidade 2018-2021 (consultar www.edp.com), destacam-se as acções desenvolvidas em 2019, elencadas na página seguinte.



- Genómica ambiental - decorreu o teste de técnicas moleculares para detecção precoce de mexilhão-zebra (*Dreissena polymorpha*) e de espécies piscícolas através de ADN ambiental, contribuindo para aumentar o custo-eficiência dos sistemas de monitorização de espécies invasoras em albufeiras. Foram também desenvolvidas técnicas não destrutivas para extração de ADN em amostras de macroinvertebrados aquáticos, com fortes aplicações na monitorização ecológica de cursos de água;
- Mitigação de impactes de aproveitamentos hidroeléctricos - procedeu-se à identificação de refúgios ecológicos para anfíbios e para a toupeira de água (*Galemys pyrenaicus*) em situações de invasão por lagostins de rio, o que permitirá desenvolver abordagens mais custo-eficientes à mitigação de impactes de aproveitamentos hidroeléctricos. Foi também desenvolvida uma iniciativa de publicação na plataforma GBIF - Global Biodiversity Information Facility (www.gbif.org) de dados de biodiversidade recolhidos no âmbito das avaliações e monitorizações de impacte ambiental dos aproveitamentos hidroeléctricos do Baixo Sabor e de Foz Tua;
- Mitigação de impactes da rede de distribuição eléctrica - lançaram-se as bases para uma quantificação detalhada do resultado positivo das medidas de correcção dos apoios das linhas de distribuição de energia implementadas na dinâmica populacional e viabilidade de espécies ameaçadas de aves. Neste sentido, seleccionou-se a população de águia de Bonelli (*Aquila fasciata*) do sul de Portugal como caso de estudo, e iniciou-se a colheita dos dados necessários para desenvolver modelos demográficos para esta espécie.

Na parceria entre a EDP Produção e o polo nacional do GBIF, a EDP, em 2019, publicou mais 21 datasets de informação, num total de 33 datasets, com mais de 306.000 registos, já publicados. A EDP torna-se, assim, na maior contribuidora portuguesa para esta base de dados internacional e está a servir de exemplo a seguir no envolvimento de entidades privadas na partilha de informação e conhecimento (para mais informação consultar www.edp.com).

A EDP Brasil está a desenvolver um projecto de I&D em biodiversidade sobre a Valoração Ambiental e Análise de Impacto e da Dependência para o Sector Eléctrico, com o principal objectivo de desenvolver uma metodologia integrada para medir e valorar os impactes e dependências dos serviços ecossistémicos relacionados com as actividades da EDP Brasil. Em 2019, foram realizadas acções de identificação dos principais stakeholders e das dinâmicas de utilização dos serviços ecossistémicos pelas unidades de negócio.

PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO

As actividades de produção e distribuição de electricidade são as que apresentam impacte ambiental directo mais significativo.



As centrais termoeléctricas são abrangidas por exigentes licenças ambientais, que estabelecem monitorização em contínuo, tendo em conta os parâmetros e a sensibilidade do meio onde estão integradas. O impacte ambiental das emissões atmosféricas das centrais a carvão encontra-se minimizado através do uso de precipitadores electrostáticos para captação de partículas, processos de redução de óxidos de azoto (NO_x), tais como desnitrificação catalítica ou queimadores de baixo NO_x e, ainda, processos de dessulfuração (minimização do SO₂). Todas as centrais térmicas dispõem de processos de tratamento físico-químico das águas residuais, garantindo que são rejeitadas de acordo com os valores limite estabelecidos para cada parâmetro.

Na actividade de Distribuição as principais medidas de minimização de impacte são ao nível da integração paisagística de linhas aéreas, sistemas de retenção de óleos e barreiras acústicas para mitigação do ruído.

Foram investidos 88 milhões de Euros na melhoria de tecnologias, em iniciativas de prevenção e mitigação dos impactos ambientais decorrentes das operações. O aumento do valor investido em cerca de 28% face ao ano anterior, deve-se essencialmente ao investimento em construção e licenciamento dos lotes de transmissão no Brasil.

RESPOSTA A EMERGÊNCIA

Na adopção do princípio de precaução, e de acordo com os resultados das avaliações de risco ambiental, as instalações dispõem de planos de emergência para os diferentes cenários de risco aplicáveis. São realizadas acções de formação e sensibilização, sobre a actuação em emergência a colaboradores, prestadores de serviço e outros envolvidos tais como a comunidade local (quando aplicável). A capacidade de resposta a emergência é treinada e testada regularmente através de simulacros. No caso dos cenários de rotura de empreendimentos hídricos, ou de inundaçao, a entidade governamental coordena os exercícios, envolvendo a comunidade local e os resultados são integrados em iniciativas de melhoria por forma a manter a melhor resposta a emergência (pág. 140).

A EDP dispõe de procedimentos de identificação e tratamento de quase-acidentes com o objectivo de prevenir impactes negativos promovendo internamente a aprendizagem. Em 2019, foram registados 140 quase-acidentes ambientais e implementadas as respectivas medidas de prevenção, não se tendo registado acidentes com dano ambiental.

3.2.6. GESTÃO DE PESSOAS

Em 2019, foi criada uma nova unidade global de Pessoas e Organização no Grupo EDP, com o principal objectivo de antecipar e responder ao impacto que a transformação e crescimento global do negócio tem neste eixo. Em paralelo, desenhou-se o Plano Estratégico de Pessoas e Organização alinhado com o plano de negócio (Strategic Update), apresentado ao mercado em Março de 2019, e que veio dar seguimento aos resultados obtidos pelo anterior People Plan 16-20.

O novo modelo de Pessoas e Organização é alavancado através de uma estrutura tripartida. Por um lado, a People Experience Unit tem como foco a experiência do colaborador, a promoção da eficiência e em processos de gestão de pessoas, e a capacitação da força de trabalho para a *utility* digital. A Transformation & Talent Unit tem como prioridades a transformação cultural, a gestão de talento e a agilidade organizacional. Por último, a Universidade EDP tem como principal objectivo o desenvolvimento dos colaboradores para o contexto da *utility* digital.

PEOPLE EXPERIENCE UNIT	TRANSFORMATION & TALENT UNIT	UNIVERSIDADE EDP
<ul style="list-style-type: none">• Aumento Experiência do colaborador• Eficiência• Upskill para <i>utility</i> digital	<ul style="list-style-type: none">• Transformação cultural• Gestão de talento• Agilidade organizacional	<ul style="list-style-type: none">• Upskill para <i>utility</i> digital

O Plano Estratégico de Pessoas e Organização supramencionado tem como objectivo fomentar uma organização cada vez mais flexível e global através do desenvolvimento e a valorização contínua de todos os colaboradores, bem como o seu alinhamento com os valores e cultura da empresa, potenciando assim a criação das condições mais favoráveis ao contributo das pessoas EDP para o sucesso e sustentabilidade do negócio. O plano é constituído por cinco eixos – enabled organization, líderes e talentos preparados para a mudança, digitalização RH, força de trabalho global e capacitada e experiência do colaborador de referência.

O retorno do investimento das iniciativas estratégicas definidas no âmbito deste plano é medido através de três instrumentos chave – o People Scorecard (indicadores e métricas específicas das várias fases da experiência do colaborador), o estudo de clima e o reconhecimento e avaliações externas (como a certificação efr – Empresa Familiarmente Responsável e o Índice de Sustentabilidade Dow Jones - DJSI).

Em 2020, dar-se-á seguimento à execução das iniciativas previstas no Plano Estratégico de Pessoas e Organização, avaliando de forma contínua o impacto desta actividade em quatro dimensões: a nível operacional e dos processos, ao nível da experiência das pessoas EDP, ao nível da organização (através de instrumentos de gestão como o DJSI) e, por último, ao nível da sociedade, clarificando de que forma a vasta actividade destas áreas impacta e contribui para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.



ATRACTIVIDADE E RECRUTAMENTO

Com o objectivo de divulgar a proposta de valor do Grupo EDP, enquanto empregador a nível global, foi dado seguimento ao projecto Employee Value Proposition onde se estabelece uma proposta de valor robusta, credível e consistente com impacto na atractividade, designadamente no *employer branding*, comunicação externa, recrutamento e selecção.

Como resultado, foi reforçada a estratégia de atracção de talento, que se reflectiu numa presença digital cada vez mais diversificada e no desenvolvimento de iniciativas e parcerias com stakeholders externos, como as universidades e as “júnior empresas”.

A aposta contínua na rede social LinkedIn, permitiu alavancar algumas das iniciativas de *employer branding* que resultaram em cerca de 260.000 visualizações de vagas, após visita à página do Grupo EDP, e em mais de 130.000 visualizações directas à página, com um incremento de 53% de novos seguidores, pelo que a EDP continua a ser a empresa portuguesa com mais seguidores, tendo já ultrapassado os 200.000. A nível global, em 2019, o LinkedIn influenciou cerca de 50% do recrutamento.

Globalmente, em 2019 a empresa marcou presença em 18 Feiras de Emprego em Universidades, onde se estima que tenham sido impactados cerca de 18.000 alunos. De forma a orientar os jovens no seu percurso académico e profissional, foram realizados oito Open Days com a presença de 161 alunos que visitaram as instalações da EDP em várias geografias e contactaram com colaboradores das mais diversas áreas. Através de workshops e seminários foram ainda impactados 444 alunos universitários.

A nível de parcerias, foi aprofundada a relação de longa data com o CEMS – The Global Alliance in Management Education, desafiando os seus alunos com projectos inovadores, um dos quais foi considerado um dos cinco melhores projectos a nível mundial, e foi realizado um seminário leccionado pelo CEO da EDP Renováveis. O desenvolvimento da parceria com o Innoenergy – Knowledge Innovation Community, permitiu contactar 115 alunos das diversas áreas de energia no Game Changing Impact Challenge em Paris.

Em Portugal, a parceria Corporate Partners com a Spark Agency, resultou na participação de 32 colaboradores da EDP em 11 Pitch Bootcamps e de quadros directivos nas sessões de Lessons Learned, o que no total impactou 2.136 alunos, predominantemente das áreas de STEM (Science, Technology, Engineering and Mathematics) - 68%, business - 36% e ciências sociais - 5%. De destacar que no “Estudos das Empresas mais atractivas para se trabalhar em Portugal”, realizado pela Spark Agency aos alunos universitários nacionais, a EDP foi considerada a quarta melhor empresa para se trabalhar em Portugal. De referir a continuação da iniciativa Global Management Challenge com 41 participações de colaboradores e cinco trainees e o IST Management Challenge com duas Best Of Classes para 106 alunos. No Brasil, a Aliança pelos Jovens, um programa de estágio partilhado entre vários empresas, permitiu proporcionar experiências a 1.774 jovens.

Estas iniciativas e parcerias resultaram em 70.613 candidaturas nas diferentes geografias do Grupo, o que representa um crescimento de 17,5% face ao ano anterior.

Paralelamente, a EDP promove a aproximação dos candidatos ao mercado de trabalho e a criação de *pipeline* de recrutamento através de vários tipos de estágio, nas diferentes geografias. Durante o ano de 2019, a EDP proporcionou um total de 736 estágios:

	UN	PROFISSIONAIS	CURRICULARES	VERÃO	TOTAL
Portugal	#	278	109	42	429
Espanha	#	0	87	0	87
Brasil	#	40	94	0	134
América do Norte	#	0	0	0	0
Resto do Mundo	#	53	0	33	86

Em 2019, acolhemos os 30 participantes do EDP Trainee Program 4.0, que foram recrutados na sequência de uma campanha internacional, com um grande foco nos meios digitais e na experiência do candidato. Na fase de *onboarding*, que decorreu durante seis semanas, os trainees tiveram oportunidade de se conhecerem entre si, de conhecerem o negócio da EDP, de realizarem workshops que visaram o desenvolvimento de competências comportamentais e de serem acompanhados em sessões de grupo e individuais de *career counselling*. Tiveram oportunidade de desenvolver seis *business projects* durante cinco semanas, que consistiram na análise e construção de modelos de

negócio com o objectivo de dar resposta a casos reais da empresa. Após este período, cada *trainee* realizou duas rotações de seis meses cada, em diferentes áreas da empresa, em nove cidades de três continentes.

O Grupo EDP pretende que a experiência dos seus colaboradores, nas suas diferentes geografias e empresas, seja diferenciadora, existindo uma preocupação para que todos os momentos de interacção sejam positivos e marcantes. Assim, considerando que a fase de recrutamento é um dos primeiros contactos com futuros colaboradores, e tendo em conta a competitividade pelo talento no mercado, em 2019 foi desenvolvido um projecto para redesenhar o modelo de Recrutamento e Selecção. O projecto decorreu ao longo de três meses e foi composto por três fases, Discover, Design e Test & Plan, nas quais foram envolvidos os vários stakeholders intervenientes no processo e de onde resultaram alterações e guidelines globais com o objectivo de oferecer uma experiência positiva, inesquecível e diferenciadora aos candidatos com um processo globalmente alinhado, mais rápido, inteligente, digital e flexível. As recomendações deste projecto serão implementadas durante o ano de 2020.

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O Grupo EDP investiu, em 2019, mais de 3,7 milhões de Euros em cerca de 400.500 horas de formação interna e externa dos seus colaboradores, distribuídas por 4.980 acções de formação.

As várias acções de desenvolvimento, alinhadas não só com os desafios do negócio, mas também com as necessidades e expectativas dos colaboradores, dividem-se em quatro domínios principais:

	UN	COMPORTAMENTAL	CORPORATIVO	GESTÃO	TÉCNICO	TOTAL
Volume de formação	h/p	18.471	37.718	26.668	317.647	400.504
Formandos por domínio	#	3.126	15.152	1.979	52.181	72.438
Investimento por domínio	€	373.106	302.895	838.778	2.240.850	3.755.629

Considerando que o desenvolvimento é uma prioridade na gestão de pessoas no Grupo, existe um modelo de competências – Amplify – que tem como propósito alinhar o desenvolvimento dos colaboradores com os desafios estratégicos do Grupo. Este é um modelo que, ao mesmo tempo que amplifica as competências dos colaboradores, promove o seu auto-conhecimento e a auto-responsabilização pelo próprio desenvolvimento. Em todo o Grupo EDP, 2019 foi um ano de análise de competências, em que 9.455 colaboradores reflectiram sobre as suas competências mais e menos desenvolvidas, o que resultou na construção de Planos de Desenvolvimento Individuais (PDI). As acções de desenvolvimento identificadas pelos colaboradores nos seus PDI traduzem a relevância dada à aprendizagem através da experiência *on the job*, da resolução de problemas e da exposição a novas tarefas, responsabilidades e desafios, cujas acções representam 40% do total de iniciativas identificadas. No mesmo sentido, também a aprendizagem através da partilha de conhecimento e desenvolvimento de relações tem ganho mais relevância para os colaboradores, na medida em que constituem 21% das acções de desenvolvimento definidas.

No que diz respeito a projectos de desenvolvimento global, importa destacar o Your Board, uma nova iniciativa lançada no segundo semestre de 2019 com o objectivo de desafiar a organização a contribuir directamente para iniciativas estratégicas, alavancando o desenvolvimento individual dos participantes e trazendo novas perspectivas na tomada de decisão. Esta iniciativa conta com a participação de 18 colaboradores que, com o sponsorship de membros do Conselho de Administração Executivo do Grupo EDP, estarão focados na identificação, análise e construção de propostas concretas para resolução de alguns dos principais desafios estratégicos do Grupo EDP. Nesta primeira edição, o foco dos participantes, que serão divididos em dois grupos, será na área Comercial e na área de Pessoas e Organização. Em 2019, foi conduzido o processo de selecção para a identificação dos participantes que contou com 265 candidaturas, sendo de notar a relevante participação de colaboradores das empresas fora de Portugal (17% da EDP Renováveis, 18% da EDP Brasil e 8% da EDP Espanha). Os candidatos seleccionados, dedicarão 20% do seu tempo de trabalho, ao longo de um ano de mandato, ao Your Board.

De forma a acompanhar a transformação digital do negócio, foi desenhado um *roadmap* de upskilling digital, que tem como objectivo capacitar os colaboradores para um novo contexto, com novos desafios com o driver digital. Este *roadmap* prevê quatro possíveis níveis de proficiência em temas digitais, que implicarão ajuste e adaptação de conteúdos aos seus destinatários. Este upskilling arrancou com uma formação piloto, em Portugal, esperando-se que venha a ser global e que evolua para iniciativas que alavanquem a aprendizagem em contexto real e através de comunidades digitais.



Considerando que existem especificidades no que diz respeito às necessidades de desenvolvimento nos vários negócios do Grupo EDP, há diferentes programas e iniciativas desenvolvidos em 2019 que importa destacar neste âmbito.

Em Portugal, teve início a 8ª edição do Energizing Program, um Programa destinado a colaboradores com elevado potencial que procura reforçar e acelerar o desenvolvimento de competências estratégicas, contribuindo para que os colaboradores possam ser catalisadores da mudança, criando um impacto positivo na organização. O Energizing Program está desenhado segundo o modelo 70-20-10, incluindo conteúdos formativos relevantes e actuais, dando a oportunidade de participar num projecto transversal e num programa de *career counseling*, ao mesmo tempo que promove o *networking* entre os participantes. Esta edição conta com 30 participantes que foram identificados, pela primeira vez, através de candidaturas, tendo 263 pessoas manifestado interesse em participar no Programa, o que representa mais de 50% do público elegível. Os 30 colaboradores seleccionados têm representação de 33% de género feminino, na sua maioria (67%) têm uma antiguidade entre dois e cinco anos e representam sete empresas do Grupo EDP em Portugal. O Programa foi iniciado em Novembro, com o módulo Social Innovation Challenge, onde os participantes tiveram oportunidade de experienciar e reflectir sobre empreendedorismo social, com base na Política de Investimento Social do Grupo EDP. Este curso registou uma das apreciações globais mais positivas da Escola de Desenvolvimento de Directivos, em 2019: 4,4 (numa escala de 0 a 5).

Também em Portugal, foi redesenhado o Programa de *Mentoring Corporativo*, que tem como propósito promover relações de mentoría entre os colaboradores dos diferentes negócios do Grupo. O redesenho do Programa teve como principais objectivos: (1) reforçar a sua vertente *across business*, ou seja, potenciar relações de partilha e aprendizagem entre colaboradores de diferentes unidades de negócio; (2) revisitar a *pool* de mentores de forma a dar resposta a âmbitos específicos e emergentes no que diz respeito às relações de mentoría como o *reverse/across generation mentoring* ou o *across gender mentoring*; e (3) garantir um maior acompanhamento dos participantes através da promoção de momentos e iniciativas de partilha, no decorrer do Programa. Através do Plano de Desenvolvimento Individual, 68 colaboradores manifestaram interesse em participar neste Programa, enquanto mentorados, pelo que serão acompanhados por um mentor durante o período de um ano.

DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS

Tendo em conta o papel fundamental desempenhado pelos líderes do Grupo EDP, no dia-a-dia das suas equipas, há uma forte preocupação em promover o desenvolvimento das suas competências de gestão e liderança, treinando, inspirando e desafiando estes profissionais, no sentido de consolidarem o seu desenvolvimento pessoal e profissional. Em 2019, somaram-se 24.860 horas de formação destinadas ao desenvolvimento de liderança, que representaram um investimento de 763 mil Euros tendo-se contabilizado 1.788 participações. Neste âmbito destacam-se os seguintes Programas:

- Em Portugal, o Lead Now Program, que está já na sua 7ª edição, contou com a participação de 69 colaboradores. Este Programa, dirigido a novos líderes, procura desenvolver as competências de colaboradores que têm a responsabilidade de gerir pessoas, pela primeira vez, na EDP. O programa registou uma apreciação global bastante positiva, no ano de 2019: 4 (numa escala de 0 a 5). Importa ainda referir o Leading Others Program, que tem como objectivo consolidar ferramentas de gestão de pessoas, preparando todos os líderes para os desafios actuais e futuros do Grupo EDP. Contando com 79 participantes, esta sua segunda edição alcançou uma apreciação global bastante positiva de 4,2 (numa escala de 0 a 5);
- Na EDP Renováveis, decorreu a 4ª edição do Lead Now Program envolvendo 30 colaboradores que tiveram a oportunidade de identificar o seu estilo de liderança e desenvolver as competências e conhecimentos necessários para poderem desempenhar o seu novo papel de gestores de pessoas;
- A EDP Espanha lançou a 1ª edição do Bootcamp Leaders in Digital Transformation, um evento em que foi abordada a digitalização, de uma forma integrada, tendo em conta as pessoas, os negócios e a tecnologia. Esta iniciativa foi desenvolvida em formato *summit* e incluiu mesas redondas, apresentações, entrevistas, *pitches*, *stands* e *workshops*, tendo envolvido 204 colaboradores de todas as áreas de negócio da EDP Espanha;
- Na EDP Brasil, foram envolvidos 28 Líderes na formação Líderes que Inspiram e Transformam, realizada em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC), eleita como umas das 10 melhores escolas de educação executiva do Mundo. Este curso, composto por quatro módulos, teve como objectivo que os seus participantes repensassem o seu papel como líderes para a nova década, considerando as transformações do mundo e da sociedade. Esta formação focou ainda a importância do autoconhecimento e da valorização da diversidade e da sustentabilidade, como alavancas do desempenho das equipas e de inovação para o negócio.

MOBILIDADE ENQUANTO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO

O Grupo EDP privilegia um conceito de aprendizagem e de desenvolvimento alicerçado na partilha, na experiência e no saber fazer, de acordo com a ideia de que a maioria das competências e conhecimentos serão melhor apreendidos quanto mais o colaborador tiver oportunidade de os vivenciar, partilhar e colocar em prática. Por essa razão, e reforçando a linha de actuação de anos anteriores, o programa de Mobilidade do Grupo EDP – Switch - manteve-se como um dos pilares mais valorizados, quer pela política corporativa, quer pelos colaboradores, e como uma das mais eficientes ferramentas de desenvolvimento.

Para além da conotação óbvia com o desenvolvimento *on the job*, a mobilidade entre diferentes unidades de negócio da cadeia de valor, e entre múltiplas geografias, estimula outras dimensões fundamentais cada vez mais críticas para um negócio em constante mudança, como a colaboração e construção de redes formais e informais, a polivalência/transversalidade de perfis e a agilidade na adaptação aos desafios e construção de soluções.

Para estimular e facilitar a mobilidade enquanto ferramenta efectiva de desenvolvimento, foi lançada, em 2019, a plataforma online GROW, disponível para todos os colaboradores do Grupo e reunindo a totalidade das oportunidades dos vários negócios/geografias na componente de mobilidades de longo prazo, mobilidades de curto prazo (projectos de três a seis meses em *full-time* ou até 12 meses em *part-time*) e actividades colaborativas (até 40h e passíveis de serem lançadas por qualquer colaborador). Para além de facilitar a pesquisa e a tomada de conhecimento das oportunidades, que podem fazer mais sentido considerando os objectivos de desenvolvimento do colaborador, esta plataforma promove também a maior facilidade de contacto, quer entre os “donos da oportunidade” e potenciais candidatos, quer entre colaboradores, que podem encontrar quem no Grupo possui determinada competência ou experiência. Entende-se que, desta forma, se reforçam as condições para a criação de uma cultura de colaboração, experimentação e partilha de conhecimento, que de forma natural favorecerá a motivação e desenvolvimento dos colaboradores.

Em seis meses de funcionamento, e complementarmente à publicação de oportunidades de mobilidades de longo prazo, a plataforma GROW contou com 77 oportunidades publicadas (19 actividades e 58 projectos de curto prazo), e suscitou o interesse de mais de 6.400 utilizadores, com 26.500 visitas realizadas. Para as 77 oportunidades publicadas, obtiveram-se cerca de 400 candidaturas, com preponderância de candidatos das empresas portuguesas (60%) e distribuição mais ou menos equilibrada entre as restantes (EDP Brasil: 16%; EDP Espanha: 14%; EDP Renováveis: 10%).

Relativamente à movimentação de colaboradores dentro do grupo, numa lógica de potenciação de mercado interno para preenchimento de necessidades definitivas, no ano de 2019, realizaram-se no grupo 979 rotações, o que representou uma mudança funcional, de âmbito de actuação e/ou geográfica para 8% do universo de colaboradores. Destas, 237 foram mobilidades interempresas, onde se destaca a EDP Distribuição por ter integrado 38 colaboradores vindos de outras empresas do Grupo e a EDP Renováveis com 27 movimentos internacionais. No caso das movimentações de longo prazo intra-empresa, verificou-se a movimentação de 742 colaboradores, com destaque para a EDP Brasil com 312 colaboradores a preencherem oportunidades dentro da sua própria empresa.

De referir que do total dos 979 colaboradores que se movimentaram em 2019, 46% pertencem ao grupo de quadros superiores e 37% ao grupo dos técnicos, com predominância da geração Y (59%).

Por sua vez, no que se refere às mobilidades de curto prazo, para projectos e/ou necessidades específicas do negócio, de destacar o interesse por integrar projectos internacionais com 17 colaboradores a viajar para uma geografia diferente da sua.

Para 2020, pretende-se continuar a estimular nos colaboradores o gosto por formas diferentes de construção do seu crescimento pessoal e profissional. As potencialidades da plataforma GROW serão enriquecidas, reforçando também nas chefias a sua autonomia para encontrarem na imensa pluralidade dos colaboradores do Grupo, a combinação certa para se atingirem os melhores resultados em cada projecto ou desafio.

GESTÃO DE DESEMPENHO E RECONHECIMENTO

A forma como a empresa gera e reconhece a *performance* de cada colaborador está intimamente associada ao sucesso do Grupo EDP. Assim, e correspondendo ao *feedback* recebido através do estudo de clima, a empresa alterou o modelo de definição e avaliação de desempenho, por forma a criar uma relação mais estreita entre desempenho e compensação. Em 2018, no âmbito do processo de avaliação de desempenho, 99% dos colaboradores elegíveis, ou seja, colaboradores do Quadro Permanente com exercício efectivo igual ou superior a 6 meses, foram avaliados pelas suas hierarquias directas.



Em 2019, foi implementado um modelo global para o Grupo, sendo mais claro e transparente na forma como alinha objectivos e reconhecimento, que potencia a comparabilidade e a mobilidade de todos os colaboradores.

A definição dos objectivos anuais do Grupo, negócios e áreas, nos quais se verificava anteriormente uma predominância financeira, foi também alterada. O modelo da EDP Brasil (Metas com Propósito) serviu de referência para introduzir uma metodologia de definição de objectivos com uma perspectiva mais holística e alinhada com os grandes objectivos estratégicos, com base em seis clusters relevantes para o negócio: pessoas, accionistas, activos e operações, inovação e parcerias, ambiente e comunidades, e clientes.

Este modelo fomenta uma cultura de feedback contínuo, fundamental para suportar os desafios de negócio e o acompanhamento dos colaboradores, potenciando o seu envolvimento permanente com os objectivos e desempenho do Grupo.

De salientar também que, em alinhamento com as boas práticas de mercado, em 2019 foram realizados estudos e desenhados modelos que permitirão a implementação de um Programa de Incentivos de Longo Prazo (ILP) para Portugal, Espanha e EDP Renováveis (Espanha), aplicável a todos os colaboradores-chave da organização, à semelhança do que já vigora na EDP Brasil e na EDP Renováveis (América do Norte, Offshore e França). Pretende-se com isto incentivar a prossecução dos objectivos do Grupo, assegurando a retenção de colaboradores, respeitando as considerações legais, fiscais e o respectivo impacto financeiro.

COMPENSAÇÃO E BENEFÍCIOS

O Grupo EDP acredita que as políticas de reconhecimento exercem um papel fundamental na atracção e na retenção de talento. O Grupo pratica uma política remuneratória alinhada com as melhores práticas e realiza estudos de mercado anuais para garantir a competitividade das mesmas, bem como estudos de equidade interna. O Grupo EDP atribui a todos os colaboradores, em todas as geografias, um conjunto de benefícios alinhados com as necessidades dos colaboradores e associadas ao seu ciclo de vida e ao seu agregado familiar, nomeadamente o acesso a sistemas de protecção e cuidados de saúde complementares aos dos serviços públicos de saúde de cada país, planos complementares de reforma e seguros de acidentes pessoais e de vida.

De salientar ainda que existem também benefícios indexados aos Acordos Colectivos de Trabalho ou a planos flexíveis adaptados de acordo com a legislação de cada país.

Em Portugal, com o lançamento da nova plataforma para a gestão de benefícios (Benefits4all), foi possível proporcionar aos colaboradores abrangidos pelo Plano EDP Flex, uma gestão mais flexível do seu plano de benefícios e consultarem as medidas que a empresa coloca à sua disposição através do Programa Conciliar, tendo no ano de 2019 sido introduzidos novos benefícios. Para o ano de 2020, serão introduzidas melhorias significativas no Plano de Saúde do EDP Flex (com a possibilidade de o colaborador reforçar algumas coberturas do seu seguro de saúde), entre outros benefícios a que o colaborador poderá aceder através do Plano EDP Flex.

A EDP Espanha dispõe também de um plano de benefícios flexível, onde se incluem benefícios como tickets infância ou tickets restaurante, para além dos acima referidos. Em 2018, a EDP Espanha assinou o III Acordo Colectivo de Trabalho, incorporando novidades e melhorias nos benefícios à disposição dos seus colaboradores.

A EDP Renováveis, depois de uma análise efectuada durante o ano de 2019 ao ciclo de vida dos seus colaboradores (geração e situação familiar), oferece um pacote de benefícios adaptado às suas necessidades.

A EDP Brasil, entendendo a importância e relevância dos temas de saúde e bem-estar para todos os colaboradores e sociedade, criou, pela primeira vez em 2019, uma gestão específica e direcionada para Saúde Ocupacional e Assistencial. O programa Conexão Saúde engloba uma série de acções que integram a saúde física, mental e o bem-estar no trabalho, promovendo o acolhimento e o acompanhamento da jornada de saúde dos colaboradores e dos seus dependentes. Dentro das principais acções do programa – Segunda Opinião Médica, Campanhas de Saúde, Vacinação, Acompanhamento da Performance das Operadoras de Saúde Médica e Dental, Subsídio Medicamentos, Checkup Executivo – destaca-se o Dr. Saúde EDP, que, com o intuito de resgatar o modelo do Médico de Família, foca-se na prevenção de doenças e não apenas no seu tratamento.

RELAÇÕES LABORAIS

A EDP mantém uma relação construtiva e de colaboração junto das entidades oficiais e dos representantes dos trabalhadores – comissões de trabalhadores e sindicatos – de modo a intensificar a comunicação e a cooperação. O ano de 2019 foi pautado pela inexistência de

conflitos laborais. Esta relação é operacionalizada, em cada geografia, por equipas locais que garantem o contacto e a proximidade com aquelas entidades, comunicando, entre outras, as alterações organizacionais com impacto nos colaboradores, tanto aos próprios, como às suas estruturas representativas.

REPRESENTAÇÃO SINDICAL NO GRUPO EDP

No final de 2019, 37% dos colaboradores do Grupo EDP eram sindicalizados. Apurada relativamente ao número de colaboradores em cada geografia, a maior percentagem de sindicalizados verifica-se no Brasil e em Portugal, respectivamente com 48% e 43%, seguida de Espanha com 15%.

O número de colaboradores sindicalizados no Grupo EDP no final de 2019 caracterizou-se da seguinte forma:

Colaboradores sindicalizados por segmento populacional

SEGMENTAÇÃO	UN	ESPECIALISTAS	GESTORES	QUADROS DIRECTIVOS	TÉCNICOS	TOTAL
Percentagem de sindicalizados	%	5,6	1,0	0,5	29,7	36,8
Portugal	#	317	85	53	2.048	2.503
Espanha	#	42	12	0	198	252
Brasil	#	296	14	4	1.210	1.524
Total	#	655	111	57	3.456	4.279

ACTIVIDADE EM PORTUGAL

Em 2019, nas empresas do Grupo EDP em Portugal, que o subscreveram ou a ele aderiram, mantém-se vigente o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) outorgado no final de 2014.

Na relação com as estruturas sindicais, tem destaque a negociação relativa ao aumento da tabela salarial, em que foi possível, à semelhança dos anos anteriores, alcançar o acordo com todas as comissões negociadoras sindicais. Relevante ainda em paralelo a actividade de desenvolvimento de soluções para introdução de melhorias na aplicação da convenção colectiva, nomeadamente relacionados com a organização do tempo de trabalho.

Acompanhando as alterações legislativas, em particular as que concernem às condições de acesso à reforma por velhice, ao Código do Trabalho e as decorrentes do Orçamento de Estado com impacto na área laboral, foram realizadas mais de 88 reuniões com entidades oficiais, comissões de trabalhadores e sindicatos, para introdução, modificação ou extinção de normas ou procedimentos regulamentares decorrentes do enquadramento legal e no âmbito de revisão e actualização da regulamentação colectiva.

Na esfera de competência das relações laborais, foi ainda mantido o apoio a organizações de trabalhadores com fins recreativos, culturais e sociais, designadamente, o Clube do Pessoal EDP, Associação de Reformados e Pensionistas e a Associação de Dadores de Sangue.

ACTIVIDADE EM ESPANHA

O ano de 2019 caracterizou-se pela implementação das condições de trabalho estabelecidas no III Acordo Colectivo de Trabalho do Grupo EDP Espanha, relativas a tempo de trabalho e novos conceitos de retribuição, em cumprimento dos objectivos do novo acordo, bem como pela constituição e implementação das diferentes Comissões e Subcomissões de Assuntos Laborais.

Adicionalmente, foram celebrados vários acordos com os representantes sindicais relativamente ao registo diário do tempo de trabalho e a questões específicas complementares do texto do III Acordo Colectivo de Trabalho no que respeita ao pagamento de compensações financeiras de natureza extra-salarial por despesas de deslocação e compensação por deslocações em veículo próprio.

Destacam-se os avanços na digitalização com a criação de uma Biblioteca Sindical-RL, que unifica e simplifica as diferentes comunicações entre as estruturas sindicais e a Empresa e a redução do papel na formalização das alterações laborais que afectam os trabalhadores.



Em matéria laboral, destaca-se a reorganização na área da Produção, de Soto 3 e da EDP Cogeneración.

No ano 2019 consolidou-se a Paz Social, com a ausência de conflitos internos, greves e acções de pressão, no âmbito da EDP.

ACTIVIDADE NO BRASIL

No Brasil, apesar da instabilidade política e económica que ainda perdura no país, a empresa mantém processos de negociação com sete sindicatos distintos, que envolveram em média cinco reuniões mensais, além de reuniões bimestrais previamente programadas com os principais sindicatos. Nestas reuniões foram discutidos assuntos relacionados com Acordos Colectivos de Trabalho (vigência anual), Participação nos Lucros e/ou Resultados e demais reivindicações dos trabalhadores.

A EDP Brasil actuou activamente em temas laborais distintos, desde a elaboração diária de consultas envolvendo questões referentes às relações laborais e sindicais e aos clientes internos, bem como na actuação efectiva junto dos órgãos públicos (Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério Público do Trabalho).

A comunicação da evolução das negociações colectivas é feita, concomitantemente, pela EDP Brasil e pelos sindicatos, com o objectivo de esclarecer eventuais dúvidas, bem como demonstrar transparência no processo de negociação. Cumpre mencionar, também, que tais negociações colectivas são realizadas anualmente, conforme normas constantes na legislação laboral do Brasil.

CLIMA ORGANIZACIONAL

O clima organizacional é um indicador fundamental para o Grupo EDP, que reflecte o *feedback* dos seus colaboradores em relação ao desempenho da Companhia em matéria de gestão de pessoas. É um tema material para o Grupo, uma vez que traduz o envolvimento e compromisso (*engagement*) e a percepção de suporte organizacional (*enablement*) por parte dos colaboradores, aspectos que afectam directamente o seu bem-estar e produtividade.

O estudo do Clima Organizacional consiste na monitorização dos níveis de *engagement* e *enablement* dos colaboradores, que se concretiza através do lançamento de um questionário anual a toda a organização. De forma alternada, num ano é aplicado um questionário mais longo e exaustivo, e no seguinte um mais curto e de acompanhamento. A metodologia utilizada permite, através de uma plataforma digital, realizar análises da evolução anual dos indicadores, comparações internas, e comparações com o sector, mercado e empresas de elevado desempenho.

De acordo com o *benchmarking* internacional, e no que diz respeito às principais dimensões do clima organizacional, a EDP tem liderado o sector e está alinhada com as empresas com melhor desempenho do mercado global.

Não obstante os bons resultados, o objectivo do Grupo EDP é continuar a melhorar. Por este motivo, a gestão do clima não se esgota nos resultados do estudo, uma vez que estes dão origem à definição de planos de acção de melhoria a todos os níveis da organização: um plano corporativo, com iniciativas que endereçam temas transversais ao Grupo; e planos das empresas e áreas, através dos quais são implementadas medidas para a melhoria de temas específicos identificados no estudo.

No âmbito do plano corporativo decorrente dos resultados dos anos anteriores, durante o ano 2019, destaca-se o projecto relacionado com a flexibilidade nas formas de trabalhar. Este projecto procurou identificar novas possibilidades e opções relacionadas com o espaço e o tempo em que o colaborador EDP trabalha, em alinhamento com as melhores práticas de mercado. No final do ano, priorizou-se um conjunto de novas opções e benefícios que deverão ser implementados e testados durante o ano de 2020 por forma a analisar resultados em determinados contextos do Grupo EDP e, potencialmente, alargar as medidas a toda a população elegível em 2021. Estas novas medidas estão relacionadas com a possibilidade de trabalho remoto, novos benefícios de maternidade, de *time-off* e de licenças para projectos de voluntariado.

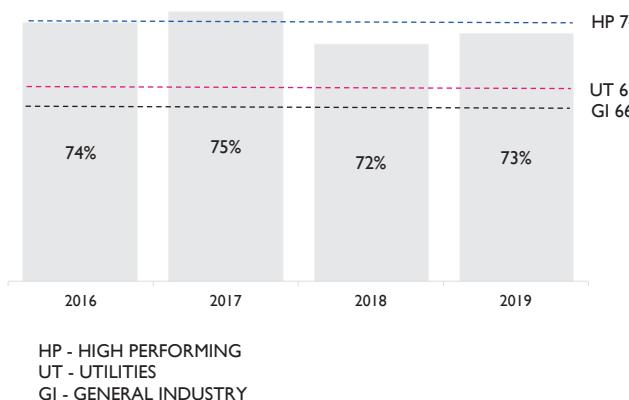
Em relação ao Estudo de Clima de 2019, tratou-se de um ano de estudo exaustivo das principais dimensões de *engagement* e *enablement*. Contou com a participação de 93% dos colaboradores do Grupo EDP, 10 pontos percentuais acima do mercado geral.

Verificou-se que 73% dos colaboradores se sentem envolvidos com a empresa (*engagement*), resultado que se encontra 7 pontos percentuais acima dos resultados obtidos pelo mercado geral e 6 pontos percentuais acima das *utilities*. Nesta dimensão destaca-se o

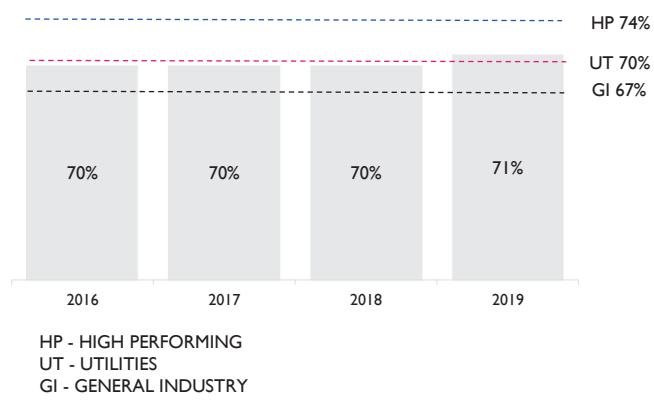
sentimento de orgulho dos colaboradores perante a empresa (83% de favorabilidade) e a recomendação enquanto empregador (81% de favorabilidade).

Em relação ao *enablement*, concluiu-se também que 71% dos colaboradores têm uma percepção de suporte organizacional elevada, valor este que também se posiciona tanto acima dos resultados obtidos pelo mercado geral (em 4 pontos percentuais), como acima das *utilities* (em 1 ponto percentual). Destaca-se, neste âmbito, a oportunidade que a empresa proporciona para que os colaboradores realizem tarefas desafiantes e interessantes (80% de favorabilidade).

Engagement (%)



Enablement (%)



ESTABILIDADE NO EMPREGO

O Estudo de Clima 2019 do Grupo EDP revelou que (82% dos colaboradores considera que, no contexto actual, a EDP proporciona estabilidade de emprego, tendo diminuído 3 pontos percentuais face a 2017. De acordo com o *benchmarking*, este resultado pontua 16 pontos percentuais acima da norma do mercado em geral.

MEDIDAS DE CONCILIAÇÃO E PROTECÇÃO SOCIAL

A EDP acredita que a conciliação entre vida profissional e familiar é fundamental para se conseguir empresas mais competitivas e uma sociedade mais justa, baseada na flexibilidade, no respeito e na igualdade de oportunidades.

A EDP possui um conjunto de iniciativas que visam fomentar o equilíbrio e conciliação nos diversos planos da vida dos colaboradores - profissional, familiar e social - que estão assentes no Programa Conciliar.

No ano de 2019, em Portugal, o Programa Conciliar, através das suas iniciativas, impactou directamente mais de 1.300 pessoas, entre elas 177 mães e pais, 26 avós e cerca de 220 filhos e netos de colaboradores. O programa conta com uma plataforma (Descontos Conciliar) com mais de 4.100 inscritos.

Por sua vez, a EDP Espanha implementou novas medidas e melhorias relativas à Conciliação, principalmente no que se refere à jornada de trabalho, ausências e outros benefícios.

O projecto Work Smarter da EDP Renováveis, implementado em 2017, traduziu-se num conjunto de directrizes para ajudar o colaborador a trabalhar de forma eficiente, maximizando a gestão de cada tarefa diária no que diz respeito à organização do trabalho, email, telefone e reuniões. Esta iniciativa de gestão do tempo pretende ajudar os colaboradores a preparar melhor o seu dia a dia, aumentando a sua produtividade e promovendo uma maior conciliação do trabalho com os outros planos da vida dos colaboradores.

Também existem as acções na EDP Brasil que têm o objectivo de promover maior equilíbrio entre vida pessoal e profissional, consolidadas pelo programa Conciliar, que estimula a adopção de hábitos saudáveis, com o incentivo à prática de desporto, lazer, cultura e qualidade de



vida. Esta iniciativa abrange, também, o Programa de Assistência Social, que em 2019 realizou 10,4 mil consultas, um aumento de 25% em relação ao ano anterior, o que demonstra mais confiança e satisfação com o programa, que tem consultas de assistência psicológica, inclusão social, jurídica e financeira, tanto para colaboradores, como para os seus dependentes, e ex-colaboradores já reformados.

Em 2011, tanto a EDP Espanha como a EDP Renováveis foram certificadas como Empresas Familiarmente Responsáveis pela Fundación Másfamilia. Em 2013, foi a vez da EDP Portugal. Desde então, a EDP tem trabalhado no desenvolvimento de medidas e políticas que promovam a conciliação e a igualdade, actuando em seis pilares que considera importante para a vida dos colaboradores:

- Apoio à família;
- Flexibilidade temporal e espacial;
- Desenvolvimento profissional e pessoal;
- Igualdade de oportunidades;
- Qualidade no local de trabalho;
- Liderança e estilo de direcção.

A EDP procura criar uma experiência positiva e diferenciadora ao longo das diferentes fases da jornada dos colaboradores no Grupo, através da promoção de uma cultura que atrai e potencia talento, que estimula o desenvolvimento pessoal e profissional, que reconhece e recompensa a excelência e o mérito, que valoriza a individualidade, e que cria um ambiente de bem-estar e de produtividade.

Em 2019, a EDP torna-se a primeira empresa portuguesa a conseguir o nível de "Excelência", tendo a Fundación Másfamilia renovado a certificação da empresa e distinguindo a EDP Portugal com este nível, reconhecimento dado pela primeira vez a uma empresa em Portugal e entre 26 empresas com este nível de certificação a nível mundial.

DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

O Grupo EDP, marcou o seu compromisso com a Diversidade & Inclusão (D&I) em 2013 com a aprovação de uma Política de Diversidade (disponível em www.edp.com), assente em quatro dimensões com objectivos específicos: Género, Gerações, Nacionalidades e Deficiência. Desde então, sob o mote “Somar diferenças é ganhar futuro”, compromete-se a garantir a promoção de uma cultura de diversidade e inclusão baseada no respeito pelo ser humano e na igualdade de oportunidades. Pretende-se que esta cultura esteja presente na identidade do Grupo EDP e na gestão dos seus colaboradores e que sirva como referência para a actuação interna e externa da organização.

Em 2019, deu-se continuidade a iniciativas decorrentes deste plano de acção e acompanharam-se os objectivos estratégicos como a representação feminina, a inclusão de colaboradores com necessidades especiais ou a diversidade de nacionalidades e gerações. Como preparação para 2020, e face aos desafios organizacionais, sociais e legais, deu-se início em 2019 à revisão e conceptualização de uma nova estratégia de D&I. Para este efeito, desenvolvemos um projecto de consultoria (*Consulting Lab*) com alunos de mestrado da Nova School of Business and Economics, possibilitando, por um lado, adquirir o conhecimento, as tendências e as práticas de vanguarda desta universidade e grupos de investigação e, por outro, possibilitar experiências relevantes do mercado de trabalho aos estudantes, desenvolvendo um desafio real da organização. Este projecto em específico teve o objectivo de rever o *business case* da D&I do Grupo EDP, assim como o processo de recrutamento inclusivo, desenvolver um modelo de medição da inclusão e identificar potenciais iniciativas de promoção da D&I no Grupo EDP.

Considerando os indicadores de diversidade que o Grupo EDP acompanha periodicamente, em 2019, e em matéria de diversidade de género, o número de mulheres aumentou 0,5% face ao ano anterior, representando actualmente 25% do total de colaboradores do Grupo. A presença de mulheres em cargos de gestão manteve-se nos 25%, praticamente igual ao ano anterior, contribuindo para a meta de 27% de representação feminina que o Grupo EDP definiu para 2022.

Em termos geracionais, verificou-se um aumento de 3,5 pontos percentuais na representatividade da geração Y, que representa actualmente cerca de 45% da organização e que se deve, em parte, à semelhança do ano anterior, ao esforço de recrutamento realizado e também aos colaboradores que se reformaram, sendo que a geração Baby Boomers está agora representada em cerca de 21% na organização. A geração X continua com uma representatividade de 31,7%, mantendo-se estável face ao ano anterior. A geração Z (nascidos a partir de 1996) registou um aumento de 1,1 pontos percentuais face a 2018, representando actualmente 2,1% de toda a organização.

Com o foco na diversificação em termos de nacionalidades, o Grupo conta actualmente com 44 nacionalidades diferentes, registando o mesmo número de nacionalidades face ao ano anterior. Esta representatividade continua a ser resultado do desenvolvimento de iniciativas de atractividade mais globais, através de canais e estratégias de recrutamento digitais.

A EDP conta actualmente com 1,4% colaboradores com necessidades especiais, mantendo a meta de 2% de incorporação de pessoas com necessidades especiais a nível de Grupo até 2022.

INICIATIVAS DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Com o intuito de contribuir não só para o desenvolvimento da cultura da empresa, em matéria de diversidade e inclusão, mas também para os seus objectivos específicos, em 2019 foram desenvolvidas iniciativas nos vários negócios e geografias onde a EDP opera.

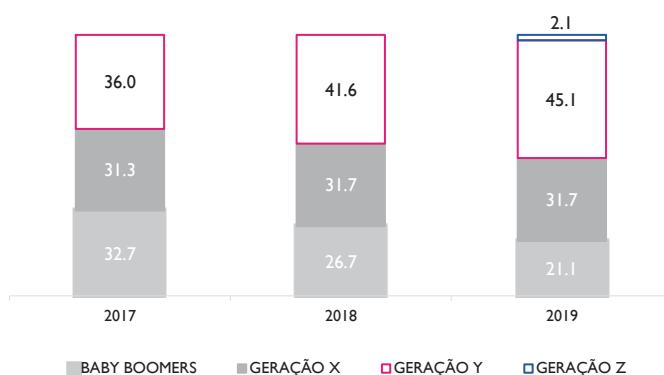
Em Portugal, no ano de 2019 deu-se continuidade à formação em “Enviesamento Inconsciente”, com o objectivo de despertar os colaboradores para a noção de que, muitas vezes, na gestão do dia-a-dia e face à constante necessidade de tomarmos decisões, podemos construir enviesamentos inconscientes na forma de estereótipos e preconceitos. Tomar e aumentar a consciência destes processos, leva a uma maior compreensão dos benefícios da diversidade, na forma como integramos a diferença e promovemos as mesmas oportunidades para todos na vida e na organização. No 4º trimestre, realizaram-se um total de 18 sessões para cerca de 284 colaboradores: 11 sessões de formação dedicadas a cerca de 184 colaboradores com responsabilidade de liderança e gestão de equipas e 7 sessões para 100 colaboradores em Portugal, totalizando 1.136 horas de formação, com mais de 90% satisfação. Desde o lançamento desta iniciativa no Grupo EDP em 2016, já participaram mais de 1.800 colaboradores.

Foi publicado o Plano para a Igualdade de Género, que pretende servir o propósito de divulgar o conjunto de medidas adoptadas pela EDP nos termos do Guião para a Elaboração dos Planos para a Igualdade anuais, elaborado à luz do disposto no Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de Junho, pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, em Portugal.

No âmbito do compromisso para a igualdade de oportunidades para com pessoas com necessidades especiais, desenvolveu-se uma projecto-piloto em conjunto com a Associação Salvador para o acompanhamento e mentoria de 6 candidatos da associação por parte de 10 profissionais das áreas de recursos humanos do Grupo EDP, em Portugal. Este projecto de voluntariado esteve orientado para o desenvolvimento de competências e sensibilização de colaboradores das áreas de RH, tendo em vista o acompanhamento e capacitação de candidatos, da Associação Salvador, na sua preparação para a entrada no mercado de trabalho. Como forma de reforçar o seu compromisso na promoção do respeito pela igualdade de oportunidades, para todos os seus colaboradores e potenciais colaboradores, a EDP marcou presença no 1º Fórum para o Recrutamento Inclusivo promovido pelo ISCTE-IUL, com o objectivo de promover a discussão e partilha de ideias, práticas, desafios e testemunhos sobre a igualdade de oportunidades na área do emprego e inserção profissional de pessoas com deficiências e necessidades especiais.

Destaca-se também que, no seguimento da constituição da Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão (APPDI) em finais de 2018, a EDP desenvolveu, durante o ano de 2019, o seu papel enquanto Presidente da Direcção. A APPDI foi criada com o intuito de promover a diversidade e inclusão nas diversas organizações, e na sociedade portuguesa em geral, cooperando com as instituições nacionais e

Gerações no Grupo EDP (%)



europeias relevantes para a prossecução das suas actividades assim como garantir a sustentabilidade e desenvolvimento da Carta Portuguesa para a Diversidade.

Em alinhamento com a estratégia de atraktividade e recrutamento do Grupo EDP, demos continuidade à iniciativa Inspiring Career Camp onde recebemos 10 alunas do ensino secundário com orientação vocacional para as áreas de engenharia, convidando-as a participar num workshop sobre *agile*, MVP e novas formas de trabalhar, e a conhecer a realidade e o percurso de vida profissional de colaboradoras EDP que desempenham funções nas áreas técnicas e de engenharia. Esta iniciativa incluiu a visita ao Centro de Despacho da EDP em Lisboa, onde puderam conhecer as profissionais, mulheres, que desempenham funções nesta área tão crítica do negócio da EDP.

Em linha com o posicionamento estratégico do Grupo para a Igualdade de Género, demos também continuidade à nossa parceria com a Associação GirlMove, uma organização que pretende impactar a vida de jovens e mulheres moçambicanas e dar-lhes acesso a um ensino de qualidade. Pelo terceiro ano consecutivo recebemos uma jovem para realizar o seu Estágio de Vida, no âmbito do programa Change, desta associação. Este programa de liderança e empreendedorismo social é direcionado a mulheres moçambicanas, licenciadas ou mestres, com elevado potencial de liderança e vontade de fazerem parte da mudança do seu país, marcado pelos altos números de mães adolescentes e solteiras.

A EDP Brasil, iniciou, em 2018, a primeira Escola de Electricistas exclusiva para Mulheres, uma iniciativa pioneira no sector eléctrico e que ilustrou o compromisso do Grupo EDP com a promoção da igualdade de oportunidades entre géneros. A 1^a Edição, ainda em 2018, contou com 16 alunas, com uma taxa de cerca de 94% de alunas formadas. A 2^a edição contou com 16 alunas e uma taxa de alunas formadas de 100%. Das 31 alunas formadas, cerca de 32% foram contratadas pela EDP Brasil.

Também na EDP Brasil, o grande destaque do ano de 2019 foi o lançamento do Programa de Inclusão & Diversidade com o objectivo de fortalecer a cultura e princípios da EDP e contando com a participação dos seus colaboradores. Uma iniciativa transversal com foco em seis pilares estratégicos: Género, Raça, LGBTI+, PCD (Pessoas com Deficiência), Gerações e Culturas & Espiritualidades – para os quais foram criados grupos de afinidade, onde os colaboradores se podem inscrever como agentes e participar activamente na construção e implementação do plano de acção desse grupo. Neste âmbito, realizou-se a Semana da Diversidade, organizada pelos colaboradores envolvidos nos Grupos de Afinidades, que ocorreu em 7 localidades da Empresa, envolvendo cerca de 2.000 colaboradores da EDP Brasil com várias palestras e workshops de diversos temas alinhados com os seis pilares. A EDP Brasil aderiu também ao Programa Empresa Cidadã, tendo prorrogado por sessenta dias a duração da licença de maternidade e por quinze dias, a duração da licença de paternidade. Durante todo o ano, cerca de 40 colaboradores, participaram em várias iniciativas de voluntariado relacionado com os temas de D&l, nas associações “Eternamente Meu” (uma casa de idosos LGBT) e “Estou Refugiado”.

A EDP Renováveis, o negócio do Grupo EDP com maior representatividade do género feminino, com 30,5% (5,4% acima do Grupo), deu continuidade, no último trimestre de 2019, ao projecto “Mujer e Ingeniería” em parceria com a Real Academia de Ingeniería de España. Este projecto tem o objectivo de apoiar jovens estudantes na consciencialização e conhecimento dos percursos profissionais técnicos, como a área das engenharias, através de um Programa de Mentoring de sete meses (Dezembro de 2019 a Junho de 2020). Neste projecto, colaboradoras da EDP Renováveis irão acompanhar um conjunto de jovens engenheiras no seu último ano de mestrado, aconselhando-as sobre o mundo corporativo e o mercado laboral.

Já a EDP Espanha, em 2019, renovou o seu compromisso com a igualdade de género no âmbito do Directorio de Empresas Comprometidas con la Igualdad promovida pelo Ayuntamiento de Gijón. No âmbito da promoção do desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres, a EDP Espanha apoiou duas iniciativas de *Mentoring*. O Programa STEM Talent Girl Asturias, iniciado em 2018, dirigido a jovens de 13 e 14 anos com o objectivo de inspirar e fomentar a sua proximidade às áreas STEM, áreas de alto potencial para empregabilidade futura, no entanto, ainda com uma clara sub-representação do género feminino. Em 2019, o programa contou com 20 jovens mentoradas. Em 2019, a EDP Espanha realizou também uma parceria com a Aemener (*Asociación española de mujeres de la energía*), apoiando um programa de mentoria a mulheres estudantes e profissionais do sector energético com o objectivo de impulsionar os seus percursos profissionais e apoia-las a alcançar os seus objectivos e maximizar a sua aprendizagem.

Ainda em 2019, a EDP Espanha lançou uma plataforma digital, Sincronizadas EDP, que nasceu com o objectivo de conectar mulheres atletas amadoras que desejam sair para correr como forma de promover o desporto feminino, sentindo-se mais seguras, a qualquer hora e em qualquer lugar. Em 2019, registaram-se 4.650 novas corredoras, totalizando entre 2018 e 2019 cerca de 11.823 mulheres. Em 2019, organizaram-se 728 corridas, 15 das quais directamente organizadas pela EDP.

A Nossa Prática



EDP DISTINGUIDA COMO EMPRESA FAMILIARMENTE RESPONSÁVEL

CERTIFICAÇÃO EMPRESA FAMILIARMENTE RESPONSÁVEL (EFR)

A EDP é a primeira empresa portuguesa a ser distinguida com o nível de excelência (A) como empresa familiarmente responsável, recebendo o certificado efr da Fundación Másfamilia. A EDP tem vindo, ao longo dos anos, a implementar diversas medidas de conciliação entre a vida pessoal e profissional, para os colaboradores da empresa. No total, são cerca de 150 iniciativas, que promovem um equilíbrio fundamental ao bem-estar de todos os que trabalham na EDP. Actualmente, a EDP promove a conciliação através de seis pilares:

- Apoio à Família;
- Desenvolvimento Profissional e Pessoal;
- Flexibilidade Temporal e Espacial;



- Igualdade de Oportunidades;
- Qualidade no Local de Trabalho;
- Liderança e Estilos de Direcção.

Em virtude da aplicação das medidas de conciliação no seu negócio, o Grupo EDP foi distinguido internacionalmente pelas suas boas práticas neste âmbito:

- **2006/2007 – a EDP ganha o 1º prémio da AESE/Deloitte**, sendo reconhecida como uma das empresas mais familiarmente responsáveis em Portugal;
- **2011 – a EDP Espanha e a EDP Renováveis obtêm a certificação de Empresas Familiarmente Responsáveis** pela Fundación Másfamilia;
- **2013 – a EDP S.A., em Portugal, obtém a certificação efr;**
- **2016 – a empresa alcança o 12º lugar no índice Thomson Reuters for D&I**, entre 100 organizações de todo o mundo;
- **2017 – a EDP é reconhecida nos European Excellence Awards**, vencendo a categoria “Diversity Management”;
- **2019 – a EDP obtém o nível de “excelência” da certificação efr**, tornando-se a primeira empresa portuguesa a obter esta distinção.

O contexto económico e laboral cada vez mais concorrencial e competitivo é potenciador de desequilíbrios ao nível da saúde física e mental e contribui para a perda de motivação profissional e de produtividade, absentismo e diminuição da qualidade de vida. Este é o motivo pelo qual cada vez mais as organizações estão sensíveis ao impacto deste desafio e investem em acções para promover o bem-estar dos seus colaboradores e uma melhor conciliação entre as várias vertentes da sua vida.

A certificação efr – Empresa Familiarmente Responsável, é uma metodologia que pretende dar resposta às questões relacionadas com a conciliação da vida familiar e laboral, promovendo o desenvolvimento de competências profissionais, apoiando a igualdade de oportunidades e a inclusão. Mais do que uma certificação, é um modelo de gestão assente na medição de indicadores e promoção de medidas, que visam responder a uma cultura organizacional cada vez mais baseada na flexibilidade, conciliação e equilíbrio.

As medidas de conciliação apresentam um potencial de vantagens tanto para os colaboradores como para as empresas:

PARA OS TRABALHADORES:

- Aumenta o seu nível da satisfação;
- Melhora o seu desempenho profissional;
- Favorece a gestão de tempo e o estabelecimento de prioridades;
- Melhora a disponibilidade emocional e temporal familiar.

PARA AS EMPRESAS:

- Contribui para uma maior dedicação e compromisso dos colaboradores;
- Diminui os níveis de absentismo e aumenta os níveis de productividade;
- Promove a atracção e retenção de talento;
- Valoriza a imagem corporativa;
- Promove a redução dos conflitos laborais.

Na continuidade dos resultados obtidos, a EDP pretende ir mais além, estabelecendo os seguintes objectivos para o triénio 2019-2021, em Portugal:

- Promover uma cultura de conciliação e igualdade na EDP;
- Auscultar a organização e ajustar as medidas de conciliação de acordo com as necessidades;
- Implementar melhorias no actual modelo de gestão efr;
- Alargar a cultura de conciliação e igualdade à cadeia de valor da EDP.

3.2.7. ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE

Com o objectivo de desenvolver as suas actividades de negócio e, simultaneamente, satisfazer as necessidades das comunidades onde opera, o Grupo EDP promove o envolvimento com as comunidades locais e a sociedade numa perspectiva de criação de valor partilhado, capitalizando os seus pontos fortes, a sua marca e os seus colaboradores de forma a maximizar o impacto na sociedade e obter “licença social para operar”.

A empresa promove o envolvimento activo e transparente com os stakeholders locais, suportado pela sua Política de Relacionamento com Stakeholders (disponível em www.edp.com), com o objectivo de gerir os seus impactos e reforçar os efeitos positivos da sua actividade, através da construção de parcerias e de relações contínuas e duradouras. Através desta política, o Grupo pretende criar valor para as várias partes interessadas, em todas as suas geografias, definindo quatro grandes compromissos orientadores: Compreender, Comunicar, Confiar e Colaborar. Através destes compromissos, a EDP procura superar o simples cumprimento dos requisitos formais da legislação, contribuindo assim para um envolvimento eficaz e genuíno dos seus stakeholders.

O Grupo EDP ajuda as comunidades locais e as sociedades onde está presente a abordarem as suas prioridades de desenvolvimento através de contribuições financeiras e não-financeiras. O investimento social da EDP está alicerçado na Política de Investimento Social (disponível em www.edp.com) que aplica os princípios e metodologias referidos nos seguintes documentos:

- ISO 26000 – Responsabilidade Social Empresarial;
- Princípios de Investimento Social – Nações Unidas;
- Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Nações Unidas;
- Directrizes da Global Reporting Initiative (GRI);
- LBG – Measuring Community Investment.

INVESTIMENTO VOLUNTÁRIO NA COMUNIDADE

Voluntariamente, a EDP promove programas de investimento social, como forma de contribuir activamente para o desenvolvimento sustentável da sociedade e cumulativamente afirmar a sua visão estratégica. Os programas visam satisfazer necessidades sociais e, simultaneamente, endereçar necessidades e temas centrais do negócio, criando valor para os stakeholders e para o Grupo EDP.

A Política de Investimento Social do Grupo EDP, estabelece as prioridades estratégicas das contribuições para a comunidade, através de quatro objectivos:

- Promover o acesso à cultura e à arte e proteger o património cultural;
- Promover a inclusão social e a adopção de modos de vida sustentáveis, valorizando a inclusão energética e o acesso à energia;
- Proteger o património natural e a biodiversidade;
- Promover a eficiência energética, a energia renovável e a descarbonização.

O Grupo EDP materializa a sua Política de Investimento Social através de programas e actividades de Responsabilidade Social, assentes em iniciativas próprias e colaborativas, donativos e voluntariado. A sua execução, contribui para o compromisso da EDP com os ODS, nomeadamente com os ODS5, ODS7, ODS8, ODS9, ODS11, ODS12, ODS13, ODS15 e ODS 17 (mais informação disponível em www.edp.com).



APLICAÇÃO DA METODOLOGIA LBG

A EDP avalia os projectos em que se envolve, no âmbito do seu investimento voluntário na comunidade, através da metodologia internacional LBG (Measuring Community Investment). Com a utilização deste modelo, a EDP promove a divulgação estruturada das suas decisões e possibilita a reflexão sobre os resultados e benefícios para as comunidades.

Em 2019, o investimento voluntário global da EDP foi cerca de 26 milhões de Euros na comunidade, tendo contribuído para projectos de 2.490 entidades. De acordo com a metodologia LBG, 87,3% deste investimento foi estratégico, 6,5% não estratégico e 6,2% correspondente a iniciativas comerciais. Em termos do tipo de contribuição, 81,7% dizem respeito a donativos monetários às entidades beneficiárias, 15,9% a donativos em espécie e 2,4%, correspondem a 561.821 Euros em tempo de trabalho dos colaboradores EDP, que participaram em iniciativas de voluntariado.

Desde 2015, o valor acumulado do investimento voluntário na comunidade por parte do Grupo EDP ascende a 136 milhões de Euros, em linha com o compromisso estabelecido para alcançar a meta de 200 milhões de Euros em 2022 (ver tabela na pág. 192).

PROGRAMAS DE INVESTIMENTO SOCIAL

O Grupo EDP avalia os seus programas e projectos de investimento social não só através da metodologia LBG, mas também quanto à sua contribuição para os objectivos estabelecidos na Política de Investimento Social. Em 2019, a EDP apoiou, através do seu investimento voluntário na comunidade, vários programas e projectos que contribuíram para cada um dos quatro objectivos da sua Política de Investimento Social:

OBJECTIVO A - PROMOVER O ACESSO À CULTURA E À ARTE E PROTEGER O PATRIMÓNIO CULTURAL

O Grupo EDP promove continuamente o acesso à arte e à cultura, através das suas Fundações. Por outro lado, apoia projectos de valorização e protecção do património cultural das comunidades locais que se encontram na proximidade das suas infra-estruturas. Para além de contribuir para a preservação da memória colectiva e da identidade cultural destas comunidades, estes projectos fomentam a criação de emprego e de oportunidades de turismo sustentável nestas comunidades.

Arte e cultura

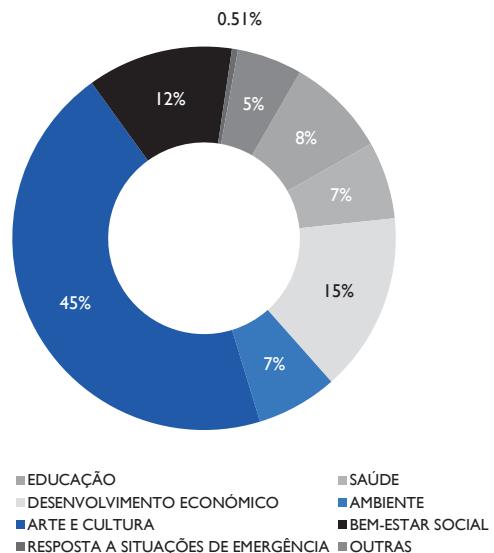
A Fundação EDP, a Fundación EDP e o Instituto EDP desenvolvem actividade mecenática em Portugal, em Espanha e no Brasil, respectivamente, apoando projectos de várias instituições na área das artes plásticas, dança, música, arquitectura, design, educação artística e projectos editoriais. Em 2019, em Portugal, destacam-se projectos culturais como a Companhia Nacional de Bailado, a Fundação Casa da Música, a Fundação Serralves, a Fundação Arpad Szenes – Vieira da Silva e a Orquestra Sinfónica Juvenil. Em Espanha, destacam-se os apoios à Fundación Kursaal, à Fundación Princesa de Asturias, à Ópera de Oviedo e ao Museo Artium. Por sua vez, no Brasil, destacam-se os apoios ao Instituto Tomie Ohtake, à Orquestra Contemporânea Brasileira da Associação dos Amigos da Arte, à Orquestra de Câmara da Universidade de São Paulo e à organização da Festa Literária do Paraty.

Em especial, a Fundação EDP oferece um impulso cultural à cidade de Lisboa, através do MAAT - Museu de Arte, Arquitectura e Tecnologia - ao apresentar exposições nacionais e internacionais com o contributo de artistas, arquitectos e pensadores contemporâneos. Este museu alberga ainda a Coleção de Arte da Fundação EDP.

Património cultural

Em 2019, destacam-se a conclusão das obras do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, Brasil e o programa Tradições da EDP Produção, em Portugal.

Investimento social por natureza (%)



Em 2015, um incêndio atingiu o Museu da Língua Portuguesa. Desde então, a EDP tem sido o patrocinador principal das obras de reconstrução que envolvem a completa recuperação arquitectónica e readequação dos seus espaços internos. Em 16 de Dezembro de 2019, foi oficializada a entrega das obras de restauro e o museu reabrirá em Junho de 2020.

O programa Tradições baseia-se num concurso que pretende maximizar o retorno social através do apoio a tradições da cultura popular, dinamizando uma reflexão sobre a cultura como forma de preservar a memória colectiva, bem como a produção de bens culturais e a sua divulgação a novos públicos. Em 2019 este programa apoiou nove projectos em Portugal, com um investimento de mais de 100 mil Euros.

OBJECTIVO B - PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL E A ADOPÇÃO DE MODOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS, VALORIZANDO A INCLUSÃO ENERGÉTICA E O ACESSO À ENERGIA

A EDP, enquanto empresa do sector energético, valoriza o apoio a organizações do terceiro sector que desenvolvem projectos de acesso à energia em países com comunidades que apresentam baixa cobertura de rede eléctrica, que visam o combate à pobreza energética e que promovem a segurança das comunidades no acesso à energia.

Por outro lado, o Grupo EDP apoia iniciativas que visam o desenvolvimento de competências e que fomentam o empreendedorismo nas comunidades da sua área de influência, promovendo desta forma a empregabilidade de pessoas pertencentes a grupos mais desfavorecidos da população. Reconhecendo que a limitação em termos de competências não afecta apenas as pessoas, mas também a capacidade de actuação das empresas e organizações, a EDP desenvolve ainda programas orientados para o fortalecimento das competências de gestão das organizações do terceiro sector, permitindo-lhes reforçar o seu impacto social.

A proximidade com os grupos mais desfavorecidos das comunidades é também uma preocupação da EDP. Neste âmbito, o Programa de Voluntariado do Grupo EDP representa um pilar fundamental no apoio a projectos que promovem a dignidade humana e a inclusão social, em estreita colaboração com as organizações do terceiro sector.

Inclusão energética

Desde 2009, o Grupo EDP tem investido em projectos de acesso à energia (A2E), que beneficiaram mais de 20.000 pessoas em países com baixo acesso das populações à rede eléctrica. Em 2019, destacam-se os projectos levados a cabo no Quénia, Tanzânia, Moçambique e Malawi, que contaram com um apoio do fundo A2E no valor de 450 mil Euros (ver história Fundo A2E na página 117).

De forma a endereçar o problema da pobreza energética, o Grupo EDP promove vários programas com foco na implementação de medidas de eficiência energética e na sensibilização sobre o uso responsável da energia que permitem reduzir a factura energética das famílias e ONGs e modificar os seus hábitos de consumo.

Um exemplo é o programa Energia Solidária que tem como objectivo aumentar a segurança, o bem-estar e a eficiência energética das famílias mais desfavorecidas e dos centros de entidades das ONGs com as quais colabora a Fundación EDP. A participação das áreas de negócio da EDP, assim como de voluntários que realizam as tarefas de suporte administrativo e de formação, é fundamental para desenvolver este programa. Desde 2015, a Fundación EDP já investiu 700 mil Euros e beneficiou mais de 60 mil pessoas com este programa.

Em 2019, destacam-se também programas orientados para a melhoria das condições habitacionais e de conforto térmico de famílias e instituições, como por exemplo o programa de voluntariado de reabilitação em parceria com a associação Just a Change, em Portugal e o programa Closer2You, da EDP Renováveis, no Brasil e na Roménia.

A EDP desenvolveu ainda o programa Energia Segura no Brasil, orientado para a sensibilização das populações sobre os riscos associados à rede eléctrica. Integrado no programa Energia Segura, o projecto Brincando com Pipas permitiu sensibilizar cerca de 6 mil crianças e adolescentes para a importância do brincar em segurança com papagaios de papel (pipas) junto às linhas de distribuição. Esta acção contribuiu para a redução no número de ocorrências na rede eléctrica registadas pela EDP nas regiões próximas às unidades de ensino onde o programa é realizado. Em 3 anos, as regiões de Suzano que receberam o projecto reduziram 25% das ocorrências associadas aos papagaios, enquanto o município registou uma redução de 8%.

Por outro lado, em Portugal, a EDP disponibiliza as competências e o know-how dos seus colaboradores, através da Bolsa de Electricistas e Verificadores de Eficiência Energética. Esta é constituída por voluntários electricistas (colaboradores EDP) que desenvolvem, em



organizações do terceiro sector, correcções de avarias, substituição e melhoria de sistemas e verificações de segurança e apoiam instituições sociais a efectuarem um consumo mais eficiente da sua energia, reduzindo a sua factura.

COMBATE À POBREZA HABITACIONAL E ENERGÉTICA

O programa de voluntariado de reabilitação em parceria com a Just a Change tem como finalidade reabilitar habitações particulares ou instituições degradadas, em zonas urbanas. A EDP contribuiu, em 2019, com 287 voluntários (colaboradores EDP, familiares e amigos), investindo 2.055 horas na recuperação de 12 casas e quatro organizações do terceiro sector.

No programa Closer2You, são estabelecidos acordos de colaboração com autoridades e fornecedores locais, endereçando necessidades de famílias carenciadas das comunidades nas proximidades dos centros produtores: acesso a conforto térmico, energia eléctrica ou a água corrente ou até a reabilitação/reconstrução integral das suas habitações.

Competências

A EDP apoia diversas acções de formação e capacitação profissional, dirigidas às comunidades e a organizações do terceiro sector. Neste âmbito, os programas de estágios profissionais e a atribuição de bolsas de estudo a jovens de famílias com menos recursos financeiros, permitem-lhes prosseguir os estudos e promover o acesso a um trabalho digno.

Com foco nos jovens, o programa Incluir para Iluminar da EDP Distribuição, oferece formação de competências técnicas e *on-job*, através de estágios em áreas técnicas da Empresa, integrado em cursos profissionais de formação de electricistas. O objectivo é a aquisição de capacidades que permitam aos jovens integrar o mercado de trabalho. Em 2019, realizaram-se protocolos com cinco escolas secundárias e os colaboradores EDP contribuíram com 3.502 horas de trabalho.

Dirigido a crianças e jovens, o programa Escolas com Energia da EDP Produção tem como objectivo desenvolver competências de comunicação, socialização e liderança que serão essenciais no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, permite estabelecer um relacionamento mais forte entre a EDP Produção e a comunidade escolar na proximidade dos centros produtores.

Desde 2005 que a EDP apoia o programa Junior Achievement Portugal da organização Aprender a Empreender, através do seu Programa de Voluntariado. Esta organização promove a educação de crianças e jovens para o empreendedorismo, através de experiências transformadoras com base em três pilares fundamentais: Cidadania e Literacia Financeira, Educação para o Empreendedorismo e Competências para a Empregabilidade. Em 2019, a EDP contribuiu com um total de 1.685 horas de voluntariado em que colocou à disposição desta organização as competências de colaboradores, amigos e reformados da EDP.

Em 2019, destacam-se ainda, a inauguração da Academia Fundación EDP, em Oviedo e o programa ENTAMA (palavra que significa empreender na língua Asturiana), desenvolvido pela EDP Espanha, que tem como principal objectivo apoiar projectos empresariais geradores de recursos e emprego na região das Astúrias.

ACADEMIA FUNDACIÓN EDP

O principal objectivo deste programa é contribuir para fortalecer as capacidades organizativas das entidades que colaboram com a EDP de forma a reforçar o seu impacto social. Assim, podem ser treinadas em finanças, recursos humanos, comunicação, aspectos legais, entre outros. A formação é ministrada principalmente por voluntários EDP (voluntariado de competências), pessoalmente ou online.

ENTAMA

A 1ª edição deste programa teve início em 2019, e foram repartidos 85.000 Euros pelos 10 projectos seleccionados. Estes projectos deverão contribuir para o combate ao desemprego e para a fixação da população nos municípios de Carreño, Ribera de Arriba, Proaza, Quirós, Somiedo, Belmonte e Sobrescobio. Além do apoio financeiro, pretende também contribuir para a capacitação e sustentabilidade dos projectos, estando previstas, desde o início e durante o período de execução dos projectos, acções de informação e assessoria aos seus promotores. Este programa terá continuidade em 2020.

Outro exemplo é o programa EDP Renováveis Rural, no Brasil, cujo principal objectivo é aumentar o rendimento familiar dos produtores rurais, famílias e comunidades locais na envolvente dos seus parques eólicos. Intervenções sociais e acções de capacitação permitem-lhes organizar melhor a produção e a comercialização dos seus produtos e garantir o abastecimento diversificado e seguro. Este programa promoveu alterações profundas na vida das famílias locais, que agora desfrutam de uma dieta mais variada e saudável e maiores rendimentos directos e indirectos, melhor qualidade de vida, aumento da auto-estima e entusiasmo com o planeamento para um futuro melhor.

Proximidade com as comunidades

O ano de 2019 ficou marcado pela devastação causada pelo Ciclone Idai na região da Beira, em Moçambique. Em resposta a esta catástrofe, a EDP desencadeou de imediato uma iniciativa de auxílio, enviando dois peritos da EDP Distribuição, especialistas em redes e com experiência em cenários de catástrofe. Estes colaboradores EDP procederam ao reconhecimento do terreno e à análise das necessidades com vista à definição de um plano de acção para reposição da electricidade nas zonas afectadas.

Paralelamente, o Grupo EDP associou-se à iniciativa Apoiar Moçambique lançada pela SIC Esperança, que contou com a parceria de várias empresas em Portugal. Através do Programa de Voluntariado, a EDP desafiou os seus colaboradores a prepararem Mochilas Esperança, com kits pensados para responder às necessidades básicas das crianças em idade escolar.

Em 2019, a 9º edição da Campanha de Voluntariado de Natal do Grupo EDP realizou-se nos vários países onde a EDP está presente. Esta iniciativa pretende celebrar o Natal junto de quem mais precisa, sobretudo pessoas institucionalizadas, em risco de exclusão social e/ou vulneráveis, através do envolvimento voluntário dos colaboradores da EDP. As iniciativas desta campanha são variadas: entrega de cabazes de natal, lanches solidários, reabilitação de espaços, recolha de bens para doação, momentos de convívio, animação de crianças, entre outras. Em 2019, foram desenvolvidas 126 iniciativas ao abrigo deste programa, contando com mais de 2.100 voluntários, ultrapassando as 11.000 horas de voluntariado, proporcionando um Natal mais feliz a mais de 11.800 pessoas e a 110 organizações.

APOIAR MOÇAMBIQUE – MOCHILAS ESPERANÇA

Graças à mobilização interna, ao envolvimento de amigos e familiares, e ainda ao apoio de voluntários nos vários pontos de recolha EDP, foi possível angariar 2.100 Mochilas Esperança, constituídas por bens essenciais: arroz, massa, feijão, atum, leite condensado, tachos, colheres de pau, sabonetes e t-shirts. No total, em conjunto com os seus parceiros, foram encaminhadas para Moçambique 5.100 mochilas através da ONGD portuguesa APOIAR – Associação Portuguesa de Apoio a África. Esta iniciativa teve continuidade durante a Campanha de Natal 2019 do Grupo EDP. Em conjunto com os seus parceiros, foi possível recolher mais de 4.360 mochilas com material escolar, desta vez destinadas a apoiar as crianças da região do Dondo no novo ano lectivo, que se inicia em Fevereiro de 2020.

Em 2019, destacam-se ainda as iniciativas de doação de sangue em várias geografias onde o Grupo EDP está presente. Criada em 1976, a Associação de Dadores de Sangue da EDP, conta actualmente com cerca de 3.500 dadores, em Portugal. Na área da saúde, a EDP apoia também projectos que têm como objectivo melhorar as condições clínicas e sociais decorrentes de problemas de saúde. O Programa EDP Solidária – Saúde, da Fundação EDP, inclui a reabilitação de instalações de instituições prestadoras de cuidados permanentes de saúde, e a



doação de equipamentos médicos que reforçam a oferta de meios clínicos. A edição de 2019 deste programa teve foco nas doenças respiratórias, indo ao encontro de um dos principais problemas de saúde em Portugal, uma vez que as doenças respiratórias são uma das principais causas de morbilidade e mortalidade no País.

OBJECTIVO C - PROTEGER O PATRIMÓNIO NATURAL E A BIODIVERSIDADE

O Grupo EDP está ciente dos impactos dos seus activos nos recursos naturais e na biodiversidade, nomeadamente aproveitamentos hidroeléctricos e linhas aéreas. De forma a mitigar estes impactos, a EDP apoia projectos de investigação científica, programas de recuperação e valorização de espécies e ecossistemas, bem como acções de sensibilização para a importância da preservação do património natural.

Em 2019, a EDP manteve o financiamento à Cátedra EDP em Biodiversidade, cujo detalhe pode ser consultado na página 149 deste Relatório. Destaque ainda para o programa Preservar a Natureza da EDP Distribuição, tendo sido adquiridas mais de 200 mil árvores autóctones, para plantação nos sete municípios dos distritos mais fustigados pelos incêndios de 2017 e 2018, em Portugal. Por exemplo, no município de Leiria, foram plantados pinheiros-mansos e pinheiros-bravos durante os meses de Novembro e Dezembro, de forma garantir um maior sucesso na rearborização. Para além da compra das árvores, a EDP Distribuição contribuiu também com voluntários que ajudaram na plantação das árvores.

Tanto a EDP Produção como a EDP Distribuição possuem ainda programas de doação de viaturas da sua frota, visando o apoio às autarquias e comunidades locais nas áreas da protecção civil, do ambiente, e da biodiversidade, como por exemplo, bombeiros e sapadores florestais. Estas viaturas vêm colmatar as necessidades destes agentes, permitindo-lhes ampliar a sua capacidade de actuação e capacitando a resposta na salvaguarda da floresta, das vidas e bens da população.

OBJECTIVO D - PROMOVER A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, A ENERGIA RENOVÁVEL E A DESCARBONIZAÇÃO

O Grupo EDP considera que todos devem estar cientes da urgência em identificar os riscos emergentes das alterações climáticas e que adoptem medidas de mitigação e de adaptação que protejam as pessoas, a biodiversidade e as infra-estruturas dos seus efeitos. Neste sentido, o Grupo EDP promove várias acções de sensibilização das comunidades para as consequências das alterações climáticas, para a necessidade de elaborar planos de adaptação e para os benefícios das energias renováveis.

Acção climática

O Grupo EDP organiza visitas e dias abertos para que as comunidades locais possam conhecer os centros produtores. Por exemplo, o programa Fábricas de Luz da EDP Produção, abre portas dos centros produtores hídricos e térmicos em Portugal, enquanto que o programa Wind Farm Visits da EDP Renováveis permite a visita a parques eólicos. Durante estas visitas, além de dar a conhecer os centros, a empresa e o seu negócio, os visitantes são sensibilizados para as alterações climáticas e a necessidade da adopção de energias renováveis como contributo importante para a descarbonização e para a mitigação das alterações climáticas.

Reconhecendo que as novas gerações serão os líderes e decisores do amanhã, o Grupo EDP dá especial importância à sensibilização deste grupo etário nestas matérias. Por esse motivo, desenvolve vários programas orientados para os mais novos, como é o caso dos programas Your Energy e Wind Experts, ambos da EDP Renováveis. No programa Your Energy, são explicadas as diferenças entre as várias tecnologias de geração de energia, com especial enfoque nas energias renováveis. Por sua vez, o programa Wind Experts consiste numa competição para crianças, em que os participantes têm de criar um gerador eólico a partir de materiais recicláveis, sendo escolhido por um júri a equipa vencedora. Em 2019, decorreu a 4ª edição deste programa, com a inscrição de cerca de 120 equipas de escolas da Galiza, Castela-La Mancha, Astúrias, Andaluzia, Aragão, Castela e Leão e Tarragona, representando um aumento de 18% na participação desde a última edição.

Através do seu Serviço Educativo das Ciências, a Fundação EDP desenvolve programas continuados de sensibilização para as alterações climáticas, a descarbonização e o conhecimento sobre a electricidade, adaptados aos vários públicos que visitam a Central Tejo, antiga central termoeléctrica que integra o MAAT. A sua exposição permanente, designada como Circuito Central Eléctrica, apresenta maquinaria original, através da qual se conta a história desta antiga fábrica, bem como a evolução dos modos de produção de electricidade dos combustíveis fósseis às energias renováveis. É um dos polos museológicos mais visitados de Portugal, em especial pelo público escolar. Anualmente, mais de 40 mil alunos e professores participam em visitas de estudo a esta central.

ESTRATÉGIA DE VOLUNTARIADO

O voluntariado EDP é um pilar fundamental da relação da empresa com as comunidades e contribui, em simultâneo, para o desenvolvimento dos colaboradores, multiplicando o propósito e o significado da sua actuação. As acções de voluntariado prosseguem a Política de Investimento Social e a Estratégia de Voluntariado do Grupo EDP.

Ao longo dos anos, o Programa de Voluntariado, assente nas medidas de conciliação da empresa em horário de trabalho, tem atraído um número crescente de participantes e obteve, em 2019, a adesão de 24% do total de colaboradores da EDP, um resultado de excelência no panorama internacional do voluntariado corporativo. Além do voluntariado dos colaboradores, e dada a natureza inclusiva do Programa, reformados da empresa, amigos, familiares e parceiros são também convidados a participar nas acções. Os talentos e as competências destas pessoas contribuem activamente para o desenvolvimento e para a transformação das comunidades nos vários países onde a EDP está presente.

Desde 2018 que o Programa de Voluntariado do Grupo EDP possui o nível de Excelência pelo Selo de Qualidade em Voluntariado Join4Change.

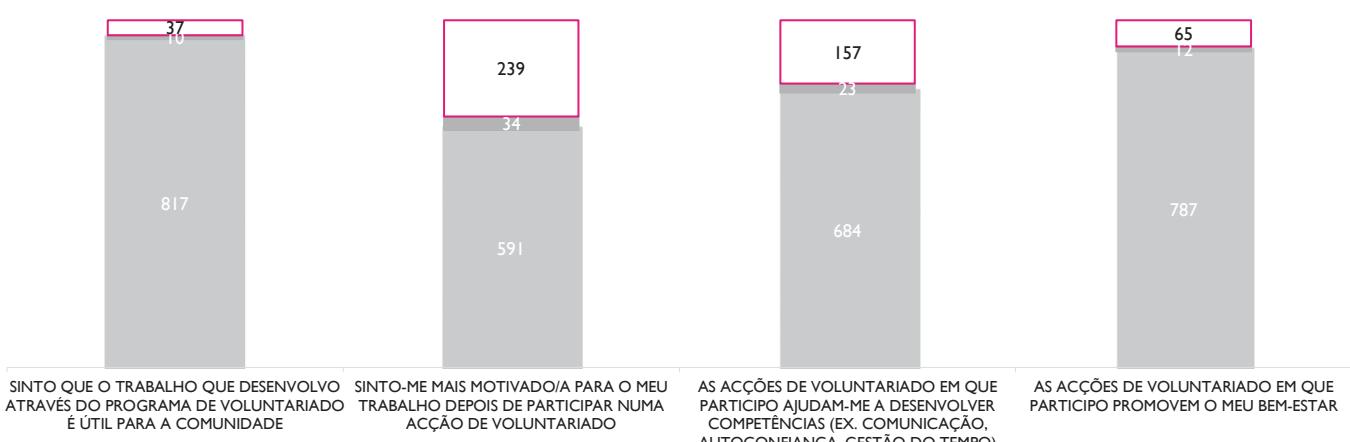
	UN	2019	2018	2017	2016
Voluntários únicos EDP ¹	#	2.833	2.469	2.294	2.371
Horas de Voluntariado EDP - Horário laboral ¹	h	23.258	19.375	24.932	15.835
Organizações Beneficiárias	#	797	642	417	407
Voluntariado de Competências					
Horas de Voluntariado de Competências - Horário Laboral ²	h	8.907	5.193	2.008	1.550
Projectos de voluntariado de competências	#	16	12	6	4

¹ Inclui todos os colaboradores de todas as empresas do Grupo EDP

² Inclui projectos de voluntariado de competências que contribuem para a meta anual de voluntariado de competências

Em 2019, no conjunto das diferentes acções e projectos promovidos, participaram 2.833 colaboradores voluntários únicos, que contribuíram com 23.258 horas em horário laboral e 6.386 horas fora do horário laboral. Foram também envolvidos 729 voluntários Amigos EDP (reformados da empresa, amigos, familiares e parceiros), que contribuíram com 6.907 horas de voluntariado. No total, em 2019, o Programa de Voluntariado do Grupo EDP mobilizou 3.915 voluntários, num total de 36.551 horas de voluntariado.

Satisfação com o Programa de Voluntariado (#)



O Programa de Voluntariado EDP tem sido uma alavancade atracção de novas pessoas para a actividade de voluntariado e para o envolvimento activo com a comunidade. Através do inquérito global de satisfação com o Programa, realizado em 2019 e que obteve 868



respostas, 35% dos voluntários afirmou ter realizado a sua primeira acção de voluntariado, através da EDP. Confirmando a ideia de que o voluntariado cria valor tanto para os participantes como para as próprias empresas, 79% afirmou ter desenvolvido competências pessoais e profissionais através de iniciativas de voluntariado. Estes resultados, em conjunto com o valor obtido de 67 em Net Promoter Score⁸, reforçam a confiança da EDP no seu Programa de Voluntariado.

PRIORIDADE AO VOLUNTARIADO DE COMPETÊNCIAS

O voluntariado de competências coloca os talentos e as competências individuais dos colaboradores ao serviço da comunidade e é aquele que tem o potencial para causar maior impacto social. O Grupo EDP apostava no voluntariado de competências e tem como objectivo aumentar o número de projectos e iniciativas assentes neste tipo de voluntariado.

Assim, em 2019, o Programa de Voluntariado do Grupo EDP desenvolveu 16 projectos de voluntariado de competências: Campanha da Energia; Voluntariado nas escolas com a Junior Achievement Portugal; Voluntariado LEAN; Bolsa Voluntária de Electricistas e Verificadores de Eficiência Energética; Programa Comunica com Energia; EDP nas Escolas; Segurança com a População; Conexão do Bem; Cliente +; Parcerias IEDP; Energia Solidária; EDP Solidária; Energy School Kit; International Womens Day; Academia Fundación EDP e Oficinas de eficiência energética. Em 2019, destacam-se as 8.907h em projectos de voluntariado de competências em horário laboral, reforçando a estratégia do Grupo EDP no envolvimento de voluntários neste tipo de projectos.

Em 2019, a EDP reforçou o seu posicionamento no eixo do voluntariado de competências, ao celebrar o Dia Internacional da Energia nas várias geografias onde o Grupo está presente. Alargando a iniciativa ao longo de um mês, os colaboradores foram desafiados a partilhar as suas competências sobre o sector, nomeadamente através de aulas de energia em escolas e organizações sociais. Nesta campanha participaram 505 voluntários das diferentes geografias que, através de 4.325 horas de voluntariado, beneficiaram 104 organizações e mais de 18.200 pessoas.

Em 2020, o voluntariado continuará a ser promovido, considerando os desafios das comunidades locais, e em alinhamento com a estratégia de investimento social e de gestão de pessoas do Grupo EDP. O Programa de Voluntariado da EDP pretende estar mais próximo das suas comunidades, trazendo cada vez mais competências às suas pessoas e às organizações do terceiro sector.

GESTÃO DE IMPACTOS NAS COMUNIDADES LOCAIS

Orientado pela sua Política de Relacionamento com Stakeholders, o Grupo EDP desenvolve a sua actividade no respeito pelos interesses e direitos das comunidades locais. Em 2019, neste domínio, os temas relevantes foram a gestão dos impactos nas comunidades indígenas dos territórios de influência da central hidroeléctrica de São Manoel, no Brasil, e o tema emergente da Transição Justa decorrente dos efeitos no emprego nas comunidades locais das áreas das centrais termoeléctricas a carvão.

COMUNIDADES INDÍGENAS

A construção, entre 2014 e 2018, da Central Hidroeléctrica de São Manoel, com 700 MW de potência instalada, localizada no Rio Teles Pires, na fronteira dos Estados brasileiros do Mato Grosso e do Pará, expôs a EDP aos impactos decorrentes da interferência nos territórios historicamente ocupados pelas etnias Kayabi, Munduruku e Apiaká. Com o objectivo de mitigar os impactos negativos, mas também de potenciar os efeitos positivos da central de São Manoel, a EDP desenvolveu programas de valorização territorial e socioeconómica junto destas comunidades, cumprindo plenamente as obrigações decorrentes do licenciamento socioambiental, actuando no respeito integral da legislação e normas de protecção dos direitos indígenas, implementando com proatividade, diálogo e diligência todos os programas, projectos e compromissos assumidos.

Em 2019, já em pleno funcionamento da central de São Manoel, prosseguiram os programas de valorização territorial com a construção de duas escolas, três unidades básicas de saúde indígena, um centro de reunião social dotado de cozinha comunitária e uma casa de farinha, que servem sete aldeias das etnias Munduruku, Apiaká e Kayabi. No âmbito do Programa de Fortalecimento das Organizações Indígenas, encontra-se em curso a concessão de 39 bolsas de estudos de nível técnico e superior para estudantes indígenas. As bolsas contemplam o pagamento das mensalidades e taxas das faculdades, doação de computadores portáteis com mochila para cada estudante, garantia de deslocações às comunidades indígenas no período de férias, auxílio para habitação no valor de 2,5 salários mínimos e acompanhamento

⁸ O Net Promoter Score é uma métrica de lealdade dos utilizadores de produtos/serviços – medindo de forma rápida a satisfação dos mesmos. Uma classificação superior a 50 indica um grau de satisfação muito bom, sendo a excelência atingida após 75.

psicopedagógico para a adaptação à universidade. Esta medida abrange cerca de 1.200 indígenas distribuídos por 19 aldeias, sendo parte integrante do Plano Básico Ambiental Indígena.

O programa de valorização territorial da central de São Manoel inclui ainda o Programa de Recomposição Florestal, que visa criar uma área de 1.174,85 hectares de preservação permanente na bacia do rio Teles Pires. Até 2019, foram recuperados 467,12 hectares e doados 727,45 m³ de madeira beneficiada, oriunda da supressão da vegetação para formação do reservatório da barragem, ao município de Paranaíta (MT). Essa madeira será utilizada para construção de habitação social e melhorias de pontes de madeira em estradas de acesso.

TRANSIÇÃO JUSTA

Os objectivos de descarbonização energética, elemento chave da estratégia climática da União Europeia e, em particular de Portugal e de Espanha, e igualmente elemento chave da estratégia do Grupo EDP (pág. 59), implicam o encerramento da produção de energia a partir de carvão em Sines, Portugal, e Aboño e Soto de Ribera, nas Astúrias, Espanha.

O encerramento das centrais a carvão terá um impacto negativo significativo nos níveis de emprego e na economia das comunidades locais, se não forem tomadas medidas e estabelecidos mecanismos que garantam uma transição justa que garanta o bem-estar e alternativas de empregabilidade para as populações afectadas. Ao assumir o compromisso da descarbonização, o Grupo EDP assumiu igualmente o compromisso de trabalhar conjuntamente com os governos e autoridades locais na mitigação dos impactos negativos e na procura de soluções adaptadas às necessidades de equilíbrio social.

Com a finalidade de promover a discussão pública sobre as medidas necessárias para garantir a transição justa do encerramento das centrais a carvão, a EDP realizou estudos de impacto socioeconómico associado às suas centrais a carvão, detalhando os efeitos directos, indirectos e induzidos na criação de emprego, ao nível geográfico, na contribuição para o PIB e na contribuição para as receitas públicas. Em particular, a destruição de emprego poderá equivaler a 7% da população do concelho de Carreño e 20% da população de Ribera de Arriba, nas Astúrias, bem como 2% da população de Sines, no Alentejo.

3.2.8. GESTÃO DE FORNECEDORES

A gestão da sustentabilidade na relação com os seus fornecedores é um vector estratégico na actividade do Grupo EDP. O processo de gestão privilegia a construção de uma relação de confiança e de melhoria contínua dos fornecedores, numa óptica de parceria baseada nos princípios de eficiência, qualidade, ética, transparência e sustentabilidade.

Através da Política de Compras Sustentáveis e do Código de Conduta do Fornecedor, operacionalizado pelo “Protocolo de Sustentabilidade para a Cadeia de Fornecimento”, são definidos os objectivos estratégicos da sustentabilidade na gestão da cadeia de fornecimento e implementados os critérios de selecção, monitorização, avaliação e desenvolvimento das empresas fornecedoras.

A abordagem de gestão e informação complementar é disponibilizada em www.edp.com> fornecedores> compras sustentáveis.

PRIORIDADES

Entre as prioridades na gestão de fornecedores destacam-se:

- Desenvolvimento de actividades que promovam a partilha das melhores práticas de sustentabilidade nas compras do Grupo EDP;
- Contribuição para o crescimento e rentabilidade do negócio através da promoção de iniciativas para o desenvolvimento e melhoria contínua da cadeia de fornecimento;
- Monitorização sistemática do desempenho e perfil de risco dos fornecedores;
- Divulgação e implementação das políticas de sustentabilidade do Grupo EDP na aquisição de bens e serviços;
- Adopção de uma política ambiental responsável que respeite o meio ambiente através da mitigação dos impactos adversos da sua actividade;



- Envolvimento e capacitação de todos os intervenientes na cadeia de fornecimento.

OBJECTIVOS DE SUSTENTABILIDADE

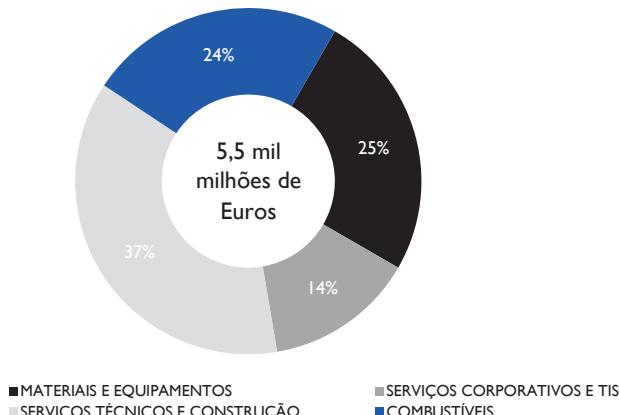
Os objectivos de sustentabilidade são operacionalizados, através de cinco metas que devem ser atingidas até ao final do ano 2020. O grau de cumprimento destas metas é publicado na página 60 deste relatório:

- Reduzir de forma sistemática os acidentes dos empreiteiros e prestadores de serviços;
- Proteger os Direitos Humanos na cadeia de fornecimento, segundo a metodologia Ruggie – Global Compact;
- Auditar os empreiteiros e prestadores de serviços com riscos de Sustentabilidade;
- Avaliar 100% dos fornecedores críticos pelos critérios de Sustentabilidade;
- Garantir certificação ambiental, de segurança e saúde ocupacional de 100% dos fornecedores expostos a riscos elevados.

SELECÇÃO E RELAÇÃO COM FORNECEDORES

A Unidade de Procurement Global (UPG) assegura, através do Programa EDPartners, a coordenação integrada das actividades de registo, selecção, qualificação, assessments ESG (*Environmental, Social and Governance*), avaliação e análise de risco de fornecedores. A conjugação de quatro vectores (1) país (2) actividade económica (3) matriz de impacto ESG do fornecimento (registo e assessments ESG) e (4) fontes de informação externa sobre o fornecedor, garante a análise de riscos de sustentabilidade. Desta forma, torna-se possível analisar tendências e dotar a EDP de uma análise integrada de toda a cadeia de fornecimento, essencial para um clima de parceria e criação de valor partilhado.

Volume de compras 2019



O Grupo EDP qualifica e selecciona os seus fornecedores aplicando uma metodologia de análise de risco e de criticidade onde são definidos, além dos critérios padrão aplicáveis a todos os fornecedores, os requisitos de sustentabilidade mínimos específicos para cada contrato. Em conjunto com os critérios técnicos e normativos, cada actividade a contratar é tipificada em relação ao acesso do fornecedor a clientes EDP, ao equipamento técnico/lokais de trabalho da EDP, a dados sensíveis, à exposição a riscos de segurança e saúde, riscos ambientais e riscos éticos, de direitos laborais e humanos. Critérios como insubstituibilidade do fornecedor ou consequência de interrupção do fornecimento, assim como a importância para a operação e para a inovação são igualmente essenciais nesta segmentação. Em função desta caracterização, os cadernos de encargos definem as exigências mínimas de sustentabilidade que todos os fornecedores candidatos devem cumprir.

Ao estabelecer requisitos obrigatórios mínimos de sustentabilidade, o Grupo EDP aplica o princípio *pass or fail rule*, o que permite garantir que todos os fornecedores têm as competências e perfil adequado ao tipo de riscos que decorrem das actividades que têm de desenvolver. As regras que todos devem aceitar e cumprir, são definidos e elencados nos documentos de compras (Código de Conduta, Condições Gerais de Aquisição e Termos Contratuais). Nesse sentido, as especificações constantes nas propostas incluem critérios de sustentabilidade relacionados com o desempenho, especificações obrigatórias e não sujeitas a negociação, que no caso dos processos sujeitos a sistemas de qualificação exigem, dependendo do risco específico do fornecimento, verificações, due diligences, auditorias e certificações em sistemas de gestão (qualidade, ambiente e segurança no trabalho). Desta forma, a negociação do preço, proposta técnica e condições comerciais são factores na selecção de fornecedores aplicáveis apenas às propostas de fornecedores com baixo risco de sustentabilidade. Em consequência, e de acordo com a política de baixo risco do Grupo EDP, os fornecedores que não cumprem os requisitos mínimos de sustentabilidade são excluídos do processo de consulta.

Após a contratação de um fornecedor, é estabelecido um plano de monitorização do desempenho contratual que visa garantir o cumprimento das regras estabelecidas nos cadernos de encargos. O plano de monitorização é adequado às especificidades e riscos de cada actividade contratada, cobrindo tanto as dimensões comerciais, de qualidade, éticas, direitos laborais e humanos bem como, quando aplicável, as dimensões ambientais e de saúde e segurança. Este plano de monitorização inclui um conjunto de procedimentos e verificações, onde se destacam auditorias e inspecções, planos de melhoria e acções formativas. Pelo menos uma vez por ano, o desempenho dos fornecedores é avaliado através de um sistema comum a todo o Grupo EDP e os seus resultados permitem identificar áreas de melhoria nas políticas e procedimentos de gestão da relação contratual bem como excluir fornecedores cujo desempenho seja inadequado.

DESENVOLVIMENTO DA CADEIA DE FORNECIMENTO

Corporizando a estratégia de sustentabilidade definida, o EDPartners surge como um programa estruturado e sistemático que visa a melhoria contínua dos fornecedores, mediante a identificação de áreas de actuação, cuja implementação a longo prazo irá permitir à EDP melhorar gradualmente o nível de sustentabilidade da sua cadeia de fornecimento.

O EDPartners Supplier Registration System, lançado em Abril de 2018, integra numa única plataforma toda a informação relevante para a actividade de procurement, agregando dados financeiros, económicos, ambientais e sociais, permitindo ao Grupo EDP obter em tempo real um perfil de risco dos seus fornecedores. Assim, as diferentes áreas de negócio da EDP tomam decisões mais rápidas e fundamentadas, baseadas em informação de qualidade, devidamente validada. Esta abordagem de *risk assessment* consiste numa combinação de resultados obtidos por fontes terceiras com a análise de informação submetida pelo fornecedor, congregando na geração de diversos scores (financeiro, operacional e compliance) e alertas.

O EDPartners Qualification Systems destina-se a avaliar o perfil, capacidade e adequação do fornecedor e do seu fornecimento de bens e serviços para as necessidades de aquisição do Grupo EDP. Para o efeito, são determinados e publicados em órgãos oficiais critérios de âmbito técnico, ambiental, e económico-financeiros, garantindo desta forma a selecção de fornecedores através de princípios de igualdade e transparéncia para os candidatos.

O EDPartners Assessment Program consiste na realização de auditorias *in loco*, nas instalações do fornecedor, visando a obtenção de um conjunto de informações acerca do grau de cumprimento dos fornecedores para com os requisitos definidos no Código de Conduta do Fornecedor EDP podendo, em função do resultado obtido, ser estabelecido um plano de acções correctivas e de melhoria. Todos os planos definidos são acompanhados pela EDP diligenciando todo o apoio aos seus fornecedores por forma a que possam, numa óptica de melhoria contínua, implementar as medidas identificadas. Neste sentido, a EDP assume o compromisso com os seus fornecedores para com os temas da Sustentabilidade, nomeadamente, direitos humanos, governance, responsabilidade social, prevenção e segurança, direitos laborais, ambiente e qualidade.

O programa EDPartners Supplier Evaluation permite ao Grupo EDP, de uma forma estruturada e sistemática, medir e quantificar o desempenho contratual dos seus fornecedores. Alinhado com o Protocolo de Sustentabilidade na Cadeia de Fornecimento o modelo implementado, além de temas como execução e operação, considera principalmente a avaliação de critérios relacionados com a temática de sustentabilidade, a saber, prevenção e segurança, gestão ambiental e respeito pelos direitos humanos, laborais e ética. Com o objectivo de reforçar o envolvimento e parceria com a sua cadeia de fornecimento, a EDP pretende com este processo descentralizado, motivar os gestores de contrato a identificar, conjuntamente com os seus fornecedores, áreas de melhoria e desenvolvimento por forma a impactar positivamente a melhoria em toda a sua cadeia de valor.



No âmbito mais relacional, a EDP continua a aprofundar a auscultação aos seus fornecedores através de inquéritos *online* dirigidos e iniciativas como o EDPartners Talks, que promove diálogos bilaterais para recolha de experiências na relação dos fornecedores com o Grupo EDP, promovendo desenvolvimento contínuo da comunicação com os seus *stakeholders*. Com objectivo centrado na prestação de informação, o Grupo EDP realiza anualmente EDPartners Workshops, dando a conhecer a estratégia do Grupo EDP a toda a cadeia de valor, permitindo partilha de conhecimento e ideias inovadoras entre as partes.

A política de pagamentos, a estabilidade da relação e a não dependência económica, e a cooperação são outros eixos de desenvolvimento da cadeia de fornecimento do Grupo EDP. A garantia de pagamentos certos, ágeis e nas datas contratualizadas foi implementada através da inovação propiciada pela digitalização da relação documental e constitui um exemplo de sucesso na gestão da cadeia de fornecimento. A colaboração e promoção de iniciativas públicas em prol da sustentabilidade, através do associativismo empresarial, é uma actividade continuada do Grupo EDP. A agenda 2030 das Nações Unidas, consubstanciada nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, é um tema prioritário nas acções de desenvolvimento da cadeia de fornecimento do Grupo EDP.

Na fileira do carvão, o Grupo EDP permanece como activo participante na iniciativa Bettercoal (<https://bettercoal.org/>).

IMPACTOS DA CADEIA DE FORNECIMENTO

Adicionalmente, o Grupo EDP estuda e monitoriza os riscos do país e sectoriais da sua cadeia de fornecimento. Através de metodologias input-output, é possível estimar a probabilidade de ocorrência de eventos com impacto negativo e ajustar os procedimentos de due diligence a fornecedores. Por exemplo, nos fornecedores directos, a desigualdade de género é o risco maior probabilidade de ocorrer já que pode estar presente em 18,3% do volume de compras, seguido por 10,3% ligado a riscos de corrupção e 7% ligado a instabilidade política, ineficácia da justiça e fragilidade dos serviços públicos. O impacto ambiental da EDP, relativo às emissões de CO₂ (ver análise scopes 2 e 3, páginas 99 e 183) é muito determinado pela extração e transporte de matérias-primas. A exposição ao risco dos fornecedores indirectos contrasta fortemente com o dos fornecedores directos. Para os fornecedores indirectos, com os quais a EDP não estabelece relações comerciais, os valores de probabilidade de ocorrência vão desde 0,54% para trabalho infantil e 0,39% para trabalho forçado até 7,9%, 1,4% e 13,4% para, respectivamente, saúde e segurança, excesso de horas de trabalho e salários baixos. Em consequência, a gestão da sustentabilidade da cadeia de fornecimento da EDP implica o desenvolvimento de processos e sistemas para garantir o compromisso do fornecedor directo com a melhoria da sustentabilidade da sua própria cadeia de fornecimento, levando, deste modo, os requisitos de sustentabilidade aos fornecedores indirectos. A aplicação do Código de Conduta do Fornecedor EDP, bem como uma atenta monitorização e acompanhamento do desempenho dos fornecedores, são os dois eixos fundamentais para endereçar estes riscos.

MONITORIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E LABORAIS

Periodicamente, o Grupo EDP elabora o Relatório de Avaliação dos Potenciais Impactos do Respeito pelos Direitos Humanos e Laborais disponível em www.edp.com.

Além dos mecanismos de reclamação existentes, auscultação, verificação de fontes noticiosas, inquéritos e vistorias, o Grupo EDP monitoriza os contratos expostos a maiores riscos de contexto e avalia anual e sistematicamente o desempenho contratual dos seus fornecedores nos domínios dos direitos laborais e humanos.

Informação complementar neste relatório sobre o tema da gestão da Cadeia de Fornecimento:

- Estratégia, objectivos e metas, pág. 59;
- Segurança e saúde, pág. 176;
- Indicadores de desempenho, pág. 191.

3.2.9. SEGURANÇA E SAÚDE

Segurança e Saúde no Trabalho (SST) são prioridades na relação do Grupo EDP com todos os seus colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores e clientes. Neste domínio, a Companhia orienta a sua acção pelos princípios estabelecidos na Política de Segurança e Saúde

no Trabalho, documento que vincula unidades de negócio, empresas e prestadores de serviços, responsabilizando toda a estrutura hierárquica.

Para a EDP a SST de todos os que concorrem para o desenvolvimento das suas actividades é considerada um valor fundamental para o sucesso. Assumindo este compromisso, baseado nos princípios de desenvolvimento sustentável e aplicando os mais elevados padrões éticos, serão alcançados níveis de desempenho excepcional fazendo do Grupo EDP um local cada vez melhor para trabalhar.

Atenta às transformações económicas, numa era de digitalização e descarbonização do sector energético, e dos efeitos disruptivos e transformadores que os avanços tecnológicos proporcionam no contexto laboral, em particular na segurança e saúde dos trabalhadores, a EDP está consciente das alterações que estes trarão para o futuro do trabalho, e em particular para os riscos ocupacionais associados e proporcionados por estas transformações. Através da definição de objectivos calendarizados no curto e médio prazo, a EDP assume um papel importante no que respeita ao acompanhamento dos trabalhadores durante estas transições, através da correcta e adequada capacitação e integração profissional afim de promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos.

PRÁTICAS DE SEGURANÇA

O programa anual da SST da EDP, constituído por um conjunto de iniciativas e acções, baseado numa proactiva e contínua identificação dos perigos e apreciação dos riscos e oportunidades, tem como principal objectivo a promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável. A execução do programa inclui a realização (i) de diversas acções de formação, sensibilização e consciencialização a trabalhadores da EDP e de prestadores de serviços, (ii) de auditorias, inspecções e observações de segurança, (iii) a implementação de novos procedimentos com o intuito de reforçar a gestão preventiva da cadeia de contratação, e ainda, (iv) medidas para aumentar o conhecimento sobre as ocorrências (acidentes e quase-acidentes) e situações perigosas.

No âmbito da preparação e resposta a emergências foram realizados em todo o Grupo EDP 408 exercícios de simulacros, abrangendo diversas instalações industriais, administrativas e obras em curso, tendo como finalidade testar a eficácia da capacidade de resposta planeada a potenciais situações de emergência. Estes exercícios contaram com participação da protecção civil, bombeiros, autoridades de polícia e segurança pública, bem como de colaboradores, prestadores de serviço e comunidades envolventes.

Para o Grupo EDP o tema da segurança dos cidadãos é fundamental dado o seu impacto na vida das pessoas. A minimização dos riscos associados à utilização da electricidade depende, em última análise, da informação e comportamento individual. Neste sentido, a EDP identifica e comunica os riscos associados às suas instalações e equipamentos. Não obstante, em 2019, registaram-se 8 acidentes mortais de origem eléctrica com terceiros (estranhos à actividade da EDP) em instalações ou com equipamentos do Grupo EDP, tendo um deles originado a morte de duas pessoas. Esse acidente aconteceu no decorrer de actividades de construção civil que levaram ao contacto de máquinas/equipamentos de trabalho com linhas eléctricas em tensão, e no acesso não autorizado a instalações/equipamentos em tensão.

PROMOÇÃO DA SAÚDE NO TRABALHO

O Grupo EDP, através de programas de vigilância da saúde, garante o compromisso assumido na prevenção de doenças profissionais, através do cumprimento do plano de exames médicos, visitas aos locais de trabalho, participação em comissões e comités, e ainda na implementação de campanhas de carácter preventivo. Durante o ano de 2019, foram realizados no Grupo EDP 9.651 exames médicos, 834 consultas a colaboradores que têm programas de nutrição, 1.444 rastreios cardiovasculares e 5.100 programas de vacinação contra a gripe, hepatite B e febre-amarela que abrangeram 5.302 trabalhadores. Ainda no âmbito das actividades da medicina do trabalho foram realizadas 2.652 sessões de testes de despiste de alcoolémia e drogas.

Em termos gerais, o Grupo EDP considera que, no desenvolvimento das suas actividades e com a adequada implementação das medidas de controlo existentes, os trabalhadores não se encontram expostos a doenças profissionais ou relacionadas com o trabalho, que possam ser consideradas de alta incidência ou de alto risco.

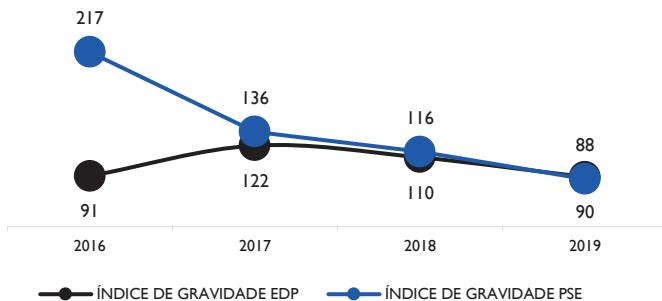


INDICADORES DE SEGURANÇA

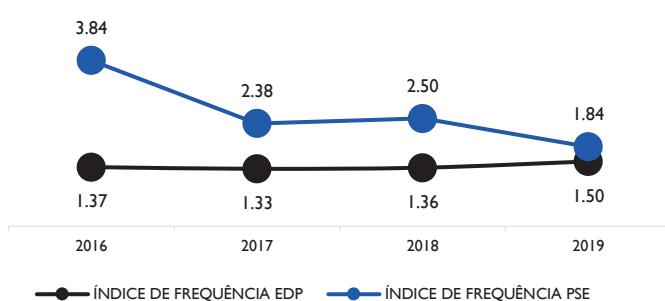


A Política de Segurança e Saúde no Trabalho do Grupo EDP evidencia o compromisso com uma gestão da segurança e saúde no trabalho numa perspectiva de melhoria contínua e na convicção de que o desenvolvimento laboral num ambiente seguro e saudável constitui um factor determinante para a satisfação dos colaboradores e uma mais-valia para o sucesso nos resultados. Para melhor gerir os objectivos desta Política, a EDP possui o Sistema Corporativo de Gestão da Segurança baseado em standards internacionais e na recomendação ILO-OSH 2001 da Organização Internacional do Trabalho. Este Sistema pode ser adoptado integralmente por cada uma das empresas, ou, em alternativa, tomado como referência para implementação dos seus sistemas. Em 2019, o Grupo EDP contabilizou um total de 6.492 colaboradores abrangidos por certificações OHSAS 18001:2007 / ISO 45001:2018. A certificação abrange 97% de potência líquida instalada nas actividades da produção.

Índice de gravidade (Tg)



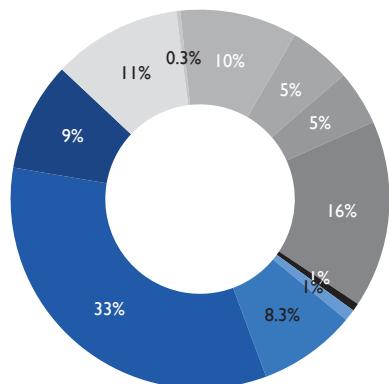
Índice de frequência (Tf)



Em 2019, no conjunto de colaboradores e prestadores de serviço, mantém-se a tendência de melhoria nos últimos anos, com o índice de frequência que ficou abaixo da meta estabelecida nos objectivos EDP 2020 ($Tf \leq 2$), com o forte contributo de Portugal e América do Norte, favorecida em grande parte pela conclusão da construção de aproveitamentos hidroeléctricos e de todas as acções e esforços no que respeita ao reforço da actuação preventiva junto dos prestadores de serviço.

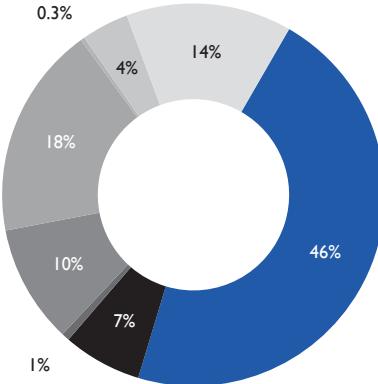
Ocorreram em 2019, no Grupo EDP, 111 acidentes de trabalho para o conjunto de trabalhadores EDP e prestadores de serviço, uma redução de 16% face a 2018, com reflexo no índice de frequência (Tf) (1,72 vs. 2,11, em 2018 acidentes por milhão de horas trabalhadas). Durante 2019, ocorreram dois acidentes mortais⁹ com prestadores de serviço (entalamento e electrocuição) e aguardamos a confirmação de um terceiro, que até ao fecho do ano estava ainda pendente do apuramento da eventual relação da morte do trabalhador com o incidente. Informação adicional em www.edp.com.

⁹ Este valor pode ser aumentado para 3 acidentes mortais, caso a investigação em curso de um (acidente num trabalho de desmatagem) considerar que a morte de um trabalhador venha a estar relacionado com o incidente.

Tipologia dos acidentes de trabalho (%)

■ ORIGEM ELÉCTRICA
 ■ OUTRAS QUEDAS
 ■ CONTACTO/EXPOSIÇÃO SUBST. TÓXICAS
 ■ INTERACÇÃO COM OBJECTOS
 ■ MOVIMENTO INCORRECTO OU SOBREESFORÇOS
 ■ OUTROS

■ QUEDA EM ALTURA
 ■ CONTACTO COM O FRIO E CALOR
 ■ ENTALAMENTO/SOTERRAMENTO
 ■ RODOVIÁRIOS
 ■ INCÊNDIO/EXPLOSÃO

Tipologia da lesão dos acidentes de trabalho (%)

■ CONTUSÃO, FERIDA
 ■ FRACTURA EXPOSTA
 ■ ENTORSE, ROTURA DE LIGAMENTOS
 ■ DESCARGA ELÉTRICA
 ■ QUEIMADURA POR PRODUTOS QUÍMICOS
 ■ FRACURA FECHADA
 ■ OUTROS

INCLUI ACIDENTES DE TRABALHO DE COLABORADORES EDP E PSE, COM E SEM BAIXA E ACIDENTES MORTAIS

Os acidentes que ocorreram devido a interacção com objectos são responsáveis por 35% dos acidentes, seguindo-se os movimentos incorrectos ou sobre-esforços com 12%, outras quedas (quedas ao nível do pavimento) com 11%, cabendo 42% às restantes causas.

Quando analisamos a tipologia das lesões, as contusões e feridas representam 46%, as entorses e roturas de ligamentos 18%, as fracturas fechadas 10% e os restantes tipos de lesão 26%.

Em complemento às acções e iniciativas concretizadas em 2019, nomeadamente nos domínios da formação e sensibilização, avaliação e controlo de riscos, auditorias e inspecções, e reporte de informação, que têm vindo a ser desenvolvidas nos últimos anos, a EDP vai reforçar as práticas de liderança, organização e processos em matéria de SST com a implementação de um programa de Cultura de Segurança em 2020.



A Nossa Prática



PROGRAMA VIVA

A VIDA SEMPRE EM PRIMEIRO LUGAR!

A EDP Brasil tem como objectivos atingir elevados padrões de excelência operacional e garantir uma redução sustentada da sinistralidade laboral.

Em Dezembro de 2018, foi implementado um programa de segurança, o VIVA. Este projecto foi realizado em parceria com a DuPont, até ao final de 2019.

A implementação deste projecto começou com um diagnóstico à cultura de segurança da EDP Brasil do qual resultou a identificação de três pontos críticos:

- Cultura, Organização e Consciencialização;
- Gestão de riscos e medidas de controle;
- Melhoria contínua.

Este projecto assenta em quatro eixos: (i) Regras e procedimentos; (ii) Ações; (iii) Crenças e atitudes; (iv) Consciência situacional. Para cada um destes eixos foram definidas iniciativas para melhorar e reforçar a cultura de segurança da EDP Brasil. Das doze iniciativas identificadas destacam-se as seguintes:

- Comités de Segurança – estabelecem o processo de gestão da segurança e saúde no trabalho da EDP Brasil. Estes comités são realizados periodicamente, sendo que nestes fóruns as lideranças debatem temas de segurança com todos os níveis hierárquicos (pontos de situação dos projectos estratégicos e avaliam a tendência dos indicadores, de forma a arranjar estratégias focadas no objectivo dos zero acidentes);

- Gestão de Riscos Críticos – foram identificados os perigos associados às actividades de todos os negócios que integram a EDP Brasil, avaliados os riscos aplicadas as respectivas medidas de controlo. Este processo seguiu as premissas do referencial normativo ISO 31000 - Gestão de Riscos, tendo sido elaborado um procedimento, tornando-se numa ferramenta importante para a antecipação de riscos e prevenção de acidentes. Este tema é monitorizado por todas as lideranças nos comités de segurança.;
- Investigação e análise de acidentes – um dos objectivos do programa em 2019 era “aprender com os erros”. Neste sentido o processo de análise e investigação de incidentes foi revisto pela área corporativa de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) com o apoio da DuPont, definindo assim uma metodologia para a identificação de uma causa raiz única para EDP Brasil. Os papéis e responsabilidades deste processo foram revistos, contando com envolvimento da gestão de topo;
- Gestão de Prestadores de Serviço – actualmente a EDP Brasil tem aproximadamente 1.200 contratos activos. Para trabalhar este tema, foi criado um grupo de trabalho que definiu requisitos gerais e critérios para a gestão da SST das empresas prestadoras de serviço. Adicionalmente realizou-se um workshop com os gestores de contrato com o objectivo de lhes dar conhecimento dos novos requisitos e critérios de contratação;
- Observações Comportamentais – o programa de observações comportamentais, fortaleceu o conceito “Liderança visível e parcerias”. As sessões de formação realizadas pela DuPont marcaram o arranque deste projecto. Após a formação a gestão de topo meteu em prática os diálogos com alguns trabalhadores do negócio da distribuição e geração. Num segundo momento foi realizado o mesmo processo, mas para as lideranças executivas e lideranças de campo;
- Percepção de risco – o programa “The Risk Factor” foi outra das iniciativas implementadas em parceria com a DuPont. Este programa teve como objectivo aumentar a percepção de riscos dos colaboradores da EDP Brasil e prestadores de serviço;
- Regras que Salvam Vidas – através de uma consulta efectuada aos trabalhadores, foram eleitas “Regras que Salvam Vidas”. Estas regras estão todas relacionadas com os procedimentos críticos dos negócios da EDP Brasil, onde as falhas na condução de trabalhos críticos podem causar acidentes graves e/ou mortais. Foram seleccionadas 8 “Regras que Salvam Vidas” para a EDP Brasil, para o negócio da distribuição, para além dessas 8 regras, foram definidas mais duas;

- Parada de Segurança EDP – para reforçar a importância da cultura de segurança na EDP Brasil, a área de segurança corporativa organizou no dia 29 de agosto de 2019 uma “parada geral” com todos os colaboradores e prestadores de serviço da EDP Brasil. A “parada de segurança” foi um momento de reflexão com o objectivo de comprometer todos os intervenientes nas actividades da EDP Brasil com o objectivo dos Zero Acidentes. Esta acção foi liderada pelo CEO, no Centro de Serviços de Distribuição no Espírito Santo e os vice-presidentes e directores nas operações espelhadas pelo Brasil.

Desde o início da implementação do programa VIVA, verificou-se uma redução de 50% na ocorrência de acidentes em serviço com baixa (trabalhadores e prestadores de serviço), comparativamente com 2018. Infelizmente ocorreu um acidente mortal com um prestador de serviço no negócio da distribuição, por outro lado, manteve-se os zero acidentes mortais relativamente a trabalhadores internos.

A EDP Brasil continua a trabalhar juntos dos seus prestadores de serviço e colaboradores com o objectivo de alcançar os zero acidentes.

Para além das acções do programa VIVA, foram realizadas algumas acções operacionais: (i) formação em requisitos legais, (ii) revisão de procedimentos com o objectivo de melhorar os processos no terreno, (iii) reforço de inspecções de segurança no terreno a todos os negócios, (iv) avaliação da conformidade legal, (v) formação em primeiros socorros em parceria com a Universidade EDP, (vi) análise contínua dos perigos e interacções com as equipas, de acordo com as actividades exercidas em cada local.

A EDP Brasil está no processo de evolução da sua cultura de segurança. As iniciativas implementadas em 2019, pelo Programa VIVA, prepararam a equipa executiva e de segurança e saúde no trabalho para darem continuidade aos trabalhos e consolidarem os processos internos de segurança.

Como próximos passos está prevista a consolidação do Programa VIVA nas áreas mais operacionais, aplicando todas as ferramenta e métodos adquiridos ao longo do programa.



3.3. INDICADORES DE DESEMPENHO

SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA DO NEGÓCIO	UN	2019	2018	2017	2016
VALOR ECONÓMICO GERADO	000€	15.437.724	16.307.865	17.234.143	15.899.739
Volume de Negócios	000€	14.333.009	15.278.085	15.745.987	14.595.164
Outros proveitos	000€	1.104.715	1.029.780	1.488.156	1.304.575
VALOR ECONÓMICO DISTRIBUÍDO	000€	13.213.652	14.470.560	14.910.472	14.550.903
Colaboradores	000€	620.196	651.540	680.833	660.616
Fornecedores	000€	10.013.401	11.135.864	11.345.442	9.805.006
Accionistas	000€	690.924	690.924	690.924	672.588
Sector financeiro	000€	1.057.592	1.010.390	1.248.089	1.790.803
Comunidade	000€	25.972	27.805	28.404	26.811
Estado	000€	658.553	822.140	783.940	1.386.814
Outros	000€	147.014	131.897	132.839	208.265
Valor Económico Acumulado ¹	000€	2.224.072	1.837.305	2.323.671	1.348.836
Valor Acrescentado Bruto por colaborador	000€/#	370	341	402	370
CAPEX	000€	2.258.386	2.031.167	1.725.487	1.963.702
EBITDA	000€	3.705.617	3.317.129	3.989.949	3.759.307
Dívida líquida/EBITDA	x	3,73	4,06	3,48	4,24
EBITDA Regulado vs. Contratado LP	%	77	77	84	86
Opex/Margem Bruta	%	28	30	29	27
Resultado Líquido atribuído aos accionistas da EDP	000€	511.751	519.189	1.113.169	960.561

¹ Inclui retenção de resultados e custos não desembolsáveis

INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO	UN	2019	2018	2017	2016
Investimento em ID+i ¹	000€	162.040	75.366	64.518	36.145
Investimento em ID+i/Volume de negócios	%	1,06	0,49	0,41	0,25
Número de colaboradores em ID+i	#	158	99	105	102

¹ Em 2017, procedeu-se a uma alteração do processo de apuramento deste indicador.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	UN	2019	2018	2017	2016
SMART METERS²					
Portugal	#	2.578.167	1.922.991	1.269.840	693.049
Espanha	#	666.478	658.632	614.863	506.411
Brasil	#	16.000	16.800	16.000	13.900
Clientes com Re:dy	#	13.097	12.329	9.973	5.903
NÚMERO DE REUNIÕES POR VIDEOCONFERÊNCIA					
Números de reuniões	#	409	401	348	279
Utilização do serviço de videoconferência ¹	h/ano	123.919	115.130	94.116	51.744
ROBOTIZAÇÃO²					
Número de actividades robotizadas	#	845	546	196	n.d.
Horas/ano robotizadas	h/ano	658.323	442.643	220.477	n.d.
Minimum Viable Products	#	92	18	n.a.	n.a.

¹ Número de horas por ano de utilização do serviço de videoconferência em 2016 corresponde apenas a Portugal e Espanha, restantes geografias não se encontram disponíveis.

² Valores apresentados em acumulado.

PROMOÇÃO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS	UN	2019	2018	2017	2016
CAPACIDADE INSTALADA TOTAL	MW	26.525	26.996	26.597	25.067
Capacidade Instalada de energia renovável	%	73,9	74,4	73,6	72,0
Capacidade Instalada de energia renovável	MW	19.597	20.093	19.695	18.158
Eólica	MW	10.667	11.156	10.531	9.969
Hídrica	MW	8.728	8.728	8.870	7.946
Mini-Hídrica	MW	57	65	148	160
Solar	MW	145	145	145	82
Capacidade Instalada de energia não renovável	MW	6.928	6.902	6.902	6.910
CCGT	MW	3.729	3.729	3.729	3.736
Carvão	MW	3.150	3.124	3.124	3.124
Cogeração e Resíduos	MW	49	49	49	49
PRODUÇÃO LÍQUIDA TOTAL¹	GWh	66.231	71.614	69.627	69.634
Produção a partir de fontes renováveis	%	66,6	66,5	56,1	65,5
Produção a partir de fontes renováveis	GWh	44.137	47.655	39.045	45.611
Eólica	GWh	29.768	28.133	27.466	24.334
Hídrica	GWh	13.958	18.899	11.186	20.589
Mini-Hídrica	GWh	138	397	238	549
Solar	GWh	273	226	155	139
Produção a partir de fontes não renováveis	GWh	22.095	23.959	30.582	24.023
CCGT	GWh	10.183	5.333	8.029	5.242
Carvão	GWh	10.856	17.471	21.444	17.665
Cogeração, Resíduos e Vapor	GWh	1.055	1.155	1.109	1.117
Capacidade instalada em construção	MW	664	344	828	1.267
Emissões de CO ₂ evitadas ²	ktCO ₂	24.725	29.221	26.799	32.724

¹A produção líquida total inclui vapor. ²Emissões que teriam ocorrido se a electricidade gerada por fontes de energia renovável fosse produzida por centrais termoeléctricas. Para cada país, obtém-se multiplicando a produção líquida renovável pelo factor de emissão do mix termoeléctrico desse país.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	UN	2019	2018	2017	2016
ÍNDICE DE PRODUTIBILIDADE HIDROELÉCTRICA					
Portugal	#	0,81	1,05	0,47	1,33
Espanha	#	0,90	1,28	0,52	1,10
EMISSÕES					
Emissões específicas de CO₂¹					
Globais	g/kWh	216	257	332	271
Térmicas	g/kWh	649	768	756	787
Emissões de CO₂ equivalente					
ÂMBITO 1					
Combustão estacionária	ktCO _{2eq}	14.363	18.429	23.159	18.931
Emissões SF ₆	ktCO _{2eq}	14.338	18.404	23.129	18.900
Frota Automóvel	ktCO _{2eq}	9	10	10	8
Consumo de gás natural	ktCO _{2eq}	15	15	20	18
Perdas de gás natural	ktCO _{2eq}	0,04	0,19	0,22	0,48
ÂMBITO 2 (Location-based)²					
Consumos de energia eléctrica em edifícios administrativos	ktCO _{2eq}	846	602	818	547
Perdas de energia eléctrica na distribuição	ktCO _{2eq}	1	2	2	0
Auto-consumo centrais renováveis	ktCO _{2eq}	824	577	795	540
ÂMBITO 2 (Market-based)³					
Consumos de energia eléctrica em edifícios administrativos	ktCO _{2eq}	829	585	802	547
Perdas de energia eléctrica na distribuição	ktCO _{2eq}	0,1	0,0	0,1	0,1
Auto-consumo centrais renováveis	ktCO _{2eq}	824	577	795	540
ÂMBITO 3					
Aquisição de bens e serviços (C01)	ktCO _{2eq}	5	8	7	7
Bens de capital (C02)	ktCO _{2eq}	11.730	11.334	13.039	12.469
Actividades relacionadas com combustíveis e energia (C03)	ktCO _{2eq}	28	49	54	55
Transporte e distribuição a montante (C04)	ktCO _{2eq}	349	330	324	287
Viagens de negócios (C06)	ktCO _{2eq}	6.784	6.399	8.344	7.091
Uso de produtos vendidos (C11)	ktCO _{2eq}	611	675	454	304



ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	UN	2019	2018	2017	2016
SF₆	kg	394	440	422	331
Portugal	kg	194	246	307	213
Espanha	kg	54	100	59	40
Brasil	kg	140	92	55	77
América do Norte	kg	6	0	0	0
Resto do Mundo	kg	0	3	0	1

¹ As emissões estacionárias não incluem as emissões resultantes da queima de gases siderúrgicos da ArcelorMittal em centrais da EDP em Espanha. Inclui apenas as emissões de combustão estacionária.

² Baseadas nos factores de emissão globais das diferentes geografias.

³ Baseadas nos factores de emissão dos comercializadores.

⁴ A metodologia de cálculo do âmbito 2 foi revista para evitar duplicação de emissões com o âmbito 1.

NOVOS SERVIÇOS DE ENERGIA	UN	2019	2018	2017	2016
Facturação de serviços de eficiência energética	000€	158.376	151.468	134.114	92.975

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	UN	2019	2018	2017	2016
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA INTERNA					
Rendimento das centrais termoeléctricas	%	45,9	45,1	45,6	45,1
Centrais a carvão	%	35,6	35,1	35,6	35,7
Centrais de ciclo combinado a gás natural	%	54,4	53,1	53,5	52,5
Intensidade energética	MJ/€	13,8	15,4	17,6	15,1
Perdas na distribuição de electricidade					
Perdas técnicas	%	5,6	5,4	5,6	5,7
Perdas totais	%	8,9	8,8	9,2	9,2
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EXTERNA					
Poupança em Serviços de Eficiência Energética ¹	TWh	3,0	2,6	1,5	1,2
Emissões de CO ₂ evitadas no cliente final ¹	ktCO ₂	1.169	948	707	471
Energia consumida fora da organização ²	TJ	290.331	304.391	309.233	324.286

¹ Metodologia revista e harmonizada para todas as geografias, aplicada desde 2015. Exclui os projectos do Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Eléctrica (PPEC). Os valores de 2016 e 2017 foram revisados para consistência com o método harmonizado de cálculo das poupanças.

² Considera apenas a categoria "Uso de produtos vendidos" do GHG Protocol Corporate Value Chain (Âmbito 3).

MOBILIDADE SUSTENTÁVEL	UN	2019	2018	2017	2016
Electrificação da frota	%	9,0	7,5	6	n.d.
Veículos eléctricos da frota	#	283	278	207	n.d.
Pontos de carregamento eléctrico	#	772	467	n.d.	n.d.
Clientes com soluções de mobilidade eléctrica	#	10.100	5.546	n.d.	n.d.

SATISFAÇÃO E SERVIÇO AO CLIENTE	UN	2019	2018	2017	2016
NÚMERO DE CLIENTES					
Electricidade					
Mercado Regulado	000	9.828	9.849	9.886	9.806
Mercado Liberalizado	000	5.042	5.052	5.068	4.865
Gás					
Mercado Regulado	000	89	92	96	106
Mercado Liberalizado	000	1.510	1.503	1.489	1.392
SATISFAÇÃO DOS CLIENTES¹					
Satisfação global dos clientes					
Portugal	%	77,4	78,2	75,7	76,5
Espanha	%	78,9	77,5	75,8	73,1
Brasil	%	76,3	80,2	73,8	78,3
CLIENTES POR TIPO DE USO²					
Clientes de electricidade					
Doméstico	%	87	87	87	87
Industriais	%	1	1	1	1
Comercial	%	8	8	8	7
Agrícola	%	3	3	2	3
Outros	%	1	1	1	2
Clientes de gás					
Doméstico	%	97	97	97	97
Industriais	%	0	0	0	0
Comercial	%	1	1	1	1
Agrícola	%	0	0	0	0
Outros	%	1	1	1	2
PROVEDOR DO CLIENTE					
Orientação da resposta do provedor do cliente³					
Concordante	%	35	45	38	38
Discordante	%	27	23	25	23
Parcialmente concordante	%	8	9	7	4
Assunto Resolvido	%	31	23	31	35
QUALIDADE DO SERVIÇO					
Portugal					
Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada ⁴	Min	56	61	53	50
Espanha					
Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada ⁴	Min	26	17	20	24
Brasil					
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora					
EDP São Paulo	Horas	6,98	7,75	7,87	8,47
EDP Espírito Santo	Horas	8,19	8,24	8,42	8,80
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora					
EDP São Paulo	#	4,52	4,83	4,96	5,42
EDP Espírito Santo	#	4,84	4,76	5,20	5,40
RESTABELECIMENTO DO SERVIÇO					
Restabelecimento do fornecimento de electricidade após pagamento da dívida pelo cliente					
Portugal⁵					
< 4h (urgente)	#	292.142	265.268	237.312	244.949
< 8h (outros clientes)	#	63.236	32.105	17.834	12.469
< 12h (clientes Btn)	#	819	1.041	1.089	1.431
Espanha⁶					
< 24 horas	#	228.087	232.122	218.389	231.049
< 48 horas	#	4.974	2.561	11.297	8.432
entre 48 horas e 1 semana	#	1.593	1.346	999	679
> 1 semana	#	1.185	1.034	239	1.099
Brasil					
< 24h	#	1.457	830	18	1.799
< 1 semana	#	453.237	539.318	551.875	473.362
> 1 semana	#	404.344	490.670	471.847	427.047



SATISFAÇÃO E SERVIÇO AO CLIENTE	UN	2019	2018	2017	2016
Factura electrónica					
Portugal	%	39	44	34	29
Espanha	%	47	38	35	33
Brasil	%	23	38	15	8
Multas pagas por incumprimento de fornecimento e uso de produtos e serviço	000€	4.466	4.140	3.486	3.690

¹ Em 2018, a medição da satisfação dos clientes foi revista para incluir os inquéritos de satisfação e o Voice of Customer (VoC) a nível ibérico.

² Em 2014 o indicador não estava dividido por electricidade e gás; 3 Não inclui gás em Portugal; 4 TIEPI na rede MT, exclui eventos extraordinários.

⁵ Os valores consideram os restabelecimentos do serviço dentro dos prazos definidos pelo regulador, representando 99% do total dos restabelecimentos.

⁶ Os intervalos de tempo considerados dizem respeito ao tempo que decorre desde o corte do serviço por falta de pagamento do cliente, até ao restabelecimento do mesmo.

CLIENTES VULNERÁVEIS	UN	2019	2018	2017	2016
CLIENTES COM TARIFA SOCIAL					
Electricidade	#	818.922	813.614	895.800	887.158
Portugal	#	803.025	797.614	879.941	871.019
Espanha	#	587.997	615.183	661.103	662.829
Brasil	#	51.132	38.560	56.961	59.011
Gás	#	163.896	143.871	161.877	149.179
Portugal	#	15.897	16.000	15.859	16.139
CLIENTES PRIORITÁRIOS¹					
Electricidade	#	3.077	3.235	3.405	3.337
Portugal	#	3.077	3.235	3.405	3.337
Espanha	#	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Brasil	#	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
CLIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS²					
Electricidade	#	1.040	964	2.670	2.696
Portugal ³	#	1.040	964	2.670	2.696
Espanha	#	265	270	2.270	2.212
Brasil	#	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
CGS ¹	#	775	694	400	484

¹ Clientes cuja sobrevivência depende de equipamentos ou clientes que prestem serviços de segurança ou saúde fundamentais à comunidade (de acordo com Artigo 103º do Regulamento da Qualidade do Serviço do sector Eléctrico e do Gás Natural).

² Clientes com limitações no domínio da visão (cegueira total ou hipovisão), no domínio da audição (surdez total ou hipoacusia) e no domínio da comunicação oral (de acordo com Artigo 100º do Regulamento da Qualidade do Serviço do sector Eléctrico e do Gás Natural).

³ A partir do ano de 2018, decorrente da aplicação do novo RQS, os clientes para os quais a sobrevivência ou a mobilidade dependam de equipamento cujo funcionamento é assegurado pela rede eléctrica, e clientes que coabitem com pessoas nestas condições, deixaram de ser caracterizados como clientes com necessidades especiais e passaram a ser considerados como clientes prioritários.

GOVERNO SOCIETÁRIO	UN	2019	2018	2017	2016
Número de membros					
CAE	#	9	9	8	8
CGS ¹	#	21	20	21	21
Número de membros independentes					
CGS ¹	#	11	10	11	11
Número de mulheres					
CAE	#	2	2	0	0
CGS	#	5	4	2	2

¹ António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino, eleito na AG de 5 de Abril de 2018, apresentou renúncia ao cargo a 27 de Julho de 2018.

ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	UN	2019	2018	2017	2016
ÉTICA					
Reclamações					
Reclamações totais ¹	#	588	465	426	406
Reclamações presentes ao Comité de Ética²	#	150	125	141	52
Classificação das reclamações por autoria					
Cliente	#	7	17	21	12
Cidadão	#	16	8	10	5
Colaborador	#	25	29	26	11
Fornecedor	#	2	4	10	4
Anónima	#	100	67	74	20
Classificação das reclamações por categoria					
Equidade de soluções	#	7	1	1	5
Negligência ou desrespeito	#	111	93	77	7
Transparéncia	#	10	7	41	10
Uso da informação ou do património	#	10	10	11	29
Ambiente e responsabilidade perante a sociedade	#	1	1	1	0
Fraude, corrupção e suborno	#	11	13	10	1
Acções determinadas pelo Comité de Ética					
Revisão ou melhoria de procedimentos	#	40	16	26	15
Compensação de danos ou prejuízos	#	2	3	0	5
Acção disciplinar	#	16	8	3	4
Formação	#	0	4	4	10
Outras	#	0	9	18	10
Segurança de informação / cibersegurança					
Incidentes de segurança de informação ³	#	4.631	1.260	1.624	686
Multas por violação da privacidade e perda de dados dos clientes	#	3	5	4	6
Multas por violação da privacidade e perda de dados dos clientes	000€	36	48	110	50
Transparéncia nas relações institucionais					
Custos com a actividade de representação de interesses	000€	4.607	3.875	3.845	3.550
DIREITOS HUMANOS					
Política de Direitos Humanos	s/n	s	s	s	s
Processo de due diligence de Direitos Humanos	s/n	s	s	s	s

¹ Entradas registadas nos canais de reclamação Ética do Grupo EDP

² As restantes reclamações foram objecto de tratamento expedito com as Unidades de Negócio envolvidas

³ A evolução é explicada pela maior robustez nas capacidades de detecção deste indicador e o maior número de ciberataques.

COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA	UN	2019	2018	2017	2016
Imposto corrente	000€	145.858	245.613	178.419	824.341
Apoio de organismos públicos	000€	103.105	47.958	42.118	51.246



PROTECÇÃO DO AMBIENTE	UN	2019	2018	2017	2016
CERTIFICAÇÃO ISO 14001					
Certificação ISO 14001 ¹	%	9.641	96	88	91
PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO					
Emissões totais de NO_x					
Portugal	kt	2,8	4,6	6,1	5,2
Espanha	kt	3,9	5,7	6,0	5,9
Brasil	kt	4,1	3,9	4,9	5,2
Emissões totais de SO₂					
Portugal	kt	2,0	3,8	4,3	3,5
Espanha	kt	1,5	6,0	8,2	6,5
Brasil	kt	12,8	11,4	17,2	9,9
Emissões totais de partículas					
Portugal	kt	0,04	0,09	0,04	0,04
Espanha	kt	0,10	0,24	0,56	0,61
Brasil	kt	1,52	1,72	0,89	0,52
MATERIAIS RESIDUAIS					
Resíduos					
Perigosos	%	2,19	1,55	0,94	1,35
Não perigosos	%	97,81	98,45	99,06	98,65
Valorizados	t	210.846	272.964	304.167	288.898
Reciclados	t	126.236	219.972	249.733	257.711
Outros	t	84.610	52.992	54.434	31.186
Não valorizados	t	21.335	76.365	362.604	188.475
Principais categorias					
Cinzas volantes de carvão	%	82,69	79,60	83,44	67,76
Escórias de carvão	%	13,21	16,33	14,70	29,12
Gesso	%	1,81	2,28	1,08	1,61
Óleos usados	%	0,10	0,13	0,09	0,14
PCB	%	0,01	0,01	0,01	0,02
Metais	%	2,19	1,66	0,69	1,35
Subprodutos	t	291.122	512.731	509.572	603.588
Gesso	t	99.787	165.785	197.668	139.644
Cinzas volantes de carvão	t	157.253	311.234	298.883	463.943
Escórias de carvão	t	34.082	35.712	13.022	n.a.
Produção específica de materiais residuais	t/GWh	7,90	12,04	16,89	15,52
Materiais residuais valorizados	%	95,92	91,14	69,18	82,56
RECURSOS NATURAIS					
Captação de água total					
Água doce	10 ³ xm ³	18.315	19.544	24.824	25.016
Água salgada e de estuário	10 ³ xm ³	977.994	1.518.069	1.733.609	1.485.262
Em zonas de stress hídrico	10 ³ xm ³	11.774	10.326	13.796	14.157
Rejeição total de água					
Rejeição para águas interiores	10 ³ xm ³	1.783	1.471	1.886	1.519
Rejeição para meio marítimo e estuários	10 ³ xm ³	974.516	1.516.478	1.730.456	1.484.090
Tratamento municipal	10 ³ xm ³	2,27	2,67	2,93	8,95
Em zonas de stress hídrico	10 ³ xm ³	1.255	848	1.266	3.853
Consumo total de água	10³xm³				
Consumo de água	10 ³ xm ³	21.736	21.800	28.379	29.000
Consumo total de água doce	10 ³ xm ³	16.817	18.372	23.234	23.817
Em zonas de stress hídrico	10 ³ xm ³	11.192	10.130	13.796	14.157
Consumo específico de água doce ¹	m ³ /GWh	254	257	334	342
Combustíveis					
Carvão	TJ	101.514	165.982	204.044	169.582
Gás natural	TJ	70.823	40.425	57.013	39.160
Gasóleo	TJ	173	202	182	230
Fuelóleo	TJ	337	297	183	373
Gás residual	TJ	11.836	14.509	15.016	10.994

PROTECÇÃO DO AMBIENTE	UN	2019	2018	2017	2016
Consumo de produtos químicos					
Hidróxido de sódio	t	892	178	1.682	1.561
Ácido clorídrico	t	1.008	1.247	3.225	2.734
Hipoclorito de sódio	t	4.175	3.673	3.006	4.268
Amoníaco	t	10.557	16.562	22.821	23.259
Calcário	t	54.267	71.807	77.299	58.096
Óleos adquiridos	t	229	138	90	120
Multas ambientais	000€	4	3	19	29

¹ Indicador agregado de certificação em função dos activos com potenciais impactes ambientais.

GESTÃO DE PESSOAS	UN	2019	2018	2017	2016
COLABORADORES					
Colaboradores	#	11.660	11.631	11.657	11.992
Feminino	%	25	25	24	24
Masculino	%	75	75	76	76
DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES POR CATEGORIA PROFISSIONAL					
CAE	#	9	9	8	8
Feminino	#	2	2	0	0
Masculino	#	7	7	8	8
Quadros Directivos	#	827	709	750	733
Feminino	#	199	154	166	155
Masculino	#	628	555	584	577,5
Gestores	#	783	754	766	806
Feminino	#	199	207	208	223
Masculino	#	584	547	558	583
Especialistas	#	4.528	4.369	4.093	3.996
Feminino	#	1.649	1.552	1.423	1.351
Masculino	#	2.879	2.817	2.670	2.644,5
Técnicos	#	5.513	5.790	6.041	6.450
Feminino	#	876	951	1.010	1.100
Masculino	#	4.637	4.839	5.031	5.350
DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES POR FAIXA ETÁRIA					
≥ 50	#	3.445	3.919	4.477	4.910
Feminino	#	683	757	835	907
Masculino	#	2.762	3.162	3.642	4.004
[30-50[#	6.324	5.949	5.632	5.601
Feminino	#	1.709	1.624	1.529	1.527
Masculino	#	4.615	4.325	4.103	4.075
< 30	#	1.891	1.763	1.549	1.481
Feminino	#	533	485	444	396
Masculino	#	1.358	1.278	1.105	1.085
DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES POR GEOGRAFIA					
Portugal	%	50	52	54	54
Espanha	%	15	15	14	16
Brasil	%	27	26	25	25
América do Norte	%	6	5	4	3
Resto do Mundo	%	2	2	2	2



GESTÃO DE PESSOAS	UN	2019	2018	2017	2016
COLABORADORES ELEGÍVEIS PARA REFORMA					
CAE					
próximos 5 anos	#	3	1	1	1
próximos 10 anos	#	5	5	4	4
Quadros Directivos					
próximos 5 anos	#	104	109	135	149
próximos 10 anos	#	165	268	208	222
Gestores					
próximos 5 anos	#	53	47	79	106
próximos 10 anos	#	91	221	137	174
Especialistas					
próximos 5 anos	#	322	354	414	409
próximos 10 anos	#	526	1.475	675	703
Técnicos					
próximos 5 anos	#	1.370	1.511	1.923	1.999
próximos 10 anos	#	1.713	2.341	2.617	2.947
RÁCIO SALÁRIO MÍNIMO EDP/SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL					
Portugal	x	1,75	1,45	1,49	1,54
Espanha	x	1,24	1,28	1,30	1,40
Brasil	x	1,41	1,41	1,43	1,49
América do Norte	x	2,07	2,48	2,47	2,34
TIPOS DE SAÍDA/GEOGRAFIA					
Fins de contratos a termo	%	2	3	3	3
Rescisões por mútuo acordo	%	4	5	4	3
Rescisões por iniciativa do colaborador	%	26	19	14	17
Despedimentos	%	18	19	22	28
Pré-reformas	%	39	42	27	31
Reformas por velhice/invalidez	%	6	8	6	10
Outras saídas	%	5	5	25	8
RÁCIO SALARIAL M/H POR CATEGORIA PROFISSIONAL					
Técnicos					
Portugal	x	1,23	1,19	1,16	1,13
Espanha	x	0,80	0,77	0,77	0,81
Brasil	x	0,98	0,97	0,97	0,99
América do Norte	x	1,08	1,07	1,08	1,09
Resto do Mundo	x	1,11	1,01	1,32	1,04
Especialistas					
Portugal	x	0,94	0,92	0,90	0,91
Espanha	x	0,93	0,94	0,91	0,90
Brasil	x	0,81	0,78	0,81	0,78
América do Norte	x	0,92	0,92	0,93	0,93
Resto do Mundo	x	0,90	0,90	0,88	0,89
Gestores					
Portugal	x	0,97	1,01	0,98	0,96
Espanha	x	0,84	0,85	0,85	0,88
Brasil	x	1,03	0,99	0,94	1,09
América do Norte	x	0,96	0,95	1,02	1,01
Resto do Mundo	x	1,03	0,83	1,44	0,78
Quadros Directivos					
Portugal	x	0,93	0,93	0,92	0,90
Espanha	x	0,83	0,82	0,86	0,87
Brasil	x	0,87	0,92	0,86	0,79
América do Norte	x	1,00	1,04	1,02	1,03
Resto do Mundo	x	0,92	0,61	0,58	0,73

GESTÃO DE PESSOAS	UN	2019	2018	2017	2016
SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES					
Engagement	%	73	72	75	74
Feminino	%	74	72	75	74
Masculino	%	73	73	75	74
Enablement	%	71	70	70	70
Feminino	%	69	67	68	67
Masculino	%	72	70	71	70
ÍNDICE DE ROTATIVIDADE OU TURNOVER		%	10,51	10,32	9,04
Masculino	%	10,57	10,67	8,56	6,18
Feminino	%	10,36	9,25	10,56	7,03
<30 anos	%	8,46	8,00	22,21	17,23
[30-50 anos[%	5,55	4,96	6,80	4,61
≥50 anos	%	20,75	19,49	7,48	5,12
Turnover voluntário	%	2,70	1,98	1,44	1,16
HC ROI	%	6,96	6,35	6,46	7,25
Retorno do investimento em desenvolvimento dos colaboradores	€/p	38	34	31	36
Investimento directo com formação por colaborador	€/p	322	348	372	496
Volume de formação	h	400.504	398.394	473.078	389.883

ENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE	UN	2019	2018	2017	2016
INVESTIMENTO NA COMUNIDADE¹					
Categoria	000€	23.650	26.798	27.337	25.424
Investimento não estratégico	000€	1.534	286	822	1.975
Investimento estratégico	000€	20.652	24.443	25.855	21.990
Iniciativa comercial	000€	1.464	2.069	660	1.459
Natureza	000€	23.650	26.798	27.337	25.424
Educação	000€	2.002	3.580	4.384	3.014
Saúde	000€	1.545	1.565	1.519	1.745
Desenvolvimento económico	000€	3.576	5.795	2.434	2.637
Ambiente	000€	1.616	1.057	1.961	1.617
Arte e cultura	000€	10.585	10.749	9.923	10.361
Bem-estar social	000€	2.907	3.231	6.360	5.226
Resposta a situações de emergência	000€	120	19	393	24
Outras	000€	1.299	802	363	800
Tipos	000€	23.650	26.798	27.337	25.424
Contribuições monetárias	000€	19.320	24.283	24.376	23.194
Contribuições em espécie	000€	3.768	61	105	250
Contribuições em tempo de trabalho	000€	562	2.454	2.856	1.980
Custos de gestão	000€	2.322	1.007	1.067	1.387
Valor total das contribuições (incluindo os custos de gestão)	000€	25.972	27.805	28.404	26.811
Entidades beneficiárias	#	2.490	2.066	1.573	1.778
VOLUNTARIADO CORPORATIVO²					
Voluntários EDP	#	2.833	2.469	2.294	2.371
Horas de trabalho EDP usadas em voluntariado	h	23.258	19.375	24.932	15.835
Entidades beneficiárias	#	797	642	417	407

¹ Determinado de acordo com a metodologia LBG. Valores ainda não validados pela Corporate Citizenship.

² Alinhamento de critérios de reporte no ano de 2016.



GESTÃO DE FORNECEDORES	UN	2019	2018	2017	2016
FORNECEDORES AQUISIÇÕES GLOBAIS					
Fornecedores	#	16.644	16.040	16.832	17.078
Portugal	#	4.189	4.597	5.121	5.683
Espanha	#	1.936	1.966	2.102	2.567
Brasil	#	4.352	4.821	4.934	4.705
América do Norte	#	763	527	890	668
Resto do Mundo	#	5.404	4.129	4.212	4.025
Volume de compras	M€	4.157	3.143	3.312	3.235
Portugal	M€	757	795	826	924
Espanha	M€	214	225	229	278
Brasil	M€	673	526	854	780
América do Norte	M€	1.182	785	1.081	862
Resto do Mundo	M€	1.331	812	322	391
Fornecedores locais volume de compras					
Portugal	%	92	93	98	95
Espanha	%	88	100	100	90
Brasil	%	99	99	98	90
América do Norte	%	100	100	94	99
Resto do Mundo	%	92	100	100	97
Fornecedores críticos certificados²					
ISO 14001 ou equivalente	%	82	68	30	30
OHSAS 18001 ou equivalente	%	65	62	27	28
FORNECIMENTOS DE COMBUSTÍVEIS³					
Fornecedores⁴	#	76	61	73	72
Portugal	#	25	22	33	34
Espanha	#	46	32	34	30
Brasil	#	8	7	6	11
França	#	2	0	0	0
Volume de compras	M€	1.337	1.296	1.444	986
Portugal	M€	369	490	521	370
Espanha	M€	870	641	756	479
Brasil	M€	97	165	167	137
França	M€	0	0	0	0
Fornecedores locais volume de compras	%	51	52	50	57
Portugal	%	57	39,9	36	48
Espanha	%	52	71,6	68	74
Brasil	%	18	11	12	22
França	%	100	0	0	0
Fornecedores críticos de combustíveis certificados²					
ISO 9001	%	77	82	77	83
ISO 14001 ou equivalente	%	74	82	78	82
OHSAS 18001 ou equivalente	%	58	81	78	78
ORIGEM DO CARVÃO					
Colômbia	%	76	79	79	92
EUA	%	13	10	8	1
África do Sul	%	0	2	2	4
Rússia	%	8	9	11	1
Espanha	%	0	0	0	2

¹Não inclui Renováveis.²Fornecedores críticos expostos a riscos ambientais ou de segurança e saúde no trabalho.³No número de fornecedores total do Grupo são contabilizadas apenas uma vez empresas que têm negócios com a EDP em mais de uma geografia.⁴Inclui compras de combustíveis e serviços associados.

SEGURANÇA E SAÚDE	UN	2019	2018	2017	2016
COLABORADORES					
Acidentes ¹	#	29	29	28	30
Acidentes mortais	#	0	2	0	0
Índice de frequência ²	Tf	1,50	1,36	1,33	1,37
Índice de gravidade ³	Tg	90	110	122	91
PRESTADORES DE SERVIÇO					
Acidentes ¹	#	82	106	100	158
Acidentes mortais ⁴	#	2	5	4	3
Índice de frequência ²	Tf	1,84	2,50	2,38	3,84
Índice de gravidade ³	Tg	88	116	136	217

¹São considerados os acidentes ocorridos no local e tempo de trabalho ou em trajecto, com 1 ou mais dias de ausência e os acidentes mortais.

²Acidentes de trabalho por milhão de horas trabalhadas.

³Número de dias (civis) perdidos resultantes de acidente de trabalho por milhão de horas trabalhadas.

⁴Acidentes ocorridos com trabalhadores do género masculino. De referir que se aguarda confirmação de um terceiro, que até ao fecho do ano ainda estava por se apurar uma eventual relação da morte do trabalhador com o incidente.



Lisboa, 10 de Março de 2020

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

António Luís Guerra Nunes Mexia

João Manuel Manso Neto

António Fernando Melo Martins da Costa

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz

Miguel Stilwell de Andrade

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira

Maria Teresa Isabel Pereira

Vera de Moraes Pinto Pereira Carneiro

edp



**TO OWN
ONE'S OWN
FUTURE**

WIND
ENERGY

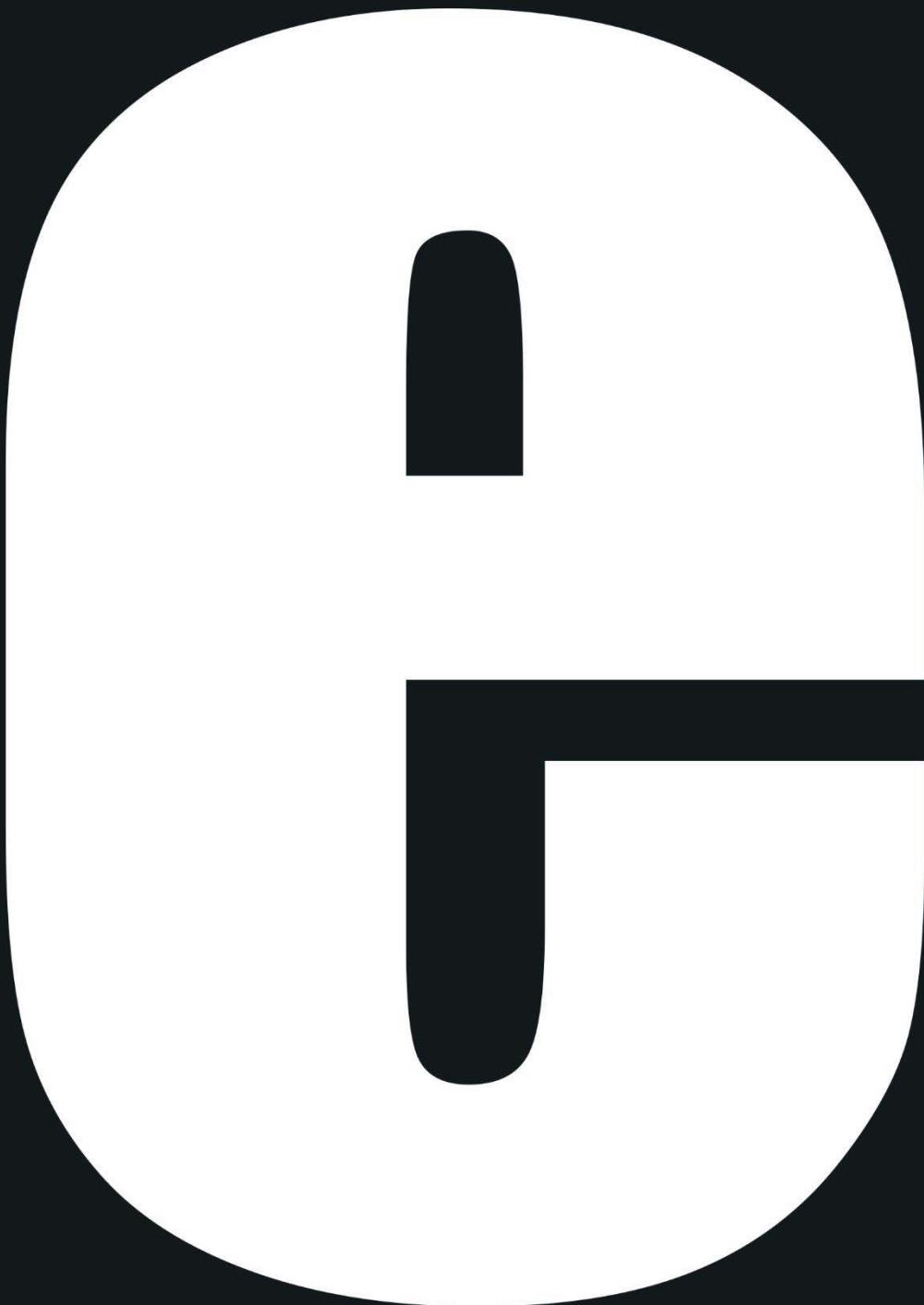
TO
WIND
VENTO

04

04 ANEXOS

BIOGRAFIA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	202
PRINCÍPIOS E POLÍTICAS	221
PRINCÍPIOS DE RELATO	222
DEM. NÃO FINANCEIRA (ART.66ºB E 508ºG DO CSC)	225
SASB	226
TCFD	230
PROVEITOS VERDES	231
ACOMPANHAMENTO DOS OBJECTIVOS 2020	232
INDICADORES GRI	233
TABELA GRI	244
DECLARAÇÃO DO AUDITOR	256
RELATÓRIO DE ALOCAÇÃO E IMPACTO DAS OBRIGAÇÕES VERDES	260
DECLARAÇÃO DO AUDITOR – RELATÓRIO OBRIGAÇÕES VERDES	262

edp



04

ANEXOS



BIOGRAFIA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

	Nome Completo	LUÍS FILIPE MARQUES AMADO
	Estatuto	Independente
	Função	Presidente do Conselho Geral e de Supervisão
	Comissões	Presidente da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria
Competências e Experiência		Licenciado em Economia - Universidade de Lisboa (76) Auditor - Tribunal de Contas Auditor - Instituto de Defesa Nacional (89-90) Deputado - Assembleia da República de Portugal (el. 91/95/99/05/09) Secretário de Estado Adjunto – Ministério da Administração Interna (95-97) Secretário de Estado – Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (97-02) Ministro da Defesa Nacional (05-06) Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (06-11) Administrador não executivo - Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (13-19) Presidente do Conselho de Administração - Banco Internacional do Funchal, S.A. (12-16) Presidente da Assembleia Geral - Banco Cabo-Verdiano de Negócios, S.A. (13-14) Presidente do Conselho de Administração - Banco Cabo-Verdiano de Negócios, S.A. (15-17) Membro não executivo do Conselho de Administração - Fundação Francisco Manuel dos Santos (13-17)
Histórico na EDP		Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão (Abril 2015 - Abril 2018) Presidente do Conselho Geral e de Supervisão (desde Abril 2018)
Nomeações Externas Actuais		Curador da Fundação Oriente (12) Curador da Fundação Francisco Manuel dos Santos (18) Membro do Global Advisory Board - SONAE (18) Presidente da Assembleia Geral - Tabaqueira, S.A. (18) Professor convidado - ISCSP (12) Professor convidado - Paris School of International Affairs (16)



Nome Completo	DINGMING ZHANG
Estatuto	Não Independente
Função	Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão
Comissões	-
Competências e Experiência	Licenciado em Sistema de Energia e Automação – Universidade de Ciência e Tecnologia de Huazhong (84) Mestrado em Gestão - Universidade de Ciência e Tecnologia de Huazhong (01) Vice-Director do Departamento de Produção de Energia - China Three Gorges Corporation (02) Vice-Presidente Executivo - China Yangtze Power Company (02-11) Director - Guangzhou Development Industry
Histórico na EDP	Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da China Three Gorges (Fevereiro 2012 – Abril de 2015) Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da CWEI (Europe), S.A. (Abril 2015-Abril 2018) Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da China Three Gorges International Corporation (Abril 2018 - Dezembro 2018) Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da China Three Gorges Corporation, desde Dezembro 2018
Nomeações Externas Actuais	Presidente - Beijing Yangtze Power Capital (15)





Nome Completo	SHENGLIANG WU
Estatuto	Não Independente
Função	Membro do Conselho Geral e de Supervisão
Comissões	Presidente da Comissão de Vencimentos Membro da Comissão de Estratégia e Performance
Competências e Experiência	Licenciado em Engenharia – Universidade de Wuhuan (92) Mestrado em Economia e Gestão Gestão - Universidade de Chongqing (00) Secretário do Departamento de Assuntos Societários - Gezhouba Hydropower Plant (98-00) Vice-Director do Gabinete do Conselho - China Yangtze Power Company (02-03) Director do Departamento de Capital Operacional - China Yangtze Power Company (04-06) Vice-Presidente Executivo - Beijing Yangtze Power Capital (06-11) Director no Departamento de Planeamento Estratégico – China Three Gorges Corporation (11-15)
Histórico na EDP	Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da China Three Gorges International (Europe), S.A. (Fevereiro 2012 – Abril de 2015) Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da China Three Gorges (Portugal), Sociedade Unipessoal, Lda (Abril 2015 - Abril 2018) Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da China Three Gorges (Europe), S.A (Abril 2018 - Dezembro 2018) Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da China Three Gorges International Corporation, desde Dezembro 2018
Nomeações Externas Actuais	Vice-Presidente Executivo - China Three Gorges Corporation (15) Presidente - China Three Gorges (Europe), S.A. (15)



Nome Completo	IGNACIO HERRERO RUIZ
Estatuto	Não Independente
Função	Membro do Conselho Geral e de Supervisão
Comissões	Membro da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade Membro da Comissão de Estratégia e Performance
Competências e Experiência	Licenciado em Economia pela Universidade Carlos III (Madrid) (97) Departamento de Fusões e Aquisições - Citigroup (97-98) Departamento de Fusões e Aquisições - Deutsche Bank Investment (98-03) Departamento de Fusões e Aquisições - Credit Suisse (03-16)
Histórico na EDP	Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da China Three Gorges (Europe), S.A., desde Dezembro de 2018
Nomeações Externas Actuais	Vice-Presidente Executivo da China Three Gorges Corporation (Europe), S.A. (16)



Nome Completo	Li Li
Estatuto	Não Independente
Função	Membro do Conselho Geral e de Supervisão
Comissões	Membro da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade
Competências e Experiência	Bacharel em Negócios Internacionais com especialização em Engenharia hidroeléctrica First-class Constructor na China Engenheira Assistente no Departamento de Planeamento – CWE (84-85) Engenheira Assistente/Engenheira – CWE Sucursal na Tunísia (85-89) Engenheira no Departamento de Energia Hidroeléctrica – CWE (89-93) Engenheira – CWE Sucursal na Roménia (94-95) Engenheira Sénior – Dep. de Energia Hidroeléctrica (95-99) Gestão de Projectos (<i>the Odaw Drainage Channel</i>) – CWE (99-00) Directora Geral Adjunta – CWE (00-01) Gestão de Projectos (<i>the Water Mains</i>) – CWE (01-03) Directora Geral/Adjunta no Departamento de Comércio Internacional – CWE (03-11) Vice-Presidente – CWE (11-15) Presidente – CWE (15-17) Directora Executiva – CWE (17-19)
Histórico na EDP	Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da China Three Gorges Brasil Energia Ltda., desde Dezembro de 2019
Nomeações Externas Actuais	Economista Chefe Adjunta – China Three Gorges Brazil (desde 2019)





Nome Completo	EDUARDO DE ALMEIDA CATROGA
Estatuto	Não Independente
Função	Membro do Conselho Geral e de Supervisão
Comissões	Presidente da Comissão de Estratégia e Performance
Competências e Experiência	Licenciado em Finanças – Instituto Superior de Economia e Gestão (66) Curso Program for Management Development- Harvard Business School (79) Doutor Honoris Causa Universidade de Lisboa Ministro das Finanças - Governo de Portugal (93-95) Professor Catedrático Convidado de MBA do Instituto Superior de Economia e Gestão Administrador com funções executivas e não executivas, em particular como <i>Chief Executive Officer</i> e <i>Chairman</i> , em empresas, nacionais e internacionais, de diversos sectores da economia, designadamente, químico, agroquímico, produtos de grande consumo, energia e banca de investimento
Histórico na EDP	Membro independente do Conselho Geral e de Supervisão (Junho 2006 - Fevereiro 2012) Presidente e membro independente do Conselho Geral e de Supervisão (Fevereiro 2012 - Abril 2015) Presidente e Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da China Three Gorges Corporation (Abril 2015 – Abril 2018) Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da China Three Gorges (Portugal), Sociedade Unipessoal, Lda., desde Abril 2018
Nameações Externas Actuais	Presidente não executivo do Conselho de Administração da Finantipar, holding que controla o Banco Finantia (17) Membro da Comissão de Investimentos da Portugal Venture Capital Initiative, gerida pelo Fundo Europeu de Investimentos (08)



Nome Completo	FELIPE FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ
Estatuto	Não Independente
Função	Membro do Conselho Geral e de Supervisão
Comissões	Membro da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade
Competências e Experiência	Licenciado em Ciências Económicas e Administrativas - Universidade de Bilbao (75) Professor da Faculdade de Economia e Negócios - Universidade de Oviedo (84-90) Director de Economia e Planeamento Regional - Principado das Astúrias (84-90) Conselheiro de Ordenamento do Território e habitação - Principado das Astúrias (90-91) Conselheiro Meio Rural e Pesca - Principado das Asturias (91-93) Gestor em diversas sociedades com actuação nos mais diversos sectores de actividade
Histórico na EDP	Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da Cajastur Inversiones S.A. (Fevereiro de 2012 - Abril de 2015) Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da DRAURSA, S.A. desde Abril de 2018
Nomeações Externas Actuais	Membro do Conselho de Administração – Liberbank (11) Presidente do Conselho de Administração - Lico Leasing (17) Membro Comissão Executiva - Lico Leasing (18) Membro do Conselho de Administração - Tudela Veguín (11) Masaveu Inmobiliaria (14) Cimento Verde do Brasil (14) Membro do Conselho de Administração - Instituto de Medicina Oncológica Molecular de Asturias (14)





Nome Completo	FERNANDO MARÍA MASAVEU HERRERO
Estatuto	Não Independente
Função	Membro do Conselho Geral e de Supervisão
Comissões	Membro da Comissão de Vencimentos Membro da Comissão de Estratégia e Performance
Competências e Experiência	Licenciado em Direito - Universidade de Navarra (92) Gestor em diversas sociedades do Grupo Masaveu com actuação nos mais diversos sectores de actividade, designadamente energia, financeiro, transportes, ambiental e imobiliário, entre outras.
Histórico na EDP	Membro do Conselho Geral e de Supervisão, desde Fevereiro de 2012 (reeleito em Abril 2015 e Abril 2018)
Nomeações Externas Actuais	Presidente - Masaveu Corporation Presidente - Cementos Anónima Tudela Veguín Presidente - Masaveu International Administrador do Bankinter Membro do Comitê Executivo do Bankinter Administrador - EGEO, SGPS Administrador na Olmea Internacional Presidente - Fundação Maria Cristina Masaveu Peterson Presidente - Fundação San Ignacio de Loyola Patrono - Fundação Princesa das Astúrias Membro Comissão Executiva - Fundação Princesa das Astúrias Presidente Conselho de Administração - Oppidum Capital



Nome Completo	MOHAMMED ISSA KHALFAN AL-HURAIMEL AL-SHAMSI
Estatuto	Não independente
Função	Membro do Conselho Geral e de Supervisão
Comissões	Membro da Comissão de Estratégia e Performance
Competências e Experiência	Licenciado em Administração de Empresas – Universidade Americana de Sharjah (01) MBA – HEC School of Management (05) Consultor - McKinsey & Company (05-07) Director de estratégia e Política – Gabinete do Primeiro Ministro dos Emirados Árabes Unidos (09-11) Membro do Conselho de Administração - Tabreed District Cooling (14) Membro do Conselho de Administração - Jiangsu Suyadi (12-14) Membro do Conselho de Administração - Shariket Kahraba Hadjret-En-Nous (14-16) Membro do Conselho de Administração - SMN Power Company (13-16)
Histórico na EDP	Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da Senfora BV, desde Outubro 2017 (eleito em Abril 2018)
Nomeações Externas Actuais	Director de Investimento em utilities - Mubadala Investments Company (11)



Nome Completo	NUNO MANUEL DA SILVA AMADO
Estatuto	Não independente
Função	Membro do Conselho Geral e de Supervisão
Comissões	Membro da Comissão de Estratégia e Performance
Competências e Experiência	Licenciado em Organização e Gestão de Empresas - Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (80) Programa Avançado de Gestão – INSEAD (04) Departamento de Auditoria e Consultoria – KPMG Peat Marwick (80-85) Citibank (85-90) Banco Fonsecas & Burnay (90-92) Membro do Conselho de Administração - Deutsche Bank Portugal (93-97) Membro da Comissão Executiva - Banco de Comércio e Indústria (97-04) Vice-Presidente da Comissão Executiva - Crédito Predial Português (00-04) Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva - Banco Santander Totta, SGPS (06-12) Presidente da Comissão Executiva - Banco Comercial Português (12-18)
Histórico na EDP	Membro do Conselho Geral e de Supervisão, desde Maio de 2013 (reeleito em Abril 2015 e Abril 2018)
Nameações Externas Actuais	Chairman - Banco Comercial Português (18)



Nome Completo	KARIM DJEBBOUR
Estatuto	Não independente
Função	Membro do Conselho Geral e de Supervisão
Comissões	Membro da Comissão de Estratégia e Performance
Competências e Experiência	Licenciado em Engenharia Agrónoma (83) Licenciado em Avaliação Económica e Projectos Financeiros – C.E.F.E.B Paris (89) Várias funções - Banque de l'Agriculture et du Développement Rural (84-91) Sub-Director – Ministro da Economia (91-93) Assistente de Director Geral de Project Financing, Director Financeiro – Sonatrach (93-99) CEO – Brown and Root Condor (07) Director Geral - Sonatrach Investissements et Participations SIP (08) Chefe de Gabinete do CEO – Sonatrach (14-15)
Histórico na EDP	Membro do Conselho Geral e de Supervisão, em representação da Sonatrach, desde Abril 2018
Nameações Externas Actuais	Adido à Direcção Geral – Grupo Sonatrach (15)



	Nome Completo	MARIA CELESTE FERREIRA LOPES CARDONA
	Estatuto	Independente
	Função	Membro do Conselho Geral e de Supervisão
	Comissões	Membro da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade Membro da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria
	Competências e Experiência	Licenciada em Direito - Universidade de Lisboa (81) Mestrado em Direito - Universidade de Lisboa (94) Doutoramento em Direito - Universidade de Lisboa (15) Assistente – Universidade de Lisboa (82) Membro do Centro de Estudos Fiscais (83-) Representante Portuguesa - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos (85) Ministra da Justiça – Governo de Portugal (02-04) Membro (não executivo) do Conselho de Administração - Caixa Geral de Depósitos, S.A. (04-08) Membro do Conselho Fiscal - SIBS (12-19)
	Histórico na EDP	Membro independente do Conselho Geral e de Supervisão desde Fevereiro de 2012 (reeleita em Abril 2015 e Abril 2018)
	Nomeações Externas Actuais	Advogada (82) Consultora - M. Cardona Consulting, Unipessoal, Lda. (93) Membro do Conselho Fiscal - SIBS (12) Professora Associada – Universidade Lusíada (17)
	Nome Completo	ILÍDIO DA COSTA LEITE DE PINHO
	Estatuto	Independente
	Função	Membro do Conselho Geral e de Supervisão
	Comissões	Membro da Comissão de Vencimentos
	Competências e Experiência	Licenciado em Engenharia Electrónica e Máquinas – Instituto Industrial do Porto (64) Membro não executivo, em representação da Indústria Nacional, do Conselho de Administração – ICEP (86-91) Presidente – Conselho Municipal de Vale de Cambra (79-83) Presidente - Assembleia Geral de Vale de Cambra (93-97) Fundador do Grupo COLEP Fundador da Nacional Gás e suas associadas CEO de diversas sociedades e associações Membro do Conselho de Curadores da Universidade de Aveiro Doutorado <i>Honoris Causa</i> pela Universidade de Aveiro
	Histórico na EDP	Membro independente do Conselho Geral e de Supervisão desde Fevereiro de 2012 (reeleito em Abril 2015 e Abril 2018)
	Nomeações Externas Actuais	CEO – Grupo Ilídio Pinho (94) Presidente – Fundação Ilídio Pinho



Nome Completo	JORGE AVELINO BRAGA DE MACEDO
Estatuto	Independente
Função	Membro do Conselho Geral e de Supervisão
Comissões	Membro da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade Membro da Comissão de Estratégia e Performance
Competências e Experiência	Licenciado em Direito - Universidade de Lisboa (71) Mestrado em Relações Internacionais – Yale University (73) Doutoramento em Economia – Universidade de Yale (79) Professor – Princeton University (80-86) Ministro das Finanças – Governo de Portugal (91-93) Presidente Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus (94-95) Presidente – Instituto de Investigação Científica Tropical (04-15) Consultor - Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (96-99) Consultor – Nações Unidas (82-84) Consultor – Banco Mundial (84-88) Estagiário - Fundo Monetário Internacional (78-79)
Histórico na EDP	Membro independente do Conselho Geral e de Supervisão desde Fevereiro de 2012 (reeleito em Abril 2015 e Abril 2018)
Nomeações Externas Actuais	Professor de Economia - Universidade Nova de Lisboa (76) Diretor - Centro de Globalização e Governação da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (08) Distinguished Fellow - Centro Internacional de Inovação na Governação Internacional em Waterloo (14) Presidente da Assembleia Geral – Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (12)





Nome Completo	VASCO JOAQUIM ROCHA VIEIRA
Estatuto	Independente
Função	Membro do Conselho Geral e de Supervisão
Comissões	Membro da Comissão de Vencimentos Membro da Comissão de Estratégia e Performance
Competências e Experiência	Licenciado em Engenharia Civil – Academia Militar (56-64) Curso Geral de Estado-Maior (69-70) Curso Complementar de Estado-Maior (70-72) Curso de Comando e Direcção para Oficial General (82-83) Curso de Defesa Nacional (84) Brigadeiro (84) General (87) Governador de Macau (91-99) Ministro da República dos Açores (86-91) Secretário Adjunto de Comunicações e Obras Públicas - Governo de Macau (74-75) Chefe do Estado-Maior do Exército (76-78) Representante Militar Nacional no Quartel-General Supremo dos Poderes Aliados na Europa da Organização do Tratado do Atlântico Norte na Europa (78-82)
Histórico na EDP	Membro independente do Conselho Geral e de Supervisão desde Fevereiro de 2012 (reeleito em Abril 2015 e Abril 2018)
Nomeações Externas Actuais	Membro do Conselho da Ordem dos Engenheiros (00) Membro da Assembleia de Representantes da Ordem dos Engenheiros (04) Membro da Academia de Engenharia Membro do Conselho de Escola do ISCSP



Nome Completo	AUGUSTO CARLOS SERRA VENTURA MATEUS
Estatuto	Independente
Função	Membro do Conselho Geral e de Supervisão
Comissões	Membro da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade Membro da Comissão de Estratégia e Performance
Competências e Experiência	Licenciado em Economia - Instituto Superior de Economia e Finanças (ISCEF) (72) Professor Catedrático convidado - Instituto Superior de Economia e Gestão (72-14) Secretário de Estado da Indústria (95-96) Ministro da Economia (96-97)
Histórico na EDP	Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde Maio de 2013 (reeleito em Abril de 2015 e em Abril de 2018)
Nomeações Externas Actuais	Consultor nas áreas de macroeconomia, política económica, estratégia de negócios (86)



Nome Completo	JOÃO CARVALHO DAS NEVES
Estatuto	Independente
Função	Membro do Conselho Geral e de Supervisão
Comissões	Membro da Comissão de Vencimentos Vice-Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria
Competências e Experiência	Licenciado em Organização e Gestão de Empresas - Instituto Superior de Economia e Gestão (81) MBA - Instituto Superior de Economia e Gestão (85) Finance and Control - IMD (86) Director Geral – CIFAG/IPE (87-02) Management Control - HEC Paris (87) Curso executivo - International Finance - INSEAD (87) Doutorado - Manchester Business School (92) Consultor Sénior – Coopers & Lybrand (92-93) Gestor Judicial: Torralta(93-98); Casino Hotel de Tróia (94-95); TVI (98) Sócio ROC Neves, Azevedo Rodrigues e Batalha (98-09) Presidente do Departamento de Gestão – ISEG (07-08) Administrador - BPN (08) CEO e CFO da SLN (08-09) Leadership - Kennedy Harvard Government School (09) Leadership Development Program - Creative Leadership Center (10) Coaching for Performance - London Business School (10) Presidente da Administração - Central do Sistema de Saúde (11-14)
Histórico na EDP	Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde Abril de 2015 (reeleito em Abril de 2018)
Nameações Externas Actuais	Professor do Departamento de Gestão - ISEG (92) Director da Pós-graduação em Gestão e Avaliação Imobiliária – ISEG (00) Professor convidado em Financiamento, Negociação e Contratualização na Saúde - ISCSPI (12) Membro do Conselho de Escola – ISEG Universidade de Lisboa (14) Consultor em gestão através da sua empresa Zenaction Business Consulting (14) ROC (16) Membro independente não executivo da Montepio-Valor SGFI (17)



	Nome Completo	MARÍA DEL CARMEN FERNÁNDEZ ROZADO
	Estatuto	Independente
	Função	Membro do Conselho Geral e de Supervisão
	Comissões	Membro da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria
	Competências e Experiência	Licenciada em Economia e Administração de Empresas e Ciência Política e Sociologia - Universidade Complutense de Madrid (78) Doutorada em Finanças Públicas - Universidade Complutense de Madrid (98) PADE Management Program MBA - IESE Business School (04-05) Inspectora Fiscal do Estado (84) Auditora de Contas (88) Inspectora-chefe – Ministérios da Economia e Finanças de Espanha (85-86) Chefe-adjunta do Gabinete de inspecções Fiscais do Estado (87-96) Chefe do Gabinete de inspecções Fiscais do Estado (96-99) Presidente da Task Force para Energias Renováveis, Sustentabilidade e Mercados de Carbono – Associação de Reguladores de Energias da América Latina ARIAE (99-11) Membro do Conselho Consultivo - Ernst & Young (12-13)
Histórico na EDP		Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde Abril de 2015 (reeleito em Abril de 2018)
Nomeações Externas Actuais		Consultora (11) Presidente da Comissão de Auditoria – ACS Group (17) Membro do Conselho Consultivo – Beragua Capital Docente em diversas Universidades

	Nome Completo	LAURIE LEE FITCH
	Estatuto	Independente
	Função	Membro do Conselho Geral e de Supervisão
	Comissões	Membro da Comissão de Estratégia e Performance
	Competências e Experiência	Licenciada em Árabe - Georgetown University's School of Foreign Service (91) Mestrado - Georgetown University's School of Foreign Service (94) Assistente do Vice-Presidente – Banco do Nova Iorque (94-99) Assista - Scroders PLC (99-00) Associada – UBS Warburg (00-02) Managing Director e Director of International Equity Research - TIAA-CREF (02-06) Analista Séniior e Sócia - Artisan Partners (06-11) Managing Director e co-responsável do Grupo de Industriais Globais na Europa, Divisão de Investimento - Morgan Stanley (12-16)
	Histórico na EDP	Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde Abril de 2015 (reeleito em Abril de 2018)
	Nomeações Externas Actuais	Partner - PJT Partners (16) Administradora não-executiva e membro da Comissão de Remuneração - Enquest PLC (18) Membro em-coptação das sub-comissões de auditoria e finanças e operações - Tate Board of Trustees (15) Membro do Conselho Consultivo do Centro de Estudos Árabes Contemporâneos da Universidade de Georgetown (13) Trustee - Universidade Americana do Cairo (19)
	Nome Completo	CLEMENTINA MARIA DÂMASO DE JESUS SILVA BARROSO
	Estatuto	Independente
	Função	Membro do Conselho Geral e de Supervisão
	Comissões	Membro da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria
	Competências e Experiência	Licenciada em Gestão - Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) (76-81) Mestrado em gestão de empresas (parte lectiva) - Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) (84-85) Diversas funções - Banco Espírito Santo e Comercial Lisboa (88-90) Membro do Conselho de Administração e Directora-Geral – INDEG_ISCTE (99-13) Doutoramento em Gestão Empresarial Aplicada - ISCTE (15)
	Histórico na EDP	Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde Abril de 2018
	Nomeações Externas Actuais	Professora convidada - ISCTE (82) Revisor oficial de contas e auditor externo (90) Presidente da Mesa da Assembleia-Geral – Science4You, S.A. (14) Administradora não-executiva e membro da comissão de auditoria - Banco CTT, S.A. (15) Vogal da Direcção - Instituto Português de Corporate Governance (16)





Nome Completo	LUÍS MARIA VIANA PALHA DA SILVA
Estatuto	Independente
Função	Membro do Conselho Geral e de Supervisão
Comissões	-
Competências e Experiência	<p>Licenciado em Economia - Instituto Superior de Economia (78) Licenciado em Gestão de Empresas – Universidade Católica Portuguesa (81) CFO – Covina – Companhia Vidreira Nacional, S.A.R.L (87-91) Administrador do IPE – Investimentos e Participações Empresariais, SGPS, S.A. (91) Secretário de Estado do Comércio (91-95) CFO – CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (97-01) CFO e CEO – Jerónimo Martins (01-11) Advanced Management Program – Universidade da Pensilvânia (05) Vice-Presidente do Conselho de Administração - Galp Energia, SGPS, S.A. (12-15) Membro do Conselho de Administração - Oi, S.A. (15-18) Presidente da Direcção - AEM – Associação dos Emitentes Portugueses Administrador não-executivo - NYSE Euronext Membro da Comissão de Auditoria da NYSE Euronext Presidente - APETRO – Associação Portuguesa de Empresas Petrolíferas</p>
Histórico na EDP	Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde Abril de 2019
Nomeações Externas Actuais	<p>Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado da Pharol, SGPS, S.A. (desde 2015) Director das respectivas subsidiárias Bratel B.V. e Bratel S.à.r.l. Presidente do Conselho Fiscal da Seguradoras Unidas, S.A. Administrador Não Executivo da Nutrinveste, SGPS, S.A. Membro não executivo do Conselho de Administração - JSC NC “KazMunayGas”</p>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

	Nome Completo	ANTÓNIO LUÍS GUERRA NUNES MEXIA
	Função	Presidente do Conselho de Administração Executivo, eleito em Março de 2006 (reeleito em Abril 2009, Fevereiro 2012, Abril 2015 e Abril 2018)
	Competências e Experiência	Licenciado em Economia - Universidade de Genebra (80) Assistente do Departamento de Economia Professor na Universidade Nova e Universidade Católica (82-95) Vice-Presidente do Conselho de Administração do Instituto do Comércio Externo de Portugal (88-90) Administrador do Banco Espírito Santo de Investimentos (90-98) Presidente do Conselho de Administração da Gás de Portugal e da Transgás (98-00) Vice-Presidente do Conselho de Administração Galp Energia (00-01) Presidente Executivo Galp Energia (01-04) Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do Governo Português (04-05) Presidente da Eurelectric (15-17)
	Nomeações Externas Actuais	Não ocupa qualquer cargo ou foi nomeado para qualquer função executiva externa ao Grupo EDP
	Nome Completo	JOÃO MANUEL MANSO NETO
	Função	Membro do Conselho de Administração Executivo, eleito em Março de 2006 (reeleito em Abril 2009, Fevereiro 2012, Abril 2015 e Abril 2018)
	Competências e Experiência	Licenciado em Economia - Instituto Superior de Economia (81) Pós-graduado em Economia Europeia - Universidade Católica Portuguesa (82) Curso da "American Bankers Association" (82) "Advanced Management Program for Overseas Bankers" - Wharton School (85) Director Central das Direcções Financeiras e Comercial Retailho Sul – Banco Português do Atlântico (81-95) Director Geral da direcção Financeira, direcção Geral de Grandes Empresas Institucionais, direcção Geral de Tesouraria, Membro do CA do BCP – Banco de Investimento e Vice-Presidente do BIG Bank Gdańsk (95-02) Administrador no Grupo Banco Português de Negócios (02-03) Director Geral e Administrador - EDP Produção (03-05)
	Nomeações Externas Actuais	Administrador - OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. Consejero - Operador del Mercado Ibérico de Energía, Polo Español, S.A. (OMEL) CEO – EDP Renováveis



	Nome Completo	ANTÓNIO FERNANDO MELO MARTINS DA COSTA
	Função	Membro do Conselho de Administração Executivo, eleito em Março de 2006 (reeleito em Abril 2009, Fevereiro 2012, Abril 2015 e Abril 2018)
	Competências e Experiência	Licenciado em Engenharia Civil - Universidade do Porto (76) MBA - Porto Business School (89) Formação executiva - INSEAD, Fontainebleau – (95) PADE - AESE (00) “Advanced Management Program” - Wharton School (03) International Directors Program – INSEAD (19) Assistente - Instituto Superior de Engenharia do Porto (76-89) Produção hidráulica – EDP (81-89) Director Geral do Banco Millennium bcp, e Administrador Executivo de empresas de seguros, pensões e de gestão de activos financeiros - Grupo BCP (89-03) Director Executivo - Eureko BV, Presidente - Eureko Polska e Vice-Presidente Executivo – PZU (99-02) Director Presidente e Vice-Presidente do Conselho – EDP Brasil (03-07) Vice-Presidente - Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil (03-07) Presidente - Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Eléctrica (03-07) Chairman e CEO - EDP Renováveis EUA (07-09) Membro do CA - EDP Renováveis (08-11) Vice-Presidente - Câmara de Comércio dos EUA em Portugal Vice-Presidente - Proforum Vice-Presidente - APGEI
	Nomeações Externas Actuais	Não ocupa qualquer cargo ou foi nomeado para qualquer função executiva externa ao Grupo EDP
	Nome Completo	JOÃO MANUEL VERÍSSIMO MARQUES DA CRUZ
	Função	Membro do Conselho de Administração Executivo, eleito em Fevereiro 2012, (reeleito em Abril 2015 e Abril 2018)
	Competências e Experiência	Licenciado em Gestão - Universidade Técnica de Lisboa (84) MBA - Universidade Técnica de Lisboa (89) Pós-graduação em Marketing e Gestão de Linhas Aéreas - International Air Travel Association / Bath University (92) Várias funções incluindo Director-Geral - TAP Air Portugal (84-99) Administrador na TAPGER (97-99) Administrador - EMEF e outras sociedades - Grupo CP (00-02) Presidente da Comissão Executiva Air Luxor (02-05) Presidente - Instituto do Comércio Externo de Portugal (05-07)
	Nomeações Externas Actuais	Vice-Presidente - Companhia de Electricidade de Macau - CEM, S.A. Administrador - KNJ Global Limitada (Macau) Presidente - Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa Representante de Portugal no Conselho de Supervisão da Câmara de Comércio da União Europeia na China (19)

	<p>Nome Completo MIGUEL STILWELL DE ANDRADE</p> <p>Função Membro do Conselho de Administração Executivo, eleito em Fevereiro 2012, (reeleito em Abril 2015 e Abril 2018)</p> <p>Competências e Experiência Licenciado em Engenharia Mecânica - Universidade de Strathclyde (98) MBA - MIT Sloan (03) Fusões e Aquisições – UBS Investment Bank (UK) (98-00) Área de Estratégia e Desenvolvimento Corporativo – EDP (00-05) Director da área de Estratégia e Desenvolvimento Corporativo – EDP (05-09) Membro do Conselho de Administração – EDP Distribuição e administrador de outras sociedades do Grupo (09-12)</p> <p>Nomeações Externas Actuais Membro do Conselho Estratégico do ISEG MBA (20)</p>
	<p>Nome Completo MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS</p> <p>Função Membro do Conselho de Administração Executivo, eleito em Abril 2015 (reeleito em Abril 2018)</p> <p>Competências e Experiência Licenciado em Engenharia Física Tecnológica – Instituto Superior Técnico (93) Mestrado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores – Instituto Superior Técnico (95) MBA – Universidade Nova de Lisboa (96) Consultor – McKinsey & Company (95-98) Director corporativo - GDP - Gás de Portugal (98) Administrador - Setgás (99-01) Administrador Executivo – Lisboagás (00-01) Director Marketing Estratégico – Galp Energia (01-04) Administrador – Comboios de Portugal (04-06) Chefe de Gabinete Presidente do Conselho de Administração Executivo – EDP (06-07) Administrador – EDP Comercial (07-08) Administrador EDP Inovação (07-08 / 12-14) Vice-Presidente – EDP Brasil (08-13)</p> <p>Nomeações Externas Actuais CEO – EDP Brasil (14)</p>
	<p>Nome Completo RUI MANUEL RODRIGUES LOPES TEIXEIRA</p> <p>Função Membro do Conselho de Administração Executivo, eleito em Abril 2015 (reeleito em Abril 2018)</p> <p>Competências e Experiência Licenciado em Engenharia Naval – Instituto Superior Técnico (95) MBA – Universidade Nova de Lisboa (01) “Advanced Management Program” - Harvard Business School (13) Assistente director do departamento comercial naval - Gellweiler (96-97) Project manager - Det Norske Veritas (97-01) Consultor - McKinsey & Company (01-04) Director Planeamento e Controlo Corporativo – EDP (04-07) Membro do Conselho de Administração – EDP Renováveis (07-15)</p> <p>Nomeações Externas Actuais Não ocupa qualquer cargo ou foi nomeado para qualquer função executiva externa ao Grupo EDP</p>



	Nome Completo	MARIA TERESA ISABEL PEREIRA
	Função	Membro do Conselho de Administração Executivo, eleita em Abril 2018
	Competências e Experiência	<p>Licenciada em Direito – Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa (93) Leccionou Direito das Obrigações – Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa (93-97) Pós-graduação em Direito da Sociedade da Informação-Faculdade de Direito de Lisboa (00-01) Advogada inscrita na Ordem dos Advogados (97) Jurista - Proet – Projectos (Grupo EDP) (94-98) Directora Jurídica da ONI SGPS (98-05) Directora Jurídica e Secretária Geral, Secretária da Sociedade – EDP (06-18)</p>
	Nomeações Externas Actuais	Não ocupa qualquer cargo ou foi nomeado para qualquer função executiva externa ao Grupo EDP
	Nome Completo	VERA DE MORAIS PINTO PEREIRA CARNEIRO
	Função	Membro do Conselho de Administração Executivo, eleita em Abril 2018
	Competências e Experiência	<p>Licenciada em Economia – Universidade Nova de Lisboa (96) Pós-graduação em Economia – Universidade Nova de Lisboa (98) MBA – INSEAD, Fontainebleau (00) Associada – Mercer (96-99) Fundadora – Innovagency Consulting (01-03) Directora do Serviço de Televisão – TV Cabo – PT Multimédia (03-07) Directora de Serviço de Televisão – MEO (07-14) Vice-Presidente Executiva e Directora-Geral (Portugal e Espanha) - Fox Networks Group (14-18)</p>
	Nomeações Externas Actuais	Membro da Direcção – Instituto Português de Corporate Governance

PRINCÍPIOS E POLÍTICAS

- Ética na EDP (Código de Ética)
- Política de Integridade da EDP
- Princípios de Desenvolvimento Sustentável
- Política de Selecção dos Membros do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo da EDP
- Política de Gestão Empresarial do Risco
- Política de Gestão Financeira
- Governo de Dados Comerciais
- Política Fiscal do Grupo EDP
- Compromisso de Práticas de Sã Concorrência
- Política de Segurança de Informação
- Política de Ambiente
- Política de Relacionamento com *Stakeholders*
- Política de Segurança e Saúde no Trabalho
- Política de Formação
- Política de Diversidade
- Política de Mobilidade Interna – local e internacional
- Política de Investimento Social
- Política de Voluntariado
- Código de Conduta do Fornecedor
- Política de Compras Sustentáveis
- Direitos Humanos
- Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

As políticas listadas podem ser consultadas em www.edp.com.



PRINCÍPIOS DE RELATO

Este relatório foi preparado de acordo com a GRI Standards – Opção Abrangente.

PRINCÍPIOS DE RELATO E GRI STANDARDS

QUALIDADE DO RELATO

EQUILÍBRIO	COMPARABILIDADE	TRANSPARÊNCIA
O conteúdo do Relatório considera tanto os factos mais positivos do ano, como os menos positivos, quando materialmente relevantes.	A informação reportada abrange uma série temporal de quatro anos nos indicadores dos temas materialmente relevantes para os negócios do Grupo EDP (pág. 67), permitindo a análise comparada do desempenho da empresa.	É disponibilizado um glossário online em www.edp.com . A par da publicação deste relatório é, também, disponibilizada uma versão web facilitando a navegação pelos diferentes conteúdos.
RIGOR	ACTUALIDADE	FIABILIDADE
O âmbito do Relatório é explicado em baixo, tal como os seus critérios de consolidação. Todas as excepções e alterações de critério são devidamente assinaladas. No glossário online, são disponibilizadas as definições e descrições das metodologias de cálculo dos principais indicadores de desempenho.	O Relatório tem uma periodicidade anual e abrange o ano civil de 2019.	A verificação interna do processo é descrita na pág. 224. A verificação externa é uma garantia adicional à fiabilidade do conteúdo relativo aos indicadores incluídos na tabela GRI (pág. 244).

CONTEÚDO DO RELATO

CONTEXTO DE SUSTENTABILIDADE

No quadro da estratégia definida, a EDP promove uma cultura empresarial de procura permanente de um desempenho de excelência em sustentabilidade, apoiada nos seus oito princípios de desenvolvimento sustentável (para mais informações consultar www.edp.com).

O desempenho do Grupo em sustentabilidade é globalmente reportado com base nos critérios de consolidação financeira definidos e descritos no capítulo seguinte. Sobre estas empresas, o Grupo define uma estratégia clara de melhoria contínua do seu desempenho, suportada no processo interno da identificação dos temas materiais do ano e nas tendências emergentes do sector, assumindo sempre as condições locais onde desenvolve a sua actividade. Sobre activos não consolidados pelo Grupo (identificados em seguida), a Empresa influencia positivamente o seu desempenho e evidencia as principais iniciativas do ano ao longo do Relatório, quando materialmente relevantes. Na cadeia de fornecimento, a abordagem é de gestão e os temas materiais estão publicados e, neste quadro, o Grupo defende uma relação suportada na confiança, na colaboração e na criação de valor partilhado (pág. 173). Finalmente, do lado do cliente, a EDP tem uma estratégia de crescimento suportada numa oferta cada vez mais limpa, contribuindo para uma maior eficiência energética e para uma redução crescente da sua pegada carbónica (pág. 98).

CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os critérios de consolidação da informação não financeira seguem os seguintes critérios:

- Nas empresas subsidiárias onde o Grupo exerce controlo, o desempenho das empresas é relatado a 100%;
- Nas empresas conjuntamente controladas e onde o Grupo exerce influência significativa, publica-se informação operacional, ambiental e social quando a sua relevância para o Grupo é significativa.

Uma lista com as empresas e respectivo método de consolidação encontra-se disponível no Anexo I das Notas às Demonstrações financeiras do Relatório e Contas.

Nesta lista está incluída a empresa Iberenergia, S.A.U. que o Grupo detém a 100% e que consolida pelo método de consolidação integral. Esta empresa detém 15,5% da Central Nuclear de Trillo e sendo a EDP um accionista minoritário não exerce controlo operacional nem tem poder na tomada de decisões financeiras. Atendendo a isto, a EDP não reporta informação operacional, ambiental e social desta central no Relatório de Sustentabilidade. No entanto a informação sobre o seu desempenho pode ser consultada em www.cnat.es.

Por sua vez, em cumprimento com a IFRS 10, o Grupo EDP no seu Relatório e Contas (R&C) publica informação financeira da Iberenergia onde está incluída a proporção que detém desta central. Para manter a consistência do R&C, é igualmente publicada informação operacional.

MATERIALIDADE

No âmbito da gestão da sustentabilidade e para o relato do seu desempenho, o Grupo EDP identifica periodicamente os temas e tendências que no curto, médio e longo prazo são capazes de influenciar a criação de valor para a empresa. Os temas materiais agregam tanto a dimensão financeira como não financeira, nomeadamente económica, ambiental e social suscetível de influenciar ou ser influenciada pelos diferentes *stakeholders* da EDP.

A análise de materialidade consiste em avaliar e priorizar a relevância de um assunto para a EDP e respectivos *stakeholders*, revendo periodicamente as suas expectativas, de forma a apoiar o processo de tomada de decisão e de desenvolvimento de estratégias na organização.

Maior detalhe sobre a metodologia interna para determinação da Materialidade do Grupo EDP está disponível no documento Abordagem de Gestão à Sustentabilidade em www.edp.com.

Maior detalhe sobre os temas materiais do Grupo EDP para 2019 e seu significado pode ser consultado em www.edp.com.

VERIFICAÇÃO DE ACORDO COM AA1000 AP 2018

Os temas materiais (pág. 67) são identificados dentro do quadro definido pelas Normas AA1000 AP (2018), assegurando a identificação de *stakeholders* críticos; integrando as suas expectativas na estratégia corporativa e operacional e procurando responder adequadamente às suas expectativas.

À semelhança de anos anteriores, em 2019, a EDP foi sujeita à verificação do cumprimento da AA1000 AP (2018) pela entidade auditora PwC, nomeadamente, nos princípios de inclusão, materialidade, resposta e impacto.

INCLUSÃO DE STAKEHOLDERS

O princípio da inclusão presume uma auscultação aos *stakeholders* mais relevantes para a empresa, de forma a conhecer as suas expectativas e preocupações, incorporando-as no processo de tomada de decisão.

Periodicamente são promovidas iniciativas de interacção com diferentes segmentos de *stakeholders* da empresa existindo, simultaneamente, canais de comunicação próprios dedicados a segmentos específicos.

RESPOSTA E INTEGRIDADE

A EDP responde estrategicamente às principais expectativas dos seus *stakeholders*, assumindo compromissos e definindo planos de acção para os temas materiais. Na página 60, são elencados os Objectivos de Metas e na página 69 a matriz de Materialidade do Grupo para 2019, cujos temas são desenvolvidos ao longo do documento.



VERIFICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A coordenação global do processo de elaboração do Relatório de Sustentabilidade EDP é da responsabilidade da Direcção de Sustentabilidade. Os conteúdos são posteriormente vistos e aprovados pelo Conselho de Administração Executivo.

A verificação externa dos conteúdos de sustentabilidade, efectuada pela PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. e tem o nível de verificação externa "Limitada" para o conjunto de indicadores listados na tabela a partir da página 244.

GRI E GLOBAL COMPACT

A tabela da página 244 lista os indicadores GRI-Standards de acordo com a opção “Abrangente”, e os específicos do Protocolo do Sector Eléctrico da G4, assumindo prazos para a implementação dos indicadores onde ainda não foi possível o seu cumprimento integral. Em simultâneo, a tabela identifica a informação reportada de acordo com os 10 princípios da Global Compact, demonstrando o compromisso EDP com esta iniciativa.



DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

Demonstração Não Financeira Individual e Consolidada nos Termos Dos Artigos 66.º-B E 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais

ARTIGOS 66.º-B E 508.º-G	DESCRIPÇÃO E PROCESSOS DE DILIGÊNCIA	RISCOS ASSOCIADOS	RESULTADOS	INDICADORES CHAVE DE DESEMPENHO
POLÍTICAS AMBIENTAIS	Política de Ambiente Política de Biodiversidade Política de Gestão de Água		3.1.5 Promoção das Energias Renováveis 3.1.6 Alterações Climáticas 3.1.7 Novos Serviços de Energia 3.1.8 Eficiência Energética 3.1.9 Mobilidade Sustentável 3.2.5 Protecção do Ambiente	
POLÍTICAS SOCIAIS E RELATIVAS AOS TRABALHADORES	Política de Segurança e Saúde no Trabalho Governo de Dados Comerciais Compromisso de Práticas de Sã Concorrência Política de Segurança de Informação Política de Relacionamento com Stakeholders Política de Formação Política de Mobilidade Interna Política de Investimento Social Política de Voluntariado Código de Conduta do Fornecedor Política de Compras Sustentáveis Política de Integridade		3.1.10 Satisfação e Serviço ao Cliente 3.1.11 Clientes Vulneráveis 3.2.2 Ética e Direitos Humanos 3.2.3 Comunicação e Transparéncia 3.2.6 Gestão de Pessoas 3.2.7 Envolvimento e Desenvolvimento da Comunidade 3.2.8 Gestão de Fornecedores 3.2.9 Segurança e Saúde	
POLÍTICAS RELATIVAS À IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS	Código de Ética Princípios de Desenvolvimento Sustentável Política de Gestão Empresarial do Risco	2.5 Gestão de Risco	3.2.1 Governo Societário – Funcionamento dos Órgãos da Sociedade 3.2.2 Ética e Direitos Humanos – Direitos Humanos 3.2.6 Gestão de Pessoas – Diversidade e Igualdade de Oportunidades	3.3 Indicadores de Desempenho Anexo 'Indicadores GRI'
POLÍTICAS DE NÃO DISCRIMINAÇÃO	Política de Diversidade Política de Seleção dos Membros do CGS e do CAE		3.2.1 Governo Societário – Funcionamento dos Órgãos da Sociedade 3.2.2 Ética e Direitos Humanos – Direitos Humanos 3.2.6 Gestão de Pessoas – Diversidade e Igualdade de Oportunidades 3.1.11 Clientes Vulneráveis	
POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS	Política de Diversidade Política de Seleção dos Membros do CGS e do CAE		3.2.2 Ética e Direitos Humanos 3.2.6 Gestão de Pessoas 3.2.7 Envolvimento e Desenvolvimento da Comunidade 3.2.8 Gestão de Fornecedores 3.2.9 Segurança e Saúde	
POLÍTICAS DE COMBATE À CORRUPÇÃO E TENTATIVAS DE SUBORNO	Política de Relacionamento com Stakeholders Política de Investimento Social Política de Voluntariado Código de Conduta do Fornecedor Política de Compras Sustentáveis		3.2.2 Ética e Direitos Humanos – Risco de Corrupção/ Suborno/ Fraude/ Branqueamento 3.2.2 Ética e Direitos Humanos – Envolvimento Político Responsável 3.2.8 Gestão de Fornecedores	
BREVE DESCRIÇÃO DO MODELO EMPRESARIAL DA EMPRESA	Capítulo 'Modelo de Negócio' na parte '01 A EDP' e parte '02 Abordagem Estratégica'			
REFERÊNCIA AOS MONTANTES INSCRITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS E EXPLICAÇÕES ADICIONAIS RELATIVAS A ESSES MONTANTES	3.1.1 'Sustentabilidade económica do Negócio' Análise Financeira do Grupo EDP no Relatório e Contas 2019 (Capítulo 3 - Desempenho)			



SASB

Tópico	Métrica de contabilidade	Categoria	Unidade de Medida	Código SASB	GRI Standard/ 2019 Número	
NÚMERO DE CLIENTES						
(1) residencial	Quantitativo	Número	IF-EU-000.A	EU3	1.5 EDP no mundo; 3.3 Indicadores de desempenho – Satisfação e Serviço ao Cliente – Clientes por tipo de uso	
(2) comercial	Quantitativo	Número	IF-EU-000.A		1.5 EDP no mundo; 3.3 Indicadores de desempenho – Satisfação e Serviço ao Cliente – Clientes por tipo de uso	
(3) industrial	Quantitativo	Número	IF-EU-000.A		1.5 EDP no mundo; 3.3 Indicadores de desempenho – Satisfação e Serviço ao Cliente – Clientes por tipo de uso	
ELECTRICIDADE TOTAL FORNECIDA AOS CLIENTES						
(1) residencial	Quantitativo	Megawatt hora (MWh)	IF-EU-000.B	102-7	n.d	
(2) comercial	Quantitativo	Megawatt hora (MWh)	IF-EU-000.B	102-7	n.d	
(3) industrial	Quantitativo	Megawatt hora (MWh)	IF-EU-000.B	102-7	n.d	
(4) todo o restante fornecimento a retalho	Quantitativo	Megawatt hora (MWh)	IF-EU-000.B	102-7	n.d	
(5) fornecimento por grosso	Quantitativo	Megawatt hora (MWh)	IF-EU-000.B	102-7	n.d	
Comprimento das linhas de transporte e distribuição	Quantitativo	Quilómetros (km)	IF-EU-000.C	EU4	1.6 Quem somos	
Electricidade total gerada, Percentagem por fonte de energia principal, Percentagem em mercados regulados	Quantitativo	Megawatt hora (MWh), Percentagem (%)	IF-EU-000.D	EU2	3.3 Indicadores de desempenho – Promoção das energias renováveis	
Aquisição de electricidade no mercado grossista	Quantitativo	Megawatt hora (MWh)	IF-EU-000.E		3.416.477	
EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA & PLANEAMENTO DE RECURSOS ENERGÉTICOS	(1) Emissões brutas globais de Âmbito I	Quantitativo	Toneladas métricas (t)CO ₂ -e	IF-EU-110a.I	305-4	14.362.805
	(2) Percentagem coberta pelos regulamentos de limitação de emissões	Quantitativo	Percentagem (%)	IF-EU-110a.I	EU5	68,80
	(3) Percentagem coberta nos regulamentos de notificação de emissões	Quantitativo	Percentagem (%)	IF-EU-110a.I	EU5	99,90
	Emissões de gases de efeito estufa (GEE) associadas às entregas de energia	Quantitativo	Toneladas métricas (t) CO ₂ -e	IF-EU-110a.2	305-4	9.568.371

QUALIDADE DO AR	Discussão sobre a estratégia ou plano de longo e curto prazo para gerir as emissões de Âmbito I, metas de redução de emissões e uma análise do desempenho em relação a essas metas	Discussion and Analysis	n/d	IF-EU-110a.3	305-4	2.6. Estratégia, objectivos e metas; 3.1.5 Promoção das energias renováveis; 3.1.7. Novos Serviços de Energia; 3.1.8 Eficiência Energética; CDP Climate
	(1) Número de clientes fornecidos em mercados sujeitos a padrões de portefólio de renováveis (RPS)	Quantitativo	Número	IF-EU-110a.4		A EDP não fornece clientes em mercados sujeitos a padrões de portefólio de renováveis (RPS)
	(2) Percentagem de cumprimento da meta de RPS por mercado		Percentagem (%)	IF-EU-110a.4		
	Emissões para o ar dos seguintes poluentes:					
	(1) NOx (excluindo N ₂ O)	Quantitativo	Toneladas métricas (t)	IF-EU-120a.1	305-7	10.797,8
	(2) SOx	Quantitativo	Toneladas métricas (t)	IF-EU-120a.1	305-7	16.307,4
	(3) partículas (PM10)	Quantitativo	Toneladas métricas (t)	IF-EU-120a.1	305-7	1.662,5
	(4) chumbo (Pb)	Quantitativo	Toneladas métricas (t)	IF-EU-120a.1	305-7	n.d
	(5) mercúrio (Hg);	Quantitativo	Toneladas métricas (t)	IF-EU-120a.1	305-7	0,0184
	(1) NOx (excluindo N ₂ O)	Quantitativo	Percentagem (%) de NOx, SOx, PM10; Pb e Hg das instalações da EDP que se encontram localizadas em áreas de populações densas ou próximas das mesmas	IF-EU-120a.1	305-7	100
	(2) SOx	Quantitativo	Percentagem (%) de NOx, SOx, PM10; Pb e Hg das instalações da EDP que se encontram localizadas em áreas de populações densas ou próximas das mesmas	IF-EU-120a.1	305-7	100
	(3) partículas (PM10)	Quantitativo	Percentagem (%) de NOx, SOx, PM10; Pb e Hg das instalações da EDP que se encontram localizadas em áreas de populações densas ou próximas das mesmas	IF-EU-120a.1	305-7	100
	(4) chumbo (Pb)	Quantitativo	Percentagem (%) de NOx, SOx, PM10; Pb e Hg das instalações da EDP que se encontram localizadas em áreas de populações densas ou próximas das mesmas	IF-EU-120a.1	305-7	n.d
	(5) mercúrio (Hg);	Quantitativo	Percentagem (%) de NOx, SOx, PM10; Pb e Hg das instalações da EDP que se encontram localizadas em áreas de populações densas ou próximas das mesmas	IF-EU-120a.1	305-7	100
GESTÃO DA ÁGUA	(1) Água total captada	Quantitativo	Milhares de metros cúbicos (m ³)	IF-EU-140a.1	303-I	996.309 3.3 Indicadores de Desempenho – Protecção do Ambiente
	(2.a) Água total consumida	Quantitativo	Milhares de metros cúbicos (m ³)	IF-EU-140a.1	303-I	21.736 3.3 Indicadores de Desempenho – Protecção do Ambiente
	(2.b) Percentagem de cada uma, em regiões com stress hídrico	Quantitativo	Percentagem (%)	IF-EU-140a.1	303-I	1% e 51% da água total captada e consumida, respectivamente.
	Número de incidentes de não-conformidade associados à quantidade de água e/ou licenças de qualidade, normas e regulamentos	Quantitativo	Número	IF-EU-140a.2	307-I	Não existem incidentes de não conformidade. Este indicador é reportado anualmente no CDP Water Security.



	Descrição dos riscos relacionados com a gestão da água e discussão das estratégias e práticas para mitigar esses riscos	Discussão e Análise	n/d	IF-EU-140a.3	103-1; 103-2; 103-3	CDP Water Security; www.edp.com> sustentabilidade> dimensão ambiental> recursos naturais > água	
GESTÃO DAS CINZAS DE CARVÃO	- Quantidade de resíduos de combustão de carvão (CCR) gerados	Quantitativo	Toneladas métricas (t),	IF-EU-150a.1	306-2	375.167 3.3 Indicadores de Desempenho – Protecção do Ambiente	
	- Percentagem de CCR reciclados	Quantitativo	Percentagem (%)	IF-EU-150a.1	306-2	100% de sub-produtos. EDP não reporta a percentagem valorizada de cinzas volantes e escórias de carvão	
	Número total de aterros de resíduos de combustão de carvão (CCR), repartidos por classificação de risco potencial e avaliação de integridade estrutural	Quantitativo	Número	IF-EU-150a.2	306-2	n.d	
ACESSIBILIDADE DA ENERGIA	Taxa média de electricidade retalho para: (1) residencial	Quantitativo	Taxa	IF-EU-240a.1	n.d		
	(2) comercial	Quantitativo	Taxa	IF-EU-240a.1	n.d		
	(3) clientes industriais	Quantitativo	Taxa	IF-EU-240a.1	n.d		
	Factura eléctrica mensal típica para clientes residenciais para (1) 500 kWh e (2) 1.000 kWh de electricidade fornecida por mês	Quantitativo	Moeda de reporte	IF-EU-240a.2	n.d		
	Número de interrupções de fornecimento a clientes residenciais por falta de pagamento	Quantitativo	Número,	IF-EU-240a.3	EU27	3.3 Indicadores de desempenho – Satisfação e Serviço ao Cliente – Restabelecimento do Serviço	
	Percentagem reestabelecida no prazo de 30 dias	Quantitativo	Percentagem (%)	IF-EU-240a.3	EU28; EU29	3.3 Indicadores de desempenho – Satisfação e Serviço ao Cliente – Restabelecimento do Serviço	
	Discussão do impacto de factores externos na acessibilidade da electricidade ao cliente, incluindo as condições económicas do território de serviço	Discussão e Análise	n/d	IF-EU-240a.4	G4-DMA: Access	3.1.11 Clientes vulneráveis; 3.3 Indicadores de desempenho – Clientes Vulneráveis	
	(1) Total recordable incident rate (TRIR)	Quantitativo	Taxa	IF-EU-320a.1	403-2; 403-3	2,92	6
SAÚDE & SEGURANÇA	(2) Fatality rate	Quantitativo	Taxa	IF-EU-320a.1	403-2; 403-3	0,031	6
	(3) Near miss frequency rate (NMFR)	Quantitativo	Taxa	IF-EU-320a.1	403-2; 403-3	0,66	6

EFICIÊNCIA NA UTILIZAÇÃO FINAL & PROCURA	Percentagem das receitas dos serviços de electricidade provenientes de estruturas tarifárias que são dissociadas	Quantitativo	Percentagem (%)	IF-EU-420a.1	n.d	
	Percentagem de receitas de serviços de electricidade provenientes de estruturas tarifárias que contêm um mecanismo de ajustamento de receitas perdidas (LRAM)	Quantitativo	Percentagem (%)	IF-EU-420a.1	n.d	
	Percentagem de carga eléctrica servida por tecnologia de rede inteligente	Quantitativo	Percentagem (%) by megawatt horas (MWh)	IF-EU-420a.2	77	
	Poupanças de electricidade dos clientes através de medidas de eficiência, por mercado	Quantitativo	Megawatt horas (MWh)	IF-EU-420a.3	302-4	b2c (residencial): 985 GWh (acumulado desde 2015) b2b (industrial, terciário, agricultura): 2.050 GWh (acumulado desde 2015)
SEGURANÇA NUCLEAR & GESTÃO DE EMERGÊNCIA	Número total de unidades de energia nuclear, discriminado por coluna da Matriz de Ação da Comissão Reguladora Nuclear dos EUA (NRC)	Quantitativo	Número	IF-EU-540a.1	n.d	
	Descrição dos esforços para gerir a segurança nuclear e a preparação para emergências	Discussão e Análise	n/d	IF-EU-540a.2	n.d	
RESILIÊNCIA DA REDE	Número de incidentes de não conformidade com as normas ou regulamentos físicos e/ou de segurança cibernética	Quantitativo	Número	IF-EU-550a.1	418-I	Não
	(1) Duração média das interrupções longas do sistema (SAIDI)	Quantitativo	Minutos	IF-EU-550a.2	G4-DMA Availability and Reliability	194,0
	(2) Frequência média de interrupções longas do sistema (SAIFI)	Número	IF-EU-550a.2	G4-DMA Availability and Reliability	2,5	7
	(3) Índice de Duração Média de Interrupção do Cliente (CAIDI), incluindo dias de eventos importantes	Número	IF-EU-550a.2	G4-DMA Availability and Reliability	78,4	7

I. A COMPOSIÇÃO DA INDÚSTRIA BASEIA-SE NO MAPEAMENTO DO SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO DA INDÚSTRIA SUSTENTÁVEL (SCISTM) PARA O SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO DA INDÚSTRIA BLOOMBERG (BICS).

2. INCLUI APENAS AS EMISSÕES DAS INSTALAÇÕES ABRANGIDAS PELO EU-ETS

3. INCLUI AS EMISSÕES DE CO₂ E SF₆ DE TODAS AS CENTRAIS TERMOELÉCTRICAS

4. A EDP UTILIZOU FACTORES DE EMISSÃO NACIONAIS (PORTUGAL, ESPANHA E BRASIL).

5. A EDP NÃO RASTREOU CHUMBO

6. TOTAL RECORDABLE INCIDENT RATE (TRIR) - NÚMERO DE ACIDENTES DE TRABALHO "RECORDABLE", POR 1.000.000 HORAS TRABALHADAS DURANTE UM PERÍODO DE UM ANO (PERÍODO DE REFERÊNCIA); FATALITY RATE- NÚMERO DE ACIDENTES DE TRABALHO MORTAIS, POR 1.000.000 HORAS TRABALHADAS DURANTE UM PERÍODO DE UM ANO (PERÍODO DE REFERÊNCIA) NEAR MISS FREQUENCY RATE (NMFR) - NÚMERO DE QUASE ACIDENTES POR MILHÃO DE HORAS TRABALHADAS DURANTE O PERÍODO DE UM ANO (PERÍODO DE REFERÊNCIA)

7. WWW.EDP.COM - 13. DISPONIBILIDADE E FIABILIDADE; INDICADORES DE DESEMPENHO - ABORDAGEM DE GESTÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO.



TCFD RECOMENDAÇÕES DE REPORTE		CDSB***	DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA (ARTIGOS 66º-B E 508º-G DO CSC)				SASB**
			MODELO DE NEGÓCIO	POLÍTICAS E PROCESSO DE DILIGÊNCIA	PRINCIPAIS RISCOS E A SUA GESTÃO	RESULTADOS	INDICADORES CHAVE DE DESEMPENHO
GOVERNO CORPORATIVO	a) Supervisão	Req.01 Governo Corporativo		2.2 Organização da Sustentabilidade			Tabela SASB - como o framework SASB refere-se a tópicos financeiramente materiais as métricas de desempenho quantitativas e qualitativas associadas devem facilitar a elaboração de relatórios ESG com conhecimento e aprovação ao nível do CAE que forneçam informações sobre a eficácia da estratégia de uma empresa relacionada com o clima, a gestão do risco, e o desempenho operacional.
	b) Gestão	Req.01 Governo Corporativo; Req. 02 Políticas, Estratégia e Metas		2.2 Organização da Sustentabilidade			
ESTRATÉGIA	a) Riscos e oportunidades relacionados com o clima	Req. 02 Políticas, Estratégia e Metas; Req. 03 Riscos&Oportunidades; Req.06 Perspectivas			2.5 Gestão do Risco*: CDP Climate 2019		
	b) Impacto dos riscos e oportunidades relacionados com o clima	Req. 02 Políticas, Estratégia e Metas; Req. 03 Riscos&Oportunidades; Req.06 Perspectivas	2.5 Gestão do Risco*: CDP Climate 2019				
	c) Resiliência da estratégia da organização	Req. 03 Riscos&Oportunidades; Req.06 Perspectivas	3.1.8 Alterações Climáticas				
GESTÃO DO RISCO	a) Processo para identificar e avaliar	Req. 03 Riscos&Oportunidades		2.5 Gestão do Risco*: CDP Climate 2019			
	b) Processo para gerir	Req. 02 Políticas, Estratégia e Metas; Req. 03 Riscos&Oportunidades; Req.06 Perspectivas		2.5 Gestão do Risco*: CDP Climate 2019			
	c) Integração na gestão do risco	Req.01 Governo Corporativo; Req. 03 Riscos&Oportunidades; Req.06 Perspectivas		Relatório Anual & Contas edp 2019-04 Governo da Sociedade, ponto 52.			
MÉTRICAS E OBJECTIVOS	a) Métricas usadas para avaliar	Req.01 Governo Corporativo; Req. 02 Políticas, Estratégia e Metas; Req. 04 Fontes de impacte; Req.05 Desempenho & Comparação				Indicadores ambientais	
	b) Emissões GEE	Req. 02 Políticas, Estratégia e Metas; Req. 04 Fontes de impacte; Req.05 Desempenho & Comparação			3.1.8 Alterações Climáticas		
	c) Metas	Req. 02 Políticas, Estratégia e Metas; Req. 04 Fontes de impacte; Req.05 Desempenho & Comparação			2.6 Estratégia, Objectivos e Metas		

* Enquadramento dos riscos climáticos na TCFD | ** Sustainability Accounting Standards Board | *** Climate Disclosure Standards Board Framework. Os referenciais seguidos pela EDP são: CDP; GHG Protocol; GRI Standards; CELE (EU - ETS) | Notas utilizadas para fazer a imputação dos conteúdos.

Ga) Describe the board's oversight of climate-related risks and opportunities

Gb) Describe management's role in assessing and managing climate-related risks and opportunities and explain the rationale for the approach

Ea) Describe the climate-related risks the organization has identified over the short, medium, and long term throughout the value chain

Eb) Describe the impact of climate-related risks and opportunities on the company's business model, strategy and financial planning, and how strategies might change to address potential transition and physical risks as well as opportunities

Ec) Describe the resilience of the company's business model and strategy, taking into consideration different climate related scenarios over different time horizons, including at least a 2°C or lower scenario and a greater than 2°C scenario

GRa) Describe the company's processes for identifying and assessing climate-related risks over the short, medium, and long term and disclose how the company defines short, medium, and long term

GRb) Describe processes for managing climate-related risks

GRc) Describe how processes for identifying, assessing, and managing climate-related risks are integrated into the organisation's overall risk management.

MOb) Describe the development of GHG emissions against the targets set and the related risks over time.

MOc) Describe the outcomes of the company's policy on climate change, in particular the performance of the company against the indicators used and targets set to manage climate related risks and opportunities

Original CCRF <https://www.cdsb.net/what-we-do/reporting-frameworks>

PROVEITOS VERDES

Os proveitos de actividades ambientalmente sustentáveis ou verdes do Grupo EDP satisfazem as seguintes condições nos termos do texto da Taxonomia aprovado, em Dezembro de 2019, pelo Conselho Europeu, pela Comissão Europeia e pelo Parlamento Europeu:

- Contribuem para a mitigação das alterações climáticas através:
 - das actividades de produção de electricidade a partir de fontes renováveis (solar; eólica; hídrica);
 - da exclusão das actividades de produção de electricidade a carvão;
 - das actividades de distribuição de energia eléctrica pelo estabelecimento de infra-estruturas que conduzem à descarbonização dos sistemas de energia;
 - da actividade de comercialização pelo suporte a serviços de valor acrescentado (baixo carbono e de eficiência energética);
- Incluem actividades de produção de electricidade a gás natural (actividade de transição). As centrais a gás natural apresentam um nível de emissões igual ao nível da mediana do sector/indústria, e são utilizadas para melhorar a eficiência do sistema de produção de energia eléctrica suportada em mais de 66% por energia a partir de fontes renováveis. As centrais apresentam um nível de emissões de 371gCO₂/kWh;
- Têm suporte na Política Ambiental da EDP. A Companhia realiza estudos de impacte ambiental que vão para além do cumprimento legal em todas as geografias onde opera, para além de evidenciarem o compromisso da EDP com a protecção do ambiente e da biodiversidade;
- Têm subjacente o que a EDP assumiu nos seus principais documentos corporativos, como o Código de Ética e os Princípios de Desenvolvimento Sustentável, em aplicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Convenções da Organização Internacional do Trabalho, o Pacto Global das Nações Unidas e os Princípios Orientadores para Empresas – Quadro Ruggie.

É nestes termos que se reporta o indicador “proveitos ambientalmente sustentáveis ou verdes”. Em 2019, os proveitos da Companhia totalizaram 14.333 milhões de Euros, sendo que 55% são verdes.

PROVEITOS VERDES	PRODUÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	TOTAL
Total	19,8%	27,3	7,4%	54,6%

O reporte deste indicador está em linha com os requisitos de melhoria de reporte de informação não financeira nos termos da Directiva de Relato Não Financeiro e com as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD).



ACOMPANHAMENTO DOS OBJECTIVOS 2020

		META 2020	ESTADO 2019
CRIAR VALOR ECONÓMICO INVESTINDO NA DESCARBONIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade Instalada Renovável • Investimento em I&D+i (acumulado) • Contadores inteligentes (Península Ibérica) • Energia Poupada (acumulado) 	<ul style="list-style-type: none"> • ~76% • €200M • 90% • 1 TWh 	<ul style="list-style-type: none"> • 74% • €374M • 48% • 3 TWh
DESENVOLVER AS NOSSAS PESSOAS	<ul style="list-style-type: none"> • Nível de engagement • Colaboradores femininos • Certificação segundo OHSAS 18001¹ • Fornecedores expostos a riscos elevados de SST certificados segundo OHSAS 18001 • Índice de Frequência (Tf)² 	<ul style="list-style-type: none"> • ≥ 75% • 27% • 100% • 100% • ≤ 2,00 	<ul style="list-style-type: none"> • 73% • 25% • 60% • 64% • 1,84
MELHORAR O DESEMPENHO AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> • Variação das emissões específicas de CO₂ face a 2005 • Activos certificados segundo ISO 14001 • Fornecedores expostos a riscos elevados de ambiente certificados • Variação nos materiais residuais específicos face a 2015 	<ul style="list-style-type: none"> • -75% • 100% • 100% • -20% 	<ul style="list-style-type: none"> • -66% • 96% • 79% • -55%
REFORÇAR A CONFIANÇA	<ul style="list-style-type: none"> • Satisfação dos clientes • Reconhecimento pelo Ethisphere Institute • Proteger os Direitos Humanos na cadeia de fornecimento³ • Implementar a plena auscultação das partes interessadas⁴ • Colaboradores participantes em acções de voluntariado • Horas / ano em acções de voluntariado • Investimento na comunidade (LBG) (acumulado) • Fornecedores críticos avaliados pelos critérios ESG • Prestadores de serviços com riscos ESG auditados 	<ul style="list-style-type: none"> • > 80% • sim • 4^a etapa • 4^a etapa • 20% • 20.000 h • €100M • 100% • 100% 	<ul style="list-style-type: none"> • 77% • sim • 3^a etapa • 3^a etapa • 24% • 23.258 h • €136M • Em apuramento • Em apuramento

¹ Colaboradores abrangidos pela OHSAS 18001.

² Acidentes com colaboradores EDP e PSE, por milhão de horas trabalhadas.

³ 1^a etapa - Estudo de Impacto; 2^a etapa - Código de Conduta do fornecedor; 3^a etapa - Avaliação dos fornecedores nas dimensões Direitos Humanos; 4^a etapa - Planos de melhoria nos casos relevantes; ajustamento de políticas de compras.

⁴ 1^a etapa - Definição de uma metodologia de auscultação das partes interessadas; 2^a etapa - Implementação da metodologia em todas as UNs em Portugal; 3^a etapa - Implementação da metodologia em todas as Geografias; 4^a etapa - Cobrir todos os segmentos de stakeholders do Grupo EDP.

INDICADORES GRI

INDICADORES AMBIENTAIS

2019		UN	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	América do Norte	Resto do Mundo
CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL								
Certificação ISO 14001 ¹	%	9.641		98	98	95	94	95
CONSUMO DE ENERGIA TOTAL	TJ	201.318	89.496	65.007	46.740	18	57	
CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA	TJ	184.894	81.258	65.007	38.605	18	5	
Carvão	TJ	101.514	39.731	23.379	38.404	n.a.	n.a.	
Fuelóleo	TJ	337	315	22	n.a.	n.a.	n.a.	
Gás natural	TJ	70.823	41.093	29.730	n.a.	0	0	
Gás de alto forno	TJ	10.213	n.a.	10.213	n.a.	n.a.	n.a.	
Gás de coque	TJ	616	n.a.	616	n.a.	n.a.	n.a.	
Gasóleo	TJ	173	7	30	136	n.a.	n.a.	
Gás siderúrgico	TJ	1.006	n.a.	1.006	n.a.	n.a.	n.a.	
Combustível da frota automóvel	TJ	211	112	10	66	18	5	
INTENSIDADE ENERGÉTICA²	MJ/EUR	13,8	13,6	20,4	11,4	0,3	0,2	
RENDIMENTO CENTRAIS TERMOELÉCTRICAS								
(base: capacidade)	%	45,9	46,2	45,0	35,6	n.a.	n.a.	
CONSUMOS DE ELECTRICIDADE								
Consumos próprios da produção	MWh	3.383.149	2.500.743	405.552	423.133	39.555	14.165	
Serviços administrativos	MWh	33.548	24.313	2.203	5.480	1.311	241	
Perdas nas redes	%	8,9	9,6	3,6	9,9	n.a.	n.a.	
EMISSÕES DE GEE								
Emissões directas (âmbito 1)	ktCO _{2eq}	14.363	6.028	3.872	4.461	1	0	
Combustão estacionária ³	ktCO _{2eq}	14.338	6.015	3.870	4.453	n.a.	n.a.	
Emissões SF ₆	ktCO _{2eq}	9	5	1	3	0	0	
Frota Automóvel	ktCO _{2eq}	15	8	1	4	1	0	
Consumo de gás natural	ktCO _{2eq}	0,04	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	
Emissões indirectas (âmbito 2)⁴	ktCO _{2eq}	846	655	0	169	17	5	
Consumos de energia eléctrica em edifícios administrativos	ktCO _{2eq}	0,8	0,0	0,0	0,0	0,7	0,1	
Perdas de energia eléctrica na distribuição	ktCO _{2eq}	824	655	0	169	n.a.	n.a.	
Auto-consumo centrais renováveis	ktCO _{2eq}	21,3	0,0	0,0	0,0	16,2	5,1	
Outras emissões indirectas (âmbito 3)	ktCO _{2eq}	11.730	3.954	5.321	2.218	198	39	
Aquisição de bens e serviços (C01)	ktCO _{2eq}	28	9	9	9	0	0	
Bens de capital (C02)	ktCO _{2eq}	349	37	63	15	195	39	
Actividades relacionadas com combustíveis e energia (C03)	ktCO _{2eq}	6.784	2.855	2.076	1.853	0	0	
Transporte e distribuição a montante (C04)	ktCO _{2eq}	611	236	36	339	0	0	
Viagens de negócios (C06)	ktCO _{2eq}	7	2	1	2	3	0	
Uso de produtos vendidos (C11)	ktCO _{2eq}	3.951	814	3.137	0	0	0	
INTENSIDADE DE EMISSÕES DE GEE⁵	kgCO ₂ /EU R	1,1	1,0	1,2	1,3	0,0	0,0	
EMISSÕES CO₂ EVITADAS⁶	ktCO ₂	24.725	5.652	2.914	1.928	11.850	2.381	
EMISSÕES ATMOSFÉRICAS TOTAIS								
CO ₂ ^{3,7}	kt	14.338	6.015	3.870	4.453	n.a.	n.a.	
NO _x	kt	10,8	2,8	3,9	4,1	n.a.	n.a.	
SO ₂	kt	16,3	2,0	1,5	12,8	n.a.	n.a.	
Partículas	kt	1,66	0,04	0,10	1,52	n.a.	n.a.	
Mercúrio	kg	18	12	3	3	n.a.	n.a.	
SF ₆	kg	394	194	54	140	6	0	
EMISSÕES ESPECÍFICAS GLOBAIS								
CO ₂ ^{3,7}	g/kWh	216	266	272	464	n.a.	n.a.	
NO _x	g/kWh	0,2	0,1	0,3	0,4	n.a.	n.a.	
SO ₂	g/kWh	0,2	0,1	0,1	1,3	n.a.	n.a.	
Partículas	g/kWh	0,03	0,00	0,01	0,16	n.a.	n.a.	



2019		UN	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	América do Norte	Resto do Mundo
EMISSÕES ESPECÍFICAS DO PARQUE TÉRMICO								
CO ₂ ^{3,7}	g/kWh	649	583	480	1.201	n.a.	n.a.	n.a.
NO _x	g/kWh	0,5	0,3	0,5	1,1	n.a.	n.a.	n.a.
SO ₂	g/kWh	0,7	0,2	0,2	3,4	n.a.	n.a.	n.a.
Partículas	g/kWh	0,08	0,00	0,01	0,41	n.a.	n.a.	n.a.
ÁGUA CAPTADA POR FONTE								
Oceano	10 ³ x m ³	965.783	646.499	319.284	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Superficial	10 ³ x m ³	17.477	12.212	5.245	21	n.a.	n.a.	n.a.
Furo	10 ³ x m ³	191	191	0	0	n.a.	n.a.	n.a.
Poço	10 ³ x m ³	2	0	0	0	2	0	0
Serviços municipalizados	10 ³ x m ³	11.610	1.514	617	9.478	1	0	0
Outra entidade privada	10 ³ x m ³	1.247	324	922	0	n.a.	0	n.a.
PRINCIPAIS USOS DE ÁGUA								
Água de refrigeração	10 ³ x m ³	991.423	658.690	324.242	8.490	n.a.	n.a.	n.a.
Água bruta	10 ³ x m ³	4.670	1.947	1.781	942	n.a.	n.a.	n.a.
Água potável	10 ³ x m ³	181	103	10	66	3	0	0
ÁGUA REJEITADA								
Efluente tratado na actividade de produção	10 ³ x m ³	1.803	427	1.309	67	n.a.	n.a.	n.a.
Rejeição para águas estuarinas e meio marítimo	10 ³ x m ³	974.516	654.114	319.729	672	n.a.	n.a.	n.a.
Rejeição para águas interiores	10 ³ x m ³	1.783	3	1.780	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
MATERIAIS RESIDUAIS								
Resíduos	t	523.303	287.096	118.477	115.808	879	1.042	
Perigosos	%	2,2	8,8	0,5	2,0	34,1	7,6	
Não perigosos	%	97,8	91,2	99,5	98,0	65,9	92,4	
Valorizados	t	210.846	21.221	89.081	98.972	589	983	
Reciclados	t	126.236	17.492	87.354	20.092	494	804	
Outros	t	84.610	3.729	1.727	78.881	94	179	
Não valorizados	t	21.335	1.520	2.630	16.836	290	59	
Subprodutos	t	291.122	264.356	26.766	n.a.	n.a.	n.a.	
Gesso	t	99.787	73.021	26.766	n.a.	n.a.	n.a.	
Cinzas volantes de carvão	t	157.253	157.253	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Escórias de carvão	t	34.082	34.082	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Materiais residuais valorizados	%	96	99	98	85	67	94	
DISTRIBUIÇÃO EM ÁREAS CLASSIFICADAS								
Rede de distribuição de alta tensão em áreas classificadas	km	1.408	918	119	370	n.a.	n.a.	
Aérea	km	1.394	904	119	370	n.a.	n.a.	
Subterrânea	km	14	14	0	0	n.a.	n.a.	
Rede de distribuição de média tensão em áreas classificadas	km	15.822	9.159	930	5.733	n.a.	n.a.	
Aérea	km	14.787	8.182	879	5.725	n.a.	n.a.	
Subterrânea	km	1.035	977	51	7	n.a.	n.a.	
Subestações em áreas classificadas	#	46	19	17	10	n.a.	n.a.	
TRANSPORTE EM ÁREAS CLASSIFICADAS								
Rede de transporte de alta tensão em áreas classificadas	km	n.a.	n.a.	n.a.	97	n.a.	n.a.	
Aérea	km	n.a.	n.a.	n.a.	97	n.a.	n.a.	
Subterrânea	km	n.a.	n.a.	n.a.	0	n.a.	n.a.	
Subestações em áreas classificadas	#	n.a.	n.a.	n.a.	0	n.a.	n.a.	
ÁREAS INUNDADAS POR ALBUFEIRAS	ha	5.999	5.666	330	3	n.a.	n.a.	
RECLAMAÇÕES AMBIENTAIS	#	347	57	8	169	83	30	

¹ Indicador agregado de certificação em função dos activos com potenciais impactes ambientais.

² Consumo total de energia por Volume de Negócios.

³ As emissões estacionárias não incluem agora as resultantes da queima de gases siderúrgicos da ArcelorMittal em centrais da EDP em Espanha.

⁴ Cálculo segundo a metodologia "location based" do GHG Protocol.

⁵ Total de Emissões de âmbito I e 2 por Volume de Negócios.

⁶ Emissões que teriam ocorrido se a electricidade gerada por fontes de energia renovável fosse produzida por centrais termoeléctricas. Para cada país, obtém-se multiplicando a produção líquida renovável pelo factor de emissão do mix termoeléctrico desse país.

⁷ Inclui apenas as emissões de combustão estacionária.

2018	UN	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	América do Norte	Resto do Mundo
CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL							
Certificação ISO 14001 ¹	%	96	97	97	95	96	95
CONSUMO DE ENERGIA TOTAL	TJ	234.747	116.110	76.076	42.489	8	65
CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA	TJ	221.634	109.400	76.076	36.146	8	4
Carvão	TJ	165.982	79.306	50.757	35.919	n.a.	n.a.
Fuelóleo	TJ	297	264	32	n.a.	n.a.	n.a.
Gás natural	TJ	40.425	29.696	10.726	n.a.	3	0
Gás de alto forno	TJ	12.356	n.a.	12.356	n.a.	n.a.	n.a.
Gás de coque	TJ	934	n.a.	934	n.a.	n.a.	n.a.
Gasóleo	TJ	202	2	45	155	n.a.	n.a.
Gás siderúrgico	TJ	1.220	n.a.	1.220	n.a.	n.a.	n.a.
Combustível da frota automóvel	TJ	218	132	6	72	5	3
INTENSIDADE ENERGÉTICA²	MJ/EUR	15,4	14,7	25,1	11,5	0,2	0,3
RENDIMENTO CENTRAIS TERMOELÉCTRICAS							
(base: capacidade)	%	45,1	47,8	44,8	34,5	n.a.	n.a.
CONSUMOS DE ELECTRICIDADE							
Consumos próprios da produção	MWh	3.527.172	2.508.720	577.610	389.701	34.456	16.685
Serviços administrativos	MWh	34.990	25.518	2.749	5.172	1.311	241
Perdas nas redes	%	8,8	9,6	3,4	9,9	n.a.	n.a.
EMISSÕES DE GEE							
Emissões directas (âmbito 1)	ktCO _{2eq}	18.429	9.106	5.345	3.977	0	0
Combustão estacionária ³	ktCO _{2eq}	18.404	9.090	5.342	3.971	n.a.	n.a.
Emissões SF6	ktCO _{2eq}	10	6	2	2	0	0
Frota Automóvel	ktCO _{2eq}	15	10	0	4	0	0
Consumo de gás natural	ktCO _{2eq}	0,19	0,04	0,00	0,00	0,14	0,01
Emissões indirectas (âmbito 2)⁴	ktCO _{2eq}	602	441	0	136	17	8
Consumos de energia eléctrica em edifícios administrativos	ktCO _{2eq}	1,8	0,0	0,0	0,0	1,7	0,1
Perdas de energia eléctrica na distribuição	ktCO _{2eq}	577	441	0	136	n.a.	n.a.
Auto-consumo centrais renováveis	ktCO _{2eq}	22,8	0,0	0,0	0,0	14,9	7,9
Outras emissões indirectas (âmbito 3)	ktCO _{2eq}	11.334	3.818	4.707	2.593	168	48
Aquisição de bens e serviços (C01)	ktCO _{2eq}	49	16	16	16	0	0
Bens de capital (C02)	ktCO _{2eq}	330	38	67	14	162	48
Actividades relacionadas com combustíveis e energia (C03)	ktCO _{2eq}	6.399	2.737	1.501	2.162	0	0
Transporte e distribuição a montante (C04)	ktCO _{2eq}	675	240	36	400	0	0
Viagens de negócios (C06)	ktCO _{2eq}	10	2	1	2	5	0
Uso de produtos vendidos (C11)	ktCO _{2eq}	3.871	785	3.086	0	0	0
INTENSIDADE DE EMISSÕES DE GEE⁵	kgCO ₂ /EUR	1,2	1,2	1,7	1,3	0,0	0,0
EMISSÕES CO₂ EVITADAS⁶	ktCO ₂	29.221	9.259	3.633	1.911	11.495	2.923
EMISSÕES ATMOSFÉRICAS TOTAIS							
CO ₂ ^{3,7}	kt	18.404	9.090	5.342	3.971	n.a.	n.a.
NO _x	kt	14,3	4,6	5,7	3,9	n.a.	n.a.
SO ₂	kt	21,3	3,8	6,0	11,5	n.a.	n.a.
Partículas	kt	2,05	0,09	0,24	1,72	n.a.	n.a.
Mercúrio	kg	50	27	14	9	n.a.	n.a.
SF ₆	kg	440	246	100	92	0	3
EMISSÕES ESPECÍFICAS GLOBAIS							
CO ₂ ^{3,7}	g/kWh	257	321	380	386	n.a.	n.a.
NO _x	g/kWh	0,2	0,2	0,4	0,4	n.a.	n.a.
SO ₂	g/kWh	0,3	0,1	0,4	1,1	n.a.	n.a.
Partículas	g/kWh	0,03	0,00	0,02	0,17	n.a.	n.a.
EMISSÕES ESPECÍFICAS DO PARQUE TÉRMICO							
CO ₂ ^{3,7}	g/kWh	768	719	680	1.149	n.a.	n.a.
NO _x	g/kWh	0,6	0,4	0,7	1,1	n.a.	n.a.
SO ₂	g/kWh	0,9	0,3	0,8	3,3	n.a.	n.a.
Partículas	g/kWh	0,09	0,01	0,03	0,50	n.a.	n.a.



2018		UN	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	América do Norte	Resto do Mundo
ÁGUA CAPTADA POR FONTE								
Oceano	10 ³ x m ³	1.509.190	1.098.254	410.935	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Superficial	10 ³ x m ³	14.403	8.880	5.518	5	n.a.	n.a.	n.a.
Furo	10 ³ x m ³	183	182	0	0	n.a.	n.a.	n.a.
Poço	10 ³ x m ³	3	0	0	0	2	1	
Serviços municipalizados	10 ³ x m ³	12.438	2.363	794	9.273	6	2	
Outra entidade privada	10 ³ x m ³	1.397	426	970	0	n.a.	0	
PRINCIPAIS USOS DE ÁGUA								
Água de refrigeração	10 ³ x m ³	1.531.530	1.107.087	416.132	8.311	n.a.	n.a.	
Água bruta	10 ³ x m ³	5.887	2.917	2.050	920	n.a.	n.a.	
Água potável	10 ³ x m ³	177	111	10	45	9	2	
ÁGUA REJEITADA								
Efluente tratado na actividade de produção	10 ³ x m ³	1.984	456	1.464	65	n.a.	n.a.	
Rejeição para meio marítimo	10 ³ x m ³	1.510.986	1.098.589	411.745	651	n.a.	n.a.	
Rejeição para águas interiores e estuarinas	10 ³ x m ³	6.964	5.515	1.449	n.a.	n.a.	n.a.	
MATERIAIS RESIDUAIS								
Resíduos	t	862.060	495.956	238.032	126.909	1.029	134	
Perigosos	%	1,5	10,7	0,3	1,2	29,5	52,8	
Não perigosos	%	98,5	89,3	99,7	98,8	70,5	47,2	
Valorizados	t	272.964	23.301	177.632	71.192	738	102	
Reciclados	t	219.972	20.907	176.137	22.212	671	47	
Outros	t	52.992	2.394	1.495	48.980	67	55	
Não valorizados	t	76.365	3.829	16.495	55.717	291	33	
Subprodutos	t	512.731	468.826	43.905	n.a.	n.a.	n.a.	
Gesso	t	165.785	121.880	43.905	n.a.	n.a.	n.a.	
Cinzas volantes de carvão	t	311.234	311.234	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Escórias de carvão	t	35.712	35.712	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Materiais residuais valorizados	%	91	99	93	56	72	76	
DISTRIBUIÇÃO EM ÁREAS CLASSIFICADAS								
Rede de distribuição de alta tensão em áreas classificadas	km	1.310	918	119	273	n.a.	n.a.	
Aérea	km	1.296	904	119	273	n.a.	n.a.	
Subterrânea	km	14	14	0	0	n.a.	n.a.	
Rede de distribuição de média tensão em áreas classificadas	km	15.730	9.133	930	5.667	n.a.	n.a.	
Aérea	km	14.706	8.166	879	5.661	n.a.	n.a.	
Subterrânea	km	1.024	967	51	6	n.a.	n.a.	
Subestações em áreas classificadas	#	47	19	17	11	n.a.	n.a.	
TRANSPORTE EM ÁREAS CLASSIFICADAS								
Rede de transporte de alta tensão em áreas classificadas	km	n.a.	n.a.	n.a.	10	n.a.	n.a.	
Aérea	km	n.a.	n.a.	n.a.	10	n.a.	n.a.	
Subterrânea	km	n.a.	n.a.	n.a.	0	n.a.	n.a.	
Subestações em áreas classificadas	#	n.a.	n.a.	n.a.	0	n.a.	n.a.	
ÁREAS INUNDADAS POR ALBUFEIRAS								
RECLAMAÇÕES AMBIENTAIS	ha	6.025	5.690	330	5	n.a.	n.a.	
	#	250	69	5	129	19	28	

¹ Indicador agregado de certificação em função dos activos com potenciais impactes ambientais.

² Consumo total de energia por Volume de Negócios.

³ As emissões estacionárias não incluem agora as resultantes da queima de gases siderúrgicos da ArcelorMittal em centrais da EDP em Espanha.

⁴ Cálculo segundo a metodologia "location based" do GHG Protocol.

⁵ Total de Emissões de âmbito I e 2 por Volume de Negócios.

⁶ Emissões que teriam ocorrido se a electricidade gerada por fontes de energia renovável fosse produzida por centrais termoeléctricas. Para cada país, obtém-se multiplicando a produção líquida renovável pelo factor de emissão do mix termoeléctrico desse país.

⁷ Inclui apenas as emissões de combustão estacionária.

INDICADORES SOCIAIS

2019		UN	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	América do Norte	Resto do Mundo
EMPREGO								
Colaboradores	#	11.660	5.852	1.720	3.158	663	267	
Conselho de Administração Executivo	#	9	9	0	0	0	0	0
Quadros Directivos	#	827	463	169	82	79	34	
Gestores	#	783	336	253	106	61	27	
Especialistas	#	4.528	2.210	742	1.040	335	201	
Técnicos	#	5.513	2.834	556	1.930	188	5	
Colaboradores masculinos	%	75	76	70	77	73	69	
Colaboradores femininos	%	25	24	30	23	27	31	
Colaboradores femininos em posições de gestão	%	25	26	28	15	24	26	
Colaboradores da Alta Direcção contratados localmente	%	92	100	88	90	60	33	
Colaboradores por tipo de contrato	#	11.660	5.852	1.720	3.158	663	267	
Órgãos Sociais Executivos	#	56	33	0	23	0	0	
Masculino	#	51	29	0	22	0	0	
Feminino	#	5	4	0	1	0	0	
Quadro Permanente	#	11.549	5.783	1.710	3.134	663	259	
Masculino	#	8.649	4.370	1.205	2.410	484	180	
Feminino	#	2.900	1.413	505	724	179	79	
Contratos a termo	#	55	36	10	1	0	8	
Masculino	#	35	23	7	1	0	4	
Feminino	#	20	13	3	0	0	4	
Colaboradores por tipo de ocupação	#	11.660	5.852	1.720	3.158	663	267	
Full-Time	#	11.615	5.847	1.684	3.158	663	263	
Masculino	#	8.730	4.422	1.208	2.433	484	183	
Feminino	#	2.885	1.425	476	725	179	80	
Part-time	#	45	5	36	0	0	4	
Masculino	#	5	0	4	0	0	1	
Feminino	#	40	5	32	0	0	3	
Colaboradores com necessidades especiais	#	163	88	21	54	0	0	
Masculino	#	92	50	13	29	0	0	
Feminino	#	71	38	8	25	0	0	
Colaboradores estrangeiros	#	261	52	80	23	57	49	
Entradas de colaboradores¹	#	1.287	415	150	466	176	80	
Entradas para o Quadro Permanente	#	1.198	364	134	455	175	70	
Entradas para o Contrato a Termo	#	64	41	12	0	1	10	
Outras entradas	#	25	10	4	11	0	0	
Masculino	#	897	276	81	345	138	57	
Feminino	#	358	118	58	121	38	23	
<30 anos	#	636	247	62	220	77	30	
[30-50 anos]	#	568	142	76	233	71	46	
≥50 anos	#	51	5	1	13	28	4	
Rácio F/M de novas entradas	x	0,40	0,43	0,72	0,35	0,28	0,40	
Sáídas de colaboradores	#	1.226	630	92	347	112	45	
Masculino	#	923	480	74	264	85	20	
Feminino	#	303	150	18	83	27	25	
<30 anos	#	160	35	10	64	37	14	
[30-50 anos]	#	351	53	20	192	57	29	
≥50 anos	#	715	542	62	91	18	2	
Índice de rotatividade ou turnover	%	10,51	10,77	5,35	10,99	16,89	16,85	
Masculino	%	10,57	10,85	6,11	10,85	17,56	10,87	
Feminino	%	10,36	10,49	3,54	11,45	15,08	30,12	
<30 anos	%	8,46	3,98	7,63	9,65	22,84	25,45	
[30-50 anos]	%	5,55	2,06	1,95	9,10	13,67	14,87	
≥50 anos	%	20,75	22,61	11,01	23,70	21,43	11,76	
Idade média dos colaboradores	anos	43	45	45	38	38	36	
Idade média de novas entradas	anos	32	30	32	32	40	34	
Idade média das saídas	anos	50	58	53	41	40	36	
Antiguidade média dos colaboradores	anos	15	19	16	9	4	4	
Antiguidade média das saídas	anos	23	34	26	11	3	2	
Taxa de absentismo	%	2,82	3,29	3,57	1,75	2,57	n.d.	



2019		UN	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	América do Norte	Resto do Mundo
Colaboradores com direito a licença de parentalidade	#	495	199	58	134	79	25	
Masculino	#	326	140	34	102	41	9	
Feminino	#	169	59	24	32	38	16	
Colaboradores que gozaram licença de parentalidade	#	389	195	58	32	79	25	
Masculino	#	220	136	34	n.a.	41	9	
Feminino	#	169	59	24	32	38	16	
Taxa de retenção de colaboradores que gozaram licenças de parentalidade	%	97	100	93	91	99	92	
Masculino	%	98	100	91	n.a.	98	100	
Feminino	%	96	100	96	91	100	88	
Remuneração Média Fixa Anualizada								
Masculino	€	3.081	3.127	4.489	1.400	7.043	4.519	
Feminino	€	3.235	3.443	3.845	1.467	6.767	3.751	
Rácio salarial por género (F/M)	x	1,05	1,10	0,86	1,05	0,96	0,83	
Rácio salário fixo do colaborador mais bem pago/salário fixo médio dos colaboradores (excluindo o mais bem pago)	x	n.a.	6,19	5,26	13,39	5,02	5,50	
Aumento salário fixo do colaborador mais bem pago/salário fixo médio dos colaboradores (excluindo o mais bem pago)	%	n.a.	0,00	0,00	-19,88	1,89	n.a.	
FORMAÇÃO								
Total de horas de formação	hora s	400.504	158.959	58.738	155.825	18.765	8.217	
Sustentabilidade								
Ambiente	horas	1.804	636	190	769	0	209	
Económica e Social	horas	498	494	4	0	0	0	
Ética	horas	4.981	1.822	848	1.933	372	6	
Qualidade	horas	5.061	2.372	108	2.582	0	0	
Línguas	horas	19.742	5.320	12.714	955	47	706	
Sistemas de informação	horas	36.267	14.439	12.350	5.736	2.717	1.025	
Outras	horas	332.150	133.876	32.524	143.851	15.629	6.270	
Taxa de formação total	h/p	34	27	34	49	28	31	
Conselho de Administração Executivo	h/p	5	5	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Masculino	h/p	5	5	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Feminino	h/p	5	5	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Quadros Dirigentes	h/p	32	35	41	18	10	24	
Masculino	h/p	30	32	42	20	10	23	
Feminino	h/p	36	42	37	6	10	35	
Gestores	h/p	45	48	48	43	27	47	
Masculino	h/p	44	48	43	44	28	43	
Feminino	h/p	48	45	59	38	24	52	
Especialistas	h/p	29	31	38	21	24	30	
Masculino	h/p	32	34	37	26	21	28	
Feminino	h/p	26	27	38	14	29	32	
Técnicos	h/p	37	20	21	66	44	38	
Masculino	h/p	40	22	18	71	52	69	
Feminino	h/p	21	7	30	38	17	30	
Colaboradores com formação	%	100	99	100	100	100	97	
RELACOES LABORAIS								
Acordos Colectivos de Trabalho	%	88	99	73	99	0	44	
Sindicalização	%	37	43	15	48	0	0	
Estruturas sindicais	#	31	17	3	6	0	5	
Horas perdidas por greve	horas	116	0	116	0	0	0	
Trabalhadores-estudantes	#	61	61	0	0	0	0	
Estágios profissionais	#	371	278	0	40	0	53	
Estágios curriculares	#	290	109	87	94	0	0	

2019	UN	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	América do Norte	Resto do Mundo
PREVENÇÃO E SEGURANÇA (P&S)							
Certificação OHSAS 18.001 (potência instalada)	MW	25.610	10.821	5.246	2.787	5.562	1.194
Certificação OHSAS 18.001 (potência instalada)	%	97	97	100	100	94	94
Certificação OHSAS 18.001 (colaboradores abrangidos)	%	60	30	100	100	51	78
Colaboradores							
Acidentes ²	#	29	24	3	1	1	0
Masculino	#	29	24	3	1	1	0
Feminino	#	0	0	0	0	0	0
Acidentes mortais	#	0	0	0	0	0	0
Índice de frequência ³	Tf	1,50	2,40	1,02	0,21	0,78	0,00
Masculino	Tf	1,94	3,20	1,42	0,26	0,78	0,00
Feminino	Tf	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índice de gravidade ⁴	Tg	90	131	97	2	114	0
Masculino	Tg	117	174	135	2	114	0
Feminino	Tg	0	0	0	0	0	0
Total de dias perdidos resultante de acidente ⁵	#	1.747	1.308	285	8	146	0
Doenças profissionais	#	0	0	0	0	0	0
Taxa de doenças profissionais (com desvalorização)	%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestadores de Serviço							
Acidentes ²	#	82	42	21	15	4	0
Acidentes mortais ⁶	#	2	1	0	1	0	0
Dias trabalhados	#	6.018.186	2.201.866	721.132	2.571.550	379.546	144.092
Índice de frequência ³	Tf	1,84	2,57	3,83	0,82	1,39	0,00
Índice de gravidade ⁴	Tg	88	168	146	18	25	0
Colaboradores + Prestadores de Serviço							
Índice de frequência ³	Tf	1,74	2,51	2,85	0,70	1,20	0,00
Índice de gravidade ⁴	Tg	89	154	129	15	52	0
Acidentes mortais eléctricos com terceiros ⁷	#	8	3	0	5	0	0
Quase-acidentes	#	427	98	41	117	136	35
Representantes eleitos nas Comissões de P&S							
Colaboradores EDP representados	%	85	88	64	100	51	34
Colaboradores eleitos ⁸	#	344	71	17	205	42	9
FORMAÇÃO EM PREVENÇÃO E SEGURANÇA							
Colaboradores							
Acções de Formação	#	1.316	465	382	87	67	315
Colaboradores formados	#	14.855	4.506	2.149	5.475	249	2.476
Volume de Formação	horas	107.337	19.069	8.128	69.386	2.005	8.749
Prestadores de Serviço							
Acções de Formação	#	22.739	1.771	54	20.194	710	10
Colaboradores formados	#	26.205	5.901	525	18.606	1.128	45
Volume de Formação	horas	268.842	1.797	113	263.666	3.232	34

¹ Valores líquidos da passagem de colaboradores de Contrato a Termo para Quadro Permanente.

² São considerados os acidentes ocorridos no local e tempo de trabalho ou em trajecto, com 1 ou mais dias de ausência e os acidentes mortais.

³ Acidentes de trabalho por milhão de horas trabalhadas.

⁴ Número de dias (civis) perdidos resultantes de acidente de trabalho por milhão de horas trabalhadas.

⁵ Somatório do número de dias de ausência (civis) resultantes de acidentes de trabalho ocorridos no período de referência, mais o número de dias perdidos de acidentes do período anterior, que se prolongaram para o período de referência sem interrupção. O tempo perdido é medido a partir do dia seguinte ao dia do acidente, até ao dia precedente ao do retorno ao trabalho.

⁶ Acidentes ocorridos com trabalhadores do género masculino. De referir que se guarda confirmação de um terceiro, que até ao fecho do ano ainda estava por se apurar uma eventual relação da morte do trabalhador com o incidente.

⁷ Acidentes ocorridos com pessoas externas à actividade da EDP. De referir que em 2019, ocorreram 8 acidentes mortais em que um deles originou a morte de duas pessoas.

⁸ Números de colaboradores EDP representados, pelo número total de colaboradores EDP.



2018	UN	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	América do Norte	Resto do Mundo
EMPREGO							
Colaboradores	#	11.631	6.085	1.674	3.038	596	238
Conselho de Administração Executivo	#	9	9	0	0	0	0
Quadros Directivos	#	709	452	124	78	38	17
Gestores	#	754	334	239	101	62	18
Especialistas	#	4.369	2.138	723	992	319	197
Técnicos	#	5.790	3.152	588	1.867	177	6
Colaboradores masculinos	%	75	76	72	77	72	63
Colaboradores femininos	%	25	24	28	23	28	37
Colaboradores femininos em posições de gestão	%	25	25	25	17	27	40
Colaboradores da Alta Direcção contratados localmente	%	92	99	84	91	64	29
Colaboradores por tipo de contrato	#	11.631	6.085	1.674	3.038	596	238
Órgãos Sociais Executivos	#	59	33	0	26	0	0
Masculino	#	54	29	0	25	0	0
Feminino	#	5	4	0	1	0	0
Quadro Permanente	#	11.521	6.021	1.659	3.012	596	233
Masculino	#	8.685	4.581	1.200	2.326	431	147
Feminino	#	2.836	1.440	459	686	165	86
Contratos a termo	#	51	31	15	0	0	5
Masculino	#	26	13	11	0	0	2
Feminino	#	25	18	4	0	0	3
Colaboradores por tipo de ocupação	#	11.631	6.085	1.674	3.038	596	238
Full-Time	#	11.587	6.084	1.636	3.038	595	234
Masculino	#	8.759	4.623	1.206	2.351	431	148
Feminino	#	2.828	1.461	430	687	164	86
Part-time	#	44	1	38	0	1	4
Masculino	#	6	0	5	0	0	1
Feminino	#	38	1	33	0	1	3
Colaboradores com necessidades especiais	#	169	100	18	51	0	0
Masculino	#	102	63	11	28	0	0
Feminino	#	67	37	7	23	0	0
Colaboradores estrangeiros	#	254	50	70	22	68	44
Entradas de colaboradores¹	#	1.174	435	95	396	183	65
Entradas para o Quadro Permanente	#	1.103	406	84	368	183	62
Entradas para o Contrato a Termo	#	60	38	16	0	0	6
Outras entradas	#	54	18	7	29	0	0
Masculino	#	865	319	68	284	154	40
Feminino	#	352	143	39	113	29	28
<30 anos	#	673	325	53	184	87	24
[30-50 anos]	#	508	127	52	200	89	40
≥50 anos	#	36	10	2	13	7	4
Rácio F/M de novas entradas	x	0,41	0,45	0,57	0,40	0,19	0,70
Sáídas de colaboradores	#	1.200	680	93	301	90	36
Masculino	#	935	547	74	220	72	22
Feminino	#	265	133	19	81	18	14
<30 anos	#	141	36	13	51	32	9
[30-50 anos]	#	295	42	18	163	48	24
≥50 anos	#	764	602	62	87	10	3

2018	UN	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	América do Norte	Resto do Mundo
Índice de rotatividade ou turnover	%	10,32	11,18	5,56	9,91	15,10	15,13
Masculino	%	10,67	11,83	6,11	9,36	16,71	14,77
Feminino	%	9,25	9,10	4,10	11,79	10,91	15,73
<30 anos	%	8,00	4,28	12,87	8,31	19,75	20,00
[30-50 anos]	%	4,96	1,76	1,80	8,07	13,15	13,41
≥50 anos	%	19,49	21,08	10,78	21,48	14,49	21,43
Idade média dos colaboradores	anos	44	47	46	38	37	36
Idade média de novas entradas	anos	31	29	32	32	32	34
Idade média das saídas	anos	51	58	52	41	36	37
Antiguidade média dos colaboradores	anos	16	21	16	10	4	4
Antiguidade média das saídas	anos	25	30	15	11	3	4
Taxa de absentismo	%	2,95	3,45	3,49	1,74	3,21	n.d.
Colaboradores com direito a licença de parentalidade	#	471	183	74	156	36	22
Masculino	#	337	140	36	126	27	8
Feminino	#	134	43	38	30	9	14
Colaboradores que gozaram licença de parentalidade	#	339	178	73	30	36	22
Masculino	#	205	135	35	n.a.	27	8
Feminino	#	134	43	38	30	9	14
Taxa de retenção de colaboradores que gozaram licenças de parentalidade	%	99	100	100	93	100	99
Masculino	%	100	100	100	n.a.	100	100
Feminino	%	98	100	100	93	100	93
Remuneração Média Fixa Anualizada							
Masculino	€	3.027	3.130	4.337	1.411	6.536	4.527
Feminino	€	3.147	3.394	3.691	1.436	6.245	3.719
Rácio salarial por género (F/M)	x	1,04	1,08	0,85	1,02	0,96	0,82
Rácio salário fixo do colaborador mais bem pago/salário fixo médio dos colaboradores (excluindo o mais bem pago)	x	n.a.	6,22	5,44	13,16	4,71	n.a.
Aumento salário fixo do colaborador mais bem pago/salário fixo médio dos colaboradores (excluindo o mais bem pago)	%	n.a.	3,10	-0,01	0,96	-0,34	n.a.
FORMAÇÃO							
Total de horas de formação	horas	398.394	189.160	68.059	118.824	15.039	7.313
Sustentabilidade							
Ambiente	horas	2.037	347	1.225	70	0	396
Económica e Social	horas	1.405	1.395	10	0	0	0
Ética	horas	5.379	1.390	298	3.624	38	30
Qualidade	horas	3.530	1.676	259	1.595	0	0
Línguas	horas	22.675	6.663	13.041	2.387	0	583
Sistemas de informação	horas	28.131	13.059	7.387	6.613	614	459
Outras	horas	335.238	164.630	45.839	104.535	14.388	5.846
Taxa de formação total	h/p	34	31	41	39	25	31
Conselho de Administração Executivo	h/p	5	5	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Masculino	h/p	5	5	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Feminino	h/p	5	5	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Quadros Dirigentes	h/p	43	39	71	9	53	73
Masculino	h/p	35	38	29	10	53	78
Feminino	h/p	71	40	236	1	53	55
Gestores	h/p	59	70	56	54	28	29
Masculino	h/p	55	72	34	64	33	25
Feminino	h/p	70	65	115	21	18	32
Especialistas	h/p	34	39	43	21	17	28
Masculino	h/p	32	41	29	24	17	27
Feminino	h/p	36	37	74	16	17	30
Técnicos	h/p	31	20	25	49	34	16
Masculino	h/p	32	22	10	52	40	24
Feminino	h/p	25	10	72	30	13	15
Colaboradores com formação	%	100	99	100	100	100	97



2018		UN	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	América do Norte	Resto do Mundo
RELACOES LABORAIS								
Acordos Colectivos de Trabalho	%	90	99	78	99	0	0	45
Sindicalização	%	40	48	17	48	0	0	0
Estruturas sindicais	#	31	18	4	6	0	0	3
Horas perdidas por greve	horas	98	0	98	0	0	0	0
Trabalhadores-estudantes	#	47	47	0	0	0	0	0
Estágios profissionais	#	357	284	0	0	0	0	73
Estágios curriculares	#	418	63	208	147	0	0	0
PREVENÇÃO E SEGURANÇA (P&S)								
Certificação OHSAS 18.001 (potência instalada)	MW	25.715	10.947	5.518	2.523	5.163	1.564	
Certificação OHSAS 18.001 (potência instalada)	%	96	97	100	91	93	95	
Certificação OHSAS 18.001 (colaboradores abrangidos)	%	44	28	100	44	51	73	
Colaboradores								
Acidentes ²	#	29	19	4	4	2	0	
Masculino	#	n.d.	17	4	4	n.d.	0	
Feminino	#	n.d.	2	0	0	n.d.	0	
Acidentes mortais	#	2	2	0	0	0	0	
Índice de frequência ³	Tf	1,36	1,84	1,36	0,60	1,81	0,00	
Masculino	Tf	n.d.	2,18	1,86	0,81	n.d.	0,00	
Feminino	Tf	n.d.	0,79	0,00	0,00	n.d.	0,00	
Índice de gravidade ⁴	Tg	110	158	112	57	9	0	
Masculino	Tg	n.d.	174	154	76	n.d.	0	
Feminino	Tg	n.d.	110	0	0	n.d.	0	
Total de dias perdidos resultante de acidente ⁵	#	2.352	1.636	331	375	10	0	
Doenças profissionais	#	5	5	0	0	0	0	
Taxa de doenças profissionais (com desvalorização)	%	0,14	0,29	0,00	0,00	0,00	0,00	
Prestadores de Serviço								
Acidentes ²	#	106	45	28	26	2	5	
Acidentes mortais ⁶	#	5	2	0	2	1	0	
Dias trabalhados	#	5.663.477	2.167.489	765.859	2.294.532	303.287	132.311	
Índice de frequência ³	Tf	2,50	2,77	4,87	1,51	0,88	5,04	
Índice de gravidade ⁴	Tg	116	149	152	69	15	420	
Colaboradores + Prestadores de Serviço								
Índice de frequência ³	Tf	2,11	2,41	3,68	1,26	1,18	3,71	
Índice de gravidade ⁴	Tg	114	153	138	65	13	309	
Acidentes mortais eléctricos com terceiros ⁷	#	7	0	0	7	0	0	
Quase-acidentes	#	413	112	41	102	135	23	
Representantes eleitos nas Comissões de P&S								
Colaboradores EDP representados	%	87	88	67	100	51	68	
Colaboradores eleitos ⁸	#	248	68	16	111	39	14	
FORMAÇÃO EM PREVENÇÃO E SEGURANÇA								
Colaboradores								
Acções de Formação	#	1.385	512	456	155	64	198	
Colaboradores formados	#	14.111	6.588	2.877	2.467	194	1.985	
Volume de Formação	horas	71.014	25.775	11.383	25.300	1.313	7.243	
Prestadores de Serviço								
Acções de Formação	#	17.391	1.297	53	14.469	1.541	31	
Colaboradores formados	#	15.095	4.423	445	6.967	2.807	453	
Volume de Formação	horas	345.917	375	109	340.277	4.819	337	

¹ Valores líquidos da passagem de colaboradores de Contrato a Termo para Quadro Permanente.² São considerados os acidentes ocorridos no local e tempo de trabalho ou em trajecto, com 1 ou mais dias de ausência e os acidentes mortais.³ Acidentes de trabalho por milhão de horas trabalhadas.⁴ Número de dias (civis) perdidos resultantes de acidente de trabalho por milhão de horas trabalhadas.⁵ Somatório do número de dias de ausência (civis) resultantes de acidentes de trabalho ocorridos no período de referência, mais o número de dias perdidos de acidentes do período anterior, que se prolongaram para o período de referência sem interrupção. O tempo perdido é medido a partir do dia seguinte ao dia do acidente, até ao dia precedente ao do retorno ao trabalho.⁶ Acidentes ocorridos com trabalhadores do género masculino.⁷ Acidentes ocorridos com pessoas externas à actividade da EDP.⁸ Números de colaboradores EDP representados, pelo número total de colaboradores EDP.

INDICADORES ECONÓMICOS

GRUPO EDP	UN	2019	2018
VALOR ECONÓMICO GERADO	000€	15.437.724	16.307.866
Valor económico distribuído	000€	13.213.652	14.470.560
Valor económico acumulado	000€	2.224.072	1.837.306
I&D+i	000€	162.040	75.366
PROVEITOS DE SERVIÇOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E SUPLEMENTARES DE ENERGIA¹	000€	1.032.354	1.442.966
Facturação de serviços de eficiência energética	000€	158.376	151.468
Proveitos suplementares de serviços de energia ²	000€	873.978	1.291.498
APOIOS DE ORGANISMOS PÚBLICOS³	000€	103.105	47.958
MULTAS E PENALIDADES	000€	7.931	5.951
MATÉRIAS AMBIENTAIS⁴	000€	354.197	264.482
Investimentos	000€	88.317	68.987
Gastos	000€	265.880	195.495
MATÉRIAS SOCIAIS			
Custos com pessoal	000€	571.088	570.909
Benefícios sociais	000€	49.108	80.631
Investimento directo com formação	000€	3.756	4.043
Investimento directo com formação por colaborador	€/p	322	348
HC ROI	€/p	6,96	6,35

¹ Serviços de Eficiência Energética e Suplementares de Energia: inclui os serviços providenciados no quadro de fornecimento de energia, instalação de equipamento mais eficiente e/ou remodelação dos edifícios, mobilidade sustentável e que geram proveitos para a empresa.

² Serviços Suplementares de Energia: inclui as seguintes categorias de serviços - Gestão Energética, Manutenção e Operação, Gestão de Propriedade e de Instalações, Fornecimento de Energia e/ou equipamento, Fornecimento do Serviço (exemplo: Vapor) e outros.

³ Apoios Públicos reconhecidos e não reconhecidos em resultado do exercício.

⁴ Mais informação disponível nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (Nota 50) do Relatório e Contas do Grupo EDP.



TABELA GRI

CONTEÚDOS GERAIS	DESCRÍÇÃO DO INDICADOR	PÁGINAS DO RELATÓRIO	RELATO	OMISSÕES / INFORMAÇÃO ADICIONAL	GARANTIA EXTERNA	GLOBAL COMPACT
GRI 100: STANDARDS UNIVERSAIS						
GRI 102: Divulgações Gerais						
I. Perfil da Organização						
102-1	Nome da organização	5			L	
102-2	Actividades, marcas, produtos e serviços	28-29			L	
102-3	Localização da sede da organização	5			L	
102-4	Local das operações	24-25			L	
102-5	Natureza legal e propriedade	5			L	
102-6	Mercados abrangidos	24-29			L	
102-7	Dimensão da organização	24-25; 237; R&C 241			L	
102-8	Informações sobre colaboradores	237			L	3; 6
102-9	Cadeia de valor	www.edp.com		www.edp.com	L	
102-10	Principais alterações à organização ou cadeia de valor	173-176; R&C 58; R&C 91-95			L	
102-11	Princípio de precaução ou abordagem	Código de Ética		www.edp.com	L	
102-12	Iniciativas externas	www.edp.com		www.edp.com > participações www.edp.com > objectivos desenvolvimento sustentável	L	
102-13	Participação em associações	www.edp.com		www.edp.com	L	
2. Estratégia						
102-14	Declaração do Presidente	12-19			L	
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades	52-58			L	
3. Ética e Integridade						
102-16	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento	20; Código de Ética		www.edp.com	L	10
102-17	Mecanismos de aconselhamento e questões éticas	www.edp.com		www.edp.com	L	10

CONTEÚDOS GERAIS	DESCRIPÇÃO DO INDICADOR	PÁGINAS DO RELATÓRIO	RELATO	OMISSÕES / INFORMAÇÃO ADICIONAL	GARANTIA EXTERNA	GLOBAL COMPACT
4. Governance						
102-18	Estrutura do governo de sociedade	39-45			L	
102-19	Delegação de autoridade	R&C 124-125			L	
102-20	Responsabilidade a nível executivo por tópicos económicos, ambientais e sociais	39-45			L	
102-21	Consulta de stakeholders sobre tópicos económicos, ambientais e sociais	46; 67-70; R&C 133			L	
102-22	Composição do mais alto órgão de governo e seus comitês	39-42; 186; 202-220; R&C 110-115; R&C 144-148			L	
102-23	Presidente do órgão mais alto de governo	39-42; 202-220; R&C 111-115			L	
102-24	Nomeação e seleção do órgão de administração hierarquicamente mais elevado	39-42			L	
102-25	Conflitos de interesse	R&C 105; R&C 183-185			L	
102-26	Papel do mais alto órgão de governo na definição da missão, dos valores e da estratégia	39-45; R&C 116-117			L	
102-27	Conhecimento colectivo do órgão de administração hierarquicamente mais elevado	238			L	
102-28	Avaliação do desempenho do órgão de administração hierarquicamente mais elevado	120-125; R&C 174-180			L	
102-29	Identificação e gestão dos impactos económicos, ambientais e sociais	43-45; 67-70; 122-123; R&C 154-168			L	
102-30	Efectividade dos processos de gestão de riscos	122-123; R&C 154-168			L	
102-31	Análise de tópicos económicos, ambientais e sociais	43-45; R&C 162			L	
102-32	Papel do mais alto órgão de governo no reporte de sustentabilidade	43-45; 222-224			L	
102-33	Comunicação de assuntos críticos	127-128; 187; R&C 124-142			L	
102-34	Natureza e comunicação dos assuntos críticos	127-128; 187			L	
102-35	Políticas de remuneração	120-124; R&C 171-183			L	
102-36	Processos para determinação da remuneração	120-124; R&C 171-183			L	



CONTEÚDOS GERAIS	DESCRÍÇÃO DO INDICADOR	PÁGINAS DO RELATÓRIO	RELATO	OMISSÕES / INFORMAÇÃO ADICIONAL	GARANTIA EXTERNA	GLOBAL COMPACT
102-37	Envolvimento dos stakeholders em questões de remuneração	120-124; R&C 171-183			L	
102-38	Rácio de remuneração total anual	238			L	
102-39	Rácio do aumento percentual na remuneração total anual	238			L	
5. Envolvimento de Stakeholders						
102-40	Lista de grupos de stakeholders	46			L	
102-41	Acordos colectivos de trabalho	238			L	3
102-42	Identificação e selecção de stakeholders	Relatório de Stakeholders		www.edp.com	L	
102-43	Abordagem ao envolvimento dos stakeholders	Relatório de Stakeholders		www.edp.com	L	
102-44	Principais questões e preocupações	Relatório de Stakeholders		www.edp.com	L	
6. Prática de Reporte						
102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	R&C 404-412			L	
102-46	Definição do conteúdo do reporte e limites dos temas materiais	67-70; 222-224			L	
102-47	Lista de tópicos materiais	67-70			L	
102-48	Reformulações de informação			Não aplicável	L	
102-49	Alterações no reporte	67-70; 222-224			L	
102-50	Período do reporte	5; 222			L	
102-51	Data do último relatório publicado	222-224			L	
102-52	Ciclo de reporte	5; 222			L	
102-53	Contactos para questões sobre o reporte	Última página do R&C			L	
102-54	Alegação de conformidade do reporte com a GRI Standards	222-224			L	
102-55	Conteúdo do índice GRI	224			L	
102-56	Verificação externa	224			L	
GRI 103: Abordagem de gestão						I a 10
103-1	Explicação do tema material	67-70; Abordagens de Gestão à Sustentabilidade Capítulo 1.2. Sustentabilidade		www.edp.com	L	
103-2	A abordagem de gestão e respectivos componentes	67-70; Abordagens de Gestão à Sustentabilidade Capítulo 1.2. Sustentabilidade		www.edp.com	L	
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	67-70; Abordagens de Gestão à Sustentabilidade Capítulo 1.2. Sustentabilidade		www.edp.com	L	

CONTEÚDOS GERAIS	DESCRIPÇÃO DO INDICADOR	PÁGINAS DO RELATÓRIO	RELATO	OMISSÕES / INFORMAÇÃO ADICIONAL	GARANTIA EXTERNA	GLOBAL COMPACT
GRI 200: TÓPICOS ECONÓMICOS						
GRI 201: Desempenho económico						
201-1	Valor económico directo gerado e distribuído	182			L	
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades devido às alterações climáticas	98-100; 230			L	7
201-3	Obrigações do plano de benefícios definidos e outros planos de pensões	R&C 318; R&C 358-366			L	
201-4	Ajuda financeira recebida do governo	243			L	
GRI 202: Presença no mercado						
202-1	Intervalo de variação da proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, por género	190			L	
202-2	Proporção de quadros superiores contratados na comunidade local	237			L	
GRI 203: Impactos económicos indirectos						
203-1	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estruturas e serviços oferecidos	165-172			L	
203-2	Impactos económicos indirectos significativos	115-116; 165-175			L	
GRI 204: Práticas de aquisição						
204-1	Proporção de gastos com fornecedores locais	173-175; 191-192			L	
GRI 205: Anticorrupção						
205-1	Operações avaliadas para os riscos relacionados com a corrupção	130			L	
205-2	Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	238; www.edp.com		www.edp.com	L	
205-3	Casos de corrupção confirmados e medidas adoptadas	130; 187			L	
GRI 206: Práticas anti-concorrenciais						
206-1	Acções judiciais por práticas anti-concorrenciais, antitrust e monopólio	131-132; 139-140; 187			L	
GRI 300: TÓPICOS AMBIENTAIS						
7; 8; 9						
Potência Instalada Máxima Certificada ISO 14001						
233						
L						



CONTEÚDOS GERAIS	DESCRÍÇÃO DO INDICADOR	PÁGINAS DO RELATÓRIO	RELATO	OMISSÕES / INFORMAÇÃO ADICIONAL	GARANTIA EXTERNA	GLOBAL COMPACT
GRI 301: Materiais						
301-1	Consumo de materiais	188-189			L	
301-2	Consumo de materiais provenientes de reciclagem	n.a.		Considerado não material face à quantidade de materiais usados pela EDP	L	
301-3	Produtos e embalagens recuperados	n.a.		Não aplicável	L	
GRI 302: Energia						
302-1	Consumo de energia dentro da organização	233			L	
302-2	Consumo de energia fora da organização	233			L	
302-3	Intensidade energética	233			L	
302-4	Redução do consumo de energia	102-105; 184			L	
302-5	Reduções nas necessidades energéticas dos produtos e serviços	n.a.		Não aplicável ao sector	L	
GRI 303: Água						
303-1	Captação de água por fonte	147-148; 234			L	
303-2	Fontes hídricas significativamente afectadas pela captação de água	188; 234			L	
303-3	Água reciclada e reutilizada	n.a.		Considerado não material face à quantidade de água usada pela EDP	L	
GRI 304: Biodiversidade						
304-1	Localização em áreas protegidas ou adjacentes e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	234			L	
304-2	Impactos significativos de actividades, produtos e serviços na biodiversidade	148-150; www.edp.com		www.edp.com	L	
304-3	Habitats protegidos ou recuperados	www.edp.com		www.edp.com	L	
304-4	Lista de Espécies Ameaçadas da IUCN e espécies da lista nacional de conservação com habitats em áreas afectadas por operações	www.edp.com		www.edp.com	L	
GRI 305: Emissões						
305-1	Emissões directas de GEE (Âmbito 1)	98-100; 183; 233			L	
305-2	Emissões indirectas de GEE de energia (Âmbito 2)	98-100; 183; 233			L	

CONTEÚDOS GERAIS	DESCRIPÇÃO DO INDICADOR	PÁGINAS DO RELATÓRIO	RELATO	OMISSÕES / INFORMAÇÃO ADICIONAL	GARANTIA EXTERNA	GLOBAL COMPACT
305-3	Outras emissões indirectas de GEE (Âmbito 3)	98-100; 183; 233			L	
305-4	Intensidade das emissões de GEE	233			L	
305-5	Redução das emissões de GEE	98-100			L	
CO ₂ Evitado		95-97; 102-103; 183; 184; 233			L	
305-6	Emissões de substâncias que destruidoras da camada de ozono			Equipamentos com esta substância já não têm expressão na EDP	L	
305-7	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas	233			L	
GRI 306: Efluentes e resíduos						
306-1	Efluentes líquidos por qualidade e destino	188; 234			L	
306-2	Resíduos por tipo e método de tratamento	145-147; 188; 234			L	
306-3	Derrames significativos			Nº de derrames registados 2019: 118; Volume derramado 2019: 12,68 m ³	L	
306-4	Transporte de resíduos perigosos			Não houve exportação de resíduos perigosos em 2019	L	
306-5	Recursos hídricos afectados por descargas de água e/ou escoamento	145-148		Não há corpos de água significativamente afectados pela rejeição de efluentes líquidos	L	
GRI 307: Conformidade Ambiental						
307-1	Multas por incumprimento das leis e dos regulamentos ambientais	189			L	
GRI 308: Avaliação ambiental de fornecedores						
308-1	Novos fornecedores avaliados com critérios ambientais	173-175			L	
308-2	Impactes ambientais negativos na cadeia de fornecimento e medidas adoptadas	173-175			L	
GRI 400: TÓPICOS SOCIAIS						
GRI 401: Emprego						
401-1	Novas contratações e rotatividade de colaboradores	237			L	
401-2	Benefícios atribuídos aos colaboradores	156; Abordagens Gestão à Sustentabilidade 4.I. Práticas Laborais		www.edp.com	L	
401-3	Licença parental	238			L	
Taxa de Absentismo		237			L	
GRI 402: Relações entre empregados e empregadores						
402-1	Prazos mínimos de aviso prévio de mudanças operacionais	Abordagens Gestão à Sustentabilidade 4.I. Práticas Laborais		www.edp.com	L	



CONTEÚDOS GERAIS	DESCRÍÇÃO DO INDICADOR	PÁGINAS DO RELATÓRIO	RELATO	OMISSÕES / INFORMAÇÃO ADICIONAL	GARANTIA EXTERNA	GLOBAL COMPACT
GRI 403: Saúde e Segurança no Trabalho						
403-1	Representação dos trabalhadores nas comissões formais conjuntas de saúde e segurança compostas pela administração e colaboradores	239; Abordagens Gestão à Sustentabilidade 4.1. Práticas Laborais		www.edp.com	L	
403-2	Tipos de lesão e taxas de lesões, doenças profissionais, dias perdidos e absentismo e óbitos relacionados com o trabalho	179; 239			L	
403-3	Colaboradores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas com a sua profissão	Relatório de Prevenção e Segurança 2019		www.edp.com	L	
403-4	Tópicos relativos à saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 4.1. Práticas Laborais		www.edp.com	L	
GRI 404: Formação e educação						
404-1	Média de horas anuais de formação por colaborador	238			L	
404-2	Programas de gestão de competências dos colaboradores e programas de assistência à transição para a reforma	152-155			L	
404-3	Percentagem de colaboradores submetidos regularmente a avaliações de desempenho e de desenvolvimento de carreira	155-156			L	
GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades						
405-1	Diversidade de órgãos de administração e colaboradores	186; 189			L	
405-2	Rácio de salário base e remuneração das mulheres e homens	238			L	

CONTEÚDOS GERAIS	DESCRÍÇÃO DO INDICADOR	PÁGINAS DO RELATÓRIO	RELATO	OMISSÕES / INFORMAÇÃO ADICIONAL	GARANTIA EXTERNA	GLOBAL COMPACT
	GRI 406: Não discriminação					I; 6
406-I	Incidentes de discriminação e medidas adoptadas	Relatório Anual da Provedora de Ética		www.edp.com A EDP não teve conhecimento de casos desta natureza em 2019.	L	
	GRI 407: Liberdade de associação e negociação colectiva					I; 3
407-I	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação colectiva possa estar em risco	173-175			L	
	GRI 408: Trabalho infantil					5
408-I	Operações e fornecedores com risco significativo de ocorrência de trabalho infantil	173-175			L	
	GRI 409: Trabalho forçado ou obrigado					4
409-I	Operações e fornecedores com risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo	173-175			L	
	GRI 410: Práticas de segurança					
410-I	Pessoal de segurança com formação em procedimentos ou políticas de direitos humanos			Não material	L	
	GRI 411: Direitos dos povos indígenas					I; 2
411-I	Incidentes de violações dos direitos dos povos indígenas	172-173; Relatório dos Direitos Humanos 2019		www.edp.com	L	
	GRI 412: Avaliação dos direitos humanos					I; 2
412-I	Operações que tenham sido objecto de avaliações dos direitos humanos ou avaliações de impacto	128-129; Relatório dos Direitos Humanos 2019		www.edp.com	L	
412-2	Formação de colaboradores em procedimentos ou políticas de direitos humanos	238			L	
412-3	Acordos e contratos de investimento significativos que contemplam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos	176			L	
	GRI 413: Comunidades locais					I
413-I	Operações com o envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento	165-172			L	
413-2	Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais	172-173			L	
	GRI 414: Avaliação social dos fornecedores					I; 2
414-I	Novos fornecedores que foram seleccionados através de critérios sociais	173-175			L	
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de fornecimento e medidas adotadas	173-175			L	



CONTEÚDOS GERAIS	DESCRIPÇÃO DO INDICADOR	PÁGINAS DO RELATÓRIO	RELATO	OMISSÕES / INFORMAÇÃO ADICIONAL	GARANTIA EXTERNA	GLOBAL COMPACT
GRI 415: Política Pública						10
415-1	Contribuições políticas	130-131			L	
GRI 416: Saúde e segurança do cliente						
416-1	Avaliação dos impactos das categorias de produtos e serviços na saúde e segurança	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 4.4. Responsabilidade pelo Produto		www.edp.com	L	
416-2	Incidentes de incumprimento dos impactos das categorias de produtos e serviços na saúde e segurança	n.a.		Está incluído no âmbito do reporte do GRI 419-1, no entanto não é relevante.	L	
GRI 417: Comercialização e rotulagem						I
417-1	Requisitos de informações de produtos e serviços e rotulagem	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 4.4. Responsabilidade pelo Produto		www.edp.com	L	
417-2	Incidentes de não conformidade relativos às informações de produto e serviço e rotulagem			Está incluído no âmbito do reporte do GRI 419-1, no entanto não é relevante.	L	
417-3	Incidentes de não conformidade relativos a comunicações de marketing			Está incluído no âmbito do reporte do GRI 419-1, no entanto não é relevante.	L	
GRI 418: Privacidade do cliente						
418-1	Reclamações fundamentadas relativas a violações de privacidade dos clientes e perdas de dados do cliente	187			L	
GRI 419: Conformidade socioeconómica						
419-1	Não conformidade com leis e regulamentos nos domínios social e económico	243			L	
Matérias Ambientais		243			L	
Facturação de serviços de eficiência energética		243			L	
G4 INDICADORES ESPECÍFICOS DO SECTOR						
Divulgações gerais						
EUI	Capacidade instalada, discriminada por fonte primária de energia e por regime regulamentar	183			L	
EU2	Produção líquida de energia discriminada por fonte primária de energia e por regime regulamentar	183			L	
EU3	Número de contas de clientes residenciais, industriais, institucionais e comerciais	185			L	
EU4	Comprimento de linhas de transmissão e distribuição aéreas e subterrâneas por regime regulamentar.	26			L	

CONTEÚDOS GERAIS	DISCLOSURE TITLE	PÁGINAS DO RELATÓRIO	RELATO	OMISSÕES / INFORMAÇÃO ADICIONAL	GARANTIA EXTERNA	GLOBAL COMPACT
EU5	Alocação de licenças de emissão de CO ₂ ou equivalente, discriminadas por regime de comércio de carbono	R&C 407			L	
Económico						
G4-DMA Disponibilidade e Fiabilidade	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 2.5. Disponibilidade e Fiabilidade			www.edp.com	L	
EU10	Capacidade planeada para fazer face à procura de eletricidade projetada a longo prazo, discriminada por fonte de energia e regime regulamentar	26			L	
G4-DMA Gestão da procura	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 2.6. Gestão da Procura			www.edp.com	L	
G4-DMA Pesquisa e Desenvolvimento	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 2.7. Pesquisa e Desenvolvimento			www.edp.com	L	
G4-DMA Desmantelamento de instalações	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 2.8. Desactivação			www.edp.com	L	
EU11	Eficiência média de produção de centrais térmicas por fonte de energia e por regime regulamentar	184			L	
EU12	Perdas de transmissão e distribuição como percentagem do total de energia	184			L	
Ambiente						
G4-DMA Materiais	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 3.2. Materiais			www.edp.com	L	
G4-DMA Água	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 3.4. Água			www.edp.com	L	
G4-DMA Biodiversidade	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 3.5. Biodiversidade			www.edp.com	L	
EU13	Biodiversidade de habitats repostos comparados com a biodiversidade das áreas afectadas	148-150; www.edp.com		www.edp.com	L	7; 8
G4-DMA Efluentes e resíduos	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 3.7. Efluentes e Resíduos			www.edp.com	L	



CONTEÚDOS GERAIS	Descrição do Indicador	PÁGINAS DO RELATÓRIO	RELATO	OMISSÕES / INFORMAÇÃO ADICIONAL	GARANTIA EXTERNA	GLOBAL COMPACT
Social						
G4-DMA Emprego	Programas e processos que asseguram a disponibilização de mão-de-obra qualificada	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 4.1. Práticas Laborais		www.edp.com	L	
EU15	Percentagem de funcionários elegíveis para se reformarem próximos 5 a 10 anos, discriminados por categoria de trabalho e por região	190			L	
EU17	Dias de trabalho por funcionários do contratante e subcontratante envolvidos em actividades de construção, funcionamento e manutenção	239			L	
EU18	Percentagem de funcionários do contratante e subcontratante que foram submetidos a formação relevante de saúde e segurança	239			L	
G4-DMA Liberdade Assoc.Negociação Colectiva		Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 4.2. Direitos Humanos		www.edp.com	L	
G4-DMA Comunidades Locais	Participação dos stakeholders no processo de tomada de decisão	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 1.2. Sustentabilidade		www.edp.com	L	
G4-DMA Acid./Emerg. Planeamento e resposta	Planos de contingência, gestão de desastres, emergências e programas de formação, recuperação e restauração	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 4.3. Sociedade		www.edp.com	L	
EU22	Número de deslocados física ou economicamente e compensação, discriminados por tipo de projecto	172-173			L	I; 7; 8
Responsabilidade pelo produto						
G4-DMA Disponibilização de informação	Práticas que ultrapassem barreiras como a língua, iliteracia, entre outras, para acesso e uso seguro dos serviços de electricidade.	Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 4.4. Responsabilidade pelo Produto		www.edp.com	L	

CONTEÚDOS GERAIS	DESCRIPÇÃO DO INDICADOR	PÁGINAS DO RELATÓRIO	RELATO	OMISSÕES / INFORMAÇÃO ADICIONAL	GARANTIA EXTERNA	GLOBAL COMPACT
EU25	Número de ferimentos e mortes no seio do público envolvendo os activos da empresa, incluindo sentenças judiciais, acordos e processos judiciais pendentes por doenças	239			L	
G4-DMA: Acesso			Abordagens de Gestão à Sustentabilidade 4.4.		www.edp.com	L
EU26	Percentagem da população sem serviço em distribuição licenciada ou áreas de serviço	185	Disponibilidade e Fiabilidade e 2.6. Gestão da Procura		www.edp.com	L
EU27	Número de cortes residenciais por falta de pagamento, discriminados por duração de corte e por regime regulamentar	185			L	
EU28	Frequência de interrupção de energia	185			L	
EU29	Duração média da interrupção de energia	185			L	
EU30	Factor da média de disponibilidade da instalação por fonte de energia e por regime regulamentar	R&C 419 - 420; R&C 422			L	

L Verificação Limitada

|||||| Cumprimento Total
 ||||| Cumprimento Parcial
 ||||| Não reportado





Relatório Independente de Garantia de Fiabilidade

Exmo. Conselho de Administração Executivo
Da EDP – Energias de Portugal, S.A.

Introdução

Fomos contratados pelo Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal, S.A. (“EDP” ou “Empresa”) para a realização de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre os indicadores identificados abaixo na secção “Responsabilidades do auditor” que integram a informação de sustentabilidade incluída no Relatório de Sustentabilidade 2019 (“Relatório”) relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2019, preparado pela Empresa para efeitos de divulgação do seu desempenho anual em matéria de sustentabilidade.

Responsabilidades do Conselho de Administração Executivo

É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo a preparação dos indicadores identificados abaixo na secção “Responsabilidades do auditor” incluídos no Relatório de Sustentabilidade 2019, de acordo com as diretrizes para reporte de Sustentabilidade “Global Reporting Initiative”, versão GRI Standards e respetivo suplemento do setor elétrico, para a opção “De acordo – Abrangente”, tendo em atenção os princípios da Norma AA1000AP (2018) emitida pela *AccountAbility*, relativamente aos princípios de inclusão, relevância, capacidade de resposta e impacto e com as instruções e critérios divulgados no Relatório, bem como a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita uma adequada preparação da informação mencionada.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados no parágrafo abaixo.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica, (ISAE) 3000 (Revista), emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* da *International Federation of Accountants* e cumprimos as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se os indicadores de sustentabilidade identificados no Anexo “Tabela GRI” do Relatório como “Garantia Externa – Limitada”, estão isentos de distorções materialmente relevantes.

Foi também considerada a norma AA1000 Assurance Standard (AA1000 AS, 2018 Addendum), para revisão tipo 2 e a obtenção de um nível de garantia moderado. O nosso trabalho de garantia de fiabilidade limitada consistiu ainda na realização de procedimentos com o objetivo de obter um grau de segurança limitado sobre se a Empresa aplicou, na informação de sustentabilidade incluída no Relatório, as diretrizes GRI Standards e os princípios definidos na Norma AA1000AP (2018).

Para tanto o referido trabalho consistiu em:

- i) Indagar a gestão e principais responsáveis das áreas em análise para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e a sensibilidade dos intervenientes às matérias incluídas no relato;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

- ii) Identificar a existência de processos de gestão internos conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social;
- iii) Verificar, numa base de amostragem, a eficácia dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação de desempenho supracitada, através de cálculos e validação de dados reportados;
- iv) Confirmar a observância de determinadas unidades operacionais às instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho;
- v) Executar, numa base de amostragem, alguns procedimentos de consubstanciação da informação, através de obtenção de evidência sobre informação reportada;
- vi) Comparar os dados financeiros e económicos incluídos na informação de sustentabilidade com os auditados pela PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, no âmbito da revisão legal das demonstrações financeiras da EDP do exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
- vii) Comparar os dados de sustentabilidade referentes à EDP Brasil incluídos na informação de sustentabilidade com os reportados no Relatório Anual 2019 da EDP Energias do Brasil S.A., verificado pela KPMG Financial Risk & Actuarial Services, Ltda;
- viii) Analisar o processo de definição da materialidade dos temas de sustentabilidade, com base no princípio da materialidade previsto nas diretrizes GRI Standards, de acordo com a metodologia descrita pela Empresa no Relatório;
- ix) Avaliar o nível de adesão aos princípios de inclusão, relevância, capacidade de resposta e impacto definidos na Norma AA1000AP (2018), na divulgação da informação de sustentabilidade, através da análise dos conteúdos do Relatório e da documentação interna da Empresa;
- x) Verificar que a informação de sustentabilidade incluída no Relatório cumpre com os requisitos das diretrizes GRI Standards, para a opção “De acordo – Abrangente”.

Os procedimentos efetuados foram mais limitados do que seriam num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, por conseguinte, foi obtida menos segurança do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade.

Entendemos que os procedimentos efetuados proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Qualidade e independência

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, consequentemente, mantemos um sistema de controlo de qualidade, abrangente, que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os indicadores identificados acima na secção “Responsabilidades do auditor”, incluídos no Relatório de Sustentabilidade 2019 relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2019, não tenham sido preparados, em todos os aspectos materialmente relevantes, de acordo com os requisitos das diretrizes GRI Standards e com as instruções e critérios divulgados no mesmo e que a EDP não tenha aplicado, na informação de sustentabilidade incluída no mesmo Relatório, as diretrizes GRI Standards, para a opção “De acordo – Abrangente” e os princípios definidos na Norma AA1000AP (2018).

Outras matérias

Sem afetar a conclusão acima, apresentamos ainda os seguintes aspectos relativamente à adesão da Empresa aos princípios previstos na Norma AA1000AP (2018):

- Princípio da inclusão: a EDP apresenta um processo consolidado de auscultação de stakeholders nas diferentes unidades de negócio e geografias onde opera, alinhado com o modelo de gestão de stakeholders definido a nível corporativo. A implementação do guia de gestão de stakeholders, bem como o desenvolvimento do plano de gestão de stakeholders aplicável a todas as unidades de negócio e geografias onde o Grupo EDP opera, garante uma maior uniformização do processo. A EDP realiza, anualmente, iniciativas específicas de relacionamento com alguns grupos de stakeholders, garantindo a inclusão e a revisão das expectativas das partes interessadas;
- Princípio da relevância: a EDP definiu um processo abrangente para a determinação de temas materiais, que consolida uma visão dos temas a nível corporativo e local (por geografia/unidade de negócio). Os outputs resultantes da identificação de temas materiais refletem os principais temas do setor energético, das geografias onde o grupo está presente e dos principais grupos de stakeholders. A EDP garante o alargamento da abrangência do processo de materialidade a todas as geografias onde o grupo está presente, permitindo uma maior harmonização entre todas as unidades de negócio, assim como o apuramento da materialidade por segmento de stakeholder;
- Princípio da capacidade de resposta: a EDP dá a resposta às expectativas dos seus principais stakeholders através da definição de um conjunto de objetivos e metas, reportados no Relatório. A EDP tem vindo a desenvolver planos de ação consolidados por unidade de negócio de forma a garantir um melhor alinhamento e comunicação dos compromissos e objetivos corporativos aos temas materiais mais relevantes;
- Princípio do impacto: a EDP apresenta os principais impactos gerados pela sua atividade, através da resposta dada em cada tema material, nas diferentes vertentes da sustentabilidade (dimensões económica, ambiental e social). Através do respeito dos princípios de relato, a EDP pretende criar e divulgar uma compreensão abrangente e equilibrada da medição e avaliação dos impactos da organização nos seus stakeholders e na própria organização.

Restrições de uso

Este relatório é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração Executivo da Empresa, para efeitos de divulgação da informação de sustentabilidade no Relatório de Sustentabilidade 2019, pelo que não deverá ser utilizado para quaisquer outras finalidades. Não assumiremos quaisquer responsabilidades perante terceiros, para além da EDP, pelo nosso trabalho e pelas conclusões expressas neste relatório, o qual será anexado ao Relatório de Sustentabilidade 2019 da Empresa.

13 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.



edp



RELATÓRIO DE ALOCAÇÃO E IMPACTO DAS OBRIGAÇÕES VERDES

€2.200M

EM OBRIGAÇÕES VERDES
EMITIDAS EM 2018 E 2019

No âmbito da estratégia da EDP e por forma a promover um maior alinhamento da sua política financeira com a sua estratégia de sustentabilidade, em Outubro de 2018, o Grupo (através da EDP Finance BV) realizou a sua primeira emissão de obrigações verdes, no montante de 600 milhões de Euros (Dívida Sénior). Durante o ano de 2019, foram realizadas mais duas emissões de obrigações verdes no montante total de 1.600 milhões de Euros: i) 1.000 milhões de Euros de Dívida Subordinada (Híbrido) em Janeiro de 2019; e ii) 600 milhões de Euros de Dívida Sénior em Setembro de 2019.

Em conformidade com o Green Bond Framework da EDP, que suporta a emissão de obrigações verdes, o encaixe destas operações foi utilizado pela empresa para financiar ou refinanciar investimentos num *portfolio* de projectos elegíveis para financiamento verde, promovendo assim a transição para uma economia de baixo carbono. O presente relatório enquadra-se no compromisso de reporte anual aos investidores quanto ao modo como o financiamento obtido foi alocado. A informação incluída neste relatório encontra-se ainda disponível no site da EDP em www.edp.com.

Os 2,2 mil milhões de Euros emitidos em Obrigações Verdes em 2018 e 2019 foram totalmente alocados até 31 de Dezembro de 2019, sendo que 442 milhões de Euros foram alocados a novos projectos e 1.758 milhões de Euros foram alocados a projectos existentes. De salientar que o montante do financiamento verde alocado aos novos projectos corresponde a parques eólicos que entraram em operação a partir da data de emissão das respectivas obrigações verdes.

Nos pontos seguintes apresenta-se o reporte da informação relevante para os investidores sobre a aplicação dos fundos das emissões verdes de obrigações verdes do Grupo EDP e sobre os benefícios ambientais resultantes das mesmas.

CARACTERÍSTICAS DAS EMISSÕES GREEN BONDS	PRÉ-EMISSÃO		PÓS-EMISSÃO		
	PRINCÍPIOS DE REFERÊNCIA	SEGUNDA OPINIÃO	MONITORIZAÇÃO	GREEN BONDS ÍNDICES	VERIFICAÇÃO EXTERNA
USO DE RECURSOS (CRITÉRIOS DE ELIGIBILIDADE)	Green Bond Principles (ICMA 2018)	Sustainalytics	Registo na base de dados do Climate Bond Initiative (CBI)	Bloomberg Barclays MCSI Global Green Bond Index	PwC
AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE PROJECTOS	Conformidade com os objectivos das políticas ambientais e sociais da EDP suportado num screening dos aspectos ESG.				
GESTÃO DOS FUNDOS OBTIDOS	O balanço líquido dos fundos obtidos através das emissões de obrigações verdes segue uma abordagem de carteira. Os recursos serão utilizados para (re)financiar os projectos verdes elegíveis (eólicos e solares). Enquanto o balanço líquido dos fundos obtidos em emissões de obrigações verdes não for integralmente afectado, a EDP investirá, de acordo com os seus próprios critérios, em liquidez de tesouraria ou no reembolso/compra de dívida existente, os fundos ainda não alocados à carteira de projectos elegíveis.				
REPORTE SOBRE A APLICAÇÃO DOS FUNDOS OBTIDOS	<p>O reporte é feito com base nos seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Valor da carteira de projectos elegíveis; - Balanço líquido dos recursos não utilizados; - Quantidade e percentagem de novos projectos e projectos existentes. 				
REPORTE SOBRE OS IMPACTOS DOS FUNDOS APLICADOS	<p>O reporte é feito com base nos seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade instalada (MW); - Emissões evitadas de CO₂ (tCO₂); - Produção de energia renovável (MWh). <p>Nota: as emissões de CO₂ evitadas correspondem às emissões que teriam ocorrido se a electricidade gerada por fontes de energia renovável fosse produzida por centrais termoeléctricas. Para cada país, obtém-se multiplicando a produção líquida renovável pelo factor de emissão do mix termoeléctrico desse país.</p>				

Utilização de recursos para os activos verdes

Data do portfolio de activos: Dezembro de 2019

PORTFÓLIO DE ACTIVOS VERDES ELEGÍVEIS	VALOR (€)	ALOCAÇÃO DE FINANCIAMENTO VERDE (2019)	VALOR (€)
Projectos existentes (~ 2019)		Alocação a obrigações verdes	2.200.000.000
Energia Renovável			
Eólica	€ 6.485.798.918		
Solar	€ 182.905.952		
Novos projectos (2019 ~)			
Energia Renovável			
Eólica	€ 441.664.010		
Solar	€ -		
Portfolio de projectos verdes elegíveis	7.110.368.880	Quantidade potencial de activos verdes não alocada	4.910.368.880
Percentagem de portfolio de activos verdes elegíveis alocados aos recursos líquidos do financiamento verde:	30,9%	Financiamento verde máximo	7 110 368 880
Percentagem das receitas líquidas das obrigações verdes alocadas ao portfolio de activos verdes elegíveis:	100%		

Relatório de portfólio de obrigações verdes de acordo com o framework harmonizado para os relatórios de impacto

Data do portfolio de activos: Dezembro de 2019

Categoria de activos elegíveis Princípios das obrigações sociais (SBP) Princípios das obrigações verdes (GBP)	Valor atribuído a/	Peso do financiamento total do portfolio b/	Elegibilidade para obrigações verdes c/	Alocação a obrigações verdes d/	Capacidade instalada de energia renovável em MW* e/	Produção líquida anual de energia renovável (MWh)* e/	Emissões evitadas CO ₂ (tCO ₂)* e/
EUR							
Energia Renovável	7.110.368.880	100%	100%	2.200.000.000	8.582	22.451.060	14.311.493
Total	7.110.368.880	100%	100%	2.200.000.000	8.582	22.451.060	14.311.493

a/ Categoria elegível

b/ O valor atribuído representa a quantia legalmente comprometida pelo emissor para a carteira ou componentes da carteira elegíveis para o financiamento das obrigações verdes

c/ Esta é a parte do custo total do portfolio que é financiado pelo emissor

d/ Esta é a parte dos custos totais do portfolio elegíveis para as obrigações verdes

e/ Indicadores de impacto

- Capacidade instalada de energia renovável em MW
- Produção líquida anual de energia renovável (MWh)
- Emissões evitadas CO₂ em tCO₂

*Indicadores de 2019





Relatório Independente de Garantia de Fiabilidade

Exmo. Conselho de Administração Executivo
Da EDP – Energias de Portugal, S.A.

Introdução

Fomos contratados pelo Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal, S.A. (“EDP” ou “Empresa”) para a realização de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre a informação identificada abaixo na secção “Responsabilidades do auditor”, incluída no Relatório de Alocação e Impacto das Obrigações Verdes (“Relatório de Obrigações Verdes”) que se encontra integrado no Relatório de Sustentabilidade 2019, relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2019, preparado pela Empresa para efeitos de divulgação do seu desempenho anual em matéria de sustentabilidade.

Responsabilidades do Conselho de Administração Executivo

É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo a preparação do Relatório de Obrigações Verdes, identificado abaixo na secção “Responsabilidades do auditor”, incluído no Relatório de Sustentabilidade 2019, de acordo com o EDP Green Bond Framework (“Framework”), bem como a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita uma adequada preparação da informação mencionada.

Responsabilidade do auditor

A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados nos parágrafos abaixo. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica, (ISAE) 3000 (Revista), emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* da *International Federation of Accountants* e cumprimos as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se a informação incluída no Relatório de Obrigações Verdes que se encontra integrado no Relatório de Sustentabilidade 2019, está isenta de distorções materialmente relevantes.

Para tanto o referido trabalho consistiu em:

- i) Reunir com trabalhadores da Empresa, de vários departamentos, que estiveram envolvidos na preparação das Obrigações Verdes, de modo a compreender as características dos projetos (re)financiados, os procedimentos e sistemas de gestão internos em vigor, o processo de recolha de dados e o ambiente de controlo
- ii) Verificar a aplicação dos critérios de elegibilidade, descritos no Framework, para a seleção de projetos (re)financiados pelas Obrigações Verdes;
- iii) Analisar os procedimentos utilizados para obtenção das informações e dados apresentados no Relatório de Obrigações Verdes;

- iv) Verificar, numa base de amostragem aleatória e testes substantivos, as informações relacionadas com os indicadores incluídos no Relatório de Obrigações Verdes. Verificámos também se os mesmos foram adequadamente compilados a partir dos dados fornecidos pelas fontes de informação da EDP.
- v) Validar que a informação divulgada está de acordo com os requisitos de reporte estabelecidos no Framework.

Os procedimentos efetuados foram mais limitados do que seriam num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, por conseguinte, foi obtida menos segurança do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade.

Entendemos que os procedimentos efetuados proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Qualidade e independência

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, consequentemente, mantemos um sistema de controlo de qualidade, abrangente, que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação identificada acima na secção “Responsabilidades do auditor”, incluída no Relatório de Obrigações Verdes que se encontra integrado no Relatório de Sustentabilidade 2019, relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2019, não tenha sido preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os requisitos de reporte do Relatório de Obrigações Verdes e do Framework.

Restrições de uso

Este relatório é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração Executivo da Empresa, para efeitos de divulgação sobre o desempenho e atividades de obrigações verdes, pelo que não deverá ser utilizado para quaisquer outras finalidades. Não assumiremos quaisquer responsabilidades perante terceiros, para além da EDP, pelo nosso trabalho e pelas conclusões expressas neste relatório, o qual será anexado ao Relatório de Sustentabilidade 2019 da Empresa.

13 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



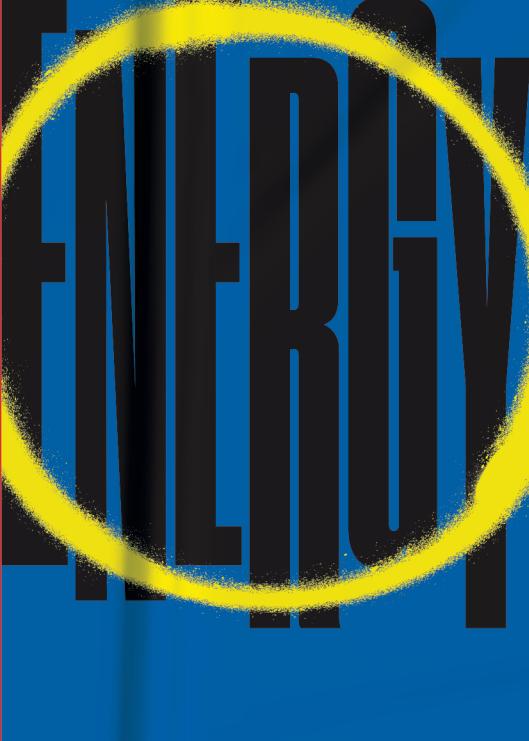
João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.

ENERG
ENERG
ERGIA



energ
Energy

ENERG
ENERG
ERGIA



ENERG
ENERG
ERGIA

energy



EDP

ENERG